

Determinação
social do
pensamento
econômico
*na unidade do
método materialista*

Elcemir Paço Cunha

**DETERMINAÇÃO SOCIAL DO
PENSAMENTO ECONÔMICO**
na Unidade do Método Materialista

Elcemir Paço Cunha

**DETERMINAÇÃO SOCIAL DO
PENSAMENTO ECONÔMICO**
na unidade do método materialista

Verinotio Livros
Belo Horizonte
2025

**DETERMINAÇÃO SOCIAL DO PENSAMENTO ECONÔMICO:
na unidade do método materialista**

Direção editorial: Ester Vaismam, Vânia Noeli Ferreira de Assunção
Edição: Ronaldo Vielmi Fortes
Capa: Gabriela M. Segantini Souza
Diagramação: Ronaldo V. Fortes e Gabriela M. Segantini Souza

Conselho Editorial

Dr. Alexandre Aranha Arbia, UFJF, Juiz de Fora, Brasil; Dra. Ana Laura dos Reis Corrêa, UnB, Brasília; Dra. Ana Selva Castelo Branco Albinati, PUC-MG, Brasil; Dr. Antônio José Romera Valverde, PUC-SP, Brasil; Dr. Antônio José Lopes Alves, UFMG, Brasil; Dr. Antônio Rago Filho, PUC-SP, Brasil; Dr. Carlos Eduardo O. Berriel, UNICAMP, Campinas, Brasil; Dr. Celso Frederico, USP, Brasil; Dra. Cristina Lontra Nacif, UFF-Niterói, Brasil; Dr. Eduardo Ferreira Chagas, UFC, Brasil; Dr. Elcemir Paço Cunha, UFJF, Brasil; Dra. Fabiana Scoleso, UFT, Brasil; Dr. Francisco Garcia Chicote, CONICET/UBA, Argentina; Dr. Guilherme Leite Gonçalves, UERJ, Brasil; Dr. Juarez Duayer, UFF, Brasil; Dr. Leonardo Gomes de Deus, UFMG, Brasil; Dra. Lúcia Aparecida Valadares Sartório, UFRRJ, Brasil; Dr. Marco Vanzulli, Università degli Studi di Milano Bicocca, Itália; Dr. Mauro Castelo Branco de Moura, UFBA, Brasil; Dr. Miguel Vedda, UBA, Argentina; Dra. Mônica Hallak Martins Costa, PUC-MG, Brasil; Dr. Paulo Henrique Furtado de Araujo, UFF, Brasil; Dr. Ricardo Lara, UFSC, Brasil; Dr. Ricardo Prestes Pazello, UPPR, Brasil; Dr. Ronaldo Rosas Reis, UFF, Brasil; Dr. Vinícius Gomes Casalino, PUC-Campinas, Brasil.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Cunha, Elcemir Paço
Determinação social do pensamento econômico :
na unidade do método materialista / Elcemir Paço
Cunha. -- 1. ed. -- Belo Horizonte, MG :
Verinotio Livros, 2025

Bibliografia.
ISBN 978-65-01-58105-7

1. Economia marxista 2. Materialismo
3. Pensamento econômico I. Título.

25-285869

CDD-335.412

Índices para catálogo sistemático:

1. Economia marxista 335.412

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Verinotio Livros

VERINOTIO LIVROS | Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas - ISSN 1981-061X

Belo Horizonte, MG
Agosto de 2025

“...o incompreensível é, de fato,
compreensível...”

Goethe

Dedicatória

Para Helena e Kaíque.

Agradecimento

Agradeço a Leonardo Gomes de Deus pela recepção na UFMG para período de pós-doutoramento que possibilitou a continuidade da pesquisa que resultou no presente material.

Sumário

Capítulo I	
Unidade do método materialista	
	<i>11</i>

Capítulo II	
Predicação ativa do pensamento	
	<i>19</i>

Capítulo III	
Objeto ideológico	
	<i>36</i>

Capítulo IV	
Análise histórico-imanente	
	<i>58</i>

Capítulo V	
Análise da gênese	
	<i>79</i>

Capítulo VI	
Análise da eficácia	
	<i>108</i>

Capítulo VII	
Análise ontognosiológica	
	<i>144</i>

Referências	
	<i>192</i>

I

Unidade do método materialista

Há uma unidade no “método materialista” relacionado à investigação das formas de consciência filosófico-científica, especialmente na figura do pensamento econômico. Entretanto, essa unidade não se apresentou historicamente esboçada em sua integralidade pela própria tradição marxista. Existem razões teóricas e históricas para isso.

Na medida em que “não existe uma estrada real para a ciência” (Marx, 2013, p. 93), o *método*, no materialismo consequente, decorre do objeto investigado e do caminho de fato percorrido, não constituindo previamente um conjunto de passos minuciosamente arranjados, organizadores da subjetividade, antes da investigação ou à revelia da natureza do objeto investigado (Chasin, 2009). A pesquisa sobre o pensamento econômico como tal objeto de interesse colocou necessariamente peculiaridades não apenas em relação aos objetos concreto-empíricos como também em comparação com outras formas de consciência filosóficas, científica, artísticas. Isso criou alguma compreensível cautela diante da enunciação mais sistemática mesmo daquilo que já fora acumulado na tradição materialista nessa seara. De tal sorte, a tendência persistente é a de evitar a sistematização no estudo das formações ideais diante do risco da vulgaridade.

Além disso, a heterogeneidade interna entre tendências teóricas naquela tradição liberou pouca energia à explicitação de caráter mais sistemático da unidade do método, uma vez que tais tendências enfatizaram elementos distintos dessa unidade quando não promoveram algumas sobreposições complicadoras que obstruíram a melhor compreensão dela. Podemos ser lacônicos sobre isso e apenas indicar complicações a exemplo do tratamento do pensamento econômico e da

Determinação social do pensamento econômico

“ideologia” como fator exógeno, sobreposições entre “missão social” e os efeitos teórico-práticos desse pensamento, também entre tais efeitos e sua peculiaridade científica, além da intercambialidade inadvertida, por um lado, entre o caráter histórico do pensamento e relativismo ao abraçar, ainda que indiretamente, outras correntes tais como a sociologia do conhecimento, e, por outro lado, entre tal caráter histórico e a indeterminação dos fatores atuantes ao admitir igualdade entre método materialista e a tradição weberiana da história etc. Teremos chance de dissolver algumas dessas complicações.

Vale adicionar ainda sobre isso as grosseiras imputações originadas externamente à tradição marxista, mas que ganham adesões diante do próprio caráter implícito da unidade do método materialista. É o caso, por exemplo, da classificação espúria do método marxista como “visão relativista” em oposição relativamente romântica à “visão positivista” (Curi, 2015, p. 30-31), o que gera identidades indevidas com outras correntes.

Importante também mencionar as corriqueiras indisposições e preconceitos de partida, segundo os quais as contribuições de Marx ao estudo da história do pensamento econômico não passariam de mera opinião ou coisa parecida. Intransigentemente dito a respeito do tratamento histórico do pensamento econômico, “como toda narrativa histórica desse gênero”, não seria mais do que uma “reconstrução seletiva e viesada do registro histórico, cuja principal função é colocar em evidência os méritos relativos da perspectiva teórica defendida”. Supostamente, teria sido precisamente “esse o gênero historiográfico que prevaleceu ao longo de todo o século XIX”, considerando que a “lista de praticantes é extensa, diversa e ilustre”, entre os quais, Marx (Suprinyak; Cunha, 2019, p. 25-26).

Cabe ainda incluir entre as presentes questões externas ao marxismo, a secular e repetida *ad nauseam* denúncia do determinismo mecânico e econômico, fazendo do materialismo vulgar – que é um desvio de toda sorte a ser combatido – a expressão mais geral e autêntica daquilo que o materialismo científico tem a fornecer ao estudo do pensamento econômico.

O quadro geral não é dos mais favoráveis. Se na tradição marxista a explicitação da unidade do método restou pulverizada e pouco sistemática, fora dela prevaleceu a confusão e mal-entendidos de toda

ordem, das imputações de relativismo, de determinismo mecânico, de não ultrapassar a qualidade opinativa, meramente “seletiva e viesada do registro histórico”. A investigação quanto à unidade do método favorece o caminho diante dessas trilhas margeadas por lanças. Torná-la clara, acessível e desimpedida das complicações embaraçosas é precisamente a tarefa deste pequeno livro, pelo menos com respeito aos elementos essenciais dessa unidade. Ele visa a não ser mais do que material introdutório e auxiliar no desenvolvimento da investigação sobre pensamento econômico na tradição materialista. Em linhas gerais, pretende sistematizar os elementos essenciais que formam a unidade do método materialista a partir dos traços comuns presentes na tradição marxista representada por notórios protagonistas que estiveram, direta ou indiretamente, dedicados ao estudo do pensamento econômico.

É decisivo sublinhar com toda força que se trata de uma unidade de elementos conjugados, articulados de complexas maneiras e não de etapas ou passos metódicos dados antes da investigação e cujo cumprimento daria o semblante de rigor e de cientificidade. Essa ressalva de partida estabelece que a existência da unidade do método deve ser reconhecida nos limites da autenticidade de um materialismo consequente, entendendo-se que só é possível uma sistematização em linhas gerais e não nos pormenores procedimentais que, de toda forma, somente poderiam ser conhecidos ao término de investigações particulares. O risco da vulgarização não deve, por outro lado, impedir o melhor impulso de clareza, desembaraçando aquela unidade das sobreposições complicadoras registradas na própria história do marxismo. No limite, é necessária compostura diante da crítica geral que Hartmann (1976) endereçou aos grandes nomes do então idealismo alemão e que se aplica aproximadamente à situação em tela. Segundo o filósofo alemão, “é digno de nota que nem sequer os cérebros dialéticos tenham podido descobrir o segredo de tal procedimento, pois têm e manejam um método, sem poderem mostrar como o fazem. É manifesto que nem eles próprios o sabem” (p. 450). Deslocada para o terreno do pensamento econômico, há uma unidade do método, sabidamente manejado, não sem alguns desvios, por seus protagonistas. É necessário demonstrá-la, nos limites daquela autenticidade do materialismo consequente.

Nesse sentido, a partir das tendências marxistas que se debruçaram especialmente sobre o pensamento econômico, encontram-se

Determinação social do pensamento econômico

alguns traços que são mais ou menos comuns, não obstante sua distribuição desigual na própria tradição. Temos clareza de que o desenvolvimento mais evidente está no tripé lukácsiano resumido na “determinação da *gênese*”, “de sua *função social*”, além da “*crítica imanente*” (Chasin, 1978, p. 62) das formações ideais. Procuramos avançar, destacando mais elementos combinados. E é importante insistir que se trata de uma unidade de elementos articulados e não de etapas ou passos metódicos dados antes da investigação. A insistência é aqui cabível diante da ressalva de que essa unidade pode ser analiticamente fraturada para fins investigativos e em razão de problemáticas específicas de pesquisa. Assim, uma vez depurados tais elementos da unidade do método materialista, podemos indicá-los sumariamente da seguinte maneira:

Predicação ativa do pensamento: dependência das formas de pensamento em reciprocidade com suas condições objetivas de possibilidade sobre as quais desaguam com potencial de modificação das condições de sua gênese e de outros tempos e lugares. É o movimento geral para o qual a unidade do método se volta.

Objeto ideológico: delimitação das formas de pensamento como objetos particulares de estudo, objetos de caráter especialmente sistematizados, tais como as doutrinas econômicas. Envolve a determinação de sua diferença específica como forma de consciência científica e os recortes legítimos do pensamento econômico para investigações variadas.

Análise histórico-imanente: constitui o estudo da estrutura interna, da lógica e da natureza do conteúdo particular de expressões do pensamento econômico já o pressupondo como produto histórico particular. É o desvendamento do material delimitado (e para delimitá-lo) em si mesmo por médio de sucessivas aproximações e depurações minuciosas do texto.

Análise da gênese: orientada para a constituição histórica e missão social (necessidade histórica, incluindo o falso necessário, a despeito dos propósitos declarados) de expressões do pensamento econômico e seu desdobramento, considerando, na qualidade de chave explicativa, as reciprocidades entre os fatores preponderante (base material) e protagonistas (elementos da superestrutura ideológica e variantes das formas de consciência) no todo articulado. Depende do estudo do conteúdo das expressões do pensamento econômico, mas a focalização está

nas condições (“externas”) de possibilidade, envolvendo diversidade de fontes e materiais.

Análise da eficácia: estudo de expressões do pensamento econômico tornadas ideologias, dizendo respeito à missão social revelada pela análise da gênese de tais formas de pensamento, mas especialmente interessada nos propósitos/finalidades, declarados ou não, e em seus potenciais, variados e não garantidos efeitos materiais sobre a vida econômica da sociedade uma vez vertidas em ideologias por grupos humanos no enfrentamento dos conflitos sociais fundamentais. Trata-se, em síntese, da *verificação* dos efeitos de expressões do pensamento econômico tornadas assim ideologias. É análise que exige considerável aproximação concreto-empírica, envolvendo as miudezas no processo histórico de conversão em ideologia.

Análise ontognosiológica: voltada ao estudo filosófico-científico da correção do pensamento econômico tendo por critério de verdade a realidade histórica, prática e objetiva, medindo o grau de aproximação/objetividade, isto é, *verificação ontológica* das relações de pressuposição objetiva e *verificação gnosiológica* em termos históricos, estatísticos e práticos.

Como se vê, a orientação básica da discussão é quanto ao problema do método nos termos indicados anteriormente. Importante insistir novamente que não são etapas. Tais elementos formam uma unidade de relações e de tipos distintos. Por exemplo, a determinação da especificidade do pensamento econômico dependeu de sucessivas aproximações que demandam análise histórico-imanente ainda que preliminar. Ao mesmo tempo, uma análise deste segundo tipo levada a cabo integralmente depende de delimitações importantes quanto ao próprio objeto. Essa análise histórico-imanente também é necessária, mas não suficiente ao estudo da gênese, pois este envolve investigações históricas laterais e intensificadas etc., das condições de possibilidade de uma formação ideal. O estudo da gênese integral, por sua vez, ilumina questões à análise histórico-imanente por explicitar as condições históricas habilitadoras do pensamento econômico. Por outro lado, a investigação da eficácia do pensamento econômico não decorre necessariamente da análise histórico-imanente ao procurar pelos efeitos na realidade social e não implica qualquer estudo ontognosiológico acerca da objetividade científica. São possíveis estudos direcionados exclusivamente à

Determinação social do pensamento econômico

natureza de um pensamento econômico em particular por via da análise histórico-imanente, de suas tendências internas, e em nada isso implica necessariamente qualquer estudo quanto à sua eficácia. Muitos outros exemplos são possíveis, mas esses bastam para dar o destaque à questão.

Está já claro que o próprio itinerário da investigação e certas particularidades do objeto investigado é que concederam os parâmetros, ao fim, daquilo que é necessário a ser feito, incluindo os detalhes operacionais. Mas também é óbvio que um conhecimento aprofundado de qualquer forma de pensamento econômico faz a exigência de mobilização integral da unidade do método. A despeito de certa diferença e autonomia entre tais elementos, eles formam uma tal unidade. Assim, sua mobilização completa exige investigação “em que a origem, a finalidade e integridade do fato-doutrinário”, bem como a qualidade de sua objetividade científica fossem “respeitadas e devidamente esclarecidas cada uma no seu âmbito próprio, e no âmbito de suas articulações entre si, que de fato constituem a totalidade doutrinária posta para a análise” (Chasin, 1978, p. 60-61). Tomados de conjunto todos os elementos nessa “totalidade doutrinária”, ficará muito evidente ao longo dos capítulos que o método materialista em tela apresenta a história como fator articulador geral de sua unidade. E isso não por escolha do analista senão pela própria natureza essencial das formações ideais como produtos históricos. E qualquer que seja o exemplar do pensamento econômico em questão, não implica o seu abono diante dessa determinação essencial.

Mas por que motivo focalizar o pensamento econômico? Como ficará claro, essa forma de consciência científica apresenta particularidades que sempre estiveram entre as preocupações consistentes na tradição marxista. Como tal está desde a sua constituição enlaçada ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, respondendo duplamente à necessidade de explicação de sua natureza e funcionamento e à necessidade de acionamento e direcionamento de suas cadeias causais. De um lado, é uma constante o assédio que a objetividade mesma exercita ao instigar a investigação do “modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação” (Marx, 2013, p. 78). Ele exige o desvelamento da “lei econômica do movimento da sociedade moderna” (p. 79), o descobrimento da lógica própria da

coisa. Esse assédio produziu muitas e diferentes respostas. De tal maneira, as formas de consciência científica constituem elemento obrigatório na investigação da economia capitalista, no desvelamento de seu movimento, de sua lógica objetiva. Apenas o anti-intelectualismo mais grosseiro afirmaria algo ao contrário. Por isso, o pensamento econômico apresenta-se como incontornável na qualidade de formação ideal diretamente enlaçada – mas não apenas – com o desenvolvimento do modo de produção em tela. De outro lado, o destacado assédio da materialidade se revela também nas posturas e imposturas. No “domínio da economia política”, escreveu Marx (2013), “a livre investigação científica” se defronta com o fato de que a “natureza peculiar do material com que ela lida convoca ao campo de batalha as paixões mais violentas, mesquinhas e execráveis do coração humano, as fúrias do interesse privado” (p. 80). Essa peculiaridade acionou todo tipo de resposta com aspirações direcionadoras das condutas humanas com variados graus de efetividade ao longo dos últimos séculos, particularmente quando obteve certa influência na ordem da administração da economia capitalista. Por isso, é também aqui possível dizer que a “disputa sobre a efetividade ou não-efetividade do pensamento – isolado da *práxis* – é uma questão puramente *escolástica*” (Marx, 1974, p. 57). O interesse, então, está sempre voltado para as reciprocidades entre a vida econômica da sociedade e o pensamento econômico como forma de consciência científica na qualidade, como veremos, de produto ativo de sua sociedade historicamente determinada.

Antes de prosseguir, cabe algumas ressalvas. É importante registrar o caráter introdutório do tratamento dado a muitas questões. Igualmente relevante é tornar claro que a investigação que dá origem à presente exposição não é um exercício rigoroso do tratamento dos autores envolvidos, pois muitas vezes foi necessário inserir soluções para certas questões não inteiramente enfrentadas, sobretudo quando aquelas sobreposições complicadoras passam a ser desembaraçadas. Assim, o material não deve ser encarado como exercício de marxologia ou dedicado a qualquer outro autor isoladamente. Ao contrário, resulta da retenção de variados traços comuns, mas que foram articulados para dar conta de obstáculos que parecem demandar atenção. Assim, alguns recursos expositivos, como o uso de passagens, cumprem o propósito descritivo dos argumentos e não fundamentam um tratamento de rigor

Determinação social do pensamento econômico

ou probante. Estará, assim, em primeiríssimo plano a necessidade de explicitar os elementos da unidade do método materialista. Em última instância, arriscamos afirmar, esse método apresentou grande parte de seu desenvolvimento por derivação das investigações acumuladas na tradição materialista a respeito do pensamento econômico.

II

Predicação ativa do pensamento

Já se tornou lugar comum, pelos menos entre aqueles familiarizados com a tradição marxista, a afirmação segundo a qual as ideias, com especial atenção às de natureza econômica, não possuem existência autônoma. De fato, as ideias não possuem história própria, independentes e desgarradas das condições materiais que as tornaram historicamente possíveis.

Apenas em certas tradições foi concebível a existência de uma “consciência pura”, como aquelas tendências formal-racionalistas verificadas no neopositivismo e alhures. Por outro lado, há também, a exemplo das tendências cético-radicais, relativistas e agnósticas, incluindo aquelas frequentadoras da sociologia do conhecimento (de maneira mais difundida desde Mannheim e que de certa maneira encontram hipérboles no chamado pós-modernismo), a condenação das ideias ao contágio absoluto, não sendo possível conseqüentemente à consciência distinguir a correção das próprias ideias diante da realidade de referência. Ambas as posições, no entanto, são inapropriadas porque, de um lado, não há consciência autoexplicativa, que seja causa de si mesma, e, de outro, o caráter histórico de uma forma de consciência não é, por si mesmo, a impossibilidade de sua potência de objetividade científica e nem a admissão de que todas as “perspectivas” estão corretas por não serem mais do que “perspectivas”.

Paralelamente a isso, são seculares os obstáculos do materialismo mecânico à captura da potência das ideias sobre a realidade objetiva. Desse ângulo, toda consideração a respeito dessa influência é inapropriadamente caracterizada como “desvio idealista”. Ao desprezar tais possibilidades, perde-se qualquer chance de descoberta na

Determinação social do pensamento econômico

complexa relação de reciprocidades entre as condições objetivas e as formas de pensamento. Não haveria aí qualquer movimento para esse materialismo grosseiro. Mas ao assumir uma posição oposta e integralmente divergente, flerta-se com os riscos da mera generalidade de se determinar o pensamento como fosse apenas relativo a contextos específicos, com os riscos da admissão da realidade como produto direto dos “modos de ver” imponderáveis entre si, ou ainda da indeterminação radical na qual os fatores relacionados possuem todos o mesmo peso e desempenham sempre os mesmos papéis. Enquanto, no primeiro caso, perde-se potência explicativa, enquanto no segundo, o resultado é uma apreensão equivocada das tendências objetivas e contradições por meio das quais a realidade se move, no terceiro caso obtém-se um tipo de relação carente de movimento porquanto está indefinido o fator motor e preponderante do todo articulado em uma unidade complexa. Como ensinou Lukács (2012, p. 334), “nenhuma interação real (nenhuma real determinação de reflexão) existe sem momento predominante”. Não obstante, no materialismo consequente o “mundo das formas de consciência e seus conteúdos não é visto como produto imediato da estrutura econômica, mas da totalidade do ser social” (p. 308). O que não desabilita a apreensão da preponderância de certo fator na “condição de elo tônico no complexo articulado” (Chasin, 2009, p. 135).

Teremos chance de explorar mais detidamente esse problema da *preponderância* (e do *protagonismo*) no capítulo dedicado à *análise da gênese*. Aqui basta reconhecer o complexo, expresso em “poucas palavras” como um “resultado geral” das investigações, formado pela “estrutura econômica da sociedade”, a “superestrutura jurídica e política” e as “formas sociais determinadas de consciência”, que serviu como espécie de “fio condutor” dos estudos de Marx (1974, p. 135). Em termos muito gerais, a “estrutura econômica” é o fator admitido como preponderante, uma vez que o “modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual”, talhada historicamente nas contradições das sociabilidades humanas que ensejam os conflitos essenciais. Não obstante essa preponderância, admite-se igualmente que as “formas ideológicas”, isto é, “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas”, entre as quais se encontram as formas de consciência científica, operam como mediações “pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o

fim” (Marx, 1974, p. 135-136). Como ainda veremos ao longo deste livro, é decisivo distinguir os *fatores preponderantes* e os *fatores protagonistas* na investigação concreta desse complexo articulado em que as formas de consciência podem desempenhar papel específico, com gênese e influências diversas, de qualidade científica que ilumina ou obscurece o entendimento das coisas. O que fará toda diferença no presente capítulo é destacar desses lineamentos que, entre o conflito que surge das condições econômicas e as formas ideológicas, apresenta-se um amplo campo de possibilidades da atuação humana, de condução desses conflitos por médio daquelas formas.

Assim, em diferença a tais potenciais embaraços anteriormente destacados, a consequente investigação integral dos chamados *objetos ideológicos* (Chasin, 1978) reconhece as formas de consciência como elemento precisamente desse *complexo articulado*. Conforme veremos em detalhes no capítulo a seguir, trata-se do estudo das formas de pensamento especialmente sistematizadas, tais como as doutrinas econômicas, políticas e filosóficas em que está presumida a captura do movimento na relação de reciprocidade entre pensamento e realidade, segundo a admissão da predicação do primeiro em relação à segunda. Aqui repousam os fundamentos da investigação materialista sobre as formas de consciência, com especial atenção ao pensamento econômico que ocupa lugar central neste livro. Tais fundamentos possuem por eixo o entendimento de tais formas de consciência social como resultantes, porém, resultantes operantes sobre suas condições de origem e sobre outros tempos e lugares para os quais são eventualmente difundidas, a depender de seu desenvolvimento e das circunstâncias particulares. É preciso dizer com ênfase que a predicação do pensamento em relação às suas condições de existência não forma uma *hierarquia morta* entre ser e pensar, porquanto tal *predicação é ativa*, isto é, potencialmente desemboca em suas próprias condições, preparando o terreno para eventuais modificações na vida material e, pois, econômica da sociedade. Há questões cruciais que demandam nossa atenção nesse sentido.

A predicação ativa das formas de consciência social na relação com as condições objetivas é um pressuposto objetivo e fundamental da unidade do método materialista. Nele estão guardados todos os elementos dessa unidade e que são assunto deste livro: objeto ideológico, análise histórico-imanente, análise da gênese, análise da eficácia, análise

Determinação social do pensamento econômico

ontognosiológica. Uma útil designação geral para esse pressuposto objetivo (predicação ativa do pensamento) encontra-se no *critério onto-prático* da determinação social do pensamento (Chasin, 2009). Diferentemente do que asseguram aquelas anteriores inclinação metidas em embaraços insolúveis em seus próprios termos, há uma ininterrupta transitividade entre pensamento e realidade, isto é, “*decantação de subjetividade objetivada ou, o que é o mesmo, de objetividade subjetivada*” (p. 97-98). A mediação desse trânsito se deu e se dá repetidamente por meio da *atividade social prática*. Trata-se de algo confirmado na história e diuturnamente repetido em termos concretos. Houvesse intransitividade dada por obstáculos intransponíveis, todo movimento de autoconstituição humana da humanidade estaria extinto em seus primórdios. Seria, na verdade, a própria anulação de partida dessa história.

Teremos chance de considerar mais detidamente certas questões envolvidas na *práxis* como critério do conhecimento no capítulo dedicado à *análise ontognosiológica*. No presente momento devemos nos concentrar mais em demonstrar a predicação ativa do pensamento na unidade do método materialista, isto é, o fato de que essa unidade está voltada para o movimento em que o “posicionamento subjetivo nasce sempre da realidade objetiva e retorna a ela” (Lukács, 2012, p. 108). O aspecto primeiro da questão é o pensamento como predicado.

Nessa última direção, devemos observar essencialmente as condições histórico-sociais de possibilidade e condicionamento sobre o pensamento como fator contingencialmente habilitador e limitante para, posteriormente, considerar a reação do pensamento sobre tais condições, reação cuja gênese e mediação é dada em termos prático-concretos. Essa questão nos levaria a considerações muito extensas caso seguissemos o impulso de esquadrinhar todos os pormenores envolvidos em “como o pensamento [...] se desenvolveu, paulatinamente, das condições de existência e dos modos da *práxis*, que reagem ativamente a essas condições, até atingir uma autonomia – na verdade, apenas relativa”. Não obstante, não se deve ignorar que no caso de ser “conduzida de modo consequente até o fim, a história como categoria processual fundamental de todo ser implica, necessariamente, que também a consciência pensante deva ser condicionada pelo ser e ter uma gênese no plano ontológico, que atua de modo determinante sobre sua

constituição, também nos estágios superiores de um aparente depender-de-si-mesmo” (Lukács, 2010, 347). Portanto, na direção de reconhecer nossas limitações e de admitir a última colocação, podemos direcionar a atenção para alguns dos enunciados fundamentais a respeito que são tangentes aos aspectos da unidade do método materialista.

Com efeito, importa destacar que a relação entre teoria e realidade, entre consciência e coisa, sempre esteve presente nas preocupações intelectuais. Com Hegel, por exemplo, por mais que fitasse o movimento objetivo em seu idealismo, o ponto de partida se demarcou no plano das ideias, como se sabe claramente desde Feuerbach (1988), fabricando uma espécie de inversão na relação real entre ser e pensar enquanto termos relacionados. Aqui já se apresenta todo um conjunto de problemas e que macularão inclusive a história do marxismo, das tendências mecanicistas e dos mal-entendidos quanto a uma alegada invasão do idealismo em toda tentativa de esclarecer o lugar e o papel das formas de consciência social na práxis e, por consequência, sobre as suas condições de possibilidade. Isso costuma se manifestar na rígida hierarquização de via única entre tais fatores, mas também no seu oposto, na figura da indeterminação entre eles.

A questão, porém, já teria sido enfrentada e, por que não dizer, resolvida, pelo menos desde 1843. Marx já alimentava muita clareza a respeito ao sublinhar que a “filosofia alemã constitui o *prolongamento ideal* da história alemã” (Marx, 2005, p. 150). Não foi a filosofia hegeliana que produziu a realidade alemã obviamente, mas tão pouco podemos descartar de partida suas influências nessa mesma realidade e alhures. Até mesmo porque Marx considerava naquele tempo que, em termos gerais, a “teoria [pode] converte-se em força material quando penetra nas massas” (p. 151).

O que caberia estabelecer ainda é qual termo se apresenta como autêntica predicação na relação entre ser e pensar. Nesse âmbito, foi notória a influência de Feuerbach, e reconhecida por Marx, segundo a qual a “relação social” é o “princípio fundamental da teoria” (1974, p. 40). A consciência, o pensar, o saber, perdem suas cores mistificadas e transcendentais do território tipicamente especulativo e tornam-se a consciência, o pensar e o saber *destes* homens concretos, e, portanto, produtos das relações históricas entre eles. É decisivo destacar o caráter histórico da predicação em tela e, ao mesmo tempo, o *caráter móvel*

Determinação social do pensamento econômico

dessa historicidade. É possível capturar esses aspectos, sobretudo no destaque da atividade como meio superador das próprias condições de origem. Nesse passo, Marx sublinhou que:

Nem objetiva nem subjetivamente está a natureza imediatamente presente ao ser *humano* de modo adequado. E como tudo o que é natural deve *nascer*, assim também o *homem* possui seu ato de nascimento: a *história*, que, no entanto, é para ele uma história consciente, e que, portanto, como ato de nascimento acompanhado de consciência é ato de nascimento que se supera. A história é a verdadeira história natural do homem. (Marx, 1974, p. 47)

Depreende-se com muita clareza que a consciência tem caráter ativo, que é partícipe do processo de autossuperação na história, de modificação das sociabilidades humanas. Estranho, de fato, seria supor diferente. O pensamento está, pois, entrelaçado ao “modo de existência efetivo”, de tal maneira que “pensar e ser são pois, na verdade, *diferentes*, mas, ao mesmo tempo, formam em conjunto uma *unidade*” (Marx, 1974, p. 16). É uma “unidade do diverso” que demanda um fator articulador entre pensar e ser, um fator, como sugeriu Chasin (2009), que plasma um no outro, que ativa a subjetivação do ser e a objetivação do pensar. Considerando que a história é, como sublinhado na passagem anteriormente destacada, o nascedouro dos homens que se fazem a si mesmos – tendo por ponto de arranque as suas relações sociais reais e históricas –, é plenamente coerente considerar que o entrelaçamento entre pensar e ser, em que o primeiro é predicado do segundo, é medido em termos prático-concretos.

Isso fica patente quando a focalização é de fato a “práxis real”, dos “homens reais e suas consciências reais de suas relações sociais, que aparentemente os confrontam como algo independente” (Marx; Engels, 2007, p. 100). É importante observar o contexto da crítica a Feuerbach por sua negligência quanto à história que coexiste, no entanto, com sua apreensão correta do sensível como atividade concreta. Nesse contexto, restou abertamente declarado que no filósofo em tela o materialismo e a história divergiam entre si. Partindo desse problema identificado e com o propósito evidente de corrigir a divergência, desenvolveu-se a análise a respeito dos pressupostos fundamentais de toda existência humana e, portanto, de toda história do homem (p. 32). Num dos extratos sobre tais pressupostos, ficou explicado que “não são pressupostos

arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (p. 86-87). Acrescentou-se em nota que “o primeiro ato *histórico* desses indivíduos, pelo qual eles se diferenciam dos animais, é não o fato de pensar, mas sim o de começar a *produzir seus meios de vida*” (p. 87).

Trata-se de passagem que exige certo vagar com a precaução de se evitar mal-entendido. Com efeito, a indicação não é de modo algum que o pensamento não tenha desempenhado aí qualquer participação, mas que ele decorreu, teve arranque nessa produção dos meios de vida como pressuposto objetivo histórico-concreto da existência de qualquer consciência que, uma vez assim parida, desaguou novamente nesse mesmo território de origem, potencialmente modificando-o, produzindo novas consequências, novas alternativas e assim por diante. Trata-se, como já dito, de um movimento objetivo, mas de um movimento inacabável por meio do qual se faz a história. Está em jogo o reconhecimento do lado ativo, atuante desses seres sociais interativos diante das forças orgânicas e inorgânicas, diante das próprias forças sociais, o reconhecimento de que “tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles”, de que o que são “depende das condições materiais de sua produção” (Marx; Engels, 2007, p. 87), do quê e de como fazem. Em suma, eles são o que fazem. E é essa atuação no interior e por meio de relações sociais históricas o autêntico motor do movimento, o fundamento material peculiar da história que permite constatar que “*tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim eles pensam*” (Chasin, 2009, p. 110).

Nesse movimento incidiram historicamente diversos fatores. Entre eles, destacam-se cinco momentos que conservam, é bom que se grife, algo de *simultaneidade*, porém, de arranque fundante na atividade social: produção dos meios com vistas às necessidades, novas necessidades superiores, reprodução biológica e social, isto é, a atividade social, um modo de cooperação social e por fim consciência social (Marx; Engels, 2007, p. 33-36). Não vem ao caso repisar a longa e notória passagem para descrever tais momentos simultâneos, bastando sublinhar que o destaque é atribuído à consciência, ao final da longa passagem, como um produto social inicialmente ligado à práxis, mas a

Determinação social do pensamento econômico

histórica introdução da divisão técnica e social do trabalho desenvolvida de modo natural-espontâneo criou as condições de possibilidade para uma certa *autonomização relativa* da consciência por meio de seu desenvolvimento heterogêneo e desigual em relação ao seu território de origem. Estabeleceu-se novas condições para que se pudesse imaginar (erroneamente) a existência da consciência desprendida de qualquer condição objetiva, tal como a práxis, a estrutura social etc. Mas, contrariamente, a consciência está intransigentemente enlaçada às suas condições objetivas e apenas imaginativamente se pode delas abstrair. E não há qualquer motivo aparente para não admitir que tal consciência, seja *imediatamente* no “trabalho dos homens sobre a natureza”, seja *mediatamente* no “trabalho dos homens sobre os homens” (p. 39) – e por isso mesmo, relativamente autonomizada –, não produza efeitos sobre a própria práxis. Antes, ao contrário. Sejam falsas ou verdadeiras, as ideias provocam a práxis continuamente, e por isso podem produzir, de forma mediada novamente pela atividade concreta, modificações nas estruturas sociais, na divisão do trabalho etc., engendrando adiante novas formas de consciência social.

Fosse diferente, deveríamos admitir o absurdo da atividade produtiva humana sem qualquer teleologia, por exemplo. Ou, ainda, ao tomar um momento de maior grau de desenvolvimento heterogêneo e desigual entre pensamento e suas condições de possibilidade, desprezar inteiramente que as ideias dominantes produzam efeitos sobre a vida social num dado contexto histórico particular. Já é amplamente reconhecido que as “ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes”, que “toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas” (Marx; Engels, 2007, p. 47-48). Está em tela o nexos fundamental entre pensamento e realidade, pois “ao mudarem as relações de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções e conceitos”, isto é, “muda a sua consciência”. Demonstra a “história das ideias senão que a produção intelectual se transforma com a produção material”, que as “ideias dominantes de uma época sempre foram as

ideias da classe dominante” (Marx; Engels, 2005, p. 56). Aqui, é importante dizer, não estão *prioritariamente* em causa a falsidade ou verdade dessas ideias dominantes, mas sua ancoragem nas condições objetivas e, simultaneamente, sua potência sobre a vida social donde foram paridas.

Diante disso, torna-se inteiramente improcedente apreender o plano das ideias como fosse mero epifenômeno impotente diante da práxis e, por decorrência, das condições possibilitadoras. Ao contrário, está enlaçado pela atividade social concreta. Aliás, é “na prática que homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade, o poder, a natureza ceterior de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente escolástica” (Marx; Engels, 2007, p. 533). Considerando que as ideias dominantes em certos momentos de fato produzem efeitos sobre a vida da sociedade, é inteiramente consequente que a vida cotidiana desempenhe um “papel decisivo como mediação entre a condição econômica e a ideologia dessa decorrente” (Lukács, 2013, p. 481). Isso apresenta questões importantes e que serão retomadas adiante na *análise da eficácia* e na *análise ontognosiológica*. No momento, é importante apenas destacar que essa vida cotidiana, essa “vida social é essencialmente *prática*” (Marx; Engels, 2007, p. 533) e é nela que deságua formas de consciência produzidas com potencial de modificação ou preservação das próprias condições econômicas ao fundo, na medida em que a práxis é condicionada em direções peculiares, das quais decorreram novas formas de consciência social.

Até este momento, estamos considerando certos elementos num plano mais alto de abstração. Esperamos que, no entanto, já tenha ficado clara a existência de um movimento na relação entre pensamento e realidade material que formam uma unidade mediada pela atividade social concreta. Isso vale para o plano da relação mais imediata entre objetividade e subjetividade, como no exemplo do trabalho mais simples, tanto quanto vale para o plano mais mediatizado da relação entre condições econômicas e formas de consciência social mediadas pelo cotidiano prático-concreto. Nessa direção, há exemplo significativo no *18 Brumário*, de 1851, material no qual Marx registrou análises do contexto francês daqueles anos. Nessa análise surgem relacionadas as formas de consciência e os interesses sociais à luz das condições sociais de

Determinação social do pensamento econômico

existência, não sem reconhecer o complexo de outros fatores atuantes – o que é evidentemente importante. Numa passagem decisiva para nossos interesses, Marx escreveu que:

Sob os Bourbon haviam governado a grande propriedade fundiária com os seus padrecos e lacaios, sob os Orléans as altas finanças, a grande indústria, o grande comércio, isto é, o capital com o seu séquito de advogados, professores e grandiloquos. O reinado legítimo foi apenas a expressão política do domínio tradicional dos senhores de terras, assim como a Monarquia de Julho havia sido apenas a expressão política do domínio usurpado dos *parvenus* [novos-ricos] burgueses. Portanto, o que mantinha essas facções separadas não foram os seus assim chamados princípios, mas as suas condições materiais de existência, dois tipos diferentes de propriedade, foi a antiga contraposição de cidade e campo, a rivalidade entre capital e propriedade fundiária. Quem negaria que, simultaneamente, velhas lembranças, inimizades pessoais, temores e esperanças, preconceitos e ilusões, simpatias e antipatias, convicções, artigos de fé e princípios os ligavam a esta ou àquela casa real? Sobre as diferentes formas da propriedade, sobre as condições sociais da existência se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar. Toda a classe a cria e a molda a partir do seu fundamento material e a partir das relações sociais correspondentes. (Marx, 2011a, p. 60; 1960, p. 139)

Fica bastante patente a ancoragem das formas de consciência nas condições sociais da existência das facções envolvidas, sem mencionar todo o conjunto de sentimentos, ilusões etc., sintetizados nessa “superestrutura”. A questão crucial é que essas formas de consciência social não são compreendidas na ausência do “fundamento material” e das “relações sociais correspondentes”. Na sequência, Marx destacou o papel ativo dessa superestrutura e, logo, das formas de consciência que nos interessa sublinhar:

O indivíduo isolado, para o qual ela [aquela superestrutura] flui mediante a tradição e a educação, pode até imaginar que eles [princípios, preconceitos etc.] constituem as razões que propriamente o determinam e o ponto de partida da sua atuação. Enquanto os orleanistas, os legitimistas, cada uma das facções tentava convencer a si mesma e a outra de que a sua adesão às suas respectivas casas reais as separava, os fatos acabaram demonstrando que foi, antes, o seu interesse dividido que impedia a união das duas casas reais. E, assim como na vida privada se costuma diferenciar entre o que uma pessoa pensa e diz de si mesma e o que ela realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se diferenciar tanto mais as fraseologias e ilusões nutridas pelos partidos do seu real organismo e dos seus reais interesses, distinguir as suas concepções em relação à sua realidade. (Marx, 2011a, p. 60-61; 1960, p. 139)

A mediação em destaque assume a figura da “tradição e a educação” por meio das quais fluem aquela rica e diferenciada superestrutura. Não obstante, a questão mais decisiva está em reconhecer que as formas de consciência (mas também os sentimentos, ilusões etc.) *fluem* para a vida social e alcançam inclusive a atividade singular no plano individual. É incontornável insistir na existência de um movimento histórico na unidade geral entre ser e pensar mediados pela prática, pela atividade social, considerar, portanto, a relação entre as condições econômicas, a vida cotidiana prático-concreta e as formas de consciência.

É importante dizer que essas considerações não se alteram no caso de observarmos exemplaridades ainda mais específicas do que a proporcionada pelo *18 Brumário*. Temos aqui em mente problema da consciência de ordem científica (categorias, teorias). Nessa direção, o destaque recai sobre o pensamento econômico em particular como objeto precípua deste livro, apreendendo a “*economia política inglesa*”, por exemplo, como “o reflexo científico das condições em que se encontra a economia inglesa” (Marx, 2010a, p. 30-31).

Cabe, no entanto, o registro de importante ressalva. Devemos estar aqui na companhia da moderação para que o tema não seja tratado para além daquilo que é necessário no momento: o destaque do movimento ou da predicação ativa do pensamento (econômico, no caso). E não devemos abandonar o comedimento precisamente para não invadir demasiadamente os demais capítulos, cada qual ocupado de modo pertinente com maiores detalhes. E isso tanto mais porque a predicação ativa do pensamento econômico que perseguimos aqui será analisada a partir da própria unidade do método materialista voltado precisamente, em sua integralidade, para a captura do movimento entre pensamento e realidade. Além da natureza do pensamento econômico como objeto ideológico, de sua gênese e de seu retorno sobre a vida econômica da sociedade convertendo-se em “força material”, haverá lugar para avaliação dos espelhamentos científicos envolvidos, isto é, a problemática da objetividade científica do pensamento econômico em específico.

Isto posto, vale o registro feito na *Miséria da filosofia*, de 1847, em que Marx estabeleceu seu juízo crítico com relação a Proudhon. Mais importante é o fato de que, ao fazê-lo, considerou aspectos importantes a respeito do pensamento econômico. Lá sugeriu que as

Determinação social do pensamento econômico

“categorias econômicas são expressões teóricas, abstrações das relações sociais da produção” (Marx, 1985a, p. 106). É decisivo no caso sublinhar as categorias econômicas com as quais evidentemente opera o pensamento econômico. Explicou Marx que são estabelecidas tais “categorias de acordo com as suas relações sociais”, essas “categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são *produtos históricos e transitórios*”. As formas de consciência de talhe econômico não formam exceções às considerações feitas anteriormente. Decorrem das condições materiais, das relações sociais, donde colhem as categorias como sua matéria-prima.

Da mesma forma, a “produção intelectual” que caracteriza o pensamento econômico é produto correspondente a tais condições, mas também produto ativo, interativo sobre as suas condições objetivas de possibilidade. À guisa de exemplo, Marx pôde sugerir, em 1844, que as ideias de Adam Smith, como exemplar do pensamento econômico de então, caracterizaram-se como “um produto da energia real e do movimento da propriedade privada [...], como produto da indústria moderna” e, ao mesmo tempo, como elemento que “acelera e enaltece a energia e o movimento dessa indústria, transformando-a numa força da consciência” (Marx, 1974, p. 9). Fica reconhecido, *no caso em tela*, o lado ativo da economia política como forma de consciência científica. O potencial de influência, segundo Marx, estaria confirmado naquelas condições históricas – e não é inoportuno dizer que tal potência está sempre aberta a investigações complementares. Assim, tal forma de pensamento econômico não se caracterizou apenas como produto, mas também como força atuante, de efeitos averiguáveis e verificáveis.

Esse tipo de reconhecimento das potencialidades envolvidas no pensamento econômico compareceu muitos anos mais tarde em estudo mais claramente voltado ao pensamento econômico. No material que ganhou nome póstumo de *Teorias da mais-valia*, Marx analisou “criticamente as formações ideais da ciência econômica avaliando os seus diferentes graus de aproximação da realidade, nunca deixando de apontar os pontos de vista sociais dos quais essas promanam” (Vaisman, 1996, p. 206). Mais especificamente, reforçou a importância das considerações do caráter histórico de um modo de produção para que uma formação ideal se tornasse compreensível. Explicou que se “não se concebe a própria produção material na forma histórica *específica*, é impossível

entender o que é característico na produção intelectual correspondente e a interação entre ambas”. É decisivo destacar o caráter interativo entre a “produção intelectual” e a “forma histórica específica” da produção material. Assegurou que “da forma específica da produção material resulta: 1) determinada estrutura da sociedade e 2) determinada relação dos homens com a natureza. As duas determinam o governo e a visão intelectual dos homens. Em consequência, também o gênero da produção intelectual” (Marx, 1980-1985, p. 267, ver também p. 269). Seria possível incluir aí a potência científica dessa “visão intelectual”, além de seus efeitos sobre a vida econômica donde partiram.

Se, como dito antes na figura da “economia política inglesa”, podemos apreender o pensamento econômico como uma espécie de “reflexo científico” das condições histórico-concretas particulares, devemos considerar não apenas tais condições econômicas ao fundo, mas igualmente a vida cotidiana que medeia essas condições e a forma de consciência delimitada como pensamento econômico. Queremos com isso destacar não apenas o caráter de produto do pensamento econômico como também seu lado ativo, pelo menos em seus termos intelectualmente propositivos – uma vez que sua influência efetiva será assunto de nossas considerações futuras. Por isso é plausível relacionar o pensamento econômico às questões colocadas no próprio cotidiano da vida material, donde é possível iluminar o caráter de resposta desse pensamento a tais questões objetivas postas. Como sugeriu Dobb, a

economia política e as controvérsias de que é objeto, têm sentido como resposta a certos problemas de natureza essencialmente prática – problemas relativos à natureza e ao comportamento do sistema econômico que conhecemos como capitalismo; e de que estas questões são fundamentais, tanto para a plena compreensão do desenvolvimento do pensamento econômico, como para relações entre esse pensamento e a prática. (Dobb, 1937, p. vii)

Tais respostas potencialmente retroagem sobre a realidade com potência variada que é, como dito, matéria de averiguação e verificação sistemáticas e proporciona o terreno mais adequado para considerar a conversão das formas de consciência (ou tais respostas) em ideologias propriamente, como veremos em maiores detalhes no capítulo dedicado à *análise da eficácia*. O que cabe destacar sumariamente no momento, e com ênfase, é que o pensamento econômico se constitui como

respostas aos problemas e contradições do modo de produção e que podem obter de fato efetividade. A questão que deveremos responder adiante é como e em quais circunstâncias uma “teoria econômica”, por assim dizer, transforma-se em ideologia com “força material”. Mas a tendência geral, mesmo no contexto do marxismo, foi mais forte na direção de tomar o pensamento econômico no sentido de conjunto de ideias produzido num tempo e lugar. A “ideologia”, nesse contexto do marxismo, foi apreendida como, por exemplo, “um *sistema* completo de pensamento, ou a um conjunto coordenado de convicções e ideias que formam uma estrutura, ou grupo, a nível superior, de conceitos relacionados, para chegar a noções, análises, aplicações e conclusões mais específicas e particulares” (Dobb, 1977, p. 10). Ainda nesse contexto, a “ideologia” foi considerada “como um sistema, uma totalidade orgânica de conceitos e proposições interconectados logicamente” (Rubin, 2014, p. 30). São questões às quais voltaremos para considerações mais detidas adiante. Aqui cabe sublinhar que como um “sistema de pensamento” – ou como designado no próximo capítulo – como “fato doutrinário”, a apreensão é correta para o pensamento econômico como forma de consciência, como produto histórico de condições concretas particulares. No entanto, reservaremos apropriadamente *ideologia*, seguindo mais de perto a posição de Lukács (2013) – e em certa medida também de Marx –, para o pensamento econômico com o fito de destacar o lado ativo dessa forma de consciência, quando retroage sobre a vida econômica da sociedade e não tão somente como respostas intelectualmente propositivas, mas quando tais respostas obtêm efetividade nesse plano, quando, verdadeiras ou falsas, puderam condicionar a práxis em contextos históricos particulares.

Podemos antecipar em benefício de expor a unidade do método materialista que, em termos generalíssimos, as ideias econômicas assumem a forma de ideologia, não por sua falsidade ou correção, mas na medida em que passam a desempenhar uma função específica na realidade, na vida econômica da sociedade. As ideias não nascem necessariamente como ideologias, como insistiu corretamente Lukács (2013), mas transformam-se em ideologias, uma vez que “essa transformação depende de vir a desempenhar uma função precisa junto às lutas sociais em qualquer nível destas” (Vaisman, 2010a, p. 51). A “ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a

práxis social humana consciente e capaz de agir” (Lukács, 2013, p. 465). Assim, certas ideias econômicas, falsas ou verdadeiras, são convertidas em ideologias quando grupos humanos as tomam para o desenrolar do conflito essencial (e derivados) materializado nas decisões sobre as relações sociais de produção e distribuição da riqueza social sob uma dada modalidade de organização das necessidades sociais (reais ou ilusórias) e das capacidades sociais (subjetivas e objetivas, incluindo os meios de produção). Veremos, no próximo capítulo, como essa produção e distribuição da riqueza impõem a necessidade de resposta. Diante disso, classes, camadas e suas articulações tomam tais ideias no movimento de dar direção àquele conflito porquanto é por mediação dessas “formas ideológicas” que os homens “tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim” (Marx, 1974, p. 136). Assim, essas ideias desaguiam na realidade social e procuram dar, com eficácia variada, certa direção aos variados comportamentos humanos no cotidiano da vida econômica da sociedade, avançando, retroagindo ou preservando as condições econômicas ao fundo.

Não devemos ir mais longe no tema neste momento de modo a evitar a interferência indevida de questões a serem tratadas de maneira dedicada. Mas essas colocações postas são importantes para dar os contornos mais gerais do movimento entre ser e pensar que estamos considerando como predicação ativa do pensamento. Partindo de sua gênese das condições materiais por mediação da atividade social, guarda potencial de retroagir sobre suas condições de origem por mediação também da atividade social. Esse movimento é por si mesmo tão central a qualquer postura aberta e direta mediante a realidade objetiva que, não por acaso, jamais poderia ser plenamente ignorado mesmo por aqueles que se colocam mais refratários ao materialismo.

Vale, pois, observar no exemplo de Roll (1973; 1977) certos aspectos muito importantes que refletem com clareza solar os apontamentos realizados até aqui e que terminam por reforçá-los uma vez mais. O exemplo é relevante na medida em que o autor parece desconhecer todos os principais avanços que a tradição materialista já tinha alcançado desde Marx. Roll (1973; 1977) alimentou uma “posição intermediária” entre a visão de que o “aparecimento das ideias é inteiramente fortuito” e o tipo de “interpretação unitária da História, como a marxista –, de que este depende, no fundamental, de alguns fatores

Determinação social do pensamento econômico

permanentemente ativos, em particular o material” (1973, p. 7, 1977, p. xiv). Roll parecia desconhecer que o materialismo está, na verdade, voltado para o movimento e não para uma via única por nós já criticada anteriormente. A despeito disso, sustentou que seu próprio “método” se baseava na “opinião de que o processo pelo qual as ideias se formam é suscetível de análise sistemática [*systematic analysis*]”. Insistiu que, em “essência, o surgimento das mais importantes manifestações do pensamento não é fortuito, mas dependente de causas que podem ser descobertas [*discovered*]” (1973, p. 14, 1977, p. xxvi). Sugeriu ainda o fundamento na “convicção de que a estrutura econômica de uma dada época e as mudanças que sofre são os determinantes *últimos* do pensamento econômico”. Depois de considerações importantes e ressalvas sobre as dificuldades analíticas envolvidas, dado que a “cadeia causal é extensa e sinuosa” e que uma “infinitude de outros fatores causais” (1973, p. 14, 1977, p. xxvi) operam sobre as doutrinas econômicas, considerou ser “inegável que as ideias influenciam o desenvolvimento da prática econômica” (1973, p. 15, 1977, p. xxvii).

Essas indicações são suficientes para demonstrar que a preocupação com a predicação ativa do pensamento não é exclusiva do materialismo. E por qual motivo? Uma vez que se constitui traço objetivo do relacionamento entre as condições de possibilidade e as formas de consciência, essa predicação ativa do pensamento deve necessariamente saltar da realidade e mostrar-se incontornável mesmo a intelectuais afastados do materialismo. Ainda assim, foi nessa tradição que tal predicação ativa ganhou expressão mais consciente na unidade de seu método, mesmo que tais intelectuais não reconheçam o mérito devido.

Por isso, devemos encaminhar a conclusão deste capítulo retomando a consideração sobre a unidade geral entre ser e pensar mediados pela prática, pela atividade social, considerar, portanto, a relação entre a condição econômica, vida cotidiana e formas de consciência. Nessa unidade e relacionamento, o pensamento econômico como forma de consciência científica historicamente determinada, e não importando seu grau de correção ou objetividade, pode se transformar em ideologia e promover efeitos concretos, potencialmente direcionando, modificando, retardando etc., tendências na vida cotidiana de onde foi parido que, por sua vez, medeia possíveis efeitos sobre as condições econômicas. Por decorrência das possíveis mudanças estruturais da base

material provocadas por mediação da atividade social, altera-se também a prática nessa vida material, cotidiana, reconfigurando consequentemente, de maneira desigual obviamente, as formas de consciência, incluindo o próprio pensamento econômico como reflexo científico peculiar.

É desse movimento que se trata na unidade do método. Mas esse movimento depende de extração concreta e não se configura como teoria geral das ideologias ou coisa que o valha. Esse movimento da predicação ativa do pensamento, de sua gênese à desembocadura na vida econômica, requer, igualmente, elementos avaliativos das formas de consciência ainda que estas sejam relativamente independentes dos seus graus de correção. Não obstante, a unidade do método materialista não estará jamais completa sem a análise da objetividade filosófico-científica envolvida. Os próximos capítulos cuidarão desses elementos que dão o caráter unitário ao método materialista voltado ao estudo do pensamento econômico. Devemos começar por sua natureza como *objeto ideológico*.

III

Objeto ideológico

Uma vez estabelecidos, na discussão precedente, os fundamentos acerca da relação de *predicação ativa do pensamento*, inclusive no que tange ao pensamento econômico, devemos agora considerar inicialmente a natureza do pensamento como objeto de investigação e, da mesma forma, o pensamento econômico propriamente como tal objeto. O propósito presente é alcançar a diferença específica do pensamento econômico tomado como forma de consciência científica e objeto ideológico delimitado.

Ao fundo, a questão deve ser a seguinte: a variação das formas de consciência (consciência prática, consciência científica, consciência filosófica, consciência política etc.) cria obstáculos à consideração geral de um método materialista comum?

O ponto de partida para essa questão é a diferenciação geral entre “objeto ideológico” e “objeto concreto”. Como sabemos (Chasin, 2009; Lukács, 2012), o segundo exige expedientes tais como, abstrações, expedientes isoladores e articuladores, dados empíricos, captura da lógica própria e exposição científica tendo em vista o movimento real. Tais expedientes foram especialmente desenvolvidos tendo em vista o “modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e circulação” (Marx, 2013, p. 78) com a “finalidade última” de “desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna” (p. 79). Por seu lado, o primeiro possui uma cristalização mais clara em materiais impressos e registros outros. No exemplo também de Marx, vale o legado das investigações críticas contidas em obras tais como *A ideologia alemã*, *A sagrada família*, inclusive obras econômicas, como *Teorias da mais-valia*. Quase sempre, senão sempre, o conteúdo geral

do objeto ideológico assume, ou pode assumir, a forma de texto ainda que, em última instância, a referência seja o plano concreto correspondente. Não se trata propriamente, nesse caso, de uma investigação diretamente concreta para “se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno” (Marx, 2013, p. 90), como no caso do objeto concreto. Considerando a natureza do objeto ideológico como forma de pensamento, sem história própria ou independência das condições materiais, das ideias precedentes, dos condicionantes políticos etc., o método é *relativamente* outro. Há semelhanças, mas também diferenças importantes.

Tais diferenças tem lugar especial na tradição materialista por motivos nem sempre bem esclarecidos. Mesmo porque o debate secular a respeito do método desenvolvido por Marx para o estudo dos objetos concretos deu destino muitas vezes problemáticos. Algumas tendências caminharam para a integração do marxismo com o kantismo, com o weberianismo, com o positivismo e com outras opções disponíveis, com propósitos de sanar supostas lacunas do materialismo. Outras seguiram a trilha conhecida por materialismo histórico e dialético cujo destino, como panfletagem do regime soviético, não foi mais brilhante, reforçando, adicionalmente, um entendimento esquemático de princípios a serem identificados na realidade. Isso para citar as linhas mais comuns. E o quadro tem piora com o predomínio especialmente de tendências subjetivistas da teoria do conhecimento no século XX, como alertou Lukács (2012), impedindo a constatação fundamental de que “todos os enunciados concretos” de Marx são “enunciados diretos sobre certo tipo de ser, ou seja, são afirmações puramente ontológicas” (p. 281).

As implicações dessa constatação são vastas. Especificamente com respeito ao caminho do conhecimento, aquele que vai do concreto ao abstrato (Marx, 2011b, p. 54), do material ao ideal, resultou no reconhecimento de que, sem “estrada real para a ciência”, “galgar suas trilhas escarpadas” (Marx, 2013, p. 93) leva da coisa ao método e não, como restou notabilizado pela teoria do conhecimento predominante, do método à coisa. Nessa problemática:

Se por método se entende uma arrumação operativa, *a priori* da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os quais o investigador deve levar a cabo seu

Determinação social do pensamento econômico

trabalho, então, não há método em Marx. Em adjacência, se todo método pressupõe um fundamento gnosiológico, ou seja, uma teoria autônoma das faculdades humanas cognitivas, preliminarmente estabelecida, que sustente ao menos parcialmente a possibilidade do conhecimento, ou, então, se envolve e tem por compreendido um *modus operandi* universal da racionalidade, não há, igualmente, um problema do conhecimento na reflexão marxiana. (Chasin, 2009, p. 89)

Existe tal problema do conhecimento, entretanto, que demanda ser colocado de modo adequado. Sem a pretensão de considerar na extensão que o assunto merece, mesmo porque certos aspectos essenciais serão retomados em capítulos posteriores, cabe aqui referir que se trata da “atividade do pensamento de rigor como reprodução teórica da lógica intrínseca ao objeto investigado” (Chasin, 2009, p. 90). Diante desse parâmetro, o método é uma resultante da investigação do objeto inquerido, pois é o próprio objeto que parametriza os meios adequados para conhecê-lo. Por isso, em termos gerais, é possível sublinhar que, “sob a consciente modalidade do rigor ontológico, a consciência ativa procura exercer os atos cognitivos na deliberada subsunção, criticamente modulada, aos complexos efetivos, às coisas reais e ideias da mudaneidade” (p. 58). Mas como, apesar de pertencentes e relacionadas na mudaneidade, as coisas reais e as ideais possuem propriedades diferentes (porém, não excludentes, como veremos em seguida), podemos registrar por antecipação que o caminho a ser percorrido à investigação das formas de pensamento possui escarpas próprias. Marx (2013) sugeriu que “na análise das formas econômicas [objeto peculiar, “coisa real”] não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. A força da abstração deve substituir-se a ambos” (p. 78). Para estudar o pensamento econômico que se volta a tais formas, por seu lado, tais aparelhos e substâncias também são imprestáveis; mas não a “força da abstração”, a subordinação ativa da cognição à coisa investigada.

Por isso também não parece ser o caso de recusar todo ponto de semelhança entre o estudo das coisas reais e das ideais. As dessemelhanças não tornam o plano das ideias um outro “tipo de ser”, pois já sabemos que decorre das modalidades historicamente configuradas do ser social. Claramente, as formas de pensamento cobram postura semelhante por parte do investigador, isto é, da exigência de apropriação da forma de pensamento em suas minudências, analisar sua lógica, estrutura e contradições, exercitando inúmeras e sucessivas aproximações e

sob a exigência de subordinação da subjetividade interessada ao seu objeto de inquirição como condição à apropriação devida de sua natureza, de sua estrutura e suas propriedades imanentes. É um tema que nutre diferenças, como alertou Chasin (2009), em relação às “hermenêuticas da imputação” e à pura exegese do texto, tema ao qual voltaremos mais detidamente como parte constitutiva da unidade do método materialista, especificamente no que diz respeito à *análise histórico-imanente* e à *análise ontognosiológica*. O que nos interessa no momento é o reconhecimento da diferença específica da forma de consciência como “objeto ideológico”, sua natureza desmaterializada (Vaisman; Fortes, 2010, p. 25), por assim dizer, com o propósito de fixar o pensamento econômico nesse quadro. Nessa direção, considerando que as formas de consciência são variadas, incluindo as não sistemáticas, como no exemplo da consciência prática que portam os agentes econômicos diretamente envolvidos na produção, cabe a delimitação do objeto ideológico como “*fato-doutrinário*” na qualidade de:

constelação global do pensamento de um autor, ou uma parte desse mesmo conjunto [abrangendo mais de um autor, inclusive períodos, quando for o caso]. É simples designativo de uma dada entidade de pensamento, podendo ser usado para indicar qualquer manifestação de pensamento explicitamente oferecida. Com ela queremos simplesmente indicar um objeto que tem nos textos sua expressão objetiva [ou que possa assumir essa forma]. (Chasin, 1978, p. 60)

É importante ter em mente que as consciências prática e científica, por exemplo, podem se encontrar em um mesmo ideólogo. Mas aqui o fito é tão somente o de excluir das nossas preocupações imediatas o estudo das consciências eminentemente práticas, como a do capitalista no jogo econômico dos ganhos e perdas etc. (ver Bicalho, 2014). Ao diferenciarmos, de um lado, objetos concretos e consciência prática e, de outro lado, objetos ideológicos como fatos doutrinários, as dessemelhanças entre as formas de consciência econômica, política, jurídica etc., não parecem estabelecer variações tais que tornariam necessário um posicionamento divergente quanto ao aspecto do método, levando-se também em conta o caráter mais sistemático dessas formas de pensamento as quais podem assumir a forma de texto, como “expressão objetivada do pensamento” (Lukács, 2020, p. 10).

Assim, podemos reter certa homogeneidade metodológica para

Determinação social do pensamento econômico

tratar de objetos ideológicos enquanto fatos doutrinários dadas as semelhanças, cabendo ainda a delimitação adequada de tal objeto. Nessa delimitação, dada por aproximação preliminar, é muito frequente metodologicamente “recorrer somente ou sobretudo aos expoentes mais representativos de determinadas linhas” (Lukács, 2012, p. 105), mas não se configura como exigência incontornável. A decisão depende das problemáticas envolvidas, podendo ser um autor, partes de seus materiais, um conjunto de autores, de uma ou várias correntes e tendências, um movimento de um período ou de diferentes períodos, considerando as diferentes naturezas (filosófica, política, econômica etc.). A depender da extensão e profundidade, não se ignora a hipótese de o objeto ideológico ter desenvolvimento histórico por etapas ou fases, cobrindo diferentes períodos. São muitas as possibilidades.

Nisso se vê que a delimitação do objeto ideológico já pressupõe as aproximações sucessivas anteriormente aludidas, que produzem, entre outras coisas, certas evidências iniciais, hipóteses de trabalho, e cria as condições para aqueles recortes legítimos e viabilizadores e que não desfigurem o material sob análise.

A caracterização geral do objeto ideológico é um passo necessário, mas não suficiente para enquadrar o pensamento econômico como nossa matéria de atenção. Como passo necessário, entretanto, coloca diante de nós uma questão decisiva quanto à natureza do pensamento econômico. O passo adiante é precisamente o de delimitar esse pensamento particular como objeto ideológico.

O que o distingue propriamente de outras formas de consciência científica, filosófica, política etc.? Essa questão já consumiu muitas páginas porque é o núcleo, nem sempre reconhecido enquanto tal, das preocupações a respeito da definição da “ciência econômica” pelo menos desde o século XIX. Obviamente que não temos pretensão nem competência para tratar do longo desdobramento dessas investidas. E nosso interesse está mais ligado àquilo que fora acumulado pela tradição marxista nos estudos já realizados em termos de análise da gênese e de análise teórico-histórica (gnosiológica) do pensamento econômico, conforme ainda discorreremos. Logo, a própria consideração do pensamento econômico já impõe investigações prévias necessárias à *determinação da especificidade do pensamento econômico* como forma de consciência científica passível de ser delimitada como objeto ideológico.

Cabem ressalvas iniciais. Ainda que tenha acumulado importantes descobertas nesse terreno, há ainda certas questões que demandam contemporização na tradição materialista. Uma vez que frequentemente a posição marxista é de crítica corretiva à cientificidade do pensamento econômico à luz da lógica efetiva das legalidades do modo de produção capitalista, constituiu-se uma tendência de exclusão do quadro geral expresso como pensamento econômico tanto o próprio pensamento econômico que se originou com Marx quanto aquilo que, nessa tradição, recebeu a designação de “economia vulgar” (considerada “anticientífica”, pura apologia). Mas, para efeito de considerar o pensamento econômico em sua globalidade – seja preponderantemente reacionário, conservador ou revolucionário –, pelo menos aquele cuja referência principal (e não exclusiva) é o modo de produção capitalista, devemos integrar as tendências geralmente excluídas. Isso também é válido para o pensamento econômico potencialmente vulgar e apologético desdobrado nos séculos XX e XXI.

Quanto ao pensamento econômico marxista, não há graves questões envolvidas. Como forma de consciência explícita e declaradamente proletária desde sua gênese, nutriu pretensões de objetividade científica consistentes e com ampla influência ao longo do tempo. Se o impulso de extração da legalidade do movimento objetivo do modo de produção capitalista é adequadamente realizado pelos participantes desse grande programa científico e revolucionário é uma questão importante, porém não atua como critério de exclusão desse pensamento como forma de consciência científica.

A chamada economia vulgar coloca maior dificuldade. E ela diz respeito exatamente ao juízo condicionante sobre seu caráter não científico e o de suas tendências posteriormente desdobradas. Assim, como considerá-las como forma de consciência científica se sua ocupação, como demonstrou fartamente Marx e investigações posteriores, é a apologia *sem disfarces* do modo de produção capitalista? A questão latente é a possibilidade ou não de tomar a economia vulgar no interior do pensamento econômico como forma de consciência científica considerando, ao mesmo tempo, que não se trata de expressão rigorosamente científica e que, mesmo a apologética, não pode abrir mão integralmente da referência àqueles elementos que constituem o modo de produção capitalista como objeto de preocupação dessa forma de

Determinação social do pensamento econômico

consciência. Mesmo porque, como Marx registrou, a economia vulgar fez hipérboles de certos aspectos tendencialmente apologéticos já contidos na economia política clássica e em suas tendências de objetividade científica para fazer da apologia seu esporte:

Say separa as ideias vulgares que aparecem na obra de Smith e fixa-as como cristalização independente. Depois, Ricardo e o desenvolvimento posterior da economia iniciado por ele também provêm com novos suprimentos o economista vulgar (este nada produz do próprio), e quanto mais a economia se aperfeiçoa, se aprofunda e se desenvolve como sistema contraditório, com tanto mais independência se lhe contrapõe seu próprio elemento vulgar, enriquecido com material que apronta a seu modo até encontrar por fim sua melhor expressão em compilações que são produtos de um sincretismo erudito e de um ecletismo sem princípios. (Marx, 1980-1985, p. 1539)

Vale o acréscimo, seguindo Marx (2013), da tendência também já contida na economia política clássica por mover-se dentro do horizonte burguês, promovendo, pelo menos como *missão social* de *eficácia potencial* (como tematizado no capítulo dedicado ao assunto), a naturalização do modo de produção capitalista como derradeira forma de organização da vida econômica. Ou, mesmo no caso de sua mais alta expressão de cientificidade na figura de Ricardo, ter o capital industrial como ponto de vista da análise.

Não é, de modo algum, uma envergonhada reabilitação da apologia ou coisa que o valha. Trata-se de tomar o pensamento econômico como um fenômeno unitário ainda que diverso, como forma de consciência científica que contém, e não exclui no caso, o déficit de objetividade científica entre suas distintas tendências. É uma unidade que comporta inclusive as imposturas intelectuais, como no exemplo da própria economia vulgar como reação às conclusões críticas ao capitalismo propiciadas pela economia clássica ou, ainda, como no daquelas reações ao marxismo que fizeram época na virada entre os séculos XIX e XX.

Assim admitido, é possível considerar a economia vulgar e suas variantes no pensamento econômico, a despeito de suas hipérboles apologéticas. Somados a ela, incluem-se a economia política clássica, as tendências sincréticas, a escola histórica alemã, o marginalismo, os neoclássicos, institucionalistas, a escola de macroeconomia, o monetarismo, mas não sem acrescentar a escola socialista, o pensamento econômico marxista, os românticos, os desenvolvimentistas, entre outras

tendências, como aquelas sob a rubrica do “neo” ou “pós” que cortam também os últimos dois séculos. A diversidade não se reflete apenas nas suas tendências divergentes, mas também, como sugeriu Dobb (1932), tais tendências elegeram problemas distintos a serem enfrentados.

E o que haveria de *comum* entre todas essas correntes, mesmo contrariamente às volições de seus protagonistas ou às ramificações das especialidades, e que refletiria a diferença específica do pensamento econômico como objeto ideológico? Primeiramente, a forma de consciência científica que estamos perscrutando possui especificidades distintas que somente veem à luz por comparação com outras formas, a exemplo da política e da filosofia.

Podemos recorrer às sínteses de Lukács (2013) a esse respeito. Para ele a “ideologia política visa apreender de modo real, prático, os momentos de cada complexo de crises, cuja decisão pode levar mais ou menos espontaneamente ao deslindamento prático do complexo global”. Por seu turno, “toda filosofia significativa”, como exemplar das “ideologias puras” (mais “desmaterializadas” do que a política, por exemplo), está “empenhada em oferecer um quadro geral do estado do mundo, que da cosmologia até a ética, procura sintetizar todas as conexões de tal maneira que, a partir delas, também as decisões atuais se revelam como momentos necessários das decisões que determinam o destino do gênero humano” (p. 555).

Essa diferenciação não deve nos cegar para as complexas e importantes reciprocidades tendenciais e, pois, sem garantias, como, por exemplo, o “princípio ativo” da vinculação criticamente moldada entre ciência e filosofia em que a primeira “geralmente controla “a partir de baixo” se as generalizações ontológicas nas sínteses filosóficas se encontram em consonância com o movimento real do ser social, se elas não se distanciam do ser social de modo abstrativo”. Trata-se de controle a partir da datidade como reguladora da filosofia. Por seu turno, esta “exerce uma crítica ontológica permanente das ciências “a partir de cima”, ao controlar continuamente em que medida cada questão singular é tratada, tanto no plano estrutural como no plano dinâmico, ontologicamente no lugar correto, no contexto correto, se em que medida a submersão na riqueza das experiências concretas singulares não conflui, mas aumenta e aprofunda o conhecimento das tendências contraditórias e desiguais de desenvolvimento da totalidade do ser social”.

Determinação social do pensamento econômico

Em termos sintéticos, o controle atua para que, por via a ciência, não se construa um labirinto sem saída de minudências empíricas singulares. E ambas, nessa reciprocidade crítica, “estão direcionadas simultaneamente também para a ontologia da vida cotidiana” (p. 570).

Considerando a ciência mais isoladamente, é possível constatar que a consciência científica está sempre, mesmo contrariando as declarações de seus agentes, voltada para as propriedades das coisas às quais faz referência. Seu marcador principal está nas propriedades dessas coisas, do que elas são, de seus nexos e movimentos. Se as respostas apresentadas por tais agentes estão ou não alinhadas a isso, se há ou não admissão explícita dessa orientação, se ocorre desvio deliberado ou não, se predomina a honestidade subjetiva ou a perfídia, a difamação, a distorção, o mascaramento etc., é assunto inclusive explicável pelas condições históricas então postas. Mas o que vem ao caso é a orientação básica às coisas existentes.

Lukács (2013) nos auxilia também nessa questão por meio da comparação entre ciências naturais e ciências sociais. Entre elas, está aquilo que as iguala, isto é, a tendência, a “aspiração por conhecer a realidade objetiva, como ela é em si” (p. 567). Sem garantias de realização dessa tendência ou aspiração (por ser, como veremos, uma resultante histórica), persevera nas ciências da natureza um “modo socialmente espontâneo, visto que seus resultados só podem desempenhar um papel ativo e positivo em caso de execução aproximadamente bem-sucedida de tal intenção na reprodução material do ser social” (p. 567). Isso não exime, mas intensifica a vinculação, mesmo que remota, das ciências da natureza com “posicionamentos quanto ao respectivo estado das forças produtivas, quanto ao respectivo estado da sociedade” (p. 568).

Isso também é válido para as ciências sociais, mas com especificidade importante. As ciências sociais, em termos *inevitavelmente constitutivos*, visam a “provocar modificações na consciência dos homens” (p. 563), isto é, influir de alguma maneira na apresentação de alternativas, nas escolhas e nos comportamentos diante do “o que fazer?” que emerge necessária e renovadamente das condições materiais da vida cotidiana (da forma como veremos em maiores detalhes na *análise da eficácia*). Como o homem é, seguindo Lukács (2013, p. 303), “por natureza um ser que responde” às questões que assim brotam da vida cotidiana, as práticas sociais mais desenvolvidas, como as próprias

ciências sociais, também são respostas a tais questões cujo alvo, porém, passa por afetar o conjunto das alternativas, escolhas, comportamentos. Por outro lado, o “papel desempenhado por toda ciência social na divisão social do trabalho simultaneamente também propõe a tarefa de retratar, ordenar, expor etc. os fatos e as conexões por ela tratados assim como eles de fato atuaram e atuam na totalidade do ser social” (p. 563). É decisivo insistir no aspecto da *simultaneidade* das tarefas, pois ambas não são inteiramente separáveis, a não ser em termos analíticos. É curioso notar que essa inseparabilidade é refletida no sempre renovado embate entre as tendências “positivas” e “normativas” presentes no pensamento econômico em que as primeiras se esforçam por expurgar as segundas como interferência não científica nas elaborações mais puras da chamada “análise econômica” e suas técnicas e as segundas muitas vezes condenam todo e qualquer esforço científico como esterilidade positivista. Mas, como sugeriu corretamente Dobb (1977, p. 26-27), os “elementos “positivos” e “normativos” mostraram-se dificilmente separáveis e tendem a confundir-se”.

De tal maneira, essa especificidade constitutiva irrevogável, das duas tarefas simultâneas e relacionadas das ciências sociais, tem ocorrência em meio às diferentes posições sociais, diante das classes sociais então existentes nas circunstâncias de continuidades e inflexões sociais, diante das respectivas relações sociais de produção ao fundo. Por isso, devemos reconhecer as ciências sociais como exercício de cientificidade e *simultaneamente* de respostas aos conflitos sociais postos. É uma unidade dada em sua constituição, desenvolvimento e potencial influência no cotidiano da vida material.

A forma de consciência científica voltada aos problemas do ser social, portanto, não é imune a tais problemas sociais que demandam respostas. Mesmo os métodos científicos empregados estão em permanente relacionamento com a tarefa de dar respostas às contradições que emanam das relações sociais ao fundo (ou para expurgá-las à força do formalismo). Não parece ser produtivo, assim, a pretensão formal de separar o que imaginativamente existiria em estado de pureza, como a “análise econômica” de Schumpeter (2006) supostamente imune ao caráter histórico de tais expedientes. Ou, como entusiasticamente concluiu Roll (1973, 1977) ao considerar que houve um “desenvolvimento indubitável” do conjunto das “ciências econômicas” as quais, em sua

Determinação social do pensamento econômico

versão moderna, teria alcançado um ponto alto de decantação. Em suas palavras:

[...] devemos admitir que, na sua feição moderna, a economia emancipou-se, em grau mais ou menos acentuado, dos seus antecedentes filosóficos, para transformar-se numa verdadeira ciência positiva, livre de quaisquer pressupostos implícitos de caráter normativo, mas suficientemente amadurecida para incorporar em seu campo de atuação certos “desideratos” de caráter social, com o que se estabelece uma relação entre a teoria econômica e política [pública, *policy*], criando assim uma relação entre teoria econômica e política virtualmente semelhante àquela de, digamos, física e química, por um lado, e engenharia, por outro. (Roll, 1973, p. 609; 1977, p. 620)

Como vimos, mesmo a física, a química ou a engenharia estão implicadas, em última instância, ao “estado das forças produtivas” ao “respectivo estado da sociedade” (Lukács, 2013, p. 568). Ainda que guarde alguma sala para apelos sociais, a comparação de Roll tem o fito de borrar os antagonismos sociais com os quais o pensamento econômico está inteiramente envolvido. As coisas se passam ao contrário. O pensamento econômico, como forma de consciência científica no conjunto das ciências sociais, está voltado para aquelas contradições, tendo *arranque*, “sem exceção, de situações de conflito”, o que se confirma pelo “notório paralelismo entre o desenvolvimento do próprio capitalismo e a sua verificação teórico-científica” (Lukács, 2013, p. 566) levada adiante por essa forma de pensamento, ao passo que, dada a divisão do trabalho, também tem aquela tarefa de retratar, ordenar, expor fatos e conexões etc. A especificidade do pensamento econômico encontra-se nesses elementos aos quais nos direcionaremos a seguir, procurando capturar a diferença específica dessa forma de consciência científica.

De muitas maneiras, essas questões são reconhecidas por amplo espectro no estudo do pensamento econômico. Existem várias tendências quanto a isso, inclusive aquelas que fazem abstração dos conflitos sociais, dos condicionantes desses conflitos, procurando apresentar uma “ciência econômica” em um estado de pureza blindada. Não por acaso, também têm em comum a inclinação de esboçar definições dessa ciência sem referência à sua constituição histórica. Mas, ainda assim, no esforço de precisar uma definição de “ciência econômica” (ou economia política e terminologias assemelhadas) capturam parte daqueles

dois aspectos inevitavelmente constitutivos das ciências sociais e servem aqui de mediação para nosso propósito de determinar a especificidade do pensamento econômico como forma de consciência científica. Não há, no entanto, qualquer pretensão de explicação sistemática desse esforço, o que exigiria um trabalho de investigação à parte.

Dobb (1932) alertou para o fato de que definir o campo de atuação da “ciência econômica” (*Economics*) era algo muito mais complicado do que parecia à primeira vista. A despeito de considerar que a “Economia Política surgiu como apologética de uma certa ordem social e de permanecer hoje apologética” (p. 138), o autor inglês adotou a seguinte resolução tendo em vista as confusões existentes:

por enquanto, a maneira mais satisfatória de definir a Economia parece ser em termos do tipo de pergunta que ela faz e procura responder, e da mesma forma definir as escolas rivais de pensamento em termos das diferentes perguntas que colocam a si mesmas ou das diferenças no tipo de resposta que oferecem. Grande parte da confusão que reina no campo da economia hoje é, acredito, devido ao fracasso em usar esse dispositivo simples. Muita controvérsia estéril – por exemplo, entre os economistas clássicos e os economistas modernos – foi encenada sem nenhum problema além de impasse e confusão, porque os competidores não perceberam que cada um encontrava-se empenhado em responder a um conjunto diferente de perguntas. (Dobb, 1932, p. 10-11)

Não é possível negar a existência de diferentes conjuntos de questões orientadoras para as escolas de pensamento nem o alerta para a fonte das confusões no debate. É já antiga, por exemplo, a constatação de que, para a economia política clássica, importavam as questões derivadas da produção e que, para o marginalismo, eram aquelas provenientes da circulação. Podemos acrescentar nessa constatação que interessam ao marxismo as conexões e reciprocidades entre produção e circulação, sendo a primeira aquela “fator preponderante” num todo articulado (Marx, 2011, p. 44-53), uma articulação não devidamente encontrada nos silogismos dos clássicos, no subjetivismo marginalista ou no formalismo da “nova economia”. A questão problemática que resta é que o pensamento econômico não poderia ser apreendido por aquilo que há de comum como consciência científica se o critério forem as questões importantes para cada corrente da economia, como parece sugerir Dobb. Teríamos, assim, possivelmente tantas “ciências econômicas” quanto são suas escolas de pensamento. Mas mesmo que existam

Determinação social do pensamento econômico

questões orientadoras diferentes, na qualidade de consciência científica tal pensamento deve ser apreendido como fenômeno unitário cuja especificidade demanda resolução.

Nessa direção, vejamos algumas aproximações importantes da questão – ainda que elas guardem alguma tendência de antecipar certas questões da *análise da gênese*. Seu escrutínio servirá de guia para chegarmos à questão que nos importa. A começar por uma das mais notórias definições, proveniente da focalização nas trocas e em oposição à abordagem das condições materiais do bem-estar:

Aqui, então, está a unidade da matéria da Ciência Econômica, as formas assumidas pelo comportamento humano na disposição de meios escassos. (p. 15)

O economista estuda a disposição de meios escassos. Ele está interessado na maneira como diferentes graus de escassez de diferentes bens dão origem a diferentes razões de avaliação entre eles, e ele está interessado na maneira pela qual as mudanças nas condições de escassez, sejam elas provenientes de mudanças nos fins ou mudanças nos meios – do lado da demanda ou do lado da oferta – afetam essas razões. A economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos. (p. 16)

A concepção que adotamos pode ser descrita como analítica. Não tenta escolher certos tipos de comportamento, mas concentra a atenção em um aspecto particular do comportamento, a forma imposta pela influência da escassez. (p. 16-17)

[...] a atenção dos economistas está voltada principalmente para as complicações da Economia das Trocas. (Robbins, 1932/1984, p. 18)

Obviamente limitado pelo ponto de partida, a especificidade do pensamento econômico é fornecida pela focalização dos comportamentos derivados das avaliações subjetivas diante da escassez de uma economia das trocas. Não é o caso para crítica extensa dessa posição – mesmo porque já há acúmulo nessa direção (Lipsey, 2009). Nosso propósito é sugerir que o indicativo de uma “concepção analítica” coexiste com a completa abstração das condições históricas reais as quais envolvem, como vimos, os problemas decorrentes do conflito social. O expurgo forçado das contradições é sintomático à focalização na genericamente posta “economia das trocas”. Essa última posição parece ser consideravelmente predominante nos círculos intelectuais. Como sugeriu Meek (1967, p. 15), a “economia, na forma em que chegou até nós,

sempre se preocupou principalmente com a análise do sistema do mercado de trocas”.

Em direção semelhante, mas com a vantagem de captar aspectos mais essenciais, Samuelson escreveu que a ciência econômica está ocupada com a produção e distribuição de mercadorias em diferentes sociedades: “Economia é o estudo de como as sociedades usam recursos escassos para produzir mercadorias valiosas e distribuí-las entre diferentes pessoas” (Samuelson; Nordhaus, 1998, p. 4). Apesar da generalidade e certa universalização histórica das mercadorias, não deixa de ser um aspecto decisivo focalizar o “*como*”, ou melhor, o “*modo*” pelo qual as mercadorias são produzidas e distribuídas. Ainda que avance na direção correta da especificidade que buscamos, é um avanço ainda no limite da abstração das condicionantes históricas importantes. Um caminho melhor se abre pela consideração histórica das legalidades dos “modos” de produção e distribuição:

As leis que regem a produção e a distribuição também são de natureza histórica. O escopo histórico das leis econômicas varia; algumas leis atuam em todos (ou quase todos) os estágios do desenvolvimento social, outras têm um escopo histórico muito estreito. Mas, em primeiro lugar, estão as leis específicas de certos sistemas sociais e econômicos, como o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. A economia política investiga essas leis, levando em conta seu alcance histórico. Tenta, mais particularmente, lançar luz sobre o funcionamento dos vários métodos de produção moldados pela história e sobre seus sistemas sociais correspondentes. (Lange, 1970, p. 191)

Como Samuelson, mas com a vantagem da demarcação histórica geral e particular, a especificidade é apresentada pela legalidade variada da produção e distribuição, sobretudo focalizando os métodos de produção forjados também historicamente. O horizonte é ampliado para outras formações sociais passadas.

Algo que também encontramos em Engels (2015) junto ao reforço da natureza histórica da produção e distribuição da riqueza. Para ele, a “economia política, no seu sentido mais amplo, é a ciência das leis que governam a produção e a troca do sustento material da vida na sociedade humana” (p. 177). Como as condições reais não são as mesmas em todos os lugares, a economia política nesse sentido “trata de uma matéria histórica, isto é, uma matéria em constante mudança” (p. 177). Vale o reforço de que, para ele, a economia política poderia ser

Determinação social do pensamento econômico

entendida “como a ciência das condições e das formas, sob as quais as diferentes sociedades humanas produziram e trocaram e sob as quais, em cada caso, distribuíram os produtos de modo correspondente” (p. 180). Esse sentido amplo da economia política ainda estava por ser criado, sustentou Engels à época, uma vez que a “ciência econômica”, então existente, lançava luzes mais “à gênese e ao desenvolvimento do modo de produção capitalista”. Fez a ressalva importante segundo a qual Marx teria avançado sobre os “traços básicos” de outros modos de produção precedentes “como recurso comparativo” (p. 180-181) uma vez que o propósito era desvelar as legalidades do movimento do modo de produção capitalista. Ao explicar o desdobramento dessa ciência com suas luzes direcionadas ao modo de produção capitalista, Engels iluminou aspectos importantes da especificidade. A economia política:

começa com a crítica aos resquícios das formas feudais de produção e troca, demonstra a necessidade de sua substituição por formas capitalistas, explicitando, em seguida, as leis do modo de produção capitalista e suas correspondentes formas de troca quanto ao seu aspecto positivo – isto é, quanto ao aspecto segundo o qual elas promovem os fins universais da sociedade –, e conclui com a crítica socialista do modo de produção capitalista, a saber, com a exposição de suas leis quanto ao seu aspecto negativo, comprovando que, por seu próprio desenvolvimento, esse modo de produção é impelido para o ponto em que se inviabiliza. (Engels, 2015, p. 180)

Coexistem nesse trecho sintético da discussão precedente de Engels no material em questão, não apenas as tarefas provenientes da divisão do trabalho no sentido de descobrir e revelar as legalidades do modo de produção capitalista, mas também as tarefas decorrentes dos conflitos imanentes à vida econômica da sociedade. Esse último aspecto se mostra não apenas no conflito com as formas passadas, precisamente no período de transição em que a economia política fora se constituindo, como também no conflito posto a partir das próprias legalidades do modo de produção capitalista. Diante disso, coloca-se evidenciado aquilo que Dobb havia tateado ao procurar definir a “ciência econômica” a partir das questões colocadas por cada escola. Se coerentemente posto, como o fez Dobb anos depois, compreendemos que a:

A Economia Política e as controvérsias que a cercam têm significado como respostas a certas questões de tipo essencialmente prático – questões relativas à natureza e ao comportamento do sistema econômico que conhecemos como capitalismo; e que esse tipo de questão é crucial tanto

para qualquer compreensão completa do desenvolvimento do pensamento econômico quanto para a relação entre o pensamento econômico e a prática. (Dobb, 1937, p. vii)

Para ele, compreender o tipo de questão é crucial ao entendimento do pensamento econômico e dos aspectos práticos. Mas o autor inglês também sublinhou o caráter de *resposta* a tais questões fáticas, as quais dizem respeito à natureza e ao funcionamento do modo de produção capitalista. Queremos com isso enfatizar essa qualidade de respostas que também iluminam o pensamento econômico e sua relação com as questões práticas aludidas. Mesmo porque, mais “fundamental, embora talvez mais difícil de identificar em casos particulares, é a medida em que o pensamento é moldado pelos *problemas* decorrentes dum certo contexto social” (Dobb, 1977, p. 28).

É algo que pode ser reforçado pela importância que guarda para a determinação da diferença essencial que estamos buscando. Meek (1967, p. 15), contrariando as posições teóricas que sustentam leis econômicas supostamente válidas para “todos os tempos e lugares” e também os intelectuais individuais que aderem a tais posições, insistiu que a análise realizada será quase sempre “relativa (em um importante sentido dessa palavra)” a um estágio histórico particular de desenvolvimento do sistema econômico, pelo momento por qual atravessa. A abordagem geral diante dessa circunstância é substancialmente dependente da “atitude geral com respeito ao contexto socioeconômico” que, por sua vez, “determinará (*entre outras coisas*) as respostas” oferecidas a questões importantes colocadas por aquele mesmo estágio.

Não importa, no momento, que Meek considere que tais questões sejam referentes ao livre mercado, tais como o melhor ângulo de análise desse sistema ou se ele é eficiente para produzir bem-estar. As questões colocadas pela realidade objetiva são ainda mais profundas do que isso, mesmo que certas tendências teóricas limitem-se aos aspectos mais superficiais, o que não deixa de ser sintomático daquela “atitude geral”. Como Engels (2010, p. 476) ilustrou muito bem, o pensamento econômico “não se ocupa com coisas, mas com as relações entre as pessoas e, em última análise, entre classes; tais relações, porém, estão sempre *atadas às coisas e aparecem como coisas*”. Estacionar na forma mais aparente, as trocas entre coisas, diz algo sobre algumas correntes daquele pensamento, mas isso não altera o fato de que, em última

Determinação social do pensamento econômico

instância, são tais relações sociais que constituem a sua referência básica. Mas o que importa destacar a partir da consideração anterior é o caráter historicamente determinado do pensamento econômico como respostas diante dos problemas e conflitos que emergem da vida econômica da sociedade. Os intelectuais são chamados a dar respostas a tais problemas e conflitos, formando escolas inteiras. O que ilumina, pois, o pensamento econômico é a riqueza, complexidade e contradição do objeto para o qual está essencialmente voltado como forma de consciência científica no duplo exercício de explicar e influir na vida econômica da sociedade, mesmo que a explicação seja falsa e tenha amplos efeitos ou verdadeira e sem qualquer relevância.

Vale insistir nos aspectos colecionados até aqui sobre a especificidade que estamos tateando acerca do pensamento econômico como forma de consciência científica e delimitado como objeto ideológico.

Com efeito, Marx (1974) sublinhou o desenvolvimento da economia política como “ciência autônoma” (p. 160), distinguível em sua particularidade, em parte pelas mãos de Petty e sua *aritmética política* em relação aos grandes enciclopedistas, como Hobbes. Marx (1980-1985) considerou que os “fisiocratas deslocaram a pesquisa sobre a origem da mais-valia, da esfera da circulação para a da produção imediata, e assim lançaram o fundamento da análise da produção capitalista” (p. 21). Em uma avaliação crítica da “economia vulgar”, destacou que a “economia política clássica” constituía-se em “toda teoria econômica desde W. Petty, que investiga a estrutura interna das relações burguesas de produção” (Marx, 2013, p. 156, nota 32).

Essa caracterização favorece o reconhecimento de que a forma de consciência que estamos destacando está voltada a um conjunto de relações de produção e reprodução da vida como objeto de análise, isto é, a produção capitalista, a estrutura interna das relações sociais de produção sobre a qual está fundamentada. Esse objeto é o “terreno vivo da economia política” (Marx, 2013, p. 84), sua matéria-prima. A colocação segundo a qual a “*economia política inglesa*” se desenvolveu como “o reflexo científico das condições em que se encontra a economia inglesa” (Marx, 2010a, p. 30-31) só se torna plenamente compreensível nesses termos. O pensamento econômico aparece, assim, como forma social de consciência produzida por condições da vida material, como a “ciência do enriquecimento” (Marx, 2015, p. 185), uma forma de consciência

científica que, bem-sucedida ou não sob certas circunstâncias, procura explicar “como se produz” a riqueza no interior e sob a forma das “relações da produção burguesa”, debruçando-se sobre “a vida ativa e atuante dos homens” (Marx, 1985a, p. 102); os homens ativos e atuantes que estabelecem os “princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais” (p. 106). Dessa maneira, as “categorias econômicas são expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção”; elas “são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são *produtos históricos e transitórios*” (p. 106). A vida ativa no desenvolvimento social implica tais categorias econômicas a partir das contradições que caracterizam o modo de produção às quais correspondem. Nesse sentido, a economia política está diretamente implicada a tais contradições, muitas vezes contrariamente ao modo como é apresentada autonomamente às necessidades sociais de sua época. Em outros termos:

Na medida em que a análise econômica se torna mais profunda, ela não apenas descreve contradições, mas é confrontada por sua própria contradição simultaneamente com o desenvolvimento das contradições reais na vida econômica da sociedade. (Marx, 2010b, p. 501)

O “terreno vivo da economia política” é fertilizado pelas “contradições da vida econômica da sociedade”. Desde seu início, portanto, o pensamento econômico está necessariamente envolvido a tais contradições, diz respeito a elas, assim como suas categorias econômicas como abstrações das relações sociais que fundamentam o modo de produção material.

Com tais aproximações gerais de conjunto, podemos estabelecer melhor a especificidade do pensamento econômico como forma de consciência científica e delimitado como objeto ideológico de acordo com os propósitos aqui perseguidos. É necessário, porém, considerar apenas os aspectos essenciais da questão.

Em termos tópicos, admitimos que o pensamento econômico, abarcado de conjunto, coloca-se no quadro daqueles citados fatores extraeconômicos relacionados no qual política, filosofia e as ciências natural e social alimentam traços comuns, diferenças e mútuas implicações importantes. Voltaremos a esse entrelaçamento no capítulo sobre a *análise da eficácia*. Aqui vale apenas o registro quase protocolar de

Determinação social do pensamento econômico

que é desnecessário evocar, por exemplo, os efeitos das ciências naturais sobre certas tendências do pensamento econômico (sobretudo entre os séculos XIX e XX, notadamente a física e a biologia). Adicionalmente, essa forma de consciência social não é identificável como tal sem os aportes que toma do amplo campo da filosofia e da filosofia social em particular (veja Mill, 1996, e Robinson, 2021, para citar casos bem conhecidos). Igualmente importante são as conexões entre política e esse pensamento econômico. Na medida em que, como já indicado, a política procura capturar os “momentos de cada complexo de crises” (Lukács, 2013, p. 555) e acionar contingentemente os elos que “influem efetivamente nas tendências econômicas decisivas que entraram em crise” (p. 507), assistimos o pensamento econômico voltado a explicar o funcionamento da economia capitalista e simultaneamente a contribuir com a caixa de ferramentas frente às mesmas crises para as quais a política busca respostas. Em outras palavras, o pensamento econômico também procura influir em termos práticos nos mesmos complexos, nas mesmas cadeias causais. Talvez por isso, desde sua constituição, a expressão “economia política” capture melhor as coisas do que a artificialmente árida e “pura” *Economics* dos nossos tempos.

Mais importante aos nossos propósitos é a *coisa* ao fundo para a qual se volta o pensamento econômico, caracterizada pelas relações sociais de produção e distribuição da riqueza social sob uma dada modalidade histórico-particular de organização das necessidades sociais (reais ou ilusórias) e das capacidades sociais (subjetivas e objetivas, incluindo os meios de produção). Das contradições da divisão classista do trabalho social de produção da riqueza, decorre o problema fundamental correspondente e permanentemente latente: como produzir e distribuir a riqueza socialmente engendrada? E isso independe do grau de escassez ou de excedente. Trata-se da questão objetivamente posta e respondida de como combinar as relações sociais de produção e as forças produtivas, envolvendo a distribuição dos meios de produção, divisão do trabalho social etc., e como realizar a apropriação da riqueza socialmente produzida. Está em consideração, sobretudo, mas não exclusivamente, a forma capitalista da produção. Diante da questão objetivamente posta sob a forma das relações sociais capitalistas de produção, é específico ao pensamento econômico *responder de diferentes maneiras* tanto ao deciframento das condições e modos de produzir e

distribuir a riqueza social gerada quanto ao conflito que daí emerge como problema fundamental sempre repostado de estabelecer as condições e modos de organização da vida econômica da sociedade. Do lado da tarefa de influenciar as decisões em meio ao conflito, não estão apenas, entre outras questões que diferenciam escolas, as maneiras pelas quais poderia o “equilíbrio econômico” ser alcançado, quais seriam os melhores meios de ampliar a produtividade, quais mecanismos macroeconômicos gerariam o maior bem-estar possível ou em que medida o bem-estar geral dependeria da abolição das relações capitalistas de produção. Também encontramos tanto a constante afirmação desse modo de produção como natural e derradeiro quanto sua negação reacionária ou revolucionária.

Essa diferença específica do pensamento econômico apreendida em termos gerais pode ser obscurecida de muitas maneiras. Algumas das aproximações que vimos anteriormente, sobretudo as que ficaram concentradas na escassez e na valorização subjetiva, ao passo que fizeram abstração do caráter histórico e do conflito social, atendem ainda correntemente à necessidade social de apresentar a “ciência econômica” em uma pureza imaginária. Esse expediente não é novidade alguma.

Existe outra maneira, talvez mais comum no próprio marxismo, devido às sobreposições realizadas no plano da reflexão sobre a própria especificidade em questão. Diferentemente dos nossos propósitos de sublinhar o traço comum às variantes que compõem pensamento econômico, Mesquita atribuiu a especificidade à tendência predominante, por assim dizer. Escreveu o autor que a “peculiaridade da ciência econômica não pode ser determinada somente por sua legalidade como um complexo científico, a saber, uma intenção voltada para o conhecimento do ser-em-si do objeto, o conhecimento da economia burguesa e suas leis de movimento”. Indo além, portanto, Mesquita sugeriu que o

aspecto central deve ser a sua posição diante da totalidade social: o modo como ela responde às necessidades que [...] originaram esse complexo parcial, a maneira como a ciência econômica se posiciona diante das tarefas postas pelo desenvolvimento socioeconômico de acordo com sua particularidade de complexo científico. (Mesquita, 2021, p. 12)

O desenvolvimento da argumentação do autor aponta para a peculiaridade de uma variante do pensamento econômico, aquela que

Determinação social do pensamento econômico

guarda como “finalidade, em última instância, responder às demandas surgidas na esfera da economia, apontando os caminhos para a reprodução desta esfera” (p. 15). E isso porque a “reprodução de um sistema econômico não permite a existência amplamente disseminada de uma teoria econômica que não aponte para a resolução mais efetiva e dentro da ordem dos problemas e conflitos práticos surgidos nesse âmbito” (p. 16). Mesquita está interessado na peculiaridade que expressa um horizonte específico, uma vez que a “teoria científica que predomina na sociedade burguesa deve ser aquela que mais favorece sua reprodução” (p. 16). Fica claro que a peculiaridade destacada pelo autor corresponde ao pensamento dominante, isto é, aquele que “sacrifica a verdade de suas proposições pela sua eficácia no plano prático-operatório, ou seja, pela utilidade para o capital” (p. 17). Reafirmando, como vemos sem esforço, as críticas de Marx à “economia vulgar”, consolida-se uma sobreposição entre a peculiaridade particular do pensamento econômico dominante e o denominador comum a todo pensamento econômico, obstruindo a possibilidade de demarcação de sua diferença específica como forma de consciência científica (incluindo a de baixa estatura).

Ao finalizar as considerações realizadas, não deixa de ser necessário sublinhar, de conjunto, a dupla tarefa, de caráter simultâneo, diante do problema fundamental (produção e distribuição da riqueza) posto e reposto sob a forma capitalista e, portanto, histórica das relações sociais de produção. Chegamos a isso pelo destaque daquilo que há de comum a essa forma de pensamento. Nesses termos, recolhemos o pensamento econômico na qualidade de fenômeno unitário, como objeto ideológico geral a ser considerado, demandando os recortes legítimos antes indicados e de acordo com as particularidades das pesquisas a serem realizadas. Portanto, não está sob análise a qualidade de tais respostas, uma vez que trataremos do assunto na *análise ontognosiológica*. Também não está sob análise, no presente momento, a peculiaridade daquelas respostas que serão objeto de consideração da *análise da eficácia* do pensamento econômico vertido em ideologia e sobre os seus veículos teóricos e práticos. Igualmente, não faz parte da presente preocupação atentar para a missão social que tal pensamento econômico veio a cumprir a partir das condições concretas que o tornou socialmente necessário, mesmo quando falso, ou as mudanças dessa missão ao longo do tempo. É um assunto para a *análise da gênese*.

Não obstante, é importante reconhecer, como fizemos até aqui algumas vezes, que na própria tarefa de determinar a diferença específica do pensamento econômico já estiveram implicadas muitas aproximações sucessivas desse objeto ideológico que foram autorizadas por um esforço preliminar de *análise da gênese* desse pensamento, assim como por uma parcial *análise histórico-imanente* desse objeto ideológico, recuperando o que fora acumulado na tradição materialista. Por isso é decisivo repetir o alerta antes soado, segundo o qual os elementos constitutivos da unidade do método não formam sucessão de etapas. Ao contrário, esses elementos alimentam-se em reciprocidades complexas. Estão em um “enlaçamento íntimo, substantivo. Enlaçamento [...] que o procedimento metodológico simplesmente separa para efeitos analíticos” (Chasin, 1978, p. 67). Da mesma forma em que, por exemplo, o pensamento econômico já é existente como fenômeno unitário independente de qualquer análise, é a aproximação preliminar que cria as condições de apreendê-lo em sua formação, características essenciais, sua delimitação etc., incluindo os eventuais recortes legítimos que atendem a interesses específicos de investigação. Cabe, pois, desenvolver tais elementos em maiores detalhes uma vez que, ao menos em termos gerais, nosso objeto ideológico se encontra revelado.

IV

Análise histórico-imanente

Devido aos incontáveis aspectos explícitos e implícitos que cercam o tema do presente capítulo, devemos realizar uma aproximação geral antes de abordar diretamente o núcleo decisivo quanto à postura e aos procedimentos investigativos que estão presentes na tradição materialista. Assim como outros elementos que constituem a unidade do método em questão, as considerações acerca desse tipo de análise estão desigualmente distribuídas e nem sempre a especificam claramente porquanto comparece apenas implicitamente, ou subordinada e identificada à “crítica ontológica”, “crítica imanente” ou ainda “crítica radical”. Conforme veremos, levar em conta a oscilação das considerações aludidas é bem mais importante do que mera questão terminológica. Como meios de aproximação, serão auxiliares ao destacamento tanto da postura quanto do procedimental concernente à *análise histórico-imanente* como elemento da unidade do método materialista.

De modo geral, aquelas considerações, que oscilam na órbita dessa análise que estamos perseguindo, encontraram maior grau de explicitação no, por assim dizer, tronco filosófico da tradição marxista, do que no tronco econômico. Há motivos histórico-objetivos para isso.

O primeiro pode ser remetido à divisão do trabalho nos ramos mais ou menos especializados entre filosofia e economia, divisão que afetou inclusive o desenvolvimento do método materialista, pois nada passa totalmente ileso. No tronco filosófico há notoriamente uma aderência e remissão direta aos textos pelas próprias exigências gerais da disciplina. De maneira análoga, desenvolveu-se mais no tronco econômico o tratamento dos conteúdos das teorias econômicas bem como de suas precisões empíricas. Não que tenha ocorrido neste tronco uma

ignorância quanto aos textos ou que, naquele, uma desconsideração sobre os conteúdos econômicos, mesmo porque, na tradição marxista, filosofia e economia, esta última como exemplar científico, são chamadas à indissolúvel fraternidade, como vimos e como voltaremos a sublinhar. Apesar disso, é possível capturar essa diferença.

O segundo motivo decorre do fato de que o método analítico do qual estamos tratando remonta diretamente a Marx. De valor especial, nessa direção, é a sua passagem pela filosofia, como escreveu no *Prefácio* autobiográfico de *Para a crítica da economia política*, antes de se ver em “apuros por ter que tomar parte na discussão sobre os chamados interesses materiais” (Marx, 1974, p. 134). A incursão direta, posteriormente a 1843, sobre o pensamento econômico e os problemas concretos que suscitava, desembocou na conclusão amplamente conhecida de que a “anatomia da sociedade burguesa” deveria “ser procurada na Economia Política” (p. 135).

Antes de direcionar atenção da análise diretamente ao pensamento econômico, o itinerário de Marx pela filosofia deixou impressões posteriormente reconhecíveis mesmo que rearticuladas tendo em vista sua viragem materialista. De especial valor, tal itinerário trouxe à baila o estudo dedicado dos textos em uma fundamentação especialmente histórica. Nela, ainda que embrionariamente, não apenas são reconhecidas as influências das formas de pensamento sobre a realidade social como também há reserva de sala ao escrutínio dessas formações ideais e não sem debate com o que de melhor havia na história da filosofia de então.

Nessa direção, recordemos que a dissertação de Marx, de 1841, esteve às voltas com o pensamento filosófico grego, em particular com a filosofia da natureza em Demócrito e Epicuro. Diante da identificação direta entre os dois, decorrente de preconceito “tão antigo quanto a história da filosofia”, a “diferença essencial”, objetivamente existente no confronto entre tais pensamentos não obstante conectados, só poderia ser trazida à luz por meio de “micrologias” que pudessem capturar os “pormenores” e demonstrar “diferenças tão escondidas que só se revelam ao microscópio” (Marx, 1972, p. 138). Os cadernos preparatórios à dissertação sugerem a postura e procedimento do jovem Marx na leitura pormenorizada e no registro extenso de passagens probantes, mas também exercitação da crítica à própria história da filosofia de então.

Determinação social do pensamento econômico

Mesmo Hegel não passou inteiramente incólume.

O resultado direto da investigação não vem ao caso. Importa aos nossos propósitos sublinhar, primeiramente, o argumento de talhe histórico. Seguindo em alguma medida Hegel e Köppen, Marx reconheceu nos sistemas filosóficos “sua grande importância para a história da filosofia grega e para o pensamento grego em geral” e em “conexão com a vida grega” (p. 124). Não apenas estão conectados ao modo de vida grego e, por isso, são veículos de compreensão dessa vida, como também pareceu adequado a Marx suscitar a difusão posterior e a influência de tais sistemas:

O epicurismo, o estoicismo e o cepticismo serão historicamente fenômenos particulares? Não serão os protótipos do espírito romano? A forma sob a qual a Grécia emigra para Roma? Não terão uma essência de tal modo característica, intensiva e eterna que o próprio mundo moderno foi obrigado a conceder-lhes direitos de cidadania intelectual? (Marx, 1972, p. 136)

No conjunto, vemos que se trata de uma análise minuciosa de formas de pensamento profundamente conectadas a modo de vida particular e que puderam ter influência para além de seu notório território de origem. Embora requeridas por investigação detida, os limites não são dados exclusivamente pelas minudências da análise, como o próprio argumento histórico por si só já deixa plenamente entrevisto. Numa consideração a respeito das tarefas da historiografia filosófica tais limites são inteiramente fraturados. Marx estabeleceu a seguinte fundamentação muito reveladora ao direcionar a focalização, poderíamos dizer, dos objetos ideológicos:

A historiografia filosófica deve não só deixar de perder o seu tempo a considerar a personalidade, mesmo que seja a personalidade do filósofo, como o núcleo e a configuração do seu sistema, como ainda se deve preocupar muito menos com as bagatelas e as subtilidades psicológicas; deve pelo contrário isolar em cada sistema as próprias determinações, as cristalizações reais que o atravessam, os argumentos, as justificações dadas no decurso de conversas sobre a forma como os filósofos se apresentam, se é que eles se conhecem a si mesmos; deve fazer a distinção entre a toupeira do verdadeiro saber filosófico que nunca interrompe o seu trabalho e a consciência fenomenológica faladora, exotérica, de atitudes múltiplas e variadas, a consciência do sujeito que é o receptáculo e a energia desses desenvolvimentos. É no isolamento desta consciência que reside precisamente a sua unidade. Este momento crítico, quando se apresenta uma filosofia histórica, é absolutamente necessário para poder conciliar a apresentação científica de um sistema com a sua existência histórica; é

necessário começar por esta mediação na medida em que a existência a que nos referimos é uma existência histórica que é simultaneamente afirmada como existência filosófica, sendo, portanto, desenvolvida de acordo com a sua essência. Relativamente a uma filosofia, nunca se deve aceitar, na base da autoridade e da boa-fé, a sua pretensão de ser uma filosofia, mesmo que a autoridade seja a de um povo e a fé de vários séculos. Pelo contrário, a prova só pode ser fornecida pela exposição da essência da filosofia a que nos referimos; estes dois aspectos, o essencial e o inessencial, a apresentação e o conteúdo, devem ser separados pelo historiador da filosofia sob pena de, não o fazendo, se limitar a copiar, não tendo já o direito de traduzir e ainda menos o de intervir no debate ou de rasurar etc. Será apenas um copiador de uma cópia. (Marx, 1972, p. 114-115)

Por meio de uma filosofia histórica de verve analítica, sobressalta-se a focalização nas determinações reais da formação ideal investigada, sua lógica interna, mas também a sua “existência histórica”, sua essência além das inclinações meramente subjetivas dos protagonistas, daquilo que eles dizem de si mesmos, essa essência também para além das superficialidades das formas exteriores apresentadas pela tradição, pela autoridade, a necessidade das provas reveladas pela exposição de tal essência etc. Tudo isso expõe exigências de postura e de procedimentos que colocam o analista muito distante da posição de mero copiador excluído, inclusive, da eventual intervenção crítica no material analisado. Em síntese, o que já dissemos: comparecem a análise detida e minuciosa do texto, da formação ideal, mas desde já como “existência histórica”, considerando, ainda que em germe, a influência das formações ideais sobre seu próprio terreno de gênese e alhures com a possibilidade da crítica ao material analisado, inclusive ao próprio campo intelectual em que estava situado, na figura da história da filosofia no caso.

Não é o caso de estender depuração daquilo que poderia ser retido da eloquente passagem anterior, sopesando certos desvios. Mesmo porque, nessa fase de sua trajetória intelectual, ainda que como uma espécie de hegeliano anormal, Marx exhibia inclinações ao idealismo objetivo que seriam modificadas pouquíssimos anos depois. O importante é registrar, como tudo indica, que o itinerário de Marx por essa historiografia do pensamento filosófico deixará impressões que jamais o abandonarão, ganhando, porém, em adensamento tangente ao caráter histórico das formações ideais e em diversificação dos objetos ideológicos, incluindo o pensamento econômico. Adensou-se igualmente a dimensão “crítica” da análise de tais objetos ideológicos. Poderíamos

Determinação social do pensamento econômico

argumentar, seguindo as trilhas de Chasin (2009), que na viragem materialista, por volta de 1843, forjou-se uma “crítica filosófica” ou “crítica ontológica” às coisas reais e ideais, cujo exercício cobriu todos os anos vindouros. Mais especificamente, exercitou-se uma “crítica ontológica” também das formações ideais (confrontadas à realidade objetiva), uma tal “crítica” que, argumentamos, tem por pressuposto a própria análise histórico-imanente dos objetos ideológicos em seus pormenores e em sua “existência histórica”, embora tal pressuposto nem sempre tenha sido explicitamente reconhecido na história do marxismo quanto ao método de estudo do pensamento econômico, como veremos.

Uma das razões para isso está certamente na própria coisa, isto é, no itinerário brevemente destacado e nos materiais legados por Marx. Conforme sobressaltam-se as cores da historicidade e, principalmente, da “crítica” às formações ideais, mais aparentes elas se tornam na forma expositiva dos próprios materiais de Marx – ainda que tenham lastro na farta demonstração textual de provas aos argumentos apresentados. Mais aparentes nessa forma expositiva se tornam aquelas cores, mais certos aspectos investigativos são apagados. Na forma acabada de seus materiais, os passos analíticos tomados previamente tornam-se pouco reconhecíveis. O fato de que as impressões desses passos estejam espalhadas ao longo do itinerário também não é irrelevante. Criou-se, assim, as condições que facultaram a confusão entre investigação e exposição particularmente no estudo dos objetos ideológicos. E como a crítica é, mais do que a historicidade da formação ideal analisada, o momento mais visível na exposição, seu pressuposto metodológico-investigativo, isto é, a análise histórico-imanente, passa a ser pouco reconhecível como elemento essencial do método materialista mesmo aos comentadores e continuadores mais perspicazes. É algo que produz consequências nas investigações sobre o pensamento econômico em particular.

Não faltam exemplos daquele processo de adensamento analítico pela pena de Marx no sentido do caráter histórico e da “crítica”. A “revisão crítica da filosofia do direito de Hegel” (Marx, 1974, p. 135), em 1843, é um dos mais emblemáticos deles. E há evidências muito fortes para sugerir que, com essa “revisão crítica” da filosofia especulativa, aquela “existência histórica” das formações ideais que se encontrava apenas embrionariamente constatável entre as tarefas da historiografia

filosófica, ganhou clara expressão no lineamento que expressa as formas de pensamento como produtos sociais. Por ser também crítica, a revisão exhibe certos contornos daquela “crítica ontológica”. Vemos isso no material que registra a investigação de Marx sobre a matéria e que demonstra profusão na demonstração de elementos probantes dos limites da filosofia especulativa, sobretudo no que se refere à relação de pressuposição entre estado e “sociedade civil” em que o primeiro aparece mistificado como demiurgo da segunda, *invertendo*, assim, a verdadeira relação de pressuposição histórico-objetiva. Essa profusão teve a forma de longas, agudas e detalhadas *glosas* aos parágrafos hegelianos como melhor exemplo do método analítico no processo investigativo, expondo suas determinidades próprias e, ao mesmo tempo, a “existência histórica” tanto da filosofia alemã em geral, na qualidade de “*prolongamento ideal* da história alemã” (Marx, 2005, p. 150), quanto, na figura de Hegel, da “*filosofia especulativa do direito*” que “só foi possível na Alemanha” dadas as peculiaridades histórico-sociais do país. Criticamente apreendida, essa formação ideal surge, nas condições objetivas alemãs que a tornaram possível, como “*pensamento* extravagante e abstrato acerca do estado moderno” (p. 151).

Os materiais de Bruno Bauer e consortes também foram delimitados como objeto ideológico em 1845, cuja análise ampla, profunda e pormenorizada das obras protagonistas revelaram as provas da “*especulação alemã como um todo*”, das “ilusões da filosofia especulativa”, objetivadas na “inversão da realidade” (Marx; Engels, 2007, p. 15). Essa postura e procedimental para a análise rigorosa dos materiais e da consideração da “existência histórica” das formações ideais também ficaram registrados em *A sagrada família* (Marx; Engels, 2011) e consagrados em *A ideologia alemã* (Marx; Engels, 2007), materiais voltados à crítica das inversões e insuficiências dos chamados neo-hegelianos. Este texto em particular, entretanto, vai além, e exhibe muitas considerações emblemáticas sobre o caráter social do pensamento, incluindo as condicionantes históricas sobre a “teoria da utilidade”, presa às condições burguesas e vertida em “mera apologia do existente” mediante a “incorporação do conteúdo econômico” (p. 399-400). Consideração geral também pode ser feita para os chamados *Manuscritos de 1844* e *Cadernos de Paris*, datado do ano anterior, em que Hegel, Feuerbach e representantes do pensamento econômico, como Smith e muitos

outros, compareceram como objetos ideológicos de análise e de crítica. O enfrentamento direto de Proudhon, em *A miséria da filosofia*, de 1847, é linha de continuidade do método analítico em questão, com especial consequência ao estudo do pensamento econômico como palco desse confronto com o autor francês. E assim se prolongou esse exercício para as expressões objetivadas do pensamento econômico ao longo das décadas seguintes, incluindo os *Grundrisse*, *O capital* e *Teorias da mais-valia*, apenas para citar as mais conhecidas. Para todos os casos, são exuberantes as evidências de que esse exercício torna o analista abrangente e profundo conhecedor dos objetos ideológicos analisados.

Nesse itinerário percorrido por Marx, como estamos sugerindo, ganharam em intensificação tanto o caráter histórico das formações ideais quanto a “crítica” a elas parametrizada sempre pela realidade objetiva. Adensaram-se ao ponto da sobreposição à analítica essencial das minudências, ao ponto de manifestar, aos comentadores em geral, o exercício da crítica como momento mais visível do método materialista. Mas é igualmente importante aos nossos propósitos reconhecer uma sutil linha muito precisa de continuidade, pelo menos desde sua dissertação, no que se refere a certos aspectos posturais e procedimentos analíticos que reforçam a “necessidade de repetidas observações, cuidados, rastreamentos e precisas elaborações de minudências” (Chasin, 1978, p. 24) diante dos objetos ideológicos em particular. Em *O capital*, muitos anos depois de sua dissertação, portanto, certa exigência científica cobrou tributos ao analista. Ao referir-se à análise da “forma de valor da mercadoria”, um “objeto real” portanto, como “forma econômica” essencial da sociedade capitalista, e que essa análise não é possível senão por meio da “força da abstração”, dispensando microscópio ou reagentes químicos, Marx escreveu que ao “leigo, a análise desse objeto [real] parece se perder em vãs sutilezas. Trata-se, com efeito, de sutilezas, mas do mesmo tipo daquelas que interessam à anatomia micrológica” (Marx, 2013, p. 78). Sopram, nessa passagem, ventos distantes desencadeados pela análise da história da filosofia. Por que motivo o objeto ideológico, ainda que diferente e talvez menos rico do que o concreto, não faria semelhante exigência ao seu analista? O material de Marx, denominado *Teorias da mais-valia*, é a mais extensa prova de que os tributos científicos foram devidamente quitados. Referindo-se ao expediente geral, Rubin apontou o alcance dos estudos de Marx e de

sua exposição. Particularmente em *O capital*, Marx teria retomado os antigos economistas, considerando detidamente cada pensamento que ali descobriu. Completou o autor russo que, “não importando quão rudimentarmente ou ingenuamente tal ideia pôde ser originalmente expressa, Marx, no entanto, dá-lhe toda a sua atenção e analisa-a diligentemente, a fim de descobrir o valioso núcleo oculto que passou despercebido à primeira vista” (Rubin, 1979, p. 11-12).

No entanto, excetuando aquela passagem explícita a respeito das tarefas da historiografia da filosofia e pistas espreaiadas de 1843 em diante, não parece que Marx estivesse decididamente preocupado com especificações do método de análise dos objetos ideológicos que ele mesmo exercitava. Sabia e fazia, mas não lecionou. Por isso também, não há clara diferenciação a respeito de duas dimensões importantes do método que é possível extrair das considerações até o momento, quais sejam, a análise voltada para a determinação da natureza da formação ideal e de sua historicidade, que podemos denominar por *análise histórico-imanente*, e a análise ocupada com a “crítica” dessa formação ideal, uma crítica de caráter ontológico destinada ao confronto entre a formação ideal e as circunstâncias histórico-objetivas. A esta, podemos reservar a designação de “crítica ontológica” ou, também, “crítica imanente”, conforme registra a história do marxismo referente à investigação dos objetos ideológicos em geral e do econômico em particular, conforme veremos a seguir – mas que somente será plenamente contemporizada no capítulo sobre a *análise ontognosiológica*. Não obstante, parece haver ganhos no tratamento diferenciado dessas dimensões aludidas, considerando que a análise histórico-imanente, como atividade básica do conhecimento dos objetos ideológicos, é uma das condições para a “crítica ontológica” – sendo o contrário não verdadeiro –, ainda que forçosamente devamos reconhecer a irmandade necessária entre elas na unidade do método materialista.

Na tradição marxista que está sob consideração, as duas dimensões foram tratadas de maneira amalgamada o que, como dissemos, parece ter sido um dos motivos para a maneira tímida de apresentação da análise de tipo histórico-imanente, quase sempre subordinada e não reconhecida no esforço da crítica ontológica. Por ser assim apreendida, a análise histórico-imanente é considerada mais implicitamente, embora ocupe lugar decisivo no método. É o caso quando se argumentou que a

Determinação social do pensamento econômico

“leitura da história do pensamento econômico por Marx é parte essencial de sua construção crítica. Estudar a forma de apreensão da realidade capitalista expressa pelos cientistas sociais de sua época era o caminho de acesso à compreensão histórica dos problemas de sua época” (Malta; Castelo, 2012, p. 98). Ou, o que é a mesma afirmação, embora mais geral, diz-se que o “processo de construção e formulação das ideias de Marx é um processo indissociável do seu estudo dos pensadores de sua época e seus predecessores” (Curty, 2020, p. 15). Em termos ainda mais gerais, é a sugestão de um “método particular de análise histórica” especialmente “aplicado a certos problemas centrais no desenvolvimento da economia clássica” (Meek, 1967, p. ix). Quanto mais geral, mais implícita se torna o tipo de análise que procuramos destacar.

A indicação apenas implícita da análise histórico-imanente muitas vezes cede à necessidade de certos procedimentos. Ela pode aparecer sem a focalização devida e, ao mesmo tempo, diante da justa necessidade de o estudo das “teorias econômicas” não se limitar às questões puramente endógenas. Diante da necessidade de categorização de tais teorias, Dobb considerou que:

é possível caracterizar e classificar teorias econômicas, mesmo as mais abstratas, conforme o modo como descrevem a estrutura e raízes da sociedade econômica, e conforme o significado desse modo de descrever para o julgamento histórico e a prática social contemporânea. Com efeito, proceder deste modo é parte essencial da interpretação intelectual das teorias em questão, e do seu lugar na história das ideias; e sem essa apreciação, algo essencial faltaria na nossa compreensão de teorias particulares, tratadas isoladamente e vistas exclusivamente em termos da sua estrutura lógica interna – e *a fortiori* na nossa compreensão do desenvolvimento do pensamento econômico. (Dobb, 1977, p. 52)

Não cabe à análise em questão, tomada como “interpretação intelectual”, trabalhar isolando-se uma formação ideal de todo o resto e extraindo exclusivamente “sua estrutura interna lógica”. Trata-se de algo, de fato, legado pelo próprio itinerário de Marx, como vimos. Também já consideramos isso antes ao determinar a predicação ativa do pensamento e na diferença específica do pensamento econômico como objeto ideológico. Voltaremos a falar desses pontos de modo mais detalhado, bastando dizer presentemente que a análise histórico-imanente já começa tendo tais pressupostos que Dobb ajudou a esclarecer indiretamente, ainda que ela esteja timidamente apresentada no conjunto da

elaboração do prestigiado economista inglês.

A ênfase no tratamento mais detido do pensamento econômico decorreu muito do interesse que comparece na própria disciplina da economia. Rubin, por exemplo, esteve mais do que interessado no estudo das “raízes sociais e econômicas” das formações ideais desse tipo. Ocupou-se de examiná-las como um “sistema”, isto é:

[...] como uma totalidade orgânica de conceitos e proposições logicamente interconectados. [...] [tal] significado teórico, isto é, da relação lógica interna das ideias (p. 10). Sem esse tipo de análise teórica detalhada, nenhuma história do pensamento econômico poderia jamais prestar o serviço que temos o direito de esperar dela, ou seja, agir como uma fiel companheira e guia, facilitando nosso estudo da teoria da economia política. (Rubin, 1979, p. 11)

A análise histórico-imanente está, para Rubin, à serviço da apreensão da teoria da economia política, remetendo a questões importantes tais como o “relacionamento interno lógico das ideias”. Mas, assim como Dobb, as peculiaridades dessa análise não ficam à mostra para uma consideração mais detida.

Há também a tendência de subordinar ou de identificar a análise histórico-imanente e a “crítica ontológica” pelas razões que já apresentamos. Ao considerar a “radicalidade” da crítica de Marx à economia política, Paula (2021a, p. 35) sugeriu a existência do amálgama inquebrantável entre “teoria, história econômica e pensamento econômico”. Segundo o autor, tratou-se de realizar uma “efetiva *superação*” da economia política por mediação de um “movimento tríplice”:

De um lado as categorias e conceitos da economia política clássica são aperfeiçoados pela eliminação de impropriedades e inexatidões [...]. De outro lado, todas as categorias da economia política clássica são submetidas a um escrutínio decisivo, que é sua historicização, isto é, sua “desnaturalização”, tomadas que serão agora como fenômenos histórico-sociais concretos. Finalmente, uma terceira operação [com a] introdução, naquele universo analítico-conceitual, de novos problemas e perspectivas. (Paula, 2021a, p. 35)

Evidentemente que Marx não poderia ter realizado tal movimento, de resto apreendido de modo muito justo pelo autor brasileiro, sem uma análise histórico-imanente dedicada ao pensamento econômico. Atos desse movimento tríplice remetem diretamente à crítica ontológica à qual a análise histórico-imanente é subordinada ou iden-

Determinação social do pensamento econômico

tificada. Ao chamar a atenção do leitor para a frequente grafia de “crítica” nos títulos e subtítulos dos textos econômicos de Marx, Lukács (2012, p. 295) escreveu que a “função de crítica ontológica a algumas falsas representações [...] tem por meta despertar a consciência científica no intuito de restaurar no pensamento a realidade autêntica, existente em si”. A análise histórico-imanente surge integralmente subordinada nesse caso. Anos antes, o filósofo magiar já havia enunciado que a “crítica imanente [e não a análise histórico-imanente] é um elemento legítimo e até indispensável para a exposição e o desmascaramento das tendências reacionárias na filosofia” (Lukács, 2020, p. 11), dado seu propósito em *A destruição da razão*, porém de valor extensível ao pensamento econômico (nos exemplos de Lippmann, Röpke, Keynes, Burnham etc.), conforme atesta, no mesmo material, a análise das formações ideais ligadas ao período monopolista do capital no pós-Segunda Guerra (p. 663-738).

Posição semelhante quanto à “crítica imanente” ou “crítica ontológica” pode ser apreendida da consideração sobre a economia política clássica, guardando ainda lugar para a subordinação que estamos sublinhando. Mészáros, por exemplo, seguindo a indicação de que o termo “crítica” comparece nos títulos das mais importantes obras econômicas de Marx, sugeriu que o criticismo exercitado por este às “generalizações teóricas representativas formuladas por figuras clássicas da economia política” só teria de fato validade ao iluminar as “determinações estruturais objetivas nas raízes das referidas teorias”. Tais determinações essenciais:

(...) são destacadas no sentido de uma “crítica imanente” [*immanent critique*]. Ou seja, uma crítica que reconhece também as circunstâncias especiais e as motivações históricas dos pensadores em questão, e não apenas suas limitações de classe vistas do ponto de vista qualitativamente diferente [do capital] e da distância necessária da “nova forma histórica” entrevista. (Mészáros, 2010, p. 319)

A “crítica imanente” assume, como em outras ocorrências vistas, o lugar da análise histórico-imanente. Nos termos do autor, aquela se debruça especialmente sobre a explicação histórico-social do pensamento econômico. Nos parece pressupor a análise histórico-imanente das determinações específicas do pensamento em tela, envolvendo aquele reconhecimento de seu caráter histórico. Para Mészáros,

entretanto, a necessária “crítica imanente” não seria suficiente para capturar o “quadro global”, pois:

Se assim fosse, nesse caso, a “crítica imanente” generosamente exercida por Marx – em pleno reconhecimento do fundamento objetivo das determinações e das notáveis conquistas científicas da economia política clássica – não teria sido transformada [...] em uma crítica radical das imagens teóricas concebidas do ponto de vista do capital.

A razão decisiva pela qual mesmo os clássicos da economia política tiveram que ser submetidos a uma crítica radical foi que sua conformidade com o ponto de vista do capital necessariamente trazia consigo não apenas a “ignorância”, mas, pior do que isso, a ideológica racionalização e justificação com devoção às características estruturais antagônicas mais íntimas do modo estabelecido de controle sócio-metabólico. (Mészáros, 2010, p. 329)

O autor estabeleceu uma diferenciação sugestiva entre “crítica imanente” e “crítica radical”. Enquanto a primeira focaliza sobretudo as condições objetivas do pensamento econômico, como já sublinhado, a segunda envolveria a crítica da adesão, de amplas repercussões, da economia política clássica ao ponto de vista do capital e à necessidade social de sustentação do modo de produção regulado pelo próprio capital como forma histórica de relação social. A “crítica radical” parece assumir a posição da “crítica ontológica” e a “crítica imanente”, a da “análise histórico-imanente”, ainda que esta esteja pressuposta.

Podemos fazer diagnóstico parecido quanto à subordinação no exemplo do estudo a respeito das “teorias econômicas do bem-estar” diante das quais é admitido que a “crítica ontológica pressupõe a crítica dos pressupostos filosófico-teóricos” dessas teorias. Mas ela pode ir ainda mais longe por ser uma “crítica da realidade social que permite e constrói (socialmente) “falsas” teorias sobre si mesma”. Esse estudo autorizou a constatação de que tais teorias escrutinadas colocam-se na “perspectiva liberal-conservadora” assumindo o “atomismo social, a naturalização do capitalismo e o proferimento abstrato de valores emancipatórios” (Medeiros, 2013, p. 10). Mesmo subordinada à crítica ontológica aqui esboçada pelo economista brasileiro, a análise histórico-imanente persiste como caminho para o escrutínio derradeiro.

Ao lado da subordinação é possível colocar a identificação. Ela já foi tangenciada na terminologia anterior como “crítica imanente”. Chasin, como um profícuo continuador de Lukács em muitos (e não em

Determinação social do pensamento econômico

todos) os aspectos importantes, registrou que a “crítica ontológica da economia política, em busca da “anatomia da sociedade civil”, leva à *raiz*, que impulsiona pelo nexos intrincado das *coisas*, materialmente, à analítica da *totalidade*” (Chasin, 2009, p. 77). Nessa crítica ontológica está estabelecida a identidade, mais do que a subordinação, uma vez que para o filósofo brasileiro já estavam admitidas a “*análise* ou *crítica imanente* e sua adequação para a leitura das *formações ideais*” (p. 26). Vale insistir que, conseqüentemente extraída das aquisições de Marx em sua transição ao materialismo, a “*crítica ontológica*” é a:

investigação do ente autoposto em sua imanência, seja esse uma formação real ou ideal; procedimento teórico – “verdadeira crítica filosófica”, diz Marx – em que a tematização, isto é, a reprodução ideal das *coisas* [reais ou ideais] é procedida a partir delas próprias, da malha ou do aglutinado de seus nexos constitutivos, processo analítico pelo qual são desvendadas e determinadas em sua gênese e necessidade próprias. (Chasin, 2009, p. 74)

À análise histórico-imanente identifica-se a crítica imanente, a crítica ontológica das formações ideais, no caso. Mas o conteúdo propriamente revela a sutileza à qual a analítica também se debruça, isto é, a malha própria do objeto ideológico investigado. Chasin, em complementação, adicionou a tal crítica a problemática da gênese das formações ideais, conforme passagem anterior. E não é por menos, pois, como temos insistido, os elementos já considerados e interativamente adensados a outros, que ainda aguardam nossa atenção, formam a unidade do método materialista, irmanados em complexas relações.

Parece que quanto mais aprofundamos em um de seus elementos, outros são chamados à tarefa investigativa da integralidade de uma formação ideal. E há um espaço de transição em que esses elementos não são plenamente distinguíveis, o que cria sempre dificuldades para uma especificação metodológica cuja importância não pode ocupar, obviamente, o lugar da própria contribuição singular do método materialista em articular tais elementos ao invés de estancá-los. No entanto, seguindo nosso expediente, devemos considerar a análise histórico-imanente, até certos limites, separadamente da crítica ontológica ou crítica imanente e dos demais elementos da unidade do método (como a análise da gênese ou da análise ontognosiológica). Queremos com isso analiticamente isolar e combinar o *caráter imanente da análise*

histórica e o *caráter histórico da análise imanente*, tornando explícitas as exigências posturais e procedimentais nesse âmbito destacado do método. Mesmo porque, como já está muito claro e aqui voltamos a dizer, a história é fator articulador da unidade do método materialista por consequência da própria natureza das formações ideais como resultados históricos.

Assim, é forçoso reconhecer, como já dissemos, que a análise histórico-imanente ocupa um lugar especial na unidade do método materialista. E não é por questões opcionais. Dado que os objetos ideológicos que elegemos anteriormente assumem ou podem assumir a materialização no texto, a escavação do material é condição de sua apreensão, acumulando assim sucessivos movimentos de aproximação. Inicialmente, a imanência da análise decorre da natureza própria dos objetos ideológicos em geral e, especificamente, do pensamento econômico como tal objeto, como fato-doutrinário voltado para a explicação do funcionamento do modo de produção capitalista ao passo que procura influir no conjunto das decisões cotidianas emolduradas pelo conflito social.

De partida, vale ter permanentemente em conta que, da maneira pela qual vimos, as formações ideais não têm história própria e estão em relação inquebrantável de dependência com as suas condições materiais. Por isso, não estamos diante de um método que “confere ao produto ideológico explícito, origem e desenvolvimento imanente ao próprio campo das ideologias” (Chasin, 1978, p. 77). Ao mesmo tempo, não há assento nessa sala que acomode aquele materialismo grosseiro, pois de tal predicação do pensamento – que sabemos ser ativa – não decorre que tais expressões objetivadas das formas de consciência “não se constituam em entidades específicas, com características próprias em cada caso” (p. 77).

A questão nuclear, que nunca deve ser perdida de vista, é o caráter de resposta das formações ideais que estamos considerando como objetos ideológicos. Vimos que o pensamento econômico está voltado, na qualidade de forma de consciência científica com respostas diferenciadas, às contradições e conflitos sociais que decorrem do problema essencial do modo de produção e distribuição da riqueza socialmente produzida, à explicitação de suas propriedades e funcionamento. As inflexões societais, as posições dos intelectuais no conflito, o

Determinação social do pensamento econômico

desenvolvimento das forças produtivas etc., exigem e afetam as respostas oferecidas, os meios de enfrentamento de tais contradições. Por isso, qualquer pensamento econômico tornar-se-ia incompreensível sem o “reconhecimento dessas forças motrizes primárias” (Lukács, 2020, p. 9) permanentemente consideradas na análise imanente e que também, por isso mesmo, é histórica; uma análise, pois, histórico-imanente.

Diante dessa natureza própria da coisa histórica em si mesma, a análise histórico-imanente não é um elemento metodológico como outro qualquer. Ao assumir seus “atributos científicos” por corresponder à natureza da coisa investigada, ela contém posição que rejeita a “ideia de que os métodos se equivalem, de que se equilibram entre si seus valores e possibilidades analíticas”. Recusa-se, pois, o “ecletismo que busca justamente sua força no aditar de coisas insomáveis e caminha levemente ao arremedo da lógica e dos princípios em nome de um antiortodoxismo que não é mais do que o dogmatismo do descompromisso prático e científico” (Chasin, 1978, p. 61). Não se confunde com outras abordagens que também têm no texto seu objeto primário, sobretudo aquelas que se armam no entorno da hodiernamente chamada “discursividade” no sentido mais abrangente que este termo alcança, inclusive suas celebradas tecnicidades analíticas. Por mais úteis que algumas técnicas e tecnologias possam ser em termos auxiliares em certos procedimentos, não há qualquer identidade possível uma vez que a análise histórico-imanente envolve não apenas certos procedimentos especiais próprios como também, e igualmente importante, faz exigência de postura investigativa que remete aos traços mais essenciais do método materialista.

Postura e procedimentos são frequentemente tomados, na tradição materialista, em uma única figura. Há ganhos analíticos, entretanto, na distinção ponderada entre eles.

Já dissemos algo a respeito das diferenças e semelhanças entre o “objeto real” e o “objeto ideológico”. Sugerimos que o estudo das formações ideais não pode prescindir, como já referido, daquilo que Marx denominou por “força da abstração”, isto é, a *postura* de subordinação ativa da cognição à coisa investigada. Nos termos que utilizamos para sublinhar essa postura, destacamos que a “consciência ativa procura exercer os atos cognitivos na deliberada subsunção, criticamente modulada, aos complexos efetivos”, isto é, tanto “às coisas reais” quanto às

“ideias” (Chasin, 2009, p. 58). Nesse plano geral do método, vale a mesma postura investigativa para ambas as coisas (reais e ideais), pois a força da abstração é “força essencial de apropriação peculiar dos objetos, que se realiza de acordo com sua natureza e com a natureza do objeto” (p. 123). Diante do objeto ideal que nos interessa, performa-se, em termos *procedimentais*, uma apropriação das propriedades imanescentes ao objeto investigado. Reconhecer o objeto ideológico como existente em si para que seja escavado. Escavá-lo para extrair as propriedades do próprio objeto sob análise. Extrair tais propriedades que sabemos, de antemão, serem produtos históricos correspondentes a condições materiais particulares.

Essa colocação geral remete, de início, à postura investigativa. Ela engloba tanto princípios orientadores gerais quanto o modo. Dado que importam as propriedades do objeto ideológico, a exigência de partida é, na decidida “submissão ativa do sujeito à lógica intrínseca do objeto” (Vaisman; Alves, 2009, p. 16), exercitar postura investigativa de “confronto leal e honesto com os textos” (Vaisman, 2021, p. 285). Para dominar e extrair, é necessária a deliberada submissão ativa da cognição ao fato-doutrinário. Sua qualidade se expressa na exigência de controle da subjetividade modulada pela própria coisa. Em outras palavras, tem lugar a exigência de

propulsão categórica à objetividade, a intentio recta de apreender o texto na forma própria à objetividade de seu discurso enquanto discurso, ou seja, na efetividade de uma entificação peculiar, cuja identidade é resultante da síntese de suas imanescentes e múltiplas determinações ideais. (Chasin, 2009, p. 25)

O divergente a isso se mostra em outras tendências analíticas. Podemos citar alguns casos.

A análise histórico-imanente difere da notória “leitura estrutural”, cujo limite é meramente “ressaltar a estrutura de uma argumentação, mostrando como se avança dos princípios às teses de acordo com uma ordem de razões, uma argumentação” (Fleck, 2019, p. 356). O caráter do pensamento como predicação ativa é integralmente riscado, pois nessa “leitura estrutural” deve-se “deixar de lado os conhecimentos externos (sobre a situação política, social e mesmo intelectual existente no momento de gestação das ideias inquiridas)” (p. 356). A “leitura estrutural” tem certo ímpeto de “combater tanto as interpretações

genéticas dos textos filosóficos, uma forma de pesquisa que tem por objetivo a descoberta de sua origem, seja ela histórica, social ou psicológica (e que não seria, por isso, propriamente filosófica), quanto as interpretações dogmáticas, as quais pecariam por não serem científicas na medida em que se posicionavam frente a questão da verdade material da doutrina examinada” (Fleck, 2019, p. 353). No método materialista, mesmo que possamos distinguir, como aqui fazemos, o estudo genético das formas de pensamento e a análise histórico-imanente, já dissemos e voltaremos a destacar que são elementos relacionados na unidade do método e, portanto, mutuamente beneficiados. Isso vale também para a distinção e mútuo relacionamento na unidade do método materialista entre a análise histórico-imanente e a análise ontognosiológica em que a segunda procura estabelecer a objetividade científica das formas de pensamento. A “leitura estrutural” mostra-se, pois, comparativamente limitante e parece ser considerada à revelia da natureza histórica de seus objetos.

Da mesma forma, a análise histórico-imanente difere da “leitura sintomal” de acepção althusseriana e inspiração freudiana, que se “restringe à estrutura intratextual do discurso, “autonomizada” de seu “referente”, isto é, a realidade capitalista, apresentando-se como inscrita no interior dos mais altos padrões de um rigorosismo linguístico” (Vaisman, 2006, p. 251) e fixando-se “no universo obliterante do *visível* e do *invisível* do enunciado” (p. 252). Distancia-se, pois, de qualquer possibilidade de “reconhecimento dessas forças motrizes primárias” incontornável para a análise histórico-imanente no método materialista.

Por fim, porém decisivas, estão as distâncias estabelecidas pelas “hermenêuticas em voga” que “imputam ao texto vivências de ordem subjetiva por parte do leitor” (Vaisman, 2021, p. 285) e pela “debilidade intrínseca à especulação racionalista autorreferida” (Chasin, 2009, p. 25). Colocada de modo consequente, a análise histórico-imanente:

encara o texto – a formação ideal – em sua consistência autossignificativa, aí compreendida toda a grade de vetores que o conformam, tanto positivos como negativos: o conjunto de suas afirmações, conexões e insuficiências, como também as eventuais lacunas e incongruências que o perfaçam. (Chasin, 2009, p. 25-26)

Diante da formação ideal, qualquer que seja, exige-se postura investigativa que “respeite a trama interna de suas articulações, de

modo que fique revelado objetivamente seu perfil de conteúdos e a forma pela qual eles se estruturam e afirmam” (Chasin, 1978, p. 77) como condição para “determinar sua efetiva natureza” (p. 23). No mesmo diapasão, podemos admitir a “atitude de respeito ao texto, em que o intérprete se subordina ao sentido nele existente objetivamente” (Vaisman; Fortes, 2020, p. xi-xii). Aqui, como em qualquer lugar dos estudos dessa natureza, a postura não é outra senão aquela do “pensamento de rigor” que procura apreender a “lógica intrínseca ao objeto investigado” (Chasin, 2009, p. 90). Não é uma tarefa que colocaria de lado energia e rigor. Menor esforço é exigido na atribuição ao objeto ideológico investigado aquilo que “subjeticamente o intérprete é capaz de formular, à revelia da própria tessitura significativa presente no escrito” (Vaisman; Fortes, 2020, p. xi-xii). E nunca parece ser demasiado insistir nesse ângulo da postura de rigor na análise histórico-imanente.

Dessa postura decorre procedimento para a execução propriamente dita da análise histórico-imanente. De início, não há outro caminho senão o do confronto aberto, direto e, pelo menos primariamente, sem mediações ou instrumentos prévios. Trata-se de posicionamento semelhante ao estudo dos “objetos reais”. Na investigação dos objetos ideológicos o caminho também é o do “enfrentamento do indivíduo dotado de forças sociais de apropriação do mundo sem a interposição de qualquer critério ou instrumento ideal, prévio, que o organiza para a tarefa em tela” (Vaisman; Alves, 2009, p. 15).

Assim se iniciam as aproximações sucessivas do material que podem, obviamente, passar a requerer instrumentos auxiliares. Como qualquer outra técnica, diferentes dispositivos tecnológicos podem ser úteis ao registro, contagem, comparações etc., nunca, porém, destruindo o embate direto entre o analista e o objeto ideológico. Assim, o procedimento aproximativo é a escavação propriamente dita, “ordenando o material recolhido na marcha da investigação efetiva, no corpo a corpo” (Vaisman; Alves, 2009, p. 16) com o objeto ideológico. Esse movimento de aproximação, como vimos, visa “reproduzir pelo interior mesmo” do objeto sob análise, exigindo “procedimento, pois, que adquire articulação e identidade pela condução ininterrupta de uma analítica matizada pelo respeito radical à estrutura e à lógica inerente” (Chasin, 2009, p. 25). Sublinhou Engels (2017, p. 49) certa vez que “quando alguém quer ocupar-se com questões científicas, esse alguém

tem de aprender, em primeiro lugar, a lidar corretamente com os escritos que se pretende empregar, lendo-os tal como o autor os escreveu e, acima de tudo, sem lhes imputar coisas que ali não constam”. Portanto, o procedimento deve ser capaz de “identificar a estrutura categorial das obras” (Vaisman; Fortes, 2020, p. xi-xii), de reproduzir tal estrutura.

Assim, em termos gerais e considerando a variação das problemáticas específicas de pesquisa, todo o procedimental aproximativo tem por guia a determinação da *natureza* da formação ideal, sendo capaz de, ao tomar o discurso como evidência do problema e não como critério de verdade, identificar os argumentos, os propósitos, os fundamentos, as tendências, indo mesmo além daquilo que o autor ou autores dizem de si próprios. O próprio Marx nutria dúvidas em sua dissertação, como vimos, se de fato “eles se conhecem a si mesmos”. Anos depois escreveu que “não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele se faz de si mesmo” (Marx, 1974, p. 136). A análise em tela ultrapassa as camadas mais aparentes do próprio objeto analisado.

Dado que os objetos ideológicos decorrem de condições materiais particulares, a escavação não se limita obviamente à endogenia do texto, que de resto não existe por si mesma, e expõe as correspondentes “forças motrizes primárias” e municia outras análises relacionadas, como vimos anteriormente, quanto à delimitação do objeto ideológico, mas também aquelas análises, sobre as quais ainda discorreremos, atinentes à gênese, à eficácia e à objetividade científica do pensamento econômico como forma de consciência científica. Quanto mais aprofundamos no corte histórico da análise, mais somos levados ao encontro desses outros elementos componentes da unidade do método. A análise histórico-imanente é uma condição, por exemplo, para a gradativa especificação analítica da missão (necessidade) social de uma formação ideal tendo por referência tais forças motrizes dada a sabida predicação ativa do pensamento em relação às condições materiais. É também condição para a análise da gênese, mas ao mesmo tempo esta análise é cada vez mais requerida com o desdobramento da análise histórico-imanente.

Em suma, identificamos importantes aspectos gerais quanto à postura de enfrentamento direto, de subordinação ativa da cognição ao objeto, às suas propriedades imanentes e históricas, com procedimentos que removem camadas sobrepostas por meio de aproximações, que

extraem o sentido objetivo em seus pormenores, efetivando ordenamentos, comparações, especificações, articulações etc. Esses elementos referentes à postura e aos procedimentos trazem duas outras questões relevantes e, como de praxe, relacionadas: o problema da verdade e o das provas.

As tendências opostas à análise histórico-imanente, nas quais é praticada a atribuição subjetiva por parte do analista ao objeto ideológico, estão sempre inclinadas a admitir a “equivalência das várias interpretações ou operações hermenêuticas, uma vez que a questão da verdade sobre o objeto em exame está totalmente afastada do âmbito da investigação” (Vaisman; Alves, 2009, p. 8). O relativismo assume muitas formas, inclusive aquelas mais comuns ao perspectivismo em que todos os “pontos de vista” são equalizados uma vez que seriam nada mais do que são. Não haveria critério capaz de auxiliar na decisão quanto ao rigor da análise, à qualidade da reprodução das propriedades do objeto ideológico sob análise. Não devemos confundir nesse momento o problema da verdade do texto com o problema da objetividade científica na análise ontognosiológica a ser tratada em outro capítulo. Aqui a questão é admitir que “mesmo se todo observador fosse incapaz de entender o sentido das coisas e dos textos, os nexos ou significados destes não deixariam, por isso, de existir” (Chasin, 2009, p. 26). A questão decisiva não é decidir se uma justa interpretação é possível, se existem condições de reprodução correta da lógica do texto, da determinação de sua natureza. O problema da maior importância reside no fato de que a cientificidade da análise é uma resultante histórica das condições objetivas e subjetivas que facultam ou obstruem a objetividade da análise, a identificação da estrutura categorial dos objetos analisados, o estabelecimento da natureza imanente-histórica dessas formações ideais.

Disso resulta o incontornável exercício das provas na forma expositiva dos resultados produzidos pela análise histórico-imanente. Contrariamente às tendências contemporâneas para as quais o rigor não é decisivo, a demonstração das provas na tradição materialista é condição. A análise rigorosa não é opcional. Em nome de alegadas “estética”, “fluidez” e “economia”, a recomendação amplamente difundida hodiernamente sugere evitar citações diretas como se isso fosse o problema a ser evitado. Perde-se totalmente de vista que o problema é a

inteira secundarização da exigência de rigor em nome daquele já denunciado antidogmatismo como escudo do ecletismo. Mesmo quando o público é composto de versados no assunto, não está dispensada aquela exigência. No método materialista não é autorizada, pois, qualquer fuga diante da “necessidade de provas” (Lukács, 2020, p. 11). É exigência postural e procedimental, tanto para a investigação quanto para a exposição. A extensão da demonstração depende do material e da problemática que o envolvem, como é claro. Em muitos casos essa extensão cobra esforço do leitor e pode desafiar seu interesse no assunto. Não é que se deva, entretanto, descuidar da forma expositiva, optando sempre pelo excesso como virtude. Mas a coleção de provas apresentadas na exposição “não se trata de simples alinhavo de paráfrases ou de atulhamento do escrito com citações em grande quantidade, enumeradas acriteriosamente pelo intérprete de acordo com suas próprias crenças e convicções” (Vaisman; Fortes, 2020, p. xi-xii). Trata-se do manejo das provas exigido na atividade científica em geral e que ganha peso arqueador para a investigação científico-filosófica dos objetos ideológicos e especialmente para a exposição de seus resultados. De modo cabal, a exposição das provas fornece o critério para a avaliação da compreensão, pois “antes de interpretar ou criticar é incontornavelmente necessário compreender e fazer prova de haver compreendido” (Chasin, 2009, p. 25).

Cabe dizer, como desfecho, que a análise histórico-imanente não começa do nada. Seu ponto de partida *metodológico* já é dado na fundamentação do método materialista, isto é, na predicação ativa do pensamento como objeto ideológico, de natureza histórica, geneticamente dependente de condições materiais particulares e sobre as quais eventualmente deságua. A escavação imanente desse objeto ideológico reforça tais fundamentos, uma vez que eles próprios não foram alcançados numa bela manhã de domingo, após o voo da coruja de Minerva. A própria análise *histórica* desses objetos, remetendo-os às forças primárias por necessidade da própria coisa sob análise, trilhou o caminho àquela fundamentação. E a análise desse tipo necessariamente aponta, dadas as reciprocidades entre os elementos da unidade desse método, para o procedimento genético das formações ideais.

V

Análise da gênese

A tendência mais presente quando o assunto é a origem das ideias, incluindo as novas, é relacioná-las às ideias precedentes. Schumpeter (1954) é emblemático sobre isso, uma vez que, para ele, as ideias econômicas decorrem sempre das ideias econômicas anteriores, sustentando que o fator explicativo para certo avanço ou paralisia da circulação de novas ideias não é outra coisa senão o clima intelectual dos países. Mesmo recentemente essa tônica se mantém no exemplo de Arias (2023) em *La génesis de la teoría económica contemporánea*, em que as teorias são apreendidas como desdobramentos intelectuais rivais. Essa tendência também aparece entre autores marxistas, embora concatenada a outras considerações. Dobb (1977), por exemplo, não obstante a clareza de considerar que tanto as ideias precedentes quanto as condições histórico-concretas exercem influências, pendeu para a primeira dessas forças como alvo analítico.

Tanto no marxismo quanto fora dele, essa tendência parece ser explicada primariamente pelo peso do próprio objeto ideológico. Em outras palavras, o estudo do pensamento econômico, dada sua natureza teórica e em disputa entre diferentes correntes, coloca em primeiro plano os enunciados referenciados em teorias mutualmente rivais. O analista é, assim, mais assediado pelos aspectos lógicos internos das ideias que se desdobrariam, à primeira vista, como reações a outras ideias relativamente divergentes.

Diante dessa tendência predominante, e dos nossos interesses marcadamente materialistas, é decisivo ter de partida o enraizamento do pensamento econômico nas condições históricas particulares. Diferentes fatores, inclusive as ideias anteriores e/ou divergentes, estão em

Determinação social do pensamento econômico

complexo relacionamento nessas condições, como já dissemos e voltaremos a afirmar outras vezes neste livro. E isso se dá de tal maneira que é exigência reconhecer, com base em um materialismo consequente, que o “mundo das formas de consciência e seus conteúdos não é visto como produto imediato da estrutura econômica, mas da totalidade do ser social” (Lukács, 2012, p. 308). Por isso, não se ignora a influência das ideias de gerações anteriores. Na verdade, frequentemente os autores apoiam-se:

nos resultados e métodos daqueles pensadores do passado imediato ou remoto que se expressaram na mesma linha de pensamento a que estão voltados e cujas ideias são tidas por eles como essenciais. Tanto mais porque as condições sociais sob as quais surgem a colocação de problemas e os métodos [...], em que pesem as mudanças – não raro qualitativas –, acabam por apresentar certa continuidade, a qual, naturalmente, tem de se refletir no plano ideológico [das formas de consciência]. (Lukács, 2020, p. 352)

Como se vê, nem de longe pode ser considerado algo de menor importância. Temos muitos exemplos disso e especialmente interessantes aos nossos propósitos quando reconhecemos que importantes disputas nesse plano intelectual também respondem aos conflitos essenciais aos quais tais formas de consciência respondem. Nessa direção, não é impropriedade ligar a chamada “revolução marginalista” aos conflitos classistas do século XIX e que foram espelhados de formas variadas. As figuras de Jevons e de seus continuadores são ilustrativas. Wesley Mitchell retomou aquele ângulo, já muito conhecido nessa tradição, segundo o qual a “liberalização” do funcionamento dos mercados seria, “do ponto de vista do bem-estar econômico, o método mais vantajoso de organizar os esforços humanos”. Parece, disse o autor, que “esse tipo de análise tem sido empregado especificamente para esse fim”, isto é, com o *propósito* (ou missão social, conforme ainda trataremos) de apresentar o mecanismo de livre mercado como superior, cujo funcionamento deveria ser isento de interferências consideradas desviantes. A questão é que essa defesa foi erigida especialmente em um contexto de ataques às contradições da economia capitalista. Mitchell, que não pode ser confundido com um marxista, considerou o seguinte:

Penso que ninguém pode ler os escritores austríacos, cujo esquema geral de desenvolvimento era muito semelhante ao de Jevons, sem sentir que eles estão interessados em desenvolver o conceito do máximo de

utilidade em grande parte porque pensavam que ele respondia à crítica socialista de Karl Marx à moderna organização econômica. Pareceu, pelo menos à primeira vista, mostrar que, afinal, enquanto reprimimos a interferência na concorrência, estamos obtendo o que é teoricamente a melhor organização possível da sociedade quando deixamos cada um perfeitamente livre para tomar suas próprias decisões. (Mitchell, 1935/1949, p. 40-41)

As ideias pregressas jogam papel relevante e em muitas direções, tanto no sentido anteriormente dado por Lukács, em uma linha de continuidade, quanto em direção diversa, no sentido reativo e em oposição, como no exemplo do marginalismo em relação ao marxismo. É preciso observar, entretanto, que essa ocorrência no plano intelectual tem as condições objetivas ao fundo e as circunstâncias conflitivas delas ensejadas. Não é algo puro do plano teórico, uma força intrínseca da teoria ou uma lógica própria das formas de consciência científicas. Por esse motivo mesmo, é do interesse do método materialista desvendar as condições essenciais da continuidade e da disputa. Sem desprezar as ideias pregressas, circulantes e muitas vezes contrastantes, trata-se de remeter o pensamento às suas condições de existência fundamentais. Constitui tendência interna ao próprio materialismo em tela, aliás como uma de suas tarefas essenciais, debruçar-se sobre o pensamento por meio de uma “análise histórico-teórica da gênese” (Lukács, 2013, p. 573). Nessa direção, a preocupação premente focaliza tais condições históricas essenciais que formam a base direta ou indireta para o desdobramento das formas de consciência científica, sobretudo na figura do pensamento econômico para o qual estamos voltados neste livro. Mesmo porque, no tratamento que Marx legou, vemos que as “condições de possibilidade tanto dos primórdios quanto do desenvolvimento e dissolução da econômica clássica, que redundou na emergência da economia vulgar, foram engendradas no interior de clivagens decisivas no plano histórico-social real” (Vaisman, 1996, p. 230).

Com efeito, o primeiro aspecto importante aos nossos propósitos é a distinção já por nós considerada anteriormente entre a estrutura econômica, a superestrutura jurídica e política e formas sociais de consciência, uma vez que o “modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual” (Marx, 1974, p. 136). O sublinhado que demos, e que aqui ganha as mesmas tintas, destaca o caráter condicionado do “processo espiritual” em que o

Determinação social do pensamento econômico

pensamento econômico é elemento constitutivo. O pensamento econômico aparece, nesses termos, como forma social de consciência produzida por condições da vida material, uma forma de consciência científica que, *bem-sucedida ou não sob certas circunstâncias*, procura explicar “como se produz” a riqueza no interior e sob a forma das “relações da produção burguesa”, debruçando-se, com ou sem admissão por parte de seus mais importantes protagonistas, sobre “a vida ativa e atuante dos homens” (Marx, 1985a, p. 102), como vimos anteriormente. São os homens ativos e atuantes estabelecem os “princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais” (p. 106). Dessa maneira, as “categorias econômicas são expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção”; elas “são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são *produtos históricos e transitórios*” (p. 106). O pensamento econômico tem, em tais categorias socialmente postas, o material de suas elaborações com variados graus de objetividade científica.

Não por menos, o reconhecimento de que o pensamento econômico responde a forças condicionantes essenciais tem sido sublinhado com vigor na tradição marxista. Ao referirem-se a à “teoria da utilidade” e sua ligação com a “ciência econômica”, Marx e Engels fizeram um registro exemplar dessa questão. Disseram eles que:

A aparente tolice que consiste em reduzir todas as múltiplas relações dos indivíduos entre si a *uma única* relação de prestabilidade, essa aparente abstração metafísica deriva de que no interior da moderna sociedade burguesa todas as relações são praticamente subsumidas a uma única e abstrata relação monetária e de regateio. Tal teoria surgiu com Hobbes e Locke, simultaneamente à primeira e à segunda Revolução inglesa, com os primeiros golpes pelos quais a burguesia conquistou poder político para si. Naturalmente ela já era, antes, um pressuposto tácito para os escritores de economia. A ciência própria dessa teoria da utilidade é a economia; com os fisiocratas, ela recebe o seu verdadeiro conteúdo, pois foram eles que, pela primeira vez, sintetizaram a economia de forma sistemática. (Marx; Engels, 2007, p. 395)

Essa “ciência econômica” sistematizada pelos fisiocratas, ou essa economia política nascente, teve como elemento, ainda que tácito, uma “teoria da utilidade” que não tem outro pressuposto essencial senão a objetividade de uma *subsunção* das relações sociais à “relação monetária e de regateio” que demarca historicamente a “moderna sociedade burguesa”. No fundamento está a progressiva generalização da

produção de mercadorias em contraste com a feudalidade. Aqui vale o destaque do caráter derivado dessa teoria que, de resto, também revela que a própria economia política é, como tal, um produto das condições objetivas presentes aos fisiocratas. Vale mesmo dizer que os “acertos e desacertos da teoria fisiocrática não provêm simplesmente da maior ou menor acuidade intelectual de seus representantes, mas derivam das características do momento e do lugar histórico-sociais no interior dos quais ela é formulada” (Vaisman, 1996, p. 208-209).

A análise da gênese também pode envolver, por exemplo, um “trabalho comparativo sobre os escritos e personalidades de Petty e Boisguillebert”, trabalho ainda a ser realizado que, “além de destacar os antagonismos sociais da Inglaterra e da França no final do século XVII e início do século XVIII, poderia ser a exposição genética do contraste nacional entre a economia política inglesa e francesa” (Marx, 1961, p. 37-38). Assim, é possível considerar geneticamente expressões variadas do pensamento econômico, incluindo tanto uma teoria específica quanto aquela ciência econômica em geral que a mobiliza. Nessa última direção, Engels (2015) registrou que a “economia política no sentido estrito, na formulação positiva que lhe foi dada pelos fisiocratas e por Adam Smith, é essencialmente filha do século XVIII”. Em contraditório ao modo como foi apreendida por seus protagonistas, essa “nova ciência” só pode ser corretamente entendida “como expressão das condições e das necessidades de sua época” e não “como expressão da razão eterna”. Ao invés de admitir que as “leis da produção e da troca” se apresentavam como “leis de uma forma historicamente determinada daquelas atividades” econômicas, sustentaram como fossem “leis eternas da natureza; eles as derivaram da [suposta] natureza do ser humano”, ignorando “as condições historicamente determinadas daquela época” (p. 181). É possível que o caráter de transição tenha ofuscado as possibilidades científicas envolvidas. Mas é inegável que as condições gerais do capitalismo em desenvolvimento ajudaram a “economia a nascer como ciência, mas só quando a produção capitalista já existia e se aproximava espontaneamente do predomínio” (Lukács, 2010, p. 324).

Não é demais enfatizar esse ponto tão importante da gênese. Dobb, por exemplo, considerou que na história do pensamento econômico “há provas abundantes do condicionamento histórico da teoria econômica” (1977, p. 27). Esteve interessado no “como e porquê”, isto

Determinação social do pensamento econômico

é, a “forma e os modos deste condicionamento social e histórico” (p. 28), embora seja discutível que o autor inglês tenha sido bem-sucedido. Não obstante, insistiu haver “uma explicação sócio-histórica para o aparecimento duma certa aproximação [teórica da realidade] num determinado momento” (p. 31). De maneira similar, Rubin sublinhou que as “ideias econômicas não nascem num vácuo. Frequentemente, elas decorrem diretamente da agitação e da luta dos conflitos sociais, sobre o terreno de batalha entre diferentes classes sociais” (1979, p. 9).

Nesse diapasão, comparece na história do marxismo as preocupações com expressões mais específicas do pensamento econômico. O desenvolvimento da escola histórica e da escola austríaca, por exemplo, já foi alvo de considerações a propósito do procedimento genético. Restou sugerido que a escola histórica “surtiu como uma reação ao “cosmopolitismo” e “perpetualismo” dos economistas clássicos” (Bukharin, 1927, p. 18) em uma Alemanha em progressivo avanço do modo de produção capitalista e desenvolvimento de suas classes dominantes, como uma espécie de “expressão ideológica desse processo de crescimento da burguesia alemã, temerosa com a competição inglesa e demandante portanto de proteção para as indústrias nacionais” (p. 18-19). Por sua vez, a escola austríaca teria por campo predominantemente o desenvolvimento da “circulação dos papéis financeiros – o Mercado de Ações” (p. 25), configurando-se como uma espécie de “consciência social do *rentista*” (p. 28). Há muitos outros exemplos possíveis, como Dobb (1932; 1937; 2012) a respeito do marginalismo apreendido na qualidade de desdobramento da tendência da economia vulgar identificada por Marx como forma de pensamento econômico limitado à análise das formas superficiais das trocas abstraindo as relações de produção. Destacam-se também as análises de Lange (1963) a respeito da chamada “orientação subjetivista” da já referida “escola histórica” e do keynesianismo. Nesse último caso, as chamadas teorias do “bem-estar social” também já foram objeto de considerações genéticas importantes (Medeiros, 2013). Vemos, pois, que não é algo menor e esporádico.

Entretanto, a conquista realizada pelo materialismo a respeito do caráter histórico das formas de pensamento serviu a muitos propósitos, incluindo os de reação contra o próprio materialismo. Esse é o caso, por exemplo, da sociologia do conhecimento de Mannheim que marcou uma linha geral de muita influência, inclusive no Brasil, em que

se exaltam as “visões de mundo” relativas a contextos específicos, os co-existent e imponderáveis “pontos-de-vista parciais” (Mannheim, 1968, p. 275-6). Curiosamente inspirado por Marx e Lukács em parte, também enfatizou o peso das “circunstâncias” para explicação do pensamento. Há o reconhecimento de que o pensamento não é independente da “existência” (Mannheim, 1968, p. 324). Disso resultou, em seus termos, a procura por uma “teoria da determinação social ou existencial do pensamento efetivo” (p. 288), uma teoria que explicasse a “influência desses fatores existenciais sobre o conteúdo concreto do conhecimento” (p. 289). Nessa sociologia, foi persistente o destaque segundo o qual “as condições de existência afetam não somente a gênese histórica das ideias, mas constituem uma parte essencial dos produtos do pensamento e se fazem sentir em seu conteúdo e forma” (p. 300). Houve repercussões disso no exemplo de que certas ideias econômicas somente podem ser avaliadas à luz das circunstâncias muito específicas com as quais se relacionavam (ou, eram relativas a elas) e para as quais estavam corretas, perdendo essa correção na medida da modificação das circunstâncias (Stark, 1944). Outras reverberações assemelhadas seguem operando mais recentemente (e.g. Repapis, 2021).

Não é lugar para longa avaliação dessa sociologia em contrapondo ao método materialista que estamos desenvolvendo, bastando registrar, tendo em vista os atuais propósitos, que a mera indicação de que as “condições de existência” ou “fatores existenciais afetam o pensamento” não é garantia de exclusão dos riscos do “relativismo” (aqui no sentido da indeterminação) presentes na derradeira imponderabilidade das “visões de mundo” coexistentes. Há, pois, um alerta para a pesquisa da história do pensamento econômico por via do método materialista especialmente em razão da influência que a sociologia do conhecimento parece ter conquistado também nessa seara.

Essa observação tem especial significado para o tratamento adiante no capítulo dedicado à análise ontognosiológica. Mas não poderíamos deixar de registrar certo aspecto dessa observação uma vez que pelo menos parte dela tangencia a questão da gênese do pensamento econômico. Temos em mente a influência que a sociologia do conhecimento fez soar ao fundo de uma espécie de reação à tendência do positivismo como posição dominante no campo da história do pensamento econômico. Essa reação ganhou muitos nomes também no Brasil, entre

Determinação social do pensamento econômico

os quais destacou-se a denominada “perspectiva crítica” (Ganem, 2011; Tolipan, 1996/2019) com a qual mantiveram ligações alguns estudos de declarada inspiração marxista (Malta, 2011, Curty; Malta, 2022).

Trata-se de uma posição que ecoou ativamente muitas críticas já acumuladas à proposição de Schumpeter (1955/2006) que, resistente à passagem do tempo, sustentou certa linha do pensamento econômico, a “análise econômica” voltada ao método formal de estudo econômico, como uma espécie de “consciência pura” por estar alegadamente blindada dos condicionantes históricos, políticos etc. Aquela “perspectiva crítica” é defesa explícita do pluralismo diante do chamado *mainstream* no território em tela, pois uma história do pensamento econômico nesse sentido, “além de estabelecer um movimento das ideias com os fatos históricos deve ser entendida como um combate de ideias, eminentemente plural e conflitivo, o espaço da controvérsia, o espaço da liberdade” (Ganem, 2011, p. 55). Nessa direção, a “crítica refuta a ideia da história do progresso científico como um processo acumulativo linear que nos leva inexoravelmente a uma verdade absoluta em que o atual estágio do desenvolvimento teórico da ciência econômica estaria atestado pelos últimos avanços modelísticos e matemáticos do *mainstream*” (Ganem, 2011, p. 55). Essa mesma questão já fora enfatizada, admitindo-se existir um “mito do progresso do conhecimento”, cujo critério essencial seria o “binômio verdade-erro” (Tolipan, 1996/2019, p. 149).

Certamente é uma questão à qual voltaremos, como dito. É possível apenas antecipar rapidamente que tais fundamentos da “perspectiva crítica” arcam com alguns tributos não declarados (e talvez não totalmente deliberados) àquele relativismo da sociologia do conhecimento em meio à defesa explícita do pluralismo diante do *mainstream*. Essas duas questões, na verdade, imbricam-se de tal maneira que a reação ao positivismo parece ser a afirmação do relativismo daquela sociologia. Vemos isso no fato de que reconhecem a dependência do pensamento econômico diante das condições reais ao mesmo tempo em que animam uma reação romântica às tendências positivistas do *mainstream* ao abdicar da necessidade de conhecer a diferença entre o falso e o verdadeiro, diferença que não pode ser abortada da tarefa filosófico-científica.

O problema é ainda maior dadas as ligações que alguns estudos marxistas mantiveram com a “perspectiva crítica” aludida. Produz-se uma contradição insolúvel, uma vez que a posição inadvertidamente aderente à tendência cético-relativista nega as aspirações de objetividade científica e o reconhecimento de que, em certas condições históricas, são registrados efetivos avanços, inclusive pelo pensamento econômico. Abandona-se, assim, a possibilidade do estabelecimento da verdade objetiva cara, no entanto, aos fundamentos materialistas, como demonstrado extensivamente por Schaff (1991). Esse problema da objetividade também está posto na própria análise da gênese, no estabelecimento da natureza de uma forma de consciência social, da determinação mais aproximada possível de suas condições histórico-concretas de possibilidade. Por isso, torna-se incontornável sopesar aquela reação ao positivismo, despiando-a de qualquer inclinação romântica. Como compatibilizar, por exemplo, essa reação romântica com as notas de Marx (1974) acerca da história da análise da mercadoria que teria encontrado em Ricardo um cume alto de desenvolvimento da economia política clássica, em que a *verdade* da determinação do valor foi cada vez mais estabelecida e que isso expressou de fato um progresso? Como reconhecer que, embora embebido do “horizonte burguês, Ricardo dissecou a economia burguesa, que em suas profundezas aparece muito diferente da superfície”, que ele, “na qualidade de finalizador da economia política clássica, foi quem formulou e desenvolveu a determinação do valor de troca pelo tempo de trabalho em sua forma mais pura” (Marx, 1974, p. 167)? Como avaliar a decadência posterior na figura da economia vulgar, longamente criticada por Marx em seus textos mais centrais?

Se fazemos esses apontamentos aqui sob o risco de embaraçar certos temas não é por outro motivo senão porque uma consequente análise da gênese está impedida em seus próprios termos de apresentar concessões às insidiosas tendências cético-relativistas. Contrariamente às pretensões enunciadas pela “perspectiva crítica”, tais tendências pagam pesados tributos a Mannheim, colocando-a distante dos fundamentos do materialismo consequente remetido a Marx. Aliás, seria até o caso de perguntar se a alegada imponderabilidade das representações da realidade não é ela mesma uma capitulação ao falso socialmente necessário, que pretende erodir, no exercício das tarefas científicas, a

Determinação social do pensamento econômico

potência de conhecer as formas de consciência. Ao contrário, uma autêntica análise da gênese está impetuosamente voltada à decifração da natureza do pensamento econômico e à delimitação de suas condições objetivas que, se diferente fosse, não haveria mais lugar para qualquer explicação filosófico-científica dos objetos ideológicos.

E isso é tanto mais verdade na medida exata em que na análise da gênese “classificar uma ideologia não é explicá-la, pois identificar sua natureza corresponde necessariamente a referi-la à totalidade concreta em que emerge” (Chasin, 1978, p. 59). Há exigências aqui do mesmo calibre das que consideramos anteriormente quanto aos desvios cético-relativistas. Elas envolvem o balanço autocrítico dos mal-entendidos alimentados na própria história do marxismo quanto ao caráter histórico do pensamento, isto é, sua qualidade de produto das relações sociais de produção. Nunca é demais insistir que tais relações formam a base material como condição objetiva de possibilidade em última instância. Não é uma linha reta, causal e unidirecional, mas a constituição de pressupostos objetivos às formas de pensamento tal como considerado quando tratamos da predicação ativa do pensamento. Aqui, entretanto, estamos focalizando e expondo as questões atinentes à problemática da gênese das formas de consciência. Nisso se revela a “dimensão fundamental da *determinação social do pensamento*”, qual seja, a “sociabilidade como *condição de possibilidade do pensamento*” uma vez que a “sociedade fornece a matéria, os meios e as próprias demandas para a exercitação do pensamento, pois, da situação mais corriqueira à mais técnica ou sofisticada, é sempre como ser social que o homem pensa” (Vaisman, 1999, p. 286).

A compreensão distorcida do que se entende como predicação do pensamento econômico em relação à objetividade das relações sociais de produção é, de fato, alvo de recorrentes protestos. E isso porque a considerada “condição objetiva de possibilidade” foi vertida, de muitas maneiras, em um tipo de espelhamento automático e de mão única. Não por acaso, nunca foi uma questão meramente protocolar insistir na ausência de qualquer compromisso “com as fracassadas tentativas, típicas das vulgarizações do marxismo, de reduzir cada ideia singular a um momento da realidade que supostamente o determinaria” (Medeiros, 2013, p. 34). A coerente e decidida recusa ao “determinismo reducionista” admite, em seu lugar, “simplesmente que as ideias têm sempre

por pressuposto coisas do mundo – são ideias sobre estas coisas – e que são formadas em determinadas condições sociais. Em outros termos, admite-se que as ideias são *parte da vida*, de modo que a crítica das ideias não pode prescindir da crítica das formas de vida” (p. 34). Essa admissão corresponde ao interesse de realizar uma “crítica ontológica” (conforme vimos e voltaremos a considerar) às “teorias do bem-estar social”, mostrando a *necessidade social* delas. Mais importante ainda, procura indicar o “papel das teorias do bem-estar social” uma vez que são “formas de consciência compatíveis com as formas de vida do capital” (p. 34).

A justificada cautela diante da temeridade do materialismo grosseiro deve, no entanto, guardar sala para a inspeção mais detalhada quanto à gênese das formas de consciência econômica não se contentando com a admissão geral de que “as ideias têm sempre por pressuposto coisas do mundo”, como sugerido acima. A reconstituição da “gênese das formas de consciência com as quais a ciência econômica interpreta e ajuíza as “mazelas” sociais hoje” (p. 17) subordinou-se, por mais coerente e importante que seja, ao propósito de explicitar o papel daquelas teorias, a sua *função social* ou, conforme desenvolveremos em capítulo específico, *a análise da eficácia* nos termos da unidade do método materialista.

Essa subordinação é compreensível pelo fato de que o estudo da gênese inevitavelmente convoca o da *eficácia* dadas as interconexões permanentemente assediadoras, porque necessárias, entre os elementos da unidade do método materialista. A consideração dedicada, por exemplo, a uma metodologia de “análise genética” extraída de Lukács, tomou um plano mais amplo da “emergência do conhecimento sobre a esfera econômica na forma de ciência” para sublinhar propriamente que caberia “à teoria econômica responder apropriadamente às tarefas socioeconômicas prementes de sua sociedade e apontar os caminhos possíveis de solução, sustentando teoricamente as resoluções práticas e a reprodução das relações econômicas existentes”. Com efeito, a “essa função social da ciência econômica – função que justifica a autonomia desta atividade na divisão social do trabalho – o conhecimento da esfera econômica, a forma assumida pela teoria e suas particularidades são submetidos” (Mesquita, 2021, p. 24). Essa subordinação, entretanto, pode ter como consequência não premeditada a limitação do potencial

que guarda a própria análise da gênese.

Por isso, tal análise da gênese pode ser retirada de sua subordinação em relação à análise da função social ou da eficácia para desenvolvimento particularizado. Ao mesmo tempo, demanda sala para investigação dedicada sem os desvios do materialismo grosseiro e sem contentar-se com a aquela admissão correta, porém geral, de que as ideias pressupõem coisas do mundo. A temeridade do mecanicismo não deve implicar no seu oposto, impedindo a justa averiguação precisamente da “centralidade das determinações histórico-materiais dos fenômenos da consciência” (Paula, 2010, p. 7) entre os quais inclui-se o pensamento econômico obviamente.

Nessa direção, o reconhecimento da forja do pensamento ilumina os problemas de gênese das formas de pensamento como elemento componente da unidade do método materialista. A análise da gênese das formas de pensamento corresponde à investida *explicativa* das formas de consciência, como dito anteriormente. Tem mira na verificação do surgimento do pensamento econômico a partir do “terreno vivo da economia política” (Marx, 2013, p. 84) na qualidade de “ciência própria no período da manufatura” (p. 438), isto é, como específica forma de consciência científica na “Inglaterra, com William Petty, e na França, com Boisguillebert” (Marx, 1961, p. 37; 2010c, p. 292. Ver também Marx, 2011b, p. 27). Isso inclui, como vimos, elementos específicos desse pensamento, teorias específicas e suas cores, em tempos e lugares diferentes.

Precisamente por isso não se contorna a necessidade da virtuosa interconexão entre “o procedimento histórico (genético) e o procedimento abstrativo-sistematizante, os quais evidenciam as leis e as tendências”, interconexão ao mesmo tempo aconselhada por “uma crítica ontológica permanente de todos os passos dados, já que ambos os métodos têm como finalidade compreender, de ângulos diversos, os mesmos complexos da realidade” (Lukács, 2012, p. 306). Voltaremos à necessária colaboração desses procedimentos no tema da análise ontogenosiológica quando trataremos em melhores condições dos conteúdos próprios desses elementos relacionados. A ressalva aqui recai sobre o fato de que o puro e total isolamento da análise da gênese ou procedimento histórico pode provocar o surgimento de “uma história econômica puramente empírica, na qual desaparece a conexão

verdadeiramente histórica do processo global” (p. 306).

Encarando esse risco de frente, devemos admitir que a “análise detalhada” das formas de consciência sempre envolve “derivá-las [...] das condições históricas concretas” uma vez que “nenhuma análise científica é possível sem descobrir os fundamentos reais da situação histórico-social” (Lukács, 2020, p. 21). De tal maneira, sabendo da necessária unidade do método materialista que exige aquela interconexão, a análise da gênese coloca em primeiro plano a investigação desses “fundamentos reais” que transcendem o próprio objeto ideológico em si mesmo. Dito de outra maneira, indo além da análise histórico-imanente, mas sem romper os laços de mútua dependência que os ligam, o procedimento histórico ou genético envolve o estudo das condições histórico-concretas que criaram e criam as condições de possibilidade ao mirado objeto ideológico. Tanto mais porque envolve a “totalidade concreta em que emerge” (Chasin, 1978, p. 59), como já sublinhado, requerendo do analista uma cobertura de fontes diversificadas, de materiais variados ainda que relacionados, em que se incluem tanto os conteúdos das próprias expressões do pensamento econômico, obviamente, quanto muitos outros materiais anteriores e adjacentes e de planos e níveis diferentes (economia, política, filosofia, jornalismo, vida cotidiana etc.), a depender das problemáticas envolvidas.

Isso decorre mesmo de sutilezas muito importantes como, por exemplo, o fato de que o taylorismo como forma de consciência econômica (fronteira à administração) dependeu das experiências fáticas em setores cujas tarefas produtivas envolviam muito mais força de trabalho do que apresentavam tecnologias mais sofisticadas (Moraes Neto, 2003). Houvesse desenvolvido tais experiências fáticas no setor têxtil não haveria espaço para o tipo de propositura de intensificação do trabalho uma vez que, como reconheceu o próprio Taylor no final do século XIX, a “velocidade alcançada na fabricação de produtos têxteis”, o “enorme número de máquinas e homens envolvidos” e a sua “produção máxima” obstrui a “oportunidade de melhoria” por meio do taylorismo se comparado a outros setores produtivos (citado em Paço Cunha; Guedes, 2021, p. 677). O exemplo serve aqui como destaque das exigências envolvidas na análise da gênese e que transcendem a inspeção limitada ao objeto ideológico ou doutrinas (administrativas e) econômicas no caso.

Dissemos que essa análise genética está precipuamente voltada à verificação do surgimento de espelhamentos da realidade, sobretudo das formas de consciência científicas representadas pelo pensamento econômico e suas teorias mais específicas. Essa verificação, no entanto, não está limitada ao surgimento propriamente, envolvendo também a identificação de sua natureza, como já dissemos. E isso envolve a captura da necessidade social que ativa tais formas de consciência, a identificação de seus propósitos, finalidades, em suma, de suas *missões sociais*. Não é o caso de sua função social *efetivada*, da análise de sua eficácia concreta, que será assunto de capítulo próprio adiante. Aqui está em primeiro plano tais missões envolvidas na constituição dessa forma de pensamento, sua *necessidade social* (mesmo quando falsa) de desenvolvimento, dado o enraizamento prático incontornável dessas formas de consciência como respostas ao plano fático da vida econômica da sociedade.

Não é do interesse considerar esse aspecto longamente. Mas sua importância exige alguma consideração. Mesmo porque é um aspecto importante sempre evocado nas próprias investigações de Marx e que comparece explícita ou implicitamente na tradição marxista. Marx mesmo chegou a escrever que a economia política chamada clássica (Adam Smith e Ricardo, sobretudo), além de procurar demonstrar a superioridade do modo de produção capitalista diante das ruínas do feudalismo que ainda persistiam – e por isso, essa ciência experimentou certa *necessidade de verdade* na verificação dos fatos e de seus teoremas –, seu desenvolvimento revelou, no entanto, que movia a missão social (cuja realização efetiva é matéria de investigação) de apresentar a “ordem capitalista como a forma última e absoluta da produção social, em vez de um estágio historicamente e transitório de desenvolvimento” (Marx, 2013, p. 85). Quer dizer, atendia a uma necessidade imanente ao modo de produção capitalista, confirmando-se como certo prolongamento ideal da ascensão de novas posições sociais ancoradas na nova organização da vida econômica. Por seu turno, a economia vulgar desenvolveu-se em circunstância adversa, com deflagração aberta da luta de classes em uma nova configuração em que os trabalhadores apareciam como desafiantes. Esse contexto facultou uma simples apologia direta ao capital. Desenhava-se a consequente decadência da potência científica do pensamento econômico propagado pelas classes

dominantes (Lukács, 2016). A economia política, na qualidade de forma de consciência científica, perdia, assim, seu impulso inicial de verdade, passando a uma configuração vulgar e apologética do capitalismo, principalmente após 1848. “Não se tratava mais”, escreveu nosso autor de Trier, “de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial” (Marx, 2013, p. 86). Tal processo de desdobramento do pensamento econômico o levou a ter que lidar com e descrever as contradições do modo de produção vigente. Essa forma de pensamento passou a ser confrontada, escreveu Marx, “por sua própria contradição simultaneamente com o desenvolvimento das contradições reais da vida econômica da sociedade”. Com efeito, a “economia vulgar se torna, de maneira consciente, mais apologética e procura, à força de charlas, exorcizar as ideias que encerram as contradições” (Marx, 1980-1985, p. 1539). A missão social envolvida comparece em obscurecer aquilo que já estava revelado, em borrar as contradições da economia capitalista em suas teorizações. De certo modo, como chamamos a atenção anteriormente, parte do desenvolvimento posterior dessa “economia vulgar” surgiu também como reação à crítica marxista que ajudou a evidenciar as contradições da economia capitalista. Certamente isso apresentou implicações nesse plano das cruzadas intelectuais (e foi além delas). Houve, de fato, longas cadeias de consequências. Lukács sintetizou consideráveis aspectos disso em referência ao período subsequente a 1874 a partir do qual:

consumou-se a fuga da economia diante da análise do processo global da produção e reprodução em direção à análise dos fenômenos superficiais isolados da circulação. A “teoria da utilidade marginal” do período imperialista é o ponto culminante desse esvaziamento da economia na abstração e no formalismo. Enquanto no período clássico predominava a busca por compreender a conexão dos problemas sociais com os econômicos, o período da decadência interpõe uma barreira artificial, pseudocientífica, pseudometodológica entre eles, criando uma separação que só existe na imaginação. (Lukács, 2016, p. 113-114)

A questão é que a própria decadência não se desdobrou sem uma missão social. Acionada pelas condições objetivas existentes, e constantemente existentes desde então, a finalidade socialmente colocada por certas posições sociais está no sentido de preservar a todo custo a economia capitalista pela eliminação, ao menos teórica, das contradições que permanentemente a abalam. A potência científica é

sacrificada no altar dessa missão social.

Podem ocorrer mudanças significativas nas missões sociais. Ao considerar outros processos importantes, Lukács sugeriu que alteradas condições histórico concretas compeliram posturas mais oblíquas diante da necessidade de defesa da economia capitalista. Voltaremos a isso na *análise da eficácia* quando sublinharemos a diferença e certa comunhão entre o “sincretismo” e a “economia vulgar”. No momento, vale considerar o contexto das primeiras décadas do século XX quando “no lugar de uma apologia direta do sistema, surge uma apologia indireta e complexa” (Lukács, 2020, p. 396), cuja missão social era “evitar que as tensões e explosões decorrentes disso [das crises e inflexões de então] se voltem contra o capitalismo” (p. 562). Algo semelhante vemos no caso da designada “ideologia da terceira via” em que o filósofo magiar sublinhou o propósito de evitar que se extraísse da crise a conclusão de que os problemas postos decorreriam dos aspectos estruturais do modo de produção capitalista (Lukács, 1979).

Das circunstâncias brasileiras também é possível extrair a problemática da missão social envolvida na análise da gênese. Temos em mente a formação ideal do *integralismo*, de talhe ruralista, expressando uma “crítica regressiva do liberalismo” (Chasin, 1978, p. 551). Nas condições da particularidade brasileira, a missão social, em sua gênese na regressividade nacional, seria, como demonstrou o filósofo brasileiro, retardar o processo de acumulação do capital, orientando a seta da história para condições ruralistas anteriores em termos econômicos, políticos e filosóficos.

Não devemos ultrapassar essas exemplificações que demonstram o lugar da missão social na análise da gênese. Esperamos já ter ficado claro, inclusive, que estamos isolando o propósito ou finalidade, deixando a análise da eficácia ou função para capítulo posterior. Essa diferença entre missão e sua realização nos termos que estamos considerando gera a oportunidade de reconhecer que as formas de consciência podem ou não desencadear efeitos concretos, podem ou não se verterem em força material na relação com o cotidiano da vida e a estrutura econômica ao fundo, naquele movimento que destacamos na predicação ativa do pensamento. Diferentemente das tendências mecanicistas e grosseiras que povoam o materialismo, chegamos a destacar o papel ativo das ideias. Também é certo que ao evitar os prejuízos que

acompanham o materialismo grosseiro, surge a tendência de dissolver a determinação mais aproximada o possível da gênese em descrições muito gerais. E isso porque já admitimos que existem muitos fatores concorrentes e que exercem influência de diferentes modos para o surgimento do pensamento econômico em particular e de suas expressões mais específicas. Por isso é decisivo observar a distinção entre tais fatores em cada caso histórico, sopesar suas influências, considerando, porém, suas naturezas e reciprocidades, pois não são todos iguais, nem operam todos da mesma maneira.

Com efeito, cabe realizar considerações que visam esclarecer velhos e novos mal-entendidos. A análise da gênese mobiliza diretamente a correspondência já aludida entre as relações sociais que demarcam a estrutura econômica e as formas de pensamento decorrentes. É, seguindo Marx, improcedente e acrítico fazer abstração dessa “base material” na análise de tais formas. Referindo-se à religião, escreveu o autor que “é muito mais fácil encontrar, por meio da análise, o núcleo terreno das nebulosas representações religiosas do que, inversamente, desenvolver, a partir das condições reais de vida de cada momento, suas correspondentes formas celestrializadas”. Não obstante, o último “é o único método materialista e, portanto, científico” (Marx, 2013, p. 446).

Tal consideração, estendida com prudência ao pensamento econômico, exige da análise a captura do desenvolvimento dessa forma de consciência científica a partir das condições reais de vida dos contextos particulares, isto é, a base material como fator indispensável. A base material como condição de existência dessa forma de pensamento é, em todo caso, o *fator preponderante* em um todo articulado, isto é, a estrutura econômica, a superestrutura jurídica e política e as formas de consciência correspondentes formam uma unidade em que as condições reais de vida constituem tal fator articulador. Como vimos em nossa discussão a respeito da predicação ativa do pensamento, tal unidade é mediada em termos práticos pela ampla dimensão da vida cotidiana. Mas isso não diminui a importância de reconhecer a preponderância de um dos fatores relacionados, uma vez que “nenhuma interação real (nenhuma real determinação de reflexão) existe sem momento predominante [ou *preponderante*]”. Quando, porém, tal “relação fundamental não é levada na devida conta, tem-se ou uma série causal unilateral e, por isso, mecanicista, simplificadora e deformadora dos

Determinação social do pensamento econômico

fenômenos, ou então aquela interação carente de direção, superficialmente rutilante” (Lukács, 2012, p. 334). Não é por outro motivo que é forçoso reconhecer que:

no ser social o econômico e o extraeconômico convertem-se continuamente um no outro, estão numa irrevogável relação recíproca, da qual porém não deriva [...] nem um desenvolvimento histórico singular sem leis, nem uma dominação mecânica “por lei” do econômico abstrato e puro, mas da qual deriva, ao contrário, aquela orgânica unidade do ser social, na qual cabe às leis rígidas da economia precisamente e apenas o papel de momento [ou fator] predominante [ou preponderante]. (Lukács, 2012, p. 310)

O reconhecimento do fator preponderante em um todo articulado em nada menospreza a potência dos fatores superestruturais, como o direito e a política, e das formas de consciência, a exemplo do pensamento econômico, ou mesmo da atuação concreta dos homens. Ao contrário, o destaque recai sobre as complexas reciprocidades no interior da unidade.

Nesse sentido, passa a ser crucial diferenciar o aludido fator preponderante dos *fatores protagonistas*. Enquanto o fator preponderante é aquela estrutura material sem a qual não haveria superestrutura ideológica e formas de consciência, o fator protagonista muda nas circunstâncias concretas. Essa diferenciação restou muito clara n’*O capital*, quando Marx escreveu, ao tratar da tradição em modos de produção passados, que “nas situações naturais e não desenvolvidas em que se fundamenta essa relação social de produção e o modo de produção a ela correspondente, a tradição tem de desempenhar um papel predominante [*übermächtige Rolle*, ou *protagonista*]”, pois “à parte dominante da sociedade interessa consagrar o que já existe, conferindo-lhe o caráter de lei, e fixar como legais as barreiras estabelecidas pelo uso e pela tradição” (Marx, 2017, p. 853, 1983, p. 801-802). Nas sociedades arcaicas, por assim dizer, a tradição se sobressaiu entre outros elementos superestruturais e desempenhou o protagonismo naquelas condições históricas. O que explica esse protagonismo da tradição são precisamente as condições reais de vida, a *preponderante* base material arcaica então estabelecida.

Esse tipo de comparação também é possível para a Ática antiga e a Idade Média. Marx sublinhou que “é claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo, assim como o mundo antigo não podia viver

da política. Ao contrário, é o modo como eles produziam sua vida [o *fator preponderante*] que explica por que lá era a política, aqui o catolicismo que desempenhava o papel principal [*protagonismo*]” (Marx, 2013, p. 156-157). Assim, os fatores que desempenham *protagonismo* se alteram em condições históricas, mas a *preponderância* do todo articulado é a da base material em cada caso, considerando, portanto, suas características, relações sociais de produção, organização social etc. É, pois, o fator *explicativo* em última instância.

O protagonismo de certos fatores extraeconômicos em épocas variadas significa admitir que podem ter importantes condicionantes recíprocos sobre as formas de pensamento. Como já dito, trata-se de reconhecer que as formas de consciência são produtos de diferentes fatores no conjunto. No momento da gênese das formas de pensamento particulares já são incidentes a preponderância da “base material” e o protagonismo dos fatores extraeconômicos envolvidos (superestrutura ideológica e outras formas de consciência, incluindo as teorias precedentes). Assim, elementos econômicos, políticos e intelectuais nos contextos particulares estão sempre em complexas interações e implicações mútuas.

A dificuldade da análise, portanto, não está em realizar, como é procedimento mais comum, uma lista dos fatores com algum papel na gênese do pensamento econômico, de suas mudanças e desdobramentos em teorias. A enumeração não é de modo algum suficiente. De fato, a dificuldade está em, tendo de partida a preponderância da base material, analisar especificamente o pensamento econômico correspondente “a partir das condições reais de vida de cada momento” (Marx, 2013, p. 446), demonstrando ao mesmo tempo o protagonismo de outros fatores relacionados no todo articulado, quando for o caso de assim proceder por decorrência da análise da gênese realizada.

É possível identificar contornos gerais disso no exemplo da já referida história da análise da mercadoria como aspecto central da gênese e do desenvolvimento da economia política. Aqui vale como esboço aproximativo da questão para os fins postos e não tratamento exaustivo do assunto. Ainda que em esboço, há indicações suficientes para explicitar o método científico aludido até o momento, inclusive certas interconexões com outros elementos da unidade do método materialista.

Determinação social do pensamento econômico

Com efeito, Marx realizou análise (*ontognosiológica*) do desenvolvimento científico da economia política, não sem desvios por parte de seus protagonistas, da “determinação do valor de troca pelo tempo de trabalho” (Marx, 1974, p. 167) uma vez que a “determinação da grandeza de valor por meio do tempo de trabalho é [...] um segredo que se esconde sob os movimentos manifestos dos valores relativos das mercadorias” (Marx, 2013, p. 150). A análise científica da mercadoria na economia política debateu-se com as formas acabadas nas quais não se revela aquele segredo, uma vez que “já possuem a solidez de formas naturais da vida social”, sobretudo a “forma acabada – a forma-dinheiro – do mundo das mercadorias que vela materialmente, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, com isso, as relações sociais entre os trabalhadores privados” (p. 150). Marx indicou inúmeras provas pela análise (*histórico-imanente*) dos conteúdos da economia política segundo as quais “são justamente essas formas [acabadas] que constituem as categorias da economia burguesa”, acrescentando que se trata de “formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias” (p. 151).

Já foi sublinhado por nós que a gênese da economia política, quando também se “separa como ciência autônoma” (Marx, 1974, p. 160), encontrou palco na “Inglaterra, com William Petty, e na França, com Boisguillebert” (p. 160). A análise da gênese revelou a existência das condições gerais de possibilidade desdobradas a partir do desenvolvimento primeiramente manufatureiro do capitalismo. Nesse contexto geral, a pesquisa na economia política em torno da determinação do valor decorreu, desde o seu início, não apenas da existência da mercadoria como forma da riqueza – mesmo porque a produção da mercadoria teve “papel subordinado” e de ocorrência exclusiva nos poros de sociedades passadas (Marx, 2013, p. 154) –, mas sobretudo pela progressiva generalização da produção de mercadorias, conformando a análise da mercadoria como pedra angular para a explicação da produção da riqueza. Poderíamos dizer que essa generalização é uma condição importante enquanto “presença histórica do objeto” (Chasin, 2009, p. 112-118) ao qual o pensamento em tela faz referência. O grau de desenvolvimento desse objeto (o modo de produção capitalista, no caso) habilita e obstrui

as possibilidades dos espelhamentos científicos. As categorias da economia política são, pois, representações históricas das condições reais de vida, mas representações extraídas daquelas formas acabadas e, portanto, válidas para produção generalizada de mercadorias.

Não é por acaso que, já na gênese, a determinação do valor da mercadoria tenha animado as reflexões envolvidas, sobretudo a forma-dinheiro na qual, como dito, não está revelada *prima facie* as relações sociais entre os homens. Nas notas esboçadas sobre a história da análise da mercadoria, Marx forneceu indicativos importantes a esse respeito. Por um lado, Petty captou o “trabalho efetivo no conjunto de sua figura social, como *divisão do trabalho*” (Marx, 1974, p. 160). Tomou, entretanto, o “valor de troca tal como este *aparece* no processo de troca das mercadorias, isto é, como dinheiro, e o próprio dinheiro como mercadoria existente, como ouro e prata” (p. 161). Por outro lado, Boisguillebert reduziu o “valor de troca da mercadoria a tempo de trabalho”. Mas, ao contrário de Petty, lutou “fanaticamente contra o dinheiro, cuja intromissão perturbaria o equilíbrio natural ou a harmonia da troca de mercadorias” (p. 162).

Vemos que a generalização progressiva da produção de mercadorias na Inglaterra e na França estabeleceu as condições gerais para o desenvolvimento do pensamento econômico ocupado em explicar a produção da riqueza sob a forma capitalista. Nisso se revela pelo menos um dos aspectos decisivos da *preponderância* da base material para o desdobramento das formas de pensamento. A já referida “presença histórica do objeto” em andamento assedia os ideólogos a darem respostas às questões socialmente postas pelas condições fáticas de tempos e lugares particulares. Ao inverso, a ausência desse aspecto elementar do “terreno vivo da economia política” (Marx, 2013, p. 84) constituiu circunstâncias em que o “desenvolvimento histórico peculiar da sociedade alemã excluía, portanto, a possibilidade de todo desenvolvimento original da economia ‘burguesa’” (p. 87). Num caso ou no outro, o *fator preponderante* atua como habilitador ou limitador para as formas de pensamento nos contextos concretos.

Não seria adequado ignorar, em um plano mais amplo, o papel da luta de classes na análise genética em tela. Ao lado das condições gerais, das propriedades do próprio estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista, das formas de consciência progressas,

Determinação social do pensamento econômico

das inflexões sociais significativas etc., encontra-se a posição de classe dos pensadores envolvidos (Chasin, 2009). Não se trata de fatalismo classista, mas de elemento decisivamente relevante que decorre da própria base material. Há aqui duas direções. Por um lado, a luta de classe é relevante ao processo explicativo das modificações agudas no pensamento econômico, como no caso do enfraquecimento da objetividade científica sobretudo após 1848, dado o acirramento daquela luta, implicando a ramificação da economia política clássica tanto na figura pensamento econômico sincrético (Mill) quanto no da economia vulgar e apologética (Bastiat), como sugeriu Marx (2013, p. 87). Nesse diapasão, considerou esse último autor que a “economia [pensamento econômico], à medida que se aprofunda, apresenta ela mesma contradições, e a ela se contrapõe sua contradição como tal, junto com o desenvolvimento das contradições reais da vida econômica da sociedade”, contradições essas expressas na própria luta de classes. Assim, vale repetir, “na mesma medida, a economia vulgar se torna, de maneira consciente, mais *apologética* e procura, à força de charlas, exorcizar as ideias que encerram as contradições” (Marx, 1980-1985, p. 1539).

Sem dúvida alguma é relevante como fator explicativo para as ramificações no pensamento econômico, tornando-se elemento incontornável para as reações de diferentes tipos, da continuidade às controvérsias e disputas na história do pensamento econômico. Sobretudo porque quanto mais “se evidencia o caráter antagônico, mais os economistas, os representantes científicos da produção burguesa, se embarçam com a sua própria teoria e se formam diferentes escolas” (Marx, 1985a, p. 117). Rubin (1979) sublinhou que as ideias econômicas são dependentes tanto das formas econômicas quanto da luta de classes. Tendo, portanto, o peso explicativo da base material e do conflito classista, revela-se o interesse cientificamente informado em “compreender as contradições, disputas e rupturas teóricas e metodológicas que estão na essência da história do pensamento” (Curty; Malta, 2022, p. 56). Levar o peso da luta de classes e a posição dos ideólogos nessa luta às últimas consequências é uma condição necessária para iluminar as ramificações do pensamento no interior das continuidades e controvérsias.

Por outro lado, o estágio da luta de classes também é decisivo para explicar o pensamento econômico como reação aos resquícios do modo de produção feudal que não haviam desaparecido da noite para o

dia, como já tangenciado brevemente. Nessa direção, retomando certo aspecto da missão social, Marx sugeriu que os autores “clássicos, como Adam Smith e Ricardo, representam uma burguesia que, lutando ainda contra os restos da sociedade feudal, trabalha apenas para depurar as relações econômicas das marcas feudais, para aumentar as forças produtivas e para dar um novo impulso à indústria e ao comércio” (Marx, 1985a, p. 117). Trata-se de uma contribuição que a análise de gênese fornece à explicitação da missão social do pensamento econômico em tela, isto é, as condições que tornaram aquele conteúdo como algo necessário (não dizendo respeito, nesse ponto, à análise de sua objetividade científica ou de sua eficácia). Essa missão social era, pelo menos enquanto finalidade socialmente ativada, a de “demonstrar como a riqueza se adquire nas relações de produção burguesa, de formular estas relações em categorias, em leis e de demonstrar como estas leis, estas categorias são, para a produção de riquezas, superiores às leis e às categorias da sociedade feudal” (1985a, p. 118).

Temos, assim, a indicação de elementos constitutivos da base material como *fator preponderante*. Mas há questões importantes para destacar certos aspectos *protagonistas* para a análise de gênese do pensamento econômico em tela. Vê-se isso, ao menos em esboço, novamente no exemplo das notas históricas sobre a análise da mercadoria. Na gênese com Petty e Boisguillebert esteve persistente a divergência já indicada a respeito do dinheiro, essa forma acabada das relações sociais sobre a qual se debateu a economia política. Na consideração dessa divergência, escreveu Marx:

Se, por um lado, esta polêmica contra o dinheiro está ligada a circunstâncias históricas determinadas – Boisguillebert combatendo a cega e destruidora ganância de ouro da corte de um Luís XIV, de seus “arrendatários gerais” e de sua nobreza, enquanto Petty exalta a ganância pelo ouro como o impulso enérgico que estimula um povo ao desenvolvimento industrial e à conquista do mercado mundial –, por outro lado, destaca-se aqui a profunda oposição de princípios, que se repete como um contraste permanente, entre a economia caracteristicamente inglesa e a caracteristicamente francesa. (Marx, 1974, p. 162)

As condições políticas diferenciais ajudam a explicar as oposições relativas envolvidas na gênese do pensamento econômico sob consideração. Trata-se de um *fator protagonista* importante para a análise genética, mas que deve ser considerado cuidadosamente como tal. Já

Determinação social do pensamento econômico

foi sugerido, por exemplo, que o “absolutismo mitigado inglês” como elemento explicativo para a diferença registrada entre as elaborações da economia política na Inglaterra e na França. Entretanto, recorreu-se a tal caráter político como explicação também para “criações intelectuais tipicamente inglesas – o empirismo, o liberalismo e o utilitarismo” (Paula; Cerqueira; Albuquerque, 2007, p. 360). Seria necessário verificar a base material como *fator preponderante* para tais particulares “criações intelectuais” (ver Marx; Engels, 2007, p. 399; 2011, p. 188) sopesada aos *fatores extraeconômicos protagonistas*, conforme restou sugerido pelas nossas considerações precedentes. De toda forma, não é desimportante o apontamento da política no caso em tela.

Não obstante, no mesmo sentido anterior de reconhecer o protagonismo das circunstâncias políticas, Marx destacou outro aspecto da particularidade francesa explicativo para a peculiaridade envolvida na gênese da economia política. Na sequência da consideração sobre a já mencionada polêmica contra o dinheiro, escreveu que:

Boisguillebert olha, de fato, somente para o conteúdo material da riqueza, o valor de uso, o desfrute, e considera a forma burguesa do trabalho, a produção de valores de uso como mercadorias e o processo de troca das mercadorias como a forma social natural, onde o trabalho individual atingiria aquele fim. Por isso, cada vez que se defronta com o caráter específico da riqueza burguesa como no dinheiro, acredita na intromissão de elementos usurpadores estranhos irritando-se com o trabalho burguês sob uma de suas formas, ao passo que o glorifica sob outra forma. (Marx, 1974, p. 162)

Arrematou com tom irônico em nota de rodapé: “O socialismo francês na sua forma proudhoniana padece do mesmo mal nacional hereditário” (Marx, 1974, p. 162). Com isso, fica sugerida uma tendência intelectual que se mostra em diferentes considerações a respeito da vida econômica da sociedade, da gênese da economia política ao socialismo de Proudhon. Não seria exagero, assim, sugerir que se trata de uma tradição nacional que proporciona cores, tons e estilos, cujos condicionantes se fazem sentir inclusive na gênese da economia política. Mas de maneira alguma essa sugestão de protagonismo elimina a preponderância da base material no quadro geral dos fatores relacionados.

Com esse esboço sintético ficam registrados, refletindo o parâmetro geral, o protagonismo das circunstâncias políticas e das tradições intelectuais simultaneamente à preponderância da base material na

determinação social do pensamento econômico em tela. Esse é um parâmetro geral por meio do qual se pode distinguir o método materialista científico impregnado na determinação social do pensamento em relação a outros modos procedimentais. Nesse último sentido, cabe rápida exemplificação de valor negativo para explicitar a unidade do método materialista e o lugar próprio da análise da gênese. É um reforço necessário.

Temos, assim, o exemplo do sempre visitado método histórico de talhe weberiano. A despeito de certas semelhanças provocadas pelo fato de o método weberiano ser uma reação ao marxismo e pelas características gerais do “capitalismo” como objeto de investigação, os fundamentos não possuem “perfeita consonância” como já chegou a ser sugerido (Paula, 2021b, p. 31). A rápida comparação auxilia no destacamento da *diferença específica* daquele parâmetro do método materialista e quão problemáticas são as identidades imputadas.

Com efeito, uma consideração geral de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* e *História econômica geral*, permite averiguar a coleção de fatores incluindo claramente a questão da “base econômica”. A característica metodológica é marcada pelas chamadas “afinidades eletivas” (Weber, 2004, p. 82-83) entre tais fatores, pelas mútuas atrações e confluências. É importante manter sempre em mente que estamos diante de um espécime da reação ao marxismo particularmente vulgar, mas que Weber projetava equivocadamente como o autêntico materialismo. Como o autor sugeriu:

Cada tentativa de explicação deve, reconhecendo a importância fundamental do fator econômico, antes de tudo levar em conta as condições econômicas. Mas ao mesmo tempo, a correlação oposta não deve ser deixada de lado. Pois embora o desenvolvimento do racionalismo econômico seja parcialmente dependente da técnica e da lei racionais, é ao mesmo tempo determinado pela habilidade e disposição dos homens de adotar certos tipos de conduta racional prática. (Weber, 1930, p. 26)

Chegou a advertir, nesse sentido, que a “história econômica (e, de modo pleno, a história da ‘luta de classes’ [entre aspas]) não se identifica, como pretende a *concepção materialista da história*, com a história total da cultura. Esta não é um eflúvio, nem uma simples função daquela”. Completou com a afirmação de que a “história econômica representa, antes de tudo, uma subestrutura, sem cujo conhecimento não

Determinação social do pensamento econômico

se pode imaginar, certamente, uma investigação fecunda de qualquer dos grandes setores da cultura” (Weber, 2006, p. 26).

A questão aqui não poderia ser a de considerar detidamente tal posicionamento. Basta no momento identificar que o método das “afinidades eletivas” procura garantir lugar tanto para a “subestrutura” quanto para a “correlação oposta”. Muitos analistas viram nisso semelhanças com o materialismo consequente. Bem observado, porém, no conjunto dos lineamentos que marcam tal posicionamento vemos que, por princípio, todos os fatores se atraem mutuamente e possuem o mesmo peso. Restaria ao analista considerar se a presença ou ausência faria diferença nos resultados históricos, levando também em conta, apesar de inessenciais, aqueles eventos considerados desencadeadores dos processos.

A aparente ausência de fator preponderante já seria uma dificuldade. Como sublinhado anteriormente, ao abstrair o fato de que em toda relação de reflexão há um fator preponderante, se essa “relação fundamental não é levada na devida conta, tem-se ou uma série causal unilateral e, por isso, mecanicista, simplificadora e deformadora dos fenômenos, ou então aquela interação carente de direção, superficialmente rutilante” (Lukács, 2012, p. 334). À primeira vista, a atribuição de iguais pesos a todos os fatores incorreria numa “interação carente de direção”. Entretanto, o leitor atento das obras de Weber não poderia deixar de observar que a tendência prevalescente no método sociológico em questão é a acentuação da “cultura” (direito, valores, “modos de ver”) como fator preponderante. Ao invés de uma “interação carente de direção”, a resultante é a projeção de uma direção equivocada dos processos sociais. Em uma reação ao materialismo mecânico, simplificador, ou “ingênuo” nos termos de Weber, acentuou-se o oposto, diferenciando-se também do autêntico método materialista antes esboçado, na consideração da base material como fator preponderante e dos fatores protagonistas extraeconômicos articulados em uma unidade mediada pela práxis. Isso fica patente na consideração bastante reveladora – e até certo ponto constrangedora – da busca da explicação do “modo de ver” que marca o capitalismo:

O capitalismo hodierno, dominando de longa data a vida econômica, educa e cria para si mesmo, por via da *seleção* econômica, os sujeitos econômicos – empresários e operários – de que necessita. Para que essas

modalidades de conduta de vida e concepção de profissão adaptadas à peculiaridade do capitalismo pudessem ter sido “selecionadas”, isto é, tenham podido sobrepujar outras modalidades, primeiro elas tiveram que emergir, evidentemente, e não apenas em indivíduos singulares isolados, mas sim como um modo de ver portado por *grupos* de pessoas. Portanto, é essa emergência de um modo de ver que se trata propriamente de explicar. Só alhures teremos ocasião de tratar no pormenor daquela concepção do materialismo histórico ingênuo segundo a qual “ideias” como essa são geradas como “reflexo” ou “superestrutura” de situações econômicas. Por ora, é suficiente para nosso propósito indicar: que na terra natal de Benjamin Franklin (o Massachusetts) o “espírito do capitalismo” (no sentido por nós adotado) existiu incontestavelmente *antes* do “desenvolvimento do capitalismo”. (Weber, 2004, p. 48)

O acento recai sobre a “cultura”, como podemos observar na passagem. O “espírito do capitalismo” é tomado como anterioridade ao desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos e, por óbvio, tal “espírito” já fora parido em contexto europeu. Logo, contrariamente ao sociólogo, um capitalismo já existente foi, de toda forma, pressuposto desse “espírito” levado ao Massachusetts. Ainda mais contrariamente decisivo é o fato de que as próprias relações sociais capitalistas de produção não foram reinventadas nos Estados Unidos a partir do “modo de ver”, mas levadas com os seus portadores. Ou admitiria o sociólogo que os desbravadores foram despidos de suas relações sociais de produção ao desembarcarem no Novo Mundo? Como sugeriu Marx (1974, p. 162), a propósito da análise do valor de troca “reduzido a tempo de trabalho”, “Benjamin Franklin” se encontrava em circunstâncias nas quais as “relações burguesas de produção, importadas simultaneamente com seus portadores, brotaram rapidamente em uma terra que compensava sua falta de tradição histórica pela abundância de húmus”. É preciso destacar com ênfase a correção de Marx na identificação dos portadores de relações que as importaram de circunstâncias previamente existentes alhures.

Vemos assim que a reação ao mecanicismo ou “ingenuidade” de um tipo de materialismo grosseiro, uma reação caricatural, na verdade, com o propósito de frear o avanço de todo e qualquer materialismo, incluindo o consequente, nos círculos intelectuais alemães de então, alcançou esse tipo de *non sense* sociológico pela pena de um Weber. Nada mal para quem, muito distante de Marx, entendeu que a “condição prévia para a existência do capitalismo moderno é a *contabilidade racional do capital, como norma para todas as grandes empresas lucrativas*

que se ocupam da satisfação das necessidades cotidianas” (Weber, 2006, p. 258, grifos no original). Ficam abstraídas as verdadeiras “condições prévias”, como a acumulação anterior de capitais por meio do comércio e dos juros, a disponibilidade de força de trabalho para o assalariamento e pré-requisito para o mercado consumidor de massa, além das relações sociais de produção em que se explora produtivamente a força de trabalho. No lugar dessas condições históricas efetivas da maior importância, apareceram ao sociólogo um tipo de “racionalização” por efeito das modificações da cultura e o borrão, devidamente colocado, sobre a exploração produtiva da força de trabalho em nome das “empresas lucrativas que se ocupam da satisfação das necessidades cotidianas”. Esse é o resultado da acentuação da “cultura” como fator preponderante no quadro dessa sociologia particular. Para o tema da gênese, isso tem efeitos igualmente problemáticos porque retira das condições reais sua preponderância, o que coloca o sociólogo em eminente perigo em ter que explicar como o “espírito” do capitalismo pôde ter nascido antes do próprio capitalismo que, na verdade, o possibilitou.

A devida consideração das formas de pensamento, do seu papel ativo na relação recíproca com os demais fatores da vida social, não dispensa a base material como o autêntico momento preponderante do todo articulado. Vale dizer que:

somente o autêntico método do marxismo, que procura examinar quanto ao seu ser real as formas necessárias de consciência que emergem dos movimentos reais do ser social, que, por essa razão, desempenham um papel real em seu desenvolvimento, por mais desigual e muitas vezes paradoxalmente contraditório que seja esse papel, somente esse método é capaz de chegar a resultados autênticos nesse ponto. (Lukács, 2013, p. 548)

Com tais aspectos destacados, a análise da gênese focaliza a emergência, no caso, do pensamento econômico a partir dos movimentos reais. Esse procedimento genético, em sua autenticidade, revela-se elemento central na unidade do método materialista. Evitando-se os extravios, sobreposições, identidades e reações desproporcionais, tal análise é fundamental ao estudo desse tipo de forma de consciência científica. Mas não dispensa a conjunção com os demais elementos componentes necessários à pesquisa de conjunto e ampliada, conforme ficou sugerido anteriormente e sobre o quê voltaremos a insistir. Após a

consideração da gênese do pensamento econômico e de alguns de seus exemplares, tem lugar a inquirição quanto aos seus efeitos fáticos sobre a vida econômica da sociedade, de determinar, como a última passagem dá ensejo, o papel real que elas desempenharam e desempenham no desenvolvimento dessa vida.

VI

Análise da eficácia

O problema da análise da eficácia talvez seja um dos mais exigentes na unidade do método materialista. Nessa análise, não está mais em primeiro plano especificar a natureza de uma formação ideal como resposta a certas necessidades sociais, decifrar seu propósito diante das contradições impostas pela economia capitalista. Da mesma forma, não é mais a investida explicativa dos objetos ideológicos como produtos históricos tal como tratamos anteriormente. Agora, estão em primeiro plano os traços fundamentais do método materialista atinentes à realização da missão social das formações ideais. A tarefa é especificar os aspectos centrais que envolvem os seus efeitos provocados em tempos e lugares, a profundidade de sua influência, a extensão também diacrônica de suas consequências, independentemente dos propósitos iniciais de seus protagonistas. É, portanto, a investigação do lado ativo e efetivo das formas de consciência ao enfrentarmos a potência historicamente realizada quando, desaguando por diferentes meios na vida econômica da sociedade, modificam ou perpetuam o modo de ação cotidiano das classes e grupos humanos e, portanto, atuam como força orientadora da práxis com efeitos variados diante da estrutura econômica.

Essa análise é exigente em seus próprios requisitos. É igualmente exigente ao analista porquanto se constituiu como elemento menos desenvolvido da unidade do método materialista. O exercício da isenção subjetiva nos obriga a reconhecer na tradição marxista a maior acentuação do procedimento explicativo das formações ideais pela consideração do seu enraizamento nas condições histórico-concretas, de sua missão social, de seu grau de aproximação do funcionamento objetivo da economia capitalista, de suas contradições internas etc.

Comparada a isso, a investigação pormenorizada do lado factualmente ativo dessas formas de consciência, isto é, de seu grau de efetividade sobre a vida econômica, ocupou menor espaço. Dito de modo direto, a incontornável constatação da influência das ideias na vida econômica se dá paralelamente a um déficit demonstrativo de seus efeitos por aquela tradição.

No que tange ao pensamento econômico especificamente, não há grandes dificuldades em constatar na tradição marxista os acentos graves e agudos na designação dos economistas como “representantes científicos” (Marx, 1985a, p. 117) da economia capitalista, em uma clara qualificação de tais intelectuais como produtos históricos, entendidos como porta-vozes dos agentes práticos. A peculiar influência das ideias econômicas, entretanto, é matéria a ser mais desenvolvida. Muitas vezes passou feito algo mais subentendido, como nos exemplos da atuação de Adam Smith e de Ricardo como tais representantes científicos na luta “contra os restos da sociedade feudal”, operando “para depurar as relações econômicas das marcas feudais, para aumentar as forças produtivas e para dar um novo impulso à indústria e ao comércio” (Marx, 1985a, p. 117).

O necessário desenvolvimento dessa peculiar influência obriga nosso deslocamento do plano mais abstrato, por assim dizer, para a um nível concreto-empírico necessário à elucidação dos aspectos fundamentais da análise da eficácia na unidade do método. Esse nível mais depurado é algo que demarca certa diferença do presente capítulo em relação aos demais. É, na verdade, inevitável pela exigência própria da matéria.

Como dito, as exigências da investigação da eficácia não são poucas e podem ser responsabilizadas por seu menor desenvolvimento na tradição materialista. Um exemplo disso pode ser identificado entre os mais dedicados analistas do pensamento econômico que a tradição marxista foi capaz de forjar. A consideração de Rubin, já indicada em capítulo pregresso, segundo a qual o pensamento econômico não se desenvolveu no vácuo – e, de fato, esse é o aspecto mais aprofundado na obra o autor russo no sentido de dar-lhe o contexto devido –, destacou acertadamente que a “evolução das ideias econômicas depende diretamente da evolução das formas econômicas e da luta de classes”. Elas frequentemente, escreveu ele, “surtem diretamente da agitação dos

conflitos sociais, do campo de batalha entre diferentes classes sociais”. Considerando essas condições, sugeriu ainda que os “economistas agiram como escudeiros dessas classes, fornecendo-lhes as armas ideológicas necessárias para a defesa dos interesses de grupos sociais particulares”. Tal aspecto do problema, como já dito, bastante desenvolvido pelo autor, coexistiu ao lado da afirmação de que, historicamente, “as doutrinas e ideias econômicas podem ser incluídas entre as mais importantes e influentes formas de ideologia” (Rubin, 2014, p. 29). Voltaremos ao problema da “ideologia”. No momento o importante é constatar que nosso autor, no entanto, não parece ter recolhido evidências e descrições de tal importância e influência sustentadas, pois dedicou atenção às raízes concretas dessa “forma de ideologia” tomada como “sistema” e à análise das suas “conexões lógicas” e “contradições lógicas” (p. 30) internas. Tais efeitos aparecem, assim, como fossem pressupostos da análise, mas não como matéria própria da investigação.

Isso se repete entre outros exemplos como Meek (1967), para quem as teorias são levadas adiante em razão de “suas ligações com as demandas do progresso econômico” (p. 16), sublinhando o caráter de “força viva” das “ideias ricardianas” (p. 73) em certo contexto histórico, por exemplo, sem demonstrar com clareza a influência dessas ideias naquele tempo e lugar. É possível concluir por esse resultado na observação também de outro primoroso analista. Dobb sugeriu que, de um lado, seria muito “surpreendente não se encontrar nenhum vestígio desse condicionamento social” sobre o pensamento econômico. Por outro lado, escreveu que exemplares desse pensamento, mesmo os mais abstratos, “ao serem examinados acabam por exprimir de maneira surpreendentemente direta a realidade econômica” e, cabe sublinhar com ênfase, que esse mesmo exame revela que “exerceram influência considerável na política real (quando não a alteraram)” (Dobb, 1977, p. 27). Novamente, essa influência na “política real” é pressuposta na análise do economista inglês e não compareceu como uma problemática em si mesma ao longo de suas considerações sobre o assunto.

Um dos casos mais emblemáticos desse diagnóstico pode ser observado em *O poder da ideologia*, de István Mészáros (1989). O título dessa obra exemplar antecipa por si mesmo o aspecto da eficácia das formas de consciência. Sua estimulante análise das várias expressões intelectuais no amplo campo da “teoria social” revela os parâmetros

gerais da “ideologia dominante” para os quais o pensamento econômico apresenta óbvias adições. Segundo o autor, há na teoria social a tendência em “*atenuar* os conflitos vigentes e *eternizar* os parâmetros estruturais do mundo social estabelecido” (p. 15). Nosso autor colecionou importantes e inúmeros apontamentos que demonstram o exercício (ainda que não totalmente desenvolvido) de uma *análise histórico-imanente* das obras de intelectuais tais como Keynes, Galbraith e muitos outros que figuram entre protagonistas no pensamento econômico. Como um dos melhores representantes da tradição marxista, Mészáros desdobrou essa análise em exercício probante dos argumentos mais centrais daqueles intelectuais. Isso o habilitou a identificar as tendências centrais da “ideologia dominante” e a adesão das formas de consciência a elas. Explicou que “precisamente em virtude do imperativo de assegurar a compatibilidade entre os interesses dominantes e as tendências intelectuais adotadas”, o que se espera em essência dessas formas de consciência científicas, entre elas o pensamento econômico, “não é a reflexão *verdadeira* do mundo social, com a representação objetiva dos principais agentes sociais e seus conflitos hegemônicos”, mas, antes de tudo, a apresentação de apenas uma “explicação *plausível*, a partir da qual se possa projetar a *estabilidade* da ordem social dada” (p. 15). Com isso, essa “ideologia dominante” tem podido ser bem-sucedida diante de expressões intelectuais adversárias. As análises do filósofo húngaro se orientaram fundamentalmente pela explicitação das ligações de várias expressões da teoria social (na qual se localiza o pensamento econômico) com esse quadro geral da “ideologia”, demonstrando as profundas divergências de tais expressões com respeito às tendências objetivas da economia capitalista. Essa orientação da obra, pois, ocupa precisamente o lugar da investigação sobre os modos pelos quais tais expressões obtiveram a efetividade aludida, isto é, o processo por meio do qual o *poder* da “ideologia” foi efetivado.

Em síntese, a tendência principal é, até o momento, a admissão prévia dos efeitos do pensamento econômico no lugar da demonstração minuciosa.

Em variados momentos entre os mais importantes materiais de Marx esse mesmo problema pode ser identificado, o que sugere ser de fato um aspecto que demanda maior atenção dos interessados na investigação dos objetos ideológicos. Entretanto, há também elementos que

apontam direção promissora para a importante investigação da eficácia. Devemos observar essas duas direções.

Com efeito, já sugerimos que Marx, desde muito cedo, admitia a possibilidade de conversão da “teoria” em “força material” (Marx, 2005, p. 151). Ele tinha em mente o contexto revolucionário, em que a teoria apanhasse o homem pela raiz. Também chamamos a atenção para a sua sugestão a respeito da economia política de Adam Smith que efetivamente apareceu tanto como “produto da indústria moderna” quanto como força real que “acelera e enaltece a energia e o movimento dessa indústria” (Marx, 1974, p. 9). Há pouco sugerimos algum papel desempenhado pelo pensamento econômico na depuração das “relações econômicas das marcas feudais” (Marx, 1985a, p. 117), no aumento das forças produtivas etc. Igualmente destacamos a potência das “ideias dominantes” e sua apresentação como interesse universal, tal como registraram as páginas de *A ideologia alemã*. Também sublinhamos como a superestrutura flui inclusive sobre o indivíduo isolado por meio da tradição e da educação quando evocamos o *18 Brumário*.

E nesse último material também se encontram lineamentos sobremaneira importantes do lado ativo das ideias, ainda que o contexto seja aquele de profundas transformações na França de meados século XIX. É morada da passagem conhecida e repetida, e também mal compreendida, segundo a qual os “homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. O destaque, na sequência imediata, registra que a “tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos”. Tendo em mente as “épocas de crise revolucionária”, tais quais tiveram por palco aquele país, Marx sugeriu que os protagonistas envolvidos “conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial”. Com isso fica patente como as ideias, mesmo as passadas, são recuperadas e mobilizadas em tais contextos. E a “análise das referidas conjurações de mortos da história mundial revela de imediato uma diferença que salta aos olhos”. No caso, classes e grupos humanos adotaram o “figurino romano e a

fraseologia romana” para enfrentarem a “missão da sua época, a saber, a de desencadear e erigir a moderna sociedade burguesa” (Marx, 2011a, p. 25-26).

Podemos observar nisso evidências da análise da eficácia que pretendemos destacar, pelo menos das representações passadas tomadas de empréstimo por uma articulação de grupos humanos portadores da missão de provocar a inflexão social para parir o novo naquele tempo e lugar. Ainda que aqui estejam destacadas as ideias políticas, por assim dizer, não deixa de ser alusivo à potência historicamente realizada para a qual a análise da eficácia necessariamente se volta. E é forçoso reconhecer que “desencadear e erigir a moderna sociedade burguesa” na França foi um resultado de longo alcance, modificando ao cabo a própria estrutura econômica então existente.

Ao sublinharmos acima o aspecto extraeconômico (tradição, educação), haveria mesmo lugar decisivo para as formas de consciência num plano ainda mais amplo, no próprio processo histórico de forja de uma classe trabalhadora adequada à economia capitalista. Dissemos mais amplo por ser um processo que vai além do contexto inglês e reforça a potência do aspecto extraeconômico que estamos destacando. No desdobrar do modo de produção capitalista, explicou Marx:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evolir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. (Marx, 2013, p. 808)

As formas de consciência fluem por meio da educação, da tradição. Alcançam os indivíduos isolados, mas também classes inteiras, habituando-as tanto às exigências de um modo histórico de organização da produção e da circulação de mercadorias quanto aos requisitos de suas consequências cotidianas para além da economia imediata. Tais formas de pensamento foram auxiliares no reforço, consagração e mistificação da realidade social, apresentando-a como pronta, acabada, “natural”. Alude, pois, à potência historicamente realizada, isto é, a eficácia, no caso, provocadora do reconhecimento das exigências da economia capitalista como algo dado, evidente em si mesma. Trata-se

Determinação social do pensamento econômico

igualmente de algo de longo alcance, de efeitos duradouros na história.

Há de fato variados momentos probantes do lado ativo das ideias de diferentes tipos. Essa admissão também tocou, como vimos, o pensamento econômico mais especificamente. O lado ativo do pensamento econômico, que se mostra no impulso nato de influir nas condições histórico-objetivas das quais tem gênese, foi registrado por Marx em variados contextos que restaram, no entanto, relativamente negligenciados pelos estudiosos sobre o assunto.

No debate público, por exemplo, a respeito de como deveriam reagir os trabalhadores diante das circunstâncias econômicas desfavoráveis, muitos porta-vozes das classes econômicas dominantes vieram a sugerir consequências problemáticas do processo de “sindicalização” no contexto inglês de meados do século XIX. Nesse contexto, Marx registrou a notação de que certos economistas insinuavam nos jornais e em pronunciamentos públicos aos operários que, ao coligarem-se, impediriam a marcha natural da indústria, levando-os a ter que aceitar salários ainda mais baixos os quais, de toda sorte, resultavam tão somente da oferta e procura por mão de obra, configurando-se assim, diziam tais porta-vozes, num “esforço tão ridículo quanto perigoso a revolta contra as leis eternas da economia política” (Marx, 1985a, p. 157). É bastante claro como essa ideia econômica e seus portadores procuravam influir no conflito social segundo esse registro de Marx, dando-lhe algum direcionamento na vida econômica da sociedade. O palco disso foi aquele chamado debate público, especialmente por meio da imprensa então disponível.

A acalorada disputa em torno do livre-comércio também naquele século está de certo modo registrada no discurso de Marx a respeito do tema em reunião de 1848 na Associação Democrática de Bruxelas. É um caso da maior importância por apontar mais do que evidências da análise da eficácia das ideias econômicas, porquanto direciona a atenção para a investigação do episódio em particular, seus agentes, suas articulações, as ideias que portavam, seus resultados etc. Com efeito, as ideias econômicas então circulantes ofereciam, em essência, o argumento de que os impostos sobre a importação de cereais pressionavam os salários para baixo. O discurso de Marx colecionou as diferentes teses conflitantes a respeito do tema, incluindo as contestações dos operários fabris. Relembrou que a *National Anti-Corn-Law*

League, fundada em 1838, patrocinou a difusão de trabalhos que “mostrassem a influência salutar da abolição das leis sobre os cereais na agricultura inglesa” (Marx, 1985b, p. 185). Tratou-se de prêmios concedidos a George Hope, Arthur Morse e W. R. Greg, cujos textos foram reunidos e publicados em livro em 1842, sob o título *The Three Prize Essays on Agriculture and the Corn law* (Anti-Corn-Law League, 1842). Os textos foram “distribuídos nas zonas rurais em milhares de exemplares”, revelou Marx. Os argumentos favoráveis ao livre-comércio obtiveram grande expressão pública, chegando ao parlamento inglês por meio de políticos como Bright e Bowring. Este último, escreveu Marx (1985b, p. 187), “conferiu a todos estes argumentos uma consagração religiosa, exclamando numa reunião pública: ‘Jesus Cristo é o *free-trade*; o *free-trade* é Jesus Cristo’”. Os efeitos históricos desdobrados a partir da influência das ideias livre-cambistas são bem conhecidos, inclusive sobre o próprio desenvolvimento posterior do modo de produção capitalista.

Os debates públicos parecem ser um dos palcos privilegiados para a observação da circulação das ideias e de sua influência potencial sobre o cotidiano. *Salário, preço e lucro*, de 1865, testemunha o impulso e a potência que guardam as ideias econômicas em influir nas decisões e ações de grupos humanos a partir da difusão pública em jornais e pronunciamentos. Na ocasião, esteve em pauta a reivindicação trabalhista pelo aumento dos salários, se os trabalhadores organizados deveriam ou não colocar essa questão em primeiro plano em sua atuação política. Uma das ideias econômicas então circulantes defendia que o aumento dos salários incorreria em aumento dos preços das mercadorias, talvez mesmo acima dos próprios ganhos da renda já obtidos. Era uma tese frequente entre os porta-vozes das classes econômicas dominantes, mas que também alcançou o interior do movimento dos trabalhadores e encontrou um defensor na figura do socialista Weston nos debates da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores. Durante tais debates, Marx lembrou que a tese ecoada por Weston, da regulação dos preços das mercadorias pelo nível dos salários, já havia sido enfrentada anteriormente. Devemos a Ricardo, disse Marx (1982), o “grande mérito de haver destruído até os fundamentos, com a sua obra sobre os *Princípios da Economia Política*, publicada em 1817, o velho erro, tão divulgado e gasto de que ‘os salários determinam os preços’”. Tratava-se, explicou nosso autor, de uma “falácia já rechaçada por

Determinação social do pensamento econômico

Adam Smith e seus predecessores franceses na parte verdadeiramente científica de suas investigações, mas que, não obstante, eles reproduziram nos seus capítulos mais superficiais e de vulgarização” (p. 152). Era, pois, uma ideia econômica de ampla circulação, ainda que provada errada, com a qual flertaram mesmo os “investigadores científicos” da “ciência econômica” em progresso e os socialistas como Weston. Verdadeira ou falsa, a potência *latente* dessa ideia econômica em influir na atuação de conjunto dos trabalhadores, de produzir efeitos sobre o desenrolar dos conflitos sociais, prova-se pelo próprio debate no seio da Primeira Internacional.

Há também contextos mais visitados pelos estudiosos e que servem de ângulo mais claro para a admissão da potência do pensamento econômico ainda que a questão de sua efetivação se apresente com maiores dificuldades de resolução. Dada a sua importância, é necessário considerar certos aspectos incontornáveis. Nessa direção, já aludimos anteriormente à *missão social* no capítulo sobre a análise da gênese do pensamento econômico. Destacamos a *necessidade social* dessas ideias como respostas às exigências e contradições da vida econômica da sociedade, mesmo quando estão carentes de objetividade científica. Trata-se de um aspecto sobre o qual ainda recolheremos elementos em nosso capítulo sobre a *análise ontogenosiológica*. Aqui interessa sublinhar a potência do pensamento econômico.

A esse respeito, Marx chegou a escrever que a economia política clássica, nas figuras de Adam Smith e David Ricardo, procurou, em atendimento àquela necessidade, apresentar o modo de produção capitalista como superior ao feudalismo e aos seus resquícios então persistentes. Diante dessa necessidade, abriu-se a possibilidade de verificar seus teoremas à luz da realidade objetiva, guardando um impulso de verdade científica. E como também assim procedia como prolongamento ideal munido de impulso científico a partir da posição social ascendente da burguesia sobretudo industrial, redundou na missão social de apresentar a “ordem capitalista como a forma última e absoluta da produção social, em vez de um estágio historicamente e transitório de desenvolvimento” (Marx, 2013, p. 85).

Essa missão social pôde permanecer ativada no pensamento econômico mesmo com sua progressiva perda de potência científica. Isso porque a missão histórica e revolucionária desse pensamento em

enfrentar os resquícios feudais e provar a superioridade do capitalismo nascente, converteu-se gradativamente em argumentos de pura defesa e conservação do capitalismo diante das críticas intelectuais e especialmente práticas no desenrolar do século XIX, tanto diante das crises econômicas quanto das reivindicações trabalhistas. A elevação do conflito social produziu uma inflexão no pensamento econômico. Como Marx (2013, p. 86) mesmo escreveu, o “lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial”.

O pensamento econômico assim modificado permaneceu com a tarefa histórica de apresentar a economia capitalista como a última forma, mas os meios para isso variaram já nas condições daquele século. Houve esforços embrionários de descrever certas tendências e mesmo escolas (Marx, 1985a; Marx; Engels, 2005). Marx (2013) sublinhou certa vez pelos menos três, entre elas certa tendência “histórica” comum aos intelectuais e copiadores alemães. Mas para nosso propósito bastam a “economia vulgar” e o “sincretismo”. O propósito não pode ser o de longas considerações, sendo suficiente o traçado geral que implica a potência do pensamento econômico, mesmo porque é um tema a ser tratado de modo dedicado em capítulo adiante. Assim, tendo Bastiat como um dos seus principais expoentes, a “economia vulgar” moveu-se como pura apologia do capital, procurando expurgar as contradições do cenário concreto e teórico por todos os meios disponíveis e que não oferecessem obstáculos ao ponto de vista dos agentes práticos que personificavam os interesses econômicos dominantes. Tomando o modo de produção como algo natural e fazendo a defesa dessa naturalidade, operou para impedir que as contradições objetivas emergissem também no plano teórico, expulsando-as por meio de todo tipo de malabarismo verbal. Aqui, qualquer impulso de verdade objetiva foi transformado em pura defesa do capital.

Quanto ao “sincretismo”, cabe destacar a figura de J. S. Mill como instrutivo exemplar dessa tendência. Como explicou Marx,

A revolução continental de 1845-1849 repercutiu também na Inglaterra. Homens que ainda reivindicavam alguma relevância científica e que aspiravam ser algo mais do que meros sofistas e sicofantas das classes dominantes tentaram pôr a economia política do capital em sintonia com as

Determinação social do pensamento econômico

exigências do proletariado, que não podiam mais ser ignoradas. Daí o surgimento de um sincretismo desprovido de espírito, cujo melhor representante é Stuart Mill. (Marx, 2013, p. 86)

Diante da contínua insistência das contradições que (irremediavelmente) brotam da essência da economia capitalista, coube ao plano teórico da posição social de J. S. Mill (incluindo sua reivindicação e aspiração acima) acomodar as forças que renovadamente entram em conflito teórico e prático e de modos diretos e indiretos. Tratava-se de resposta peculiar aos conflitos decorrentes da própria essência da economia capitalista, mas de conflitos que poderiam ser ao menos remediados. Têm lugar especial nesse esquema as “funções governamentais necessárias e optativas” (Mill, 1848/1996, p. 369), cobrindo uma vasta gama de ações delimitadas às condições de casos concretos. A atenção aqui concedida ao sincretismo de Mill, que o transcendeu particularmente no século seguinte, tem por fito indicar certa diferença em relação àquela “economia vulgar”. Diferentemente desta, reconhece-se em parte as contradições da economia capitalista e seus efeitos mais aparentes, mas grande energia é depositada nas mediações destinadas a harmonizar as forças em conflito. As funções governamentais surgem aqui como uma dessas mediações incontornáveis ao próprio desenvolvimento da vida econômica da sociedade sob sua forma capitalista; um tipo de *intervencionismo calculado* que fará época daqueles anos em diante (aspecto ao qual votaremos ainda neste capítulo). Aqui se coloca o sincretismo de Mill, como escreveu Marx (2013, p. 87), “na tentativa de conciliar o inconciliável”. O ponto central não é tanto essa conciliação por si mesma, mas o pressuposto ali contido, e amplamente difundido a partir de então, de que as ameaçadoras contradições da economia capitalista podem ser continuamente administradas por meio de modificação gradativa, experimentação cautelosa, engenharia social etc. Mas isso esteve colocado de modo apenas embrionário com Mill, sobretudo por se tratar do contexto de 1848. Foi posteriormente desenvolvido de maneira complexa e complicada em termos sociais e econômicos por intelectuais aparentemente muito diferentes (tais como Hayek, Popper, Keynes, Galbraith, Friedman etc.).

Não importando se de modo “vulgar” ou “sincrético”, há certa linha de continuidade que cortou a transição entre os séculos XIX e XX que habilitou a opinião segundo a qual a “economia política surgiu

como uma apologética de uma certa ordem social e continua sendo uma apologética hoje” (Dobb, 1932, p. 138) de variadas maneiras, explícitas ou implícitas, diretas ou oblíquas. Essa linha de continuidade, no entanto, lamentavelmente não poderá ser fixada para nossa atenção inteiramente dedicada. Utilizaremos alguns pontos dessa continuidade adiante tendo por horizonte trazer à tona a problemática da análise da eficácia (que por si só já nos remente, como já alertado, ao plano mais concreto-empírico) como elemento da unidade do método materialista. Tanto mais porque se, de um lado, está muito claro o reconhecimento da potência do pensamento econômico em influenciar a vida econômica da sociedade, por outro lado não está plenamente desenvolvida a investigação concreta quanto aos seus reais efeitos.

Considerações adicionais são, portanto, necessárias ao avanço sobre o cume luminoso no que se refere mais especificamente ao pensamento econômico. Por exemplo, não temos investigação dedicada aos efeitos daquele debate público a respeito da sindicalização e dos níveis dos salários sobre a ação organizada dos trabalhadores naquele tempo e lugar. Caberia também especificar o grau de eficácia da missão social do pensamento econômico em apresentar o modo de produção capitalista como última forma, como algo natural e não histórico e temporário – o que se apresenta como algo complexo e desafiador à tarefa investigativa. Teria também lugar nessa especificação às variantes dessa missão social básica, tais como a potência contida na reta apologia patrocinada pela “economia vulgar” e na oblíqua defesa na forma do “sincretismo”.

Ao mesmo tempo, há outros exemplos sugestivos da eficácia. O *18 Brumário*, como vimos, sugeriu elementos importantes do papel das ideias naquele contexto de desenvolvimento da economia capitalista. Ainda mais peculiar é o papel das ideias propriamente econômicas como no caso do livre-comércio. Ele é sugestivo demais para não ser destacado como indicativo do caminho ao cume, precisamente por trazer à baila as ideias econômicas, seus portadores, a articulação entre grupos de intelectuais, associação financiada de defesa do livre-comércio, políticos no parlamento com discursos evocativos, o efeito na própria política econômica correspondentemente adotada etc.

Esse esboço geral de indicações favoráveis e desfavoráveis não pode ser encarado como índice de insuficiência de formulação básica,

como já insistimos neste livro a respeito do lado ativo das ideias, particularmente quando consideramos anteriormente a predicação ativa do pensamento em capítulo dedicado ao assunto. Sabemos de partida, pois, que interessa ao materialismo precisamente capturar o movimento entre a condição econômica e as formas de consciência dela historicamente paridas, ambas mediadas pela vida cotidiana que verte uma na outra. Falsas ou verdadeiras, as formas de consciência circulam em tempos e lugares diferentes. Fluem na vida econômica da sociedade. Diante das contradições existentes, entram em conflitos complexos, em si e entre si, e obtêm efeitos em graus variados sobre as condutas humanas. Isso vale para diferentes formas de consciência, das filosófico-científicas às políticas, jurídicas, artísticas e seus diferentes gradientes de materialidade e de conexões com aparatos objetivos de mediação dos mais variados tipos (estado, empresa, organizações políticas, *think tanks*, institutos etc.). Serve aqui de breve exemplo o processo de difusão das tendências reacionárias da filosofia na Alemanha, com as várias edições das obras de Schopenhauer e de Nietzsche, passando pelas universidades, conferências, jornais etc. Como escreveu Lukács (2020, p. 78), “Hitler e Rosenberg levaram para as ruas tudo que foi dito sobre o pessimismo irracionalista desde Nietzsche e Dilthey até Heidegger e Jaspers em confortáveis poltronas de couro, em salões intelectuais e cafés”.

E é precisamente nesse quadro processual, isto é, do movimento para o qual a unidade do método materialista se volta, que o pensamento econômico pode ser incluído de modo semelhante à filosofia, porém como uma forma de consciência científica, nos termos já tratados anteriormente como objeto ideológico. Naquela oportunidade, delimitamos o pensamento econômico em conjunto com as ciências sociais em termos constitutivos, isto é, de que em sua gênese tais ciências visam “provocar modificações na consciência dos homens” (Lukács, 2013, p. 563). De formas variadas, possuem o propósito imanente de influir na apresentação de alternativas, nas decisões e atuações dos grupos humanos diante das exigências fáticas que emanam da vida material. Chamamos a atenção para o fato de que as ciências sociais possuem também a tarefa de recolher materiais, verificar evidências, explicar eventos etc., dadas as exigências colocadas às tarefas científicas na ordem da divisão do trabalho que também se impôs ao campo do

conhecimento. Configura-se, assim, a dupla tarefa das ciências sociais, tarefas simultâneas que a demarcam como exercício de cientificidade e de respostas aos conflitos sociais postos.

É decisivo ter claro que da tarefa de influir nas escolhas humanas não decorre uma nata “incapacidade para constatações ou teorias científicas objetivas” (Lukács, 2013, p. 563-564). Há evidentes exemplos do contrário no próprio pensamento econômico. Por exemplo:

o ponto de partida da economia de Sismondi é inquestionavelmente ideológico: a luta por uma tendência de desenvolvimento da economia capitalista, que teria a função de evitar as suas perigosas contradições. Porém, esse posicionamento é fundamentado com uma análise econômica que, em sua correção objetiva, marcou época na ciência: com a comprovação da legalidade econômica das crises econômicas a partir de um determinado patamar de desenvolvimento do capitalismo. A justificativa científica dessas teses teve de ser reconhecida inclusive pelo seu grande antípoda Ricardo (para quem, diga-se de passagem, o fundamento de sua própria objetividade científica, o exame da economia capitalista do ponto de vista dos interesses do capital total, era igualmente determinado pela ideologia). (Lukács, 2013, p. 563-564)

Os casos de Sismondi e Ricardo obviamente não devem ser extrapolados. Cumprem aqui a função de explicitar que se trata de uma unidade entre o impulso de conhecer a realidade objetiva em si mesma (ainda que a potência possa ser discutível quando não inteiramente eliminada pela “vulgaridade”) e de apresentar respostas como alternativas às exigências historicamente postas. É uma unidade de constituição das ciências sociais entre as quais inclui-se o pensamento econômico. Ambas as tarefas são passíveis de avaliação, isto é, tanto sua objetividade científica quanto sua eficácia, seus efeitos sobre a realidade social.

É importante dizer que objetividade e eficácia não apresentam uma única relação. Verdades e falsidades científicas apresentam influências diversas no cotidiano da vida material porquanto é uma questão de ordem histórico-concreta e não um problema que possa ser resolvido no puro plano da teoria do conhecimento. É, pois, plenamente possível considerá-las também separadamente e de modo tal que a verificação da objetividade será assunto para a *análise ontognosiológica* que veremos em capítulo posterior.

Quanto à sua eficácia, devemos considerar aqui a sombra que a já referida “ideologia” faz sobre o assunto, visando desembaraçar mal-entendidos seculares. E não é por outro motivo senão o fato de que se

Determinação social do pensamento econômico

acumularam muitas páginas a respeito da relação entre teoria econômica e “ideologia”. É um tema que demandaria muito espaço. Mas é possível fazer um destaque de certa tendência curiosamente comum a diferentes tradições. Não que nuances e contraditos estejam ausentes nas e entre as elaborações particulares, mas comparece em Schumpeter (2006), Robinson (2021), Dobb (1977) e Rubin (2014), apenas para citar alguns intelectuais de ampla repercussão e de tradições diferentes, a tendência em considerar a “ideologia” como um fator exógeno e intrusivo ao pensamento econômico (ver Paço Cunha, 2024). Essa tendência é problemática e difere da posição mais consequente que apenas esboçamos no capítulo a respeito do objeto ideológico, cabendo agora estabelecê-la com maior clareza, uma vez que a questão da eficácia das ideias econômicas como forma de consciência científica coloca em primeiríssimo plano sua *conversão em ideologia*. Os variados elementos já colecionados neste capítulo são auxiliares a esse propósito, sobretudo no que se refere às indicações sobre a eficácia e suas consequências eventualmente profundas e duradouras.

De tal maneira, a atenção não recai sobre a suposta interferência externa da “ideologia”, mas o próprio pensamento econômico vertido em ideologia a partir de seus efeitos concretos sobre a vida econômica da sociedade. A questão de fundo está em estabelecer como as ideias econômicas se transformaram em ideologia, isto é, como sua potência imanente de gênese se converteu em eficácia concreta em diferentes tempos e lugares e a profundidade de seus efeitos. Para tanto, é necessário estabelecer as noções fundamentais desse problema que até aqui foram apenas tangenciadas.

Nessa direção, ainda que o pensamento econômico, no quadro geral das ciências sociais, vise, como sublinhado, “provocar modificações na consciência dos homens” como uma de suas tarefas ao lado da complementar aspiração por conhecer as coisas em si, esse propósito imanente pode ou não receber confirmação, pode ou não ter *eficácia*. É necessário repetir que aqui estamos diante da possibilidade de conversão das ideias econômicas em ideologia e não, como é mais frequente mesmo na tradição marxista, considerar a ideologia como fator externo e interferente. Temos em mente, portanto, que “a mais pura das verdades objetivas pode ser manejada como meio para dirimir conflitos sociais” na medida em que “ser ideologia de modo algum constitui uma

propriedade social fixa das formações espirituais”. Ao contrário, a ideologia comparece essencialmente não como falsidade ou verdade, mas como uma “função social” (Lukács, 2013, p. 564). Vemos nisso que “não decorre nem que a correção científica deva inibir o poder de persuasão da ideologia como ideologia, nem que algo surgido de modo puramente científico não possa desempenhar um grande papel ideológico” (p. 565), isto é, influir na realidade social. Em suma, “nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia”. Ocorre, assim, que “podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos” (p. 467).

Fica evidente que interessa o lado ativo das “formações espirituais”, ou melhor, a ativação efetiva de sua potência imanente. “Algo”, é importante insistir, “transforma-se em ideologia, não nasce necessariamente ideologia, e essa transformação depende de vir a desempenhar uma função precisa junto às lutas sociais em qualquer nível destas” (Vaisman, 2010a, p. 51). Está diretamente em foco “analisar este fenômeno essencialmente pela função social que desempenha, ou seja, enquanto veículo de conscientização e prévia-ideação da prática social dos homens” (p. 51). Desse ângulo, entende-se que o destaque recai sobre o “momento ideal da ação prática dos homens”, pois “qualquer reação ou resposta – sejam elas produzidas pela ciência, pela filosofia, pela religião, pela tradição etc. – construídas pelos indivíduos como forma de atuar sobre os problemas postos pelas situações histórico-sociais, pode tornar-se ideologia, quando fornece elementos e condições para conscientizar, orientar e operacionalizar a prática social” (Fortes, 2013, p. 262-263). Vale agravar o aspecto prático envolvido na natureza da questão. Nela está o “imperativo de se tornar *praticamente* consciente do conflito social fundamental [...] com o propósito de *resolvê-lo através da luta*” (Mészáros, 1989, p. 23).

Isso traz à baila a ativação das formações ideais como “veículo teórico ou prático”, da maneira dita anteriormente, como “meio para dirimir conflitos sociais”. Bem entendido, uma formação ideal tem sua potência efetivada em ideologia quando mobilizada por classes sociais

Determinação social do pensamento econômico

e grupos humanos em meio a tais conflitos. Ganha, assim, “força material” por meio da ação dessas classes e grupos, engendra efeitos sobre a vida econômica da sociedade. É preciso sublinhar aí o fato de que desempenha uma função social específica em meio às contradições dessa sociedade. Todas as indicações colecionadas até aqui, tanto as diretamente favoráveis quanto as parciais, apontam para uma síntese decisiva: o que estabelece uma ideia econômica como ideologia não é sua falsidade ou verdade, mas os efeitos histórico-concretos que engendra por meio da ação das classes e agrupamentos sociais em meio aos conflitos, sobretudo no que se refere àqueles essenciais que decorrem do modo de produção e distribuição da riqueza social.

Mas, para tanto, é necessário adicionar com clareza o aspecto da *duração* desses efeitos, acima apenas aludido. Esse aspecto não é compreendido limitadamente ao seu sentido extensivo, mas também intensivo, em termos de profundidade dos efeitos, do alcance das consequências provocadas. Para colocar em primeiro plano esse aspecto quando referente ao pensamento econômico como forma de consciência científica, passa a ser muito útil recorrer novamente a uma breve comparação geral com a política e a filosofia, tomando-as como ideologias diferentes, como “veículo prático e teórico” respectivamente.

Tendo em mente primeiramente a práxis política, devemos observar as “sequências causais desencadeadas pela decisão política em cada caso concreto”. Não tem lugar para um mero “lapso de tempo abstrato, quantitativamente determinável”, mas se e como o acionamento dos novos elos “influem efetivamente nas tendências econômicas decisivas que entraram em crise”. Assim, é possível sustentar que:

a duração pode proporcionar um critério para uma decisão política somente na medida em que suas consequências atestarem claramente que ela, não importando com que fundamentação ideológica, foi capaz de incidir em certas tendências reais do desenvolvimento social, se e como as cadeias causais desencadeadas por ela influíram efetivamente nesse desenvolvimento. (Lukács, 2013, p. 507)

Por seu turno, considerando a filosofia com uma forma ideológica particular vis-à-vis a política, sobretudo quanto ao seu objeto central, qual seja, o gênero humano e os grandes problemas de seu desenvolvimento (Lukács, 2013, p. 543), a consideração da duração das “ideologias puras” [como a filosofia] deve levar em conta que:

muitos desses efeitos são muito menos diretos [...], mas eles sempre podem ser derivados das questões centrais atinentes ao gênero, com as quais as pessoas se debatem, em cada caso concreto, no cotidiano, na política, nas suas tentativas de obter um rumo no plano da concepção de mundo, com o auxílio das quais elas tentam dirimir cada um dos seus conflitos. É por isso que os efeitos duradouros das ideologias puras revelam uma desigualdade tão marcante, com muita frequência um emergir repentino e em seguida um submergir igualmente repentino. (Lukács, 2013, p. 557)

Seja de maneira mais incidente sobre as tendências reais dos processos históricos, como a política, seja de modo menos direto e com efeitos muito desiguais, como na filosofia, passa a ser importante reconhecer que o “critério da duração junta-se ao da eficácia, no sentido de que – não entendido como um intervalo de tempo abstrato, mas sim em termos da profundidade da ação – pode indicar se realmente a cadeia causal posta em movimento” (Vaisman, 2010a, p. 54), pela política ou pelas ideologias puras, produziu efeitos no plano mais essencial do desenvolvimento social em direções diversas. Dito de outro modo, as “várias formas ideológicas de consciência social acarretam [...] diversas implicações práticas de longo alcance” (Mészáros, 1989, p. 23).

Ainda mais decisivo é a notação de que a *duração* respeita as particularidades das formas ideológicas consideradas (política e filosofia) e apresenta desigualdade em suas determinações reflexivas e em suas tendências gerais, jamais dispensando a análise histórico-concreta delas em tempos e lugares particulares. O mesmo tem, pois, validade para o caso das ideias econômicas como forma de consciência científica em uma posição intermediária entre a política e a filosofia, munindo-se de ambas de um modo especial. Para tanto, vale retomar de capítulo pregresso as envolvidas especificidades da política, da filosofia, da ciência e do próprio pensamento econômico nessa seara.

Primeiramente, devemos admitir, seguindo Lukács (2013), que a “ideologia política visa apreender de modo real, prático, os momentos de cada complexo de crises, cuja decisão pode levar mais ou menos espontaneamente ao deslindamento prático do complexo global”. Por outro lado, “toda filosofia significativa”, como exemplar das “ideologias puras” (mais “desmaterializadas”, portanto), encontra-se “empenhada em oferecer um quadro geral do estado do mundo, que, da cosmologia até a ética, procura sintetizar todas as conexões de tal maneira que, a partir delas, também as decisões atuais se revelam como momentos

Determinação social do pensamento econômico

necessários das decisões que determinam o destino do gênero humano” (p. 555).

Por seu turno, vimos que as ciências sociais desempenham aquela dupla tarefa. Há a tarefa de conhecer as coisas como são e é possível destacar nisso sua reciprocidade com a filosofia, conforme vimos no capítulo sobre o objeto ideológico, em que a filosofia controla a ciência “por cima” e esta controla aquela “por baixo”. Há também a tarefa de influir nas alternativas, o que sugere igualmente sua interface tanto com a filosofia quanto com as decisões políticas, uma vez que o pensamento econômico recorre inevitavelmente ao “quadro do mundo” e simultaneamente procura influir de modo prático no “complexo de crises”. Isso se evidencia muito claramente na tendência mais ou menos desenvolvida de trazer para o quadro da análise econômica os destinos da humanidade.

Vemos nisso nexos nada desimportantes que também se sobressaltam quando observamos a especificidade do pensamento econômico como forma de consciência científica. Dissemos antes, no capítulo sobre o objeto ideológico, que é específico do pensamento econômico *responder* tanto ao deciframento das condições e modos de produzir e distribuir a riqueza social gerada quanto ao conflito que advém do problema essencial continuamente produzido de estabelecer a organização da vida econômica da sociedade. O grau de aproximação do deciframento não está em questão no momento, como já dito. Quanto às respostas ao conflito, parece ser inevitável, ainda que em diferentes gradientes, apresentar tanto um “quadro geral do estado do mundo”, como faz a filosofia, mesmo que isso signifique focalizar a economia, e nela as dimensões mais depuradas e menos abstratas, quanto promover o acionamento fático dos nexos que “influem efetivamente nas tendências econômicas decisivas que entraram em crise”. Está, pois, colocada a questão de descrever coerente e convincentemente o que é a economia capitalista, seu funcionamento, suas tendências e suas implicações para o futuro do gênero humano, bem como influir na direção das decisões que procuram operar sobre essa matéria.

Há diferentes manifestações dessa possibilidade, variando também, digamos, o seu nível e sua amplitude em tempos e lugares diferentes. O exemplo do debate público da regulação dos salários sobre os preços das mercadorias pode sugerir uma influência localizada, episódica

em contendas trabalhistas de um momento histórico na Inglaterra. Mas decisões mais amplas a respeito do livre-comércio, por exemplo, requereu no século XIX ativação de forças políticas (e estatais) que pudessem generalizar as consequências pretendidas. Assim, o pensamento econômico possui uma amplitude de influência potencial, alcançando as medidas específicas em unidades produtivas, o debate público, as políticas governamentais etc. Nisso se destaca a possibilidade de deságue na vida cotidiana, abarcando o conjunto de uma sociedade, especialmente por mediação da esfera política e de sua expressão na política econômica, esta última tomada aqui de modo mais amplificado do que o habitual. Reverbera aqui, o que já foi referido, a capacidade de provocar efeitos sobre as tendências reais, de acionar cadeias causais que incidem na direção da vida econômica da sociedade.

Tendo em mente essa amplitude de influência potencial, o estudo da eficácia encontra as melhores condições quando importantes ocorrências já se consolidaram, produziram seus efeitos que, agora, podem ser analisados. Marx chamou a atenção para o fato de que a análise científica das “formas da vida humana”, disse, “percorre um caminho contrário ao do desenvolvimento real” uma vez que ela “começa *post festum* e, por conseguinte, com os resultados prontos do processo de desenvolvimento” (Marx, 2013, p. 150). Em tais resultados prontos por regra não está à mostra o processo histórico desdobrado. Isso tem valor especial para a pesquisa dos objetos ideológicos também. Para o estudo do aspecto ativo da funcionalidade das ideologias, Lukács (2020) nos deu a relação entre as tendências reacionárias na filosofia e o nazifascismo alemão. O estudo levado a cabo pelo filósofo teve início *após* os eventos que permitiram identificar aquilo pelo que se designa concretamente por nazifascismo. Não significa que antes da coisa acabada, pronta, não se pudesse capturar e expressar tendências. Mas, como sabemos, são múltiplas as tendências e forças “contrarrestantes” no movimento histórico frequentemente efetivado “aos trancos e barrancos e ziguezagues” (Engels, 2010, p. 475). Assim, a análise científica encontra condições mais adequadas com o objeto integralmente desenvolvido. Ou, como Chasin (2009, p. 135) designou, a “presença histórica do objeto”, sua maturação objetiva que, no nosso caso, configura-se como a relação entre o pensamento econômico e determinados eventos de sua influência.

Determinação social do pensamento econômico

Com o propósito de aprofundar os fundamentos da análise da eficácia nessa direção, é possível destacar aquelas ocorrências de maior amplitude de influência potencial do pensamento econômico. Temos em mente a influência dessa forma de consciência científica nas decisões políticas, sobretudo aquilo que se convencionou chamar de “política econômica” tomada novamente em sentido alargado. A afirmação pretérita, segundo a qual as ideias econômicas “exerceram influência considerável na política real (quando não a alteraram)” (Dobb, 1977, p. 27), reencontra nesse particular um amplo espectro de possibilidades. O registro disso comparece em muitos analistas, inclusive entre os marxistas mais destacados. Lange, por exemplo, considerou que:

Na economia política, destaca-se o papel crescente dessa ciência como instrumento de controle social. Nas condições capitalistas, o ponto de partida de tal tendência foi o interesse no estudo e controle dos ciclos econômicos que se desenvolveram logo após a Primeira Guerra Mundial e, mais tarde, o interesse nas causas do desemprego em massa e nos problemas da política de pleno emprego. Este último estava ligado ao desenvolvimento de novas teorias econômicas, primeiro na Suécia e depois formuladas na obra de John Maynard Keynes e na direção do pensamento econômico que ele iniciou. Outra linha paralela de desenvolvimento foram os estudos ligados ao uso ótimo dos recursos que receberam o nome de economia do bem-estar. No entanto, esses estudos, em grande medida, adquirem significado prático apenas sob condições de planejamento econômico desenvolvidas nos países socialistas. (Lange, 1964, p. 527)

Em qualquer direção, do “estudo e controle dos ciclos econômicos” ou do “uso ótimo dos recursos”, sobressalta-se a potência das ideias econômicas as quais, por mediação do complexo político, pode obter deságue sobre a totalidade da vida econômica de uma sociedade, funcionando tal ciência como “instrumento de controle social” – claramente entendido no sentido de meio de direção das economias em questão. Talvez essa seja a modalidade de possibilidade objetiva de eficácia que ganhou relevância nos séculos XX e XXI, precisamente pela abrangência da influência de tais ideias por mediação da articulação de classes e grupos humanos materializada nas composições e coalizões políticas em dados contextos históricos. Confirma-se com isso que o pensamento econômico precisa dar uma descrição geral da economia capitalista, seu funcionamento peculiar, e recomendar quais mecanismos acionar como resposta às condições das crises, aos conflitos sociais sempre

renovados.

Também aqui, porém, têm lugar importantes considerações a respeito dessa influência, mesmo para aqueles casos em que praticamente se estabeleceu predominantes pontos de vista. É o caso de expressões tais como o “keynesianismo” que teria, segundo grande volume de páginas, vigorado aproximadamente entre 1945 e 1975. Nessa rubrica são solares tanto o impulso em conhecer os nexos da economia capitalista quanto a volição de convencimento sobre quais e como acionar tais nexos sob a égide, pelo menos declarada, das “possibilidades econômicas aos nossos netos” (Keynes, 1930/2013a, p. 321). Não é fácil ignorar o fato de que encontramos nas muitas linhas deixadas por Keynes uma espécie de síntese de respostas teóricas e práticas acumuladas a partir das experiências e propensões, digamos, “pré-keynesianas”, sobretudo na Inglaterra e nos Estados Unidos (Blaug, 1991), mas também na Alemanha desde o século XIX, com Bismarck, e na Rússia revolucionária após 1917.

Isso por si só já sugere haver muitas questões embaraçadas na chamada “revolução keynesiana” que mereceriam atenção. Uma delas é a opnião do seu principal protagonista a respeito das melhores condições de realização da doutrina. Como disse o próprio economista inglês em 1940, tudo indicava ser “politicamente impossível para uma democracia capitalista organizar os gastos na escala necessária para fazer os grandes experimentos que comprovariam meu argumento – exceto em condições de guerra” (Keynes, 1940/2013b, p. 149). As condições de guerra favoreceriam, pois, a realização da doutrina. E favoreceram de fato. Houvesse tempo, Keynes daria razão nesse particular a Mattick (1969/1981), para quem o fato mais decisivo foi que a própria guerra mundial em sua segunda edição teria tornado variadas medidas, como dispêndios governamentais, administração dos preços etc., algo necessário em termos práticos e não por efeito direto do keynesianismo. Estava em questão os altos investimentos para a reconstrução das economias, expansão dos empregos e aumento das rendas.

Ao mesmo tempo, porém, seria bastante imprudente suspender qualquer influência das ideias colecionadas sob aquela rubrica “keynesianismo”. Mesmo porque já estamos cientes, como nos informou Mattick, de algumas divergências e convergências entre as alas keynesianas conservadora e radical então existentes dentro e fora das burocracias

Determinação social do pensamento econômico

estatais nas principais economias do assim chamado “ocidente”. Diante de certo objetivo comum em aumentar as obras públicas úteis e o padrão de vida, divergiam quanto aos meios. Os radicais, geralmente fora da burocracia estatal, defendiam, para tanto, “intervenções do governo em uma escala como ocorre apenas em condições de guerra”, as mesmas sugeridas por Keynes como de fato as mais favoráveis às suas ideias. Já os conservadores, frequentemente ocupantes de cargos na estrutura do estado, defendiam “políticas governamentais” que fortalecessem “em vez de enfraquecer a economia da iniciativa privada” (Mattick, 1969/1981, p. 164). Havia, pois, grupos humanos portadores daquelas ideias tanto no debate público quanto no interior da estrutura estatal em muitos países, procurando influir na direção de suas economias capitalistas e, quiçá, para além delas, dadas as conexões existentes no mercado mundial muito bem compreendidas bem antes do acordo de Brentton Woods em 1944.

Esse nó quanto às influências das ideias econômicas pode ser desatado apenas mediante a compreensão de que, assim como não existe uma causalidade mecânica entre estrutura econômica, cotidiano (práxis) e superestrutura ideológica, também não existe causalidade desse tipo em direção oposta, isto é, entre tais formas de consciência e as medidas efetivamente tomadas voltadas a dar uma direção sobre a vida econômica da sociedade. Não há qualquer razão para supor que haveria espelhamentos diretos desse tipo em qualquer direção que se considere a questão. Isso foi demonstrado de modo convincente por Lukács (2020, p. 77), para quem era muito clara a “preparação ideológica” desempenhada pelas tendências reacionárias na filosofia alemã do período imperialista como antessala do nazifascismo. É importante frisar, portanto, a diferença entre causalidade direta e preparação. Em suas considerações, Lukács destacou o papel desempenhado pela filosofia irracionalista na *preparação do terreno*, no fornecimento da, por assim dizer, matéria-prima ideal, teórica, à ativação das condições subjetivas das quais dependeram os processos que levaram ao horror.

Assim considerada a questão, fica patente tanto a potência das ideias econômicas na figura do keynesianismo quanto as condições históricas que facultaram tal potência ser realizada. Não é lugar para o estudo detalhado do problema, como já alertamos, uma vez que demandaria muito espaço e que nosso interesse está limitado à indicação dos

aspectos fundamentais da análise da eficácia no método materialista. Mas é possível sugerir que, em termos gerais, as condições de guerra serviram como contexto geral habilitador enquanto aquela doutrina possibilitou a preparação ideológica para a necessária reconstrução das economias capitalistas em que, como todos sabem, a alta escala dos gastos públicos não poderia ser totalmente contornada, nem a temporária acomodação (sincrética *à la* Mill) do potencial conflito protagonizado pela classe trabalhadora em diferentes países. E como foi sugerido anteriormente em outro contexto de nossa discussão, o núcleo da questão não parece ser aquilo que surge superficialmente entre os proponentes da doutrina em tela. Enquanto a doutrina se apresenta como modalidade de política econômica voltada ao gasto público útil e ao padrão de vida, essencialmente o ponto central dela é o convencimento de que as “democracias capitalistas”, com suas contradições e antagonismos, podem ser administradas indefinidamente em nome do futuro da humanidade (ou dos “netos”), não requerendo grandes transformações estruturais nas próprias relações sociais que as fundamentam.

Nosso argumento é que ao fundo da implementação de medidas keynesianas que a guerra facultou, está essa proposição básica de administração da economia capitalista. É possível mesmo reconhecer a *eficácia* dessa ideia econômica, cuja *duração* pode ludibriar o analista que se encontrava diante de esfinge histórica. Beneficiados pelo nosso próprio tempo histórico, somos obrigados a reconhecer certas coisas que eram mais difíceis de serem decifradas em décadas passadas. Chamarão “capitalismo de organização”:

o período contemporâneo [a partir de 1955, aproximadamente] durante o qual a criação e o desenvolvimento de mecanismos reguladores, devidos em primeiro lugar a intervenções estatais, permitem um impulso econômico contínuo que tem, como consequência, a diminuição considerável e até mesmo o estancamento das crises sociais e políticas endógenas. (Goldmann, 1978, p. 6-7)

Coube à realidade histórica desaprovar esse juízo, uma vez que as sucessivas crises econômicas são insistentes e persistentes desde os anos de 1970. Aparentemente, o período privilegiado às medidas keynesianas após a segunda guerra dissipou-se. Haveria aí uma data de validade para tais medidas. Mas isso ignora pelo menos três aspectos decisivos. O primeiro é que as medidas keynesianas continuaram a ser

Determinação social do pensamento econômico

utilizadas porquanto passaram a constituir a caixa de ferramentas da administração da economia capitalista. A administração dos investimentos públicos para provocar as rendas e efeitos anticíclicos está sempre na ordem do dia, variando sua medida e direção. O segundo é que o keynesianismo nunca abandonou totalmente a cena pública nem a estrutura estatal em diferentes países. É mesmo uma questão puramente empírica atestar a retomada mais entusiasmada dessas ideias a partir da crise de 2008. O terceiro é que, como dissemos, a duração não é tão somente uma medida de tempo, mas de profundidade e de extensão da eficácia. Assim como se supôs, naqueles anos de 1950, que o “capitalismo de organização” suprimiria as contradições iminentes da economia capitalista e, portanto, suas crises, ainda hoje é persistente a influência da proposição de sua administração *ad infinitum*. As divergências agudas, entre protagonistas e que eventualmente alcançam o debate público e a vida cotidiana, comparam-se quanto aos meios mais adequados, quanto à medida desses meios, forma e velocidade de implementação etc., ainda que possa sofrer constantemente abalos. A duração da eficácia se revela no direcionamento da práxis política das classes sociais em torno dos métodos de administração da economia capitalista sem colocar em questão seus sempre repostos fundamentos incorrigíveis que permanentemente contestam o futuro do gênero humano.

Voltaremos a esse ponto. Antes, porém, cabe reconhecer que uma consideração semelhante sobre a eficácia das ideias econômicas na figura do keynesianismo poderia ser tomada para o caso daquilo que tem sido chamado de “neoliberalismo” nas décadas a partir de 1970. Da mesma forma, seria impossível considerar aqui em detalhes as questões envolvidas diante das presentes condições e do nosso interesse em apontar aos aspectos fundamentais da análise da eficácia no método materialista. Contudo, algumas considerações gerais são ilustrativas.

Nessa direção, muitos analistas apostaram no poder das ideias da escola austríaca e das ideias monetaristas de Chicago (Gerstle, 2022; Slobodian, 2018). Em algumas ocasiões, tais analistas pareceram flertar com explicações bastante discutíveis a respeito de articulações tais entre grupos capazes de simplesmente imprimir suas vontades na condução das políticas econômicas em diferentes países como se tais medidas fossem reflexo direto de suas ideias e opiniões. Os episódios são

apresentados de tal forma como fosse um processo perpetrado de formulação de um projeto ancorado numa teoria econômica mais ou menos compartilhada, seguida de implementação da estratégia política por meio da distribuição de agentes em diferentes instâncias governamentais, universitárias etc. As coisas teriam se passado como resultado de um plano engenhoso, teoricamente informado, de agentes organizados em uma espécie de cabala. Não se deve negar, obviamente, as muitas articulações e afinidades objetivas a despeito da heterogeneidade subjetiva, teórica e das fissuras práticas. Entretanto, o mais correto, nos parece, seria considerar, como destacamos antes, aquela “preparação do terreno” em diferença às supostas causalidades tão diretas.

Nessa direção, há uma pista curiosa deixada pelo próprio Milton Friedman, frequentemente considerado como um dos protagonistas daquele assim chamado “neoliberalismo” e, para nós pelo menos, um agente insuspeito de compartilhar dos mesmos fundamentos das nossas análises. Mas isso não o impediu de fazer uma observação interessante. Em 1951, período de profusão da doutrina keynesiana, chegou a escrever que as “ideias têm poucas chances de avançar muito contra uma maré forte”, mas que “sua oportunidade surge quando a maré deixa de correr forte, mas ainda não guinou”. Já no começo daquela década, considerava haver tal contexto favorável, oferecendo uma “rara oportunidade para aqueles que entre nós acreditam no liberalismo, influenciar a nova direção que a maré toma”. Tratava do assunto como fosse uma “nova fé”, o que não deixa de ser muito curioso e mesmo sintomático, cabendo a ele e a seu círculo, na qualidade de representantes científicos (ou párocos, no caso) de sua classe, “deixar claro a todos o que é essa fé” (Friedman, 1951, p. 2). Para ele, as condições estavam, já naqueles anos iniciais da década de 1950, cada vez mais favoráveis para que sua doutrina pudesse dar direção à economia capitalista e aos conflitos que ela permanentemente engendra. Não deixa de ser muito interessante o reconhecimento por sua parte de que as condições objetivas, digamos, é que estavam em processo de alteração, e não necessariamente por decorrência das ideias que portava. Tais condições geravam a oportunidade de influir na “opinião subjacente” que se encontrava então “confusa, vaga e caótica” (p. 2).

Anos mais tarde teve a chance de retomar esse ponto com tonalidade diferente, mas sem modificar o essencial. Sobressalta-se a

Determinação social do pensamento econômico

volição ao convencimento. Ao considerar as motivações que o teriam levado a escrever *Capitalism and freedom*, original de 1962, registrou retrospectivamente, em prefácio vinte anos mais tarde, que a função pretendida era “manter as opções em aberto até que as circunstâncias tornassem a mudança necessária”. Explicou que:

Há uma enorme inércia – uma tirania do *status quo* – em arranjos privados e especialmente governamentais. Somente uma crise real ou percebida produz uma mudança real. Quando essa crise ocorre, as ações que são tomadas dependem das ideias que estão por aí. Essa, acredito, é nossa função básica: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantê-las vivas e disponíveis até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável. (Friedman, 1962/2002, p. xiii-xiv)

Talvez a consideração guarde algum exagero, especificamente no grau de dependência atribuído entre as ações tomadas e as específicas ideias disponíveis. É algo frequente entre analistas, como sugerido anteriormente, tomar a circulação das ideias previamente a certas ocorrências como índice de causalidade entre elas, como se as medidas implementadas fossem puros reflexos da forma de consciência considerada. Mas não é incorreto reconhecer que tais ideias econômicas monetaristas ajudaram a preparar o terreno para certas medidas governamentais então vindouras. O ponto destacável é precisamente a potência que as ideias guardam em serem tomadas de empréstimo por uma articulação contingente de grupos humanos interessados, dadas as relações de classes sociais que portam, e com tais ideias atuarem no conflito social que se expressam nas próprias medidas a serem executadas diante do contexto de crise econômica. A articulação já foi descrita de muitas maneiras, sobretudo para o caso norte-americano nas figuras do próprio Friedman, Hayek, Thatcher, Reagan etc., além das muitas ramificações em universidades, *think tanks*, fundos de investimento, institutos, jornalismo econômico, até familiares (Appelbaum, 2019). A despeito das muitas vezes óbvias afinidades objetivas, é importante reconhecer que essa articulação consideravelmente consciente na subjetividade foi razoavelmente frouxa na prática, não operacionalizada como um bloco uníssono, a despeito do fato de serem assim descritos por inúmeros analistas.

Ocorre que na consideração da questão é decisivo observar a angulação histórico-objetiva. Para tanto, que nos seja permitido

recorrer ao auxílio do que chamamos aqui *neoliberalismo histórico* para jogar luz sobre problema, inclusive na parte que tem nisso a doutrina keynesiana. Temos em mente a *renovação do liberalismo*, uma espécie de confluência entre a economia vulgar e o sincretismo a partir dos anos de 1930 que, de certa maneira, iguala variantes ideais aparentemente antagônicas, tais como nas figuras de Hayek e Keynes por exemplo. Há nessa renovação do liberalismo certa comunhão de princípios fundamentais na preservação da economia capitalista e de divergências quanto aos meios mais promissores de sua administração. Em termos comuns como expressões da tendência histórica de “manipulação” (Lukács, 2013, p. 562), encontram-se o simultâneo abandono da antiga ortodoxia liberal e o pânico diante de expressões “socialistas”, admitindo, porém, modos variados de atuação do estado na administração da vida econômica da sociedade. A divergência, como já destacamos anteriormente, comparece a respeito dos modos, medidas, graus, formas etc. É, em suma, uma questão de método.

Assim como Keynes expressou-se como uma variante em seus termos visto antes, Milton Friedman é um exemplar adverso, expressão de outra variante daquele neoliberalismo histórico. Não obstante as diferenças entre eles nos detalhes de suas proposituras, há elementos que são suficientemente gerais para estabelecer certa base comum. O economista inglês, por exemplo, ao explicar a essência de sua doutrina, escreveu que:

o resultado de preencher as lacunas da teoria clássica não é eliminar o “Sistema Manchester” [políticas econômicas então liberais], mas indicar a natureza do ambiente que o livre jogo das forças econômicas requer para realizar as plenas potencialidades da produção. Os controles centrais necessários para garantir o pleno emprego envolverão, é claro, uma grande extensão das funções tradicionais do governo. Além disso, a própria teoria clássica moderna chamou a atenção para várias condições nas quais o livre jogo das forças econômicas pode precisar ser restringido ou guiado. Mas ainda restará um amplo campo para o exercício da iniciativa privada e da responsabilidade. Dentro deste campo, as vantagens tradicionais do individualismo ainda serão válidas. (Keynes, 1936/2013c, p. 379-380)

É inevitável identificar aí certo eco daquelas “funções governamentais” às quais Mill, com seu sincretismo, fez referência quase um século antes. A posição descrita na passagem acima é eivada com controles estatais orientadores, considerados virtuosos ao

Determinação social do pensamento econômico

desenvolvimento das condições adequadas ao livre jogo das forças econômicas, de modo a garantir sala ao aproveitamento das vantagens do individualismo. Nessa variante do neoliberalismo histórico, é clara a admissão de que a economia capitalista depende de uma administração para o seu próprio funcionamento, preservando-se a convicção no individualismo etc. Nisso está plenamente resolvido que Keynes nutria recusa tanto ao *laissez-faire*, como se sabe, quanto ao caminho “socialista”. O pleno emprego era um meio para isso como resposta às condições que fundamentam aquela economia.

De outro lado, o economista norte-americano serve aqui como demonstração daquela base mais ou menos comum. Os contornos oferecidos por Friedman são destacados na comparação com expressões do que ele próprio chamou “coletivismo” – entre os quais certamente incluía seu colega inglês, ainda que haja realmente dúvidas de tê-lo compreendido corretamente. O “neoliberalismo” proposto por Friedman, em 1951, recusaria não apenas o “coletivismo”, mas também o *laissez-faire* do liberalismo ortodoxo: uma dupla recusa, semelhante à de Keynes, em favor do fomento à chamada “ordem competitiva” exaltada como método superior de administração da economia capitalista. Na comparação, deixou óbvia a necessidade de administração da economia capitalista, a disputa de métodos dessa administração, o lugar do individualismo etc. É uma passagem longa. Presta-se, entretanto, a essa finalidade comparativa e probante:

A maior falha da filosofia coletivista que dominou o mundo ocidental não está em seus objetivos – os coletivistas querem fazer o bem, manter e estender a liberdade e a democracia e, ao mesmo tempo, melhorar o bem-estar material das grandes massas de pessoas. A culpa está mais nos meios. Falhas em reconhecer a dificuldade do problema econômico de coordenar com eficiência as atividades de milhões de pessoas levaram a uma prontidão para descartar o sistema de preços sem um substituto adequado e a crença de que é fácil de fazer muito melhor com um plano central. [...]. Os meios que os coletivistas procuram empregar são fundamentalmente inconsistentes com os fins que procuram atingir. [...]

A crença coletivista na capacidade de ação direta do estado para remediar todos os males é ela mesma, no entanto, uma reação compreensível a um erro básico na filosofia individualista do século XIX. Essa filosofia quase não atribuía papel ao estado, exceto a manutenção da ordem e a execução de contratos. Era uma filosofia negativa. O estado só poderia causar danos. *Laissez-faire* deveria ser a regra. [...]

Uma nova fé deve evitar ambos os erros [do coletivismo e do liberalismo

ortodoxo]. Deve dar lugar a uma limitação severa no poder do estado de interferir nas atividades detalhadas dos indivíduos; ao mesmo tempo, deve explicitamente reconhecer que existem funções positivas importantes que devem ser desempenhadas pelo estado. A doutrina às vezes chamada de neoliberalismo, que tem se desenvolvido mais ou menos simultaneamente em muitas partes do mundo e que nos EUA está associada particularmente ao nome de Henry Simons, é essa fé. Ninguém pode dizer que essa doutrina triunfará. Alguém poderia dizer apenas que ela é de muitas maneiras idealmente adequada para preencher o vácuo que me parece estar desenvolvendo-se nas crenças das classes intelectuais em todo o mundo.

O neoliberalismo aceitaria a ênfase liberal do século XIX nos fundamentos da importância do indivíduo, mas substituiria a meta do século XIX de *laissez-faire* como meio para esse fim, pela meta da ordem competitiva. Procuraria usar a competição entre os produtores para proteger os consumidores da exploração, a competição entre os empregadores para proteger os trabalhadores e proprietários de bens, e a concorrência entre os consumidores para proteger as próprias empresas. O estado iria policiar o sistema, estabelecer condições favoráveis para concorrência e evitar o monopólio, fornecer uma estrutura monetária estável e aliviar a miséria e a angústia. Os cidadãos seriam protegidos contra o estado pela existência de um mercado privado livre; e uns contra os outros pela preservação da competição. (Friedman, 1951, p. 2-3)

Devemos evitar a tentação do escrutínio dessa “nova fé”, dessa relação fantasiosa entre entes puramente abstratos, em que o mercado competitivo aparece ao mesmo tempo como salva guarda em favor dos indivíduos contra o estado, em que este supostamente assumiria uma neutralidade como regulador do sistema, e em benefício dos indivíduos contra si próprios. O destaque está na admissão, também presente em Keynes, da necessidade de administração da economia capitalista, ecoando de certa maneira “funções governamentais” de Mill. Os meios propriamente ditos, os detalhes quanto ao método dessa administração, quais mecanismos seriam essenciais etc., formam os elementos da diferença entre Keynes e Friedman. Nessa direção, no caso do segundo, restou consagrada a prescrição monetarista, segundo a qual caberia à “autoridade monetária” adotar a “política de alcançar uma taxa de crescimento constante em um total monetário especificado”, visando à “estabilidade econômica”. O alvo primário seria obter “crescimento constante, mas moderado”, evitando-se a “inflação ou a deflação dos preços” (Friedman, 1968b, p. 16-17). São bem conhecidas tais recomendações.

O que fica evidente no trato dessas questões é a relação de semelhança e de diferença entre os economistas considerados. Sem

Determinação social do pensamento econômico

querer repisar demasiadamente sobre esse ponto, vale o último registro nessa direção. Para tanto, é preciso voltar a insistir que tais diferenças, ainda que marcantes, estão na ordem do método de administração da economia capitalista. É interessante notar, entretanto, que Friedman, ao considerar as dificuldades da abordagem keynesiana na predição do curso de curto prazo da economia, sugeriu, já no final da década de 1960, que “foi essa experiência que me levou a dizer a um repórter da *Time Magazine* que ‘em um sentido, todos nós somos keynesianos agora; em outro, ninguém mais é keynesiano’. Todos utilizamos a linguagem keynesiana e seu aparato; nenhum de nós aceita mais as iniciais conclusões keynesianas” (Friedman, 1968a, p. 15). Isso forneceu espaço para a controvérsia de saber se Friedman era ou não um keynesiano. Garrison (1992) sublinhou que poderia ser assim considerado na medida que o autor norte-americano e sua contraparte britânica abordavam a macroeconomia em termos de administração da demanda agregada, mas que, contrariamente, divergiam em termos de teoria macroeconômica e a respeito do modo de atuação estatal sobre a vida econômica.

Vemos com isso que as diferenças coexistem sobre uma base comum do que temos considerado aqui como neoliberalismo histórico. Aliás, parece que as divergências quanto aos métodos ajudaram a ofuscar historicamente essa base mais ou menos comum. A afetação da contenda teve lá sua função. Caberia saber quais modificações nas condições históricas passaram a favorecer relativamente o método monetarista para uma “ordem competitiva”.

Nessa direção, a crise dos anos de 1970 funcionou nas condições objetivas como a acionadora de uma variante do neoliberalismo histórico. As respostas fáticas às circunstâncias da crise daquela década encontraram certa preparação do terreno por meio das tendências austríacas-monetaristas (tomadas aqui conjuntamente) e de modo não tão aderente às afetações discursivas de seus ideólogos mais exigentes – Hayek, por exemplo, reprovava Thatcher e Reagan como muito “modestos em suas ambições” (citado em Wapshott, 2011, p. 288), negando que a primeira-ministra da Inglaterra tenha de fato espelhado suas ideias. O exemplo da liberalização dos capitais monetários diante da crise de lucratividade é um caso sugestivo da inflexão das condições objetivas. Como resposta à queda da taxa de lucro dos setores produtivos naquele

período, a liberalização financeira globalmente articulada pela mediação política nas economias principais possibilitou extração de ganhos especulativos e continuidade da distribuição de dividendos sem afetar drasticamente o autofinanciamento produtivo com capital próprio (Guedes; Paço Cunha, 2021), ainda que ao custo futuro de bolhas especulativas e endividamento das empresas tendo os próprios Estados Unidos como epicentro (Brenner, 2006).

Mas isso não deve ser encarado como produto mecânico do plano das ideias “neoliberais” e sobretudo monetaristas em circulação. Mas também não é possível sonegar o recurso posterior que os agentes econômicos buscaram ativamente nos ideólogos então disponíveis (Friedman entre eles) para sustentar que os melhores resultados para toda a sociedade adviriam do maior retorno possível aos acionistas (Holmberg; Schmitt, 2016): aumentar os dividendos como tarefa básica das grandes empresas, não importando se por meios pouco ortodoxos tais como a compra das próprias ações e ações de outras corporações. Tratou-se de uma articulação de grupos que tomaram tais ideias e lhes imprimiram eficácia. Fazendo-as funcionar como ideologia, afetaram a direção dos conflitos, a condução das grandes empresas e a vida econômica da sociedade de muitas maneiras, mas não necessariamente como espelho direto de suas proposições básicas.

Mesmo porque, em termos práticos, há muita margem para a combinação de expedientes destinados à administração da economia capitalista. Reagan, por exemplo, atribuía ao estado, publicamente e com entusiasmo contagiante, os males econômicos identificados. Isso não o impediu de articular expedientes distintos. Combinou medidas tais como diminuição dos impostos das classes mais altas, desregulações e diminuição de programas sociais, de um lado, com altos gastos militares e crescimento extraordinário do déficit público, de outro. Alguns viram nisso, e não sem razão, um tipo de “keynesianismo militar” (Brenner, 2006) que promoveu um modo de estímulo à demanda agregada ainda que contrariamente à afetação dos discursos da então cúpula política e de seus ideólogos de primeira hora.

É uma característica empírica da própria administração da economia apresentar sala para diferentes medidas combinadas. Não é acaso que todas as medidas tomadas historicamente nunca são reflexos puros das ideias que supostamente as inspiram, como atesta o exemplo

Determinação social do pensamento econômico

anterior de Reagan, cujas medidas contrariaram parcialmente mesmo sua retórica antiestatal mais inflamada. Nunca uma medida foi ou será suficientemente liberal, suficientemente keynesiana, suficientemente “libertária”, suficientemente conservadora etc.

Isso se explica em termos práticos. Dada a missão de administrar a economia capitalista, os agentes posicionados no estado desenvolvem medidas condicionadas primariamente pela natureza do modo de produção, pelas circunstâncias e por fatores relacionados, incluindo a dependência do estado diante do processo de acumulação e dos interesses classistas e de suas frações (Panitch; Gindin, 2013), mas não como espelhamento direto com as ideias em circulação – embora elas não sejam desimportantes, obviamente. Há na verdade um permanente sussurro aos ouvidos do príncipe. Como já insistimos muitas vezes, uma vez difundidas de modos variados, tomadas como veículos teóricos para a luta social e o direcionamento dos agentes em conflito, fornecem a matéria-prima ideal e auxiliam sobretudo na preparação das condições subjetivas para determinadas medidas práticas que podem ou não obter efeitos sobre a vida econômica da sociedade.

Apesar disso, não é possível ignorar a eficácia obtida pela variante austríaca-monetarista em influenciar as decisões políticas que abarcaram sociedades inteiras. Pelo menos, podemos afirmar isso para algumas economias chamadas “ocidentais” e por uma extensão de tempo variada para cada uma delas. A crise de 2008, a crise sanitária de 2020, as exigências climáticas recentes e outros fatores, atuaram e atuam para a contestação de suas prescrições mais essenciais. É algo ainda em desdobramento e, portanto, difícil de ser plenamente analisado por que nos falta precisamente o *post festum* para a análise verdadeiramente científica. Mas não devemos subtrair a combinação sempre existente das medidas fáticas como respostas às circunstâncias. Dito de outra forma, a eficácia dessa variante em tela não foi obtida a despeito de medidas que refletem aproximadamente a outra variante do neoliberalismo histórico, mas em conjunto com elas.

A análise da eficácia e da duração no caso das ideias econômicas aqui sob análise ganha todos os seus contornos precisamente no quadro daquilo que temos chamado de neoliberalismo histórico. Obviamente, é possível estudar suas variantes separadamente, identificar suas específicas consequências. Mas a questão ganha sua verdadeira

autenticidade em uma análise de conjunto dessas variantes e de suas mútuas hostilidades metodológicas em termos de administração da economia capitalista.

Se Marx esteve com a razão, o pensamento econômico manteve-se às voltas desde sua gênese com missões sociais que se somaram em camadas. Numa síntese, foi socialmente necessário apresentar o modo capitalista de produção como a última forma de organização da vida econômica da sociedade e não como um modo historicamente transitório. Os eventos desdobrados no século XIX levaram a diferenciações importantes, sobretudo entre a “economia vulgar”, que pretendia expulsar as contradições reais por meio de malabarismos retóricos e falseamentos teóricos, e aquele “sincretismo”, que alimentava o propósito de conciliar os interesses em conflito. Não parece que essas missões tenham perdido sua energia, pois continuam a ser mobilizadas por extensas cadeias de agentes econômicos, institucionais etc., e de maneiras renovadas.

Ao analisar aquelas duas variantes do neoliberalismo histórico, salta aos olhos outra camada importante, já aludida anteriormente quando nos referimos à missão social de convencer as classes sociais de que os problemas identificados na economia capitalista decorrem tão somente de métodos equivocados de sua administração – algo aproximadamente entrevisto por Marx (2010a) para a divergência política no contexto inglês. As muitas divergências entre protagonistas servem à imputação da causa dos males ao método de administração do adversário, evitando-se que se conclua que a causa essencial está nos fundamentos incorrigíveis dessa forma histórica da vida econômica. A tempestade no céu intelectual ofusca o que se passa em termos mais fundamentais.

Assim, a eficácia e a duração tornam-se mais apreensíveis nesse plano amplo de análise em conjunto das variantes da renovação do liberalismo, da confluência entre economia vulgar e sincretismo, pois ficam revelados os efeitos bem-sucedidos dessa ideologia de maneira secular, direcionando (mas não irreversivelmente) a práxis política das classes sociais para mais distante da contestação da própria estrutura econômica sobre a qual se ergue a vida cotidiana. Como insinuamos antes, os métodos de administração da economia capitalista não são absolutos na resolução de suas contradições. São, antes, expressões delas.

Determinação social do pensamento econômico

Muito cedo em seu itinerário intelectual, Marx (2010a) reconheceu que a administração por via do estado tem a finalidade de preservar as contradições que constituem sua própria base social, isto é, uma dada forma histórica da vida econômica. Inevitavelmente surgirão crises, desigualdades, rachaduras, conflitos etc., diante dos quais os métodos de administração não produzem respostas senão temporárias. O descontentamento e a desilusão sociais estarão sempre à espreita dos fracassos inevitáveis desses métodos e do patrocínio que recebem de expressões do pensamento econômico então mais destacadas. Uma variante estará sempre pronta para acusar o método adversário como causa dos males experimentados. E a intrínseca inaptidão deles como resposta aos problemas da economia capitalista é o élan das forças reacionárias.

Os exemplos aqui considerados sobre a rubrica do neoliberalismo histórico serviram apenas de ilustração. Não são, como dissemos, resultados de investigação terminada. Teve apenas a pretensão de sublinhar aspectos essenciais da análise da eficácia que, por sua própria natureza, traz consigo a exigência de colocar o plano concreto em destaque. Com tais exemplos ficam muito claros os benefícios da análise da eficácia em termos mais amplos, abarcando as variantes destacadas. Isso, entretanto, não resolve as questões atinentes às *minudências*, tão importantes quanto as análises mais abrangentes. Temos em mente a explicitação dos *processos pormenorizados* pelos quais tais ideias econômicas consideradas (entre outras) tornaram-se ideologias. Certos elementos colhidos, tais como aqueles referentes às disputas em torno do livre comércio, são bastante indicativos do lugar das minudências. O papel, por exemplo, que desempenharam as “universidades, as conferências, os jornais e outros meios de difusão” (Lukács, 2020, p. 77) ao espraiamento da filosofia reacionária na Alemanha imperialista é algo a ser aprofundado também para outros casos. Mesmo os episódios aqui considerados daquelas variantes do neoliberalismo histórico, como dissemos, carecem de detalhamento a partir da unidade do método materialista. Nesse âmbito, estamos ainda no começo da trilha escapada que leva ao cume luminoso.

Assim, os intrincados caminhos desses movimentos na empiria dos casos específicos são matéria que também deve ocupar os interessados no assunto. Nisso se encontra uma série de questões que envolvem a explicação da eficácia ou da não eficácia, os grupos e agentes

envolvidos, as articulações etc., questões nas quais, como podemos ver, encontram lugar precisamente o rigor quanto às minudências que enriquecem a compressão dos processos por meio dos quais as ideias econômicas podem desaguar na vida econômica da sociedade e dar-lhe direção sem que, com isso, haja estacionamento nos detalhes da empiria e se perca de vista as tendências gerais da eficácia nos contextos históricos mais amplos. Está em jogo, pois, precisamente o movimento para o qual o próprio método materialista se volta. Como registrou Lukács,

Enquanto não forem desvendadas as inter-relações entre as ideologias (inclusive as mais elevadas e as mais ricas) e a ontologia do cotidiano, a saber, a elevação do modo de dirimir os conflitos a partir do cotidiano e simultaneamente o ingresso e a dissolução das ideologias nele, tanto a continuidade do desenvolvimento da humanidade como o caráter de suas crises parecerão inexplicáveis. (Lukács, 2013, p. 561)

Revelar o pensamento econômico nesse movimento é tarefa das mais importantes. Como elemento especial da unidade do método materialista remete o analista, como vimos, ao plano concreto-empírico no qual se coloca o problema da verificação da eficácia. Não é o único, porém, que coloca esse problema em primeiro plano. A verificação da objetividade do pensamento econômico também é uma das tarefas mais essenciais e demanda uma atenção separada, conforme enfrentado a seguir.

VII

Análise ontognosiológica

A sobreposição que apontamos, em capítulo anterior, entre “crítica ontológica” e análise histórico-imanente não resume toda a questão envolvida na dificuldade de especificar a diferença entre tais elementos. Mas é preciso ter bem resolvido que esses elementos do método materialista não alimentam inimizades. Ao contrário, possuem complexas relações de dependência em que o aprofundamento de um desses elementos passa a exigir a entrada do outro conforme progride a investigação e o conhecimento integral das coisas ideais toma a cena.

A unidade do método materialista sobreviveu a duras penas à tendência parcelar que deixou profundas sequelas no campo científico, sobretudo nos estudos de natureza econômica quando separados da história e da sociologia – vício apresentado como virtude por alguns reputados analistas como Schumpeter (1949). Nessa unidade resiliente cultiva-se ainda, como lapidou Lukács (2012), “uma cooperação permanente entre o procedimento histórico (genético) e o procedimento abstrativo-sistematizante, os quais evidenciam as leis e as tendências” vigiada por “uma crítica ontológica permanente de todos os passos dados, já que ambos os métodos têm como finalidade compreender, de ângulos diversos, os mesmos complexos da realidade”. Ao operar já vitimada pela tendência de parcialização da ciência, a ciência econômica em grande medida “padeceu do dualismo produzido pela rígida separação desses dois procedimentos”, de modo que em um polo desenvolveu-se “uma história econômica puramente empírica, na qual desaparece a conexão verdadeiramente histórica do processo global”. Em outro polo, acomodando da “teoria da utilidade marginal até as pesquisas manipulatórias singulares de hoje [em 1972, entre as quais incluiríamos a

chamada economia comportamental dos nossos tempos]”, surgiu “uma ciência que, de modo pseudoteórico, faz desaparecer as conexões autênticas e decisivas, mesmo que, em casos singulares, casualmente possam estar presentes relações reais ou seus vestígios” (Lukács, 2012, p. 306). Parece que o quadro tendeu à piora em seu desbotamento com a tentativa de blindagem da “análise econômica” conforme pretendeu Schumpeter (2006), cindida da história e da materialidade da vida que necessariamente são evocadas pela “economia política” e pelo “pensamento econômico” pejorativamente condenados, segundo o autor austríaco, ao contágio “ideológico”, quando comparados àquela análise pura.

Tendo a compreensão dessa íntima cooperação aludida, é decisivo esclarecer de partida que o presente propósito com a separação, como já anunciado anteriormente, é o de favorecer o esforço analítico desses elementos componentes da unidade do método, ainda que possamos admitir o emprego isolado em circunstâncias especiais, a depender das problemáticas envolvidas. Colecionamos novamente tais ressalvas por dever de ofício. Essa exigência se amplia, não obstante, por consequência de novas separações devidas à compreensão da espécie de análise que iremos perseguir neste capítulo.

Se a análise histórico-imanente possui, como vimos, a primária propriedade de revelar de maneira *descritiva* e *explicativa* a natureza dos objetos ideológicos, no sentido amplo que demos anteriormente a essa natureza, a “crítica ontológica”, como já antecipado, possui uma orientação geral *avaliativa*. Mas isso só fica inteiramente compreendido caso identifiquemos que sob tal orientação geral e primária também há sala para uma necessária “crítica gnosiológica” complementar.

Bem entendido, trata-se de estudar a correção do pensamento econômico como forma de consciência científica tendo por parâmetro essencial a realidade histórico-objetiva, isto é, avaliar a validade, o grau de objetividade desse pensamento, de sua aproximação da realidade objetiva para além das aparências e superficialidades. Mas essa avaliação não deve jamais, como escreveu Lukács (2012, p. 243) a propósito da “ambivalência da lógica hegeliana”, subordinar as “verificações ontológicas aos pontos de vista lógico-hierárquicos”, ou seja, submergir o “método ontológico” ao “método gnosiológico”. Ao contrário, tendo tais *verificações ontológicas* como fundamentação é que se pode realizar uma consequente “crítica gnosiológica” ou *verificação gnosiológica* a pro-

Determinação social do pensamento econômico

pósito da verdade ou da falsidade daquelas formas de consciência científica. Ambas as “críticas” (ontológica e gnosiológica) formam, conjuntamente, a *análise ontognosiológica* como elemento constitutivo do método materialista em que, no caso, filosofia e ciência econômica estão irmanadas pelos laços da permanente cooperação.

Para enfrentar essa questão, devemos resistir à tentação de focalizar ostensivamente a fundamentação do conhecimento em termos materialistas, pois não é este nosso alvo principal, pelo menos não diretamente, além de ser tarefa que exigiria longíssimas e necessárias digressões. Mas é impossível não considerar certos aspectos essenciais na direção de estabelecer os parâmetros gerais da avaliação do conhecimento objetivado como pensamento econômico, eventualmente criticando o método geral nele contido. Apenas assim teremos condições de oferecer ao menos os parâmetros gerais e mais essenciais da avaliação filosófico-científica a respeito do pensamento econômico tal como está contida na unidade do método materialista.

Com efeito, diferentemente das tradições que, na problemática do conhecimento, têm como ponto de partida certo estágio avançado de autonomização da inteligência, isto é, a prática científica aperfeiçoada, em forma superior de desenvolvimento em laboratório, biblioteca etc., o materialismo considera como ponto de partida os aspectos genéticos mais regredidos. Em outras palavras, seu ponto de partida é a condição histórico-concreta do homem efetivo, do cotidiano, e não do homem especulativo e sistemático já inserido nas condições de alto desenvolvimento das forças produtivas (Chasin, 1988a). Esse ponto de partida é tanto o que municia o materialismo de condições de melhor avaliação da problemática do conhecimento quanto fonte de algumas dificuldades indicadas adiante. Na primeira direção, vale mesmo dizer que o cotidiano do homem efetivo, essa “vida social” é, como escreveu Marx, “essencialmente *prática*. Todos os mistérios que conduzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática”. E é nessa “prática que o homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza criterior [*Die-sseitigkeit*] de seu pensamento” (Marx; Engels, 2007, p. 533-535).

Nesse sentido, as formas de consciência e as práticas correspondentes progressivamente científicas apareceram objetivamente como desdobramentos cada vez mais autônomos, mas jamais

independentes, a partir da atividade humana naquela vida social, em primeiro lugar, do trabalho produtivo na imediata relação com a natureza e, posteriormente, tendo os próprios homens (suas consciências e ações) como alvos prioritários de práticas derivadas. O caminho a ser seguido, que jamais teríamos condições de percorrer em nossas considerações gerais aqui pertinentes, apresenta-se ladrilhado pela necessária exposição do desenvolvimento heterogêneo da ciência a partir do trabalho como “estrutura originária” e o permanente relacionamento entre eles (Lukács, 2013, p. 137). Exigir-se-ia de nós a análise pormenorizada do processo de desenvolvimento heterogêneo da ciência a partir do trabalho, a captura das linhas de continuidade e de diferença, além das reciprocidades existentes que modificam também o próprio trabalho como estrutura genética da ciência. Não é sem propósito reter apenas, no entanto, o reconhecimento fundamental de que estamos diante de uma linha de “continuidade superadora” (Chasin, 1988a, p. 7) entre trabalho e ciência em que nos interessa mais destacar a diferença para auxiliar no tratamento mais preciso do conhecimento científico. Nessa direção, destacam-se duas vias de desenvolvimento desse conhecimento:

O conhecimento obtido na práxis seguiu, portanto, no curso do desenvolvimento humano, dois caminhos que decerto e com frequência se entrelaçaram: por um lado, os resultados da práxis, corretamente generalizados, integravam-se à totalidade do saber até então obtido, o que se constituía numa força motriz decisiva para o progresso da ciência, para a correção e o alargamento verídico da concepção humana do mundo; por outro lado, conhecimentos adquiridos na prática permaneciam em essência circunscritos à direta utilizabilidade na práxis imediata, vale dizer, considerava-se suficiente – para empregar uma expressão moderna – poder manipular determinados complexos objetivos com a ajuda daqueles conhecimentos práticos. As duas tendências compõem ao mesmo tempo no passado, muitas vezes combinadas, e quanto menos desenvolvida era a ciência tanto maior devia ser a frequência com que se enquadravam em falsas teorias gerais, mesmo sem a intenção de manipulação, conhecimentos que funcionavam corretamente na imediatez. (Lukács, 2012, p. 57)

Essas duas vias, ainda que relacionadas, denotam tanto uma linha de continuidade entre as duas formas de conhecimento quanto também de diferenciação entre elas. Dito sinteticamente, por um lado, ambas as vias reforçam o caráter de prática social desses conhecimentos que expressa a existência de traços comuns, tais como o sujeito ativo, os

Determinação social do pensamento econômico

meios empregados e os objetos inqueridos. Igualmente comum entre elas é o fato da necessária subordinação da subjetividade à objetividade de tais objetos como condição à apreensão de suas características. São práticas que buscam *espelhar*, de maneira aproximada, as propriedades, as conexões, as relações causais etc. Portanto, o desenvolvimento heterogêneo da via que alarga os conhecimentos humanos para além da utilizabilidade imediata também leva consigo certas características muito gerais que garantem uma linha de continuidade entre as formas de conhecimento.

Mas esse desenvolvimento é em si mesmo heterogêneo, garantindo também um desdobramento desigual ao ponto de ser possível capturar as diferenças essenciais. Por um lado, poderíamos dizer que “o que importa, no trabalho [analiticamente considerado em relação imediata com certa esfera da natureza], é simplesmente apreender corretamente um fenômeno natural concreto quando a sua constituição se encontra em uma vinculação necessária com o fim do trabalho”, quer dizer, o horizonte é mais imediato e mediatamente pode até constituir uma compreensão equivocada, importando mais “um espelhamento correto dos nexos mais imediatos, ou seja, que aquelas representações não atrapalhem o sucesso do processo do trabalho” (Lukács, 2013, p. 92). Por outro lado, a *tarefa científica*, mais complexa, é ultrapassagem, é, como já referido, “continuidade superadora” da consciência prática que emana da atividade sensível, dos níveis mais aparentes da realidade. Gostem ou não seus agentes, a tarefa primária da ciência é, indo além dos níveis mais aparentes, extrair a lógica intrínseca, mais profunda e global das coisas, realizando espelhamento aproximado da realidade objetiva e generalização das conexões existentes: determinar o que são as coisas, como se relacionam, se desenvolvem, se transformam e são eventualmente superadas. A compreensão aprofundada admite que a realidade mesma não comparece por si só resolvida, mas em camadas, donde “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (Marx, 2017, p. 880).

Cabe destacar, primeiramente, o caráter *aproximado* do conhecimento científico que estamos destacando. Esse caráter aproximado remete diretamente ao problema da *verdade objetiva*. O conhecimento objetivo não é apenas possível. A humanidade teve que, historicamente,

confirmar essa possibilidade em seu próprio desenvolvimento. Desde o “objeto incognoscível” kantiano, passando pelas muitas variantes do ceticismo e do relativismo, ergueu-se a “tese da *impossibilidade da verdade*” que, no entanto, não foi tomada criticamente ela própria como “um produto histórico” (Chasin, 2009, p. 103). Essa tese é flagrantemente contrária às provas práticas oferecidas pelo próprio processo de desenvolvimento da sociedade humana em que o conhecimento objetivo teve papel fundamental. A *possibilidade objetiva* do conhecimento é, assim, a admissão histórica e materialmente referendada do *espelhamento potencialmente correto* das propriedades e nexos das coisas existentes. Devemos ter em mente a possibilidade de discussão racional dos enunciados científicos, levando-se em conta os “critérios de crítica e avaliação, pelo menos segundo o seu maior ou menor grau de realismo”, isto é, devem ser “julgados como aproximações (apenas)”. Ainda caberia “considerar uma aproximação mais válida que outra, e ao mesmo tempo sustentar que há uma explicação sócio-histórica para o aparecimento duma certa aproximação num determinado momento” (Dobb, 1977, p. 31).

Considerar o “conhecimento como uma atividade prática concreta” (Schaff, 1991, p. 84) implica levar em conta seu caráter processual. Mas é também um “processo infinito [...] acumulando as verdades parciais que a humanidade estabelece nas diversas fases do seu desenvolvimento histórico: alargando, limitando, superando estas verdades parciais, o conhecimento baseia-se sempre nelas e toma-as como ponto de partida para um novo desenvolvimento” (p. 97). Por esse motivo devemos ter bastante claro que o processo do conhecimento é distinto de um “espelhamento mecânico”, como uma espécie de fotografia, de resto, estática da realidade. Ao mesmo tempo em que a possibilidade do espelhamento correto não é afastada, devemos reconhecer os permanentes refinamentos existentes das representações produzidas a respeito do movimento em si da realidade objetiva. Isso evidencia a “dinâmica que é efetiva na inter-relação de sujeito e objeto da práxis” (Lukács, 2013, p. 415) em que surgem momentos de aperfeiçoamento daquelas representações. O processo do conhecimento possui, portanto, “caráter aproximativo”, aperfeiçoável, uma vez que:

a realidade é constituída pela infinita interação de complexos que têm relações heterogêneas em seu interior e com seu exterior, relações que são por sua vez sínteses dinâmicas de componentes com frequência heterogêneas, cujo número de momentos ativos pode até ser infinito. Por isso, a aproximação ao conhecimento tem um caráter não primariamente gnosiológico, embora obviamente se refira também à teoria do conhecimento. Trata-se muito mais do reflexo cognoscitivo da determinação ontológica do próprio ser: da infinitude e da heterogeneidade dos fatores objetivamente ativos e das importantes consequências dessa situação, segundo as quais as leis só podem se afirmar na realidade apenas como tendências, as necessidades apenas como uma rede intrincada de forças opostas, apenas num processo de mediação, em meio a infinitas acidentalidades. Todavia, essa estrutura do ser social não implica de modo algum a impossibilidade de conhecê-lo; aliás, a possibilidade do conhecimento não sofre por isso a menor restrição. (Lukács, 2012, p. 367)

Diante da complexidade do concreto, de seus nexos, das forças ativas, das tendências, do acaso etc., o conhecimento, pois, é constituído de momentos de aproximação que, por sua natureza, “é a apreensão ideal não totalizadora da malha causal intrincada da realidade, é a representação na consciência das articulações mais gerais e preponderantes das categorias da realidade, como forma de revelar as necessidades responsáveis pelo engendramento dos processos decisivos do ser social”. Isso reforça que o procedimento envolvido se realiza no sentido de um “galgar contínuo do conhecimento que paulatinamente se aproxima sempre mais das determinações concretas dos objetos reais” (Fortes, 2013, p. 106). De tal maneira, a objetividade do conhecimento científico, isto é, sua correspondência aproximada às coisas investigadas, resulta de *sucessivas aproximações refinadoras das representações* ao ponto da captura da lógica intrínseca aos objetos investigados, da extração dos nexos das próprias coisas, da, em suma, “reprodução do concreto por meio do pensamento” (Marx, 2011b, p. 54). Em termos mais do que substanciais já empregados, a “investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno” (Marx, 2013, p. 90).

Não há garantias de efetivação do esforço, no entanto. Vários fatores concorrem para facultar ou obstruir a investida. Eles se estendem desde questões singulares dos analistas envolvidos até determinantes históricas decisivas. Portanto, não devemos descartar as questões referentes aos meros erros procedimentais, às inclinações pessoais, à honestidade intelectual ou hipocrisia, incluindo circunstâncias que

efetivam ou não certas tendências previamente capturadas, a atuação do acaso e vários outros fatores interferentes no processo do conhecimento. Mas podemos destacar aqueles fatores remetidos às condições históricas de possibilidade da objetividade científica que nos interessam mais diretamente em razão dos nossos propósitos.

Na direção de tais fatores delimitados, os lineamentos de Marx a respeito são bem conhecidos. Possuem valor especial duas considerações exemplares. O teor de ambas aparece em diferentes lugares dos materiais que Marx legou, mas é possível encontrá-lo esboçado no posfácio da segunda edição de *O capital*. O primeiro diz respeito ao déficit científico da economia política por decorrência das alterações históricas nas relações classistas durante o século XIX. Escreveu Marx (2013, p. 85) que por “ser burguesa, isto é, por entender a ordem capitalista como a forma última e absoluta da produção social, em vez de um estágio historicamente transitório de desenvolvimento, a economia política só pode continuar a ser uma ciência enquanto a luta de classes permanecer latente ou manifestar-se apenas isoladamente”. A objetividade científica, no caso, foi prejudicada por condições históricas objetivas nas quais não “se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial” (Marx, 2013, p. 86).

Diante dessas considerações é possível sublinhar que certas condições objetivas facultam ou obstruem a “investigação científica imparcial” uma vez que cobram dos intelectuais envolvidos certas respostas aos problemas colocados, respostas forjadas em grande medida – porém, sem fatalismo – a partir das posições sociais desses protagonistas em meio ao conflito social. A “condição subjetiva da isenção científica”, nos termos de Chasin (2009, p. 117), foi degradada a partir de então, pelo menos no que diz respeito à potência científica dentro do horizonte de entendimento do modo de produção capitalista como a última forma de organização da vida econômica da sociedade. Frente às condições deflagradas no século XIX, o pensamento econômico inclusive dividiu-se em ramificações conhecidas, como a figura da chamada “economia vulgar” – alvo direto das críticas de Marx acima –, a tendência do

Determinação social do pensamento econômico

“sincretismo” de Mill, o próprio pensamento econômico marxista, a escola histórica alemã, a teoria marginalista a partir da chamada “revolução subjetiva” etc., sem mencionar as renovações e mesclas posteriores, realizadas no século XX e no presente.

A segunda consideração de Marx chama a atenção para o desenvolvimento concreto do objeto de inquirição científica. O grau de maturação do objeto condiciona as possibilidades de sua investigação sistemática. Não por acaso, as melhores condições de estudo também dependem das formas acabadas dos objetos e eventos. Como ele sugeriu, a “reflexão sobre as formas da vida humana, e, assim, também sua análise científica, percorre um caminho contrário ao do desenvolvimento real. Ela começa *post festum* e, por conseguinte, com os resultados prontos do processo de desenvolvimento” (Marx, 2013, p. 150). Tais resultados prontos, uma vez ausentes, criam todo um complexo de dificuldades. Ao chamar a atenção para o fato de que Gustav von Gülich já havia sinalizado, em 1830, certas “circunstâncias históricas” inibidoras do “desenvolvimento do modo de produção capitalista” na Alemanha de então, Marx sublinhou que “faltava, portanto, o terreno vivo da economia política” naquele país. Os intelectuais alemães tomaram, na verdade, aquilo que ocorria na Inglaterra e na França, importando ao pensamento o que não existia ainda em terreno alemão. Nas mãos desses professores alemães, a “expressão teórica de uma realidade estrangeira transformou-se numa coleção de dogmas, que eles interpretavam – quer dizer, distorciam – de acordo com o mundo pequeno-burguês que os circundava”, criando um contexto em que vigorava a “sensação de impotência científica” e a “má consciência por ter de lecionar numa área de fato estranha”. Assim, arrematou Marx (2013, p. 84), “enquanto podiam praticar a economia política de modo imparcial, faltavam à realidade alemã as relações econômicas modernas. Assim que essas relações surgiram, isso se deu sob circunstâncias que já não permitiam seu estudo imparcial dentro do horizonte burguês”, uma vez deflagrado o conflito classista naquele país.

Assim, a *maturação do objeto* também é aspecto chave da determinação social das formas de consciência científica. Aqui estamos considerando o grau em que certo objeto sob análise já se encontra em presença, seu *grau de consolidação*. E isso, ao lado das condições subjetivas de isenção antes mencionadas, constitui em importante fator

facilitador ou obstrutivo à objetividade científica.

O ponto central é o reconhecimento de que a objetividade científica não é meramente um ato de vontade individual do investigador por mais importante que essa postura possa ser. Não depende, em termos essenciais, de sua adesão voluntária a esse ou àquele *corpus* teórico-metodológico, ele próprio forjado em condições sociais específicas. Em suma, a objetividade científica é um produto social, uma resultante histórica que decorre de condições objetivas particulares. Dito de maneira lapidar:

as condições de possibilidade dos distintos momentos da configuração teórica são dadas pelas inflexões da sociabilidade [abrangentemente considerada], favorecendo ou desfavorecendo, pelo grau de desenvolvimento do objeto e pelas mutações de ótica correspondentes, a exercitação apropriada e clarificadora da cientificidade ou, às avessas, a parcialidade desfiguradora da mesma. De modo que a objetividade científica é uma complexa resultante de produtivos influxos sócio-históricos, e não, meramente, a virtude de uma forma de discurso pré-moldada. Os próprios discursos, em todas as suas modalidades, são predicacões sociais, mediadas pelos sujeitos que integram a formação real sob clivagens de inserções efetivas e óticas de adoção igualmente societárias. (Chasin, 2009, p. 117)

A objetividade científica clarificadora, objetivamente exercitada, que apanha na realidade mesma, segundo aquela aproximação sucessiva refinadora como extração permanente da lógica objetiva do objeto maturado, é, pois, uma possibilidade historicamente contingente. No melhor dos casos, a “conjunção cognitiva ideal depende do encontro entre um sujeito plasmado em posição adequada à objetivação científica, ou seja, portador de ótica social em condição subjetiva de isenção, e de um objeto desenvolvido” (Chasin, 2009, 121). Assim considerada, tal objetividade deve ser *verificada*. É uma exigência do pensamento de rigor “saber se este ou aquele teorema era verdadeiro”, parafraseando Marx. Mesmo porque, a “*busca da verdade* na investigação científica nunca pode ser evitada. De modo que o exame crítico das afirmações quanto ao seu próprio valor de verdade não é menos importante nas ciências sociais do que nas ciências naturais” (Mészáros, 2011, p. 191).

Antes de tratarmos diretamente das duas direções importantes da *verificação* (ontológica e gnosiológica) é apropriado considerar o “critério de verdade” que a suporta. Sobretudo pelo fato de que na tradição materialista que estamos perscrutando estabeleceu-se a tese da

Determinação social do pensamento econômico

práxis como tal critério. Já fizemos anteriormente referência a uma de suas fontes principais quando, remetendo a Marx, reconhecemos o caráter essencialmente prático da vida social e que é nesses termos que decorrem as provas da correção do pensamento. Em uma das sínteses possíveis da questão, a “prática constitui o critério da verdade teórica. A exatidão ou inexactidão do reflexo teórico da realidade objetiva, que existe independentemente da nossa consciência, ou melhor, o grau de nossa aproximação dela, comprova-se na prática, pela prática” (Lukács, 2020, p. 25). Dito de outro modo, o “critério da práxis é sem mais o critério que os homens aplicam de modo elementar na vida cotidiana” (Schaff, 1964, p. 116), considerando-a como uma “atividade do homem que modifica a realidade” natural e social (p. 119). Ainda que se reconheça o caráter classista da práxis em uma sociedade de classes e os condicionamentos por parte dos “interesses de classes em luta nessa sociedade” (p. 120) e que também se estime que tal práxis seja critério “último e supremo da verdade”, porém, sem excluir “critérios subordinados” (p. 120) que funcionam como auxiliares, há uma tendência, desde Engels pelo menos, a circunscrever essa práxis, no campo científico, aos experimentos e atividades mais imediatamente ligadas à natureza. Trata-se claramente de um acento à linha de continuidade entre trabalho e ciência que podemos constatar nas considerações críticas de Engels às tendências agnósticas neokantianas:

The proof of the pudding is in the eating. Desde o momento em que aplicamos estas coisas, de acordo com as qualidades que percebemos nelas, ao nosso próprio uso, submetemos as percepções dos nossos sentidos a uma prova infalível no que se refere à sua exatidão ou à sua falsidade. Se estas percepções fossem falsas, falso seria também o nosso juízo e a nossa tentativa de empregá-la teria forçosamente de fracassar. Mas se conseguimos o fim desejado, se achamos que a coisa corresponde à ideia que dela fazemos, que nos dá o que dela esperávamos ao usá-la, teremos a prova positiva de que, *dentro desses limites*, as nossas percepções acerca dessa coisa e das suas propriedades coincidem com a realidade existente fora de nós. (Engels, 1892/1984, p. 12)

Nesse mesmo material, Engels não considerou de que maneira tais termos práticos seriam postos a serviço de investigação científica que transcenda à comparação entre finalidades e resultados típicos do trabalho, mesmo que seu objetivo fosse uma apresentação introdutória ao “materialismo histórico” e seu caráter científico. Isso é ainda mais

significativo uma vez que tal caráter obteve seu pleno desenvolvimento a partir das considerações dedicadas ao pensamento econômico.

Anos antes, em tom semelhante de crítica àquelas tendências agnósticas neokantianas, sobressaltou-se o ambiente experimental e industrial em que as reminiscências de linha de continuidade com o trabalho são facilmente apreensíveis:

A mais contundente refutação de tais extravagâncias, como aliás de quaisquer outras extravagâncias filosóficas, é a prática, ou seja, a experimentação e a indústria. Se podemos demonstrar a exatidão do nosso modo de conceber um processo natural, reproduzindo-o, nós próprios, criando-o como resultante das suas próprias condições, e se, além disso, o pomos ao serviço dos nossos próprios fins, lançamos para o cesto dos papéis a inapreensível “coisa em si” de Kant. (Engels, 1886/1974, p. 44)

Aproximação exagerada entre trabalho e ciência pode provocar resultados que perduram muitas décadas. Schaff (1964), por exemplo, ecoou essa aproximação ao enfatizar que o “critério objetivo da verdade é a práxis, entendida como práxis social humana, atividade humana que modifica o mundo real; e, em particular, como experimento, como indústria e como práxis das transformações sociais, ou também como atividade consciente dirigida à produção de uma coisa em conformidade com uma intenção previamente formulada” (p. 107). Adicionou adiante que o “critério das práxis consiste na prova da teoria submetida a determinados resultados da atividade humana sensível” (p. 121). A ciência, nesses termos, espelharia a estrutura original donde decorreu historicamente, do trabalho, e assumiria, tendo a práxis como critério de verdade nos termos apresentados, uma forma modificadora da realidade social e natural.

Fica de fora, entretanto, o dado importante de que nem toda ciência está imediatamente ligada à transformação social ou natural por mais que possa produzir tais consequências por mediação da atuação de grupos humanos e classes sociais inteiras. Tão importante quanto é o dado de que, como vimos, a dupla tarefa da ciência, sobretudo da ciência social, denota tanto o impulso de fornecer respostas que possam direcionar os conflitos quanto a potência de iluminar os fatos, os nexos e movimentos reais. No conjunto, esses direcionamentos da ciência podem provocar modificações particularmente na vida econômica da sociedade – sobretudo quando vertidas em ideologias efetivamente

Determinação social do pensamento econômico

operantes, como vimos na análise da eficácia e sua verificação –, mas o reflexo muito direto entre trabalho e ciência nubla a *diferença específica* desta e do lugar da práxis como critério de verdade nesse território heterogêneo.

Vemos isso como uma tendência na tradição materialista que deve ser criticada. Remontando novamente a Engels, o quadro geral fica ainda mais problemático dada a ausência de considerações diretas e abrangentes sobre tal critério quando o assunto se aproxima das ciências chamadas históricas, ou ciências sociais na terminologia que estamos adotando. Ao comentar que a “religião, uma vez criada, contém sempre um componente tradicional”, ponderou que “as mudanças que se produzem nesse componente resultam das relações de classe e, portanto, das relações econômicas dos homens que efetuam tais mudanças”. O decisivo para nós, disse ele, é que a “prova será fornecida à luz da própria história” (Engels, 1886/1974, p. 114) naquilo que se refere às “ciências históricas, incluindo a filosofia” (p. 116). E isso não é apresentado com o mesmo vigor se comparado à “experimentação e a indústria” como expressão de certa remissão às ciências da natureza.

Entretanto, talvez seja possível depreender que, no caso de tais ciências históricas, a práxis como critério de verdade não é em si a transformação da realidade social, pelo menos não diretamente, mas a observância daquilo que efetivamente ocorreu ou ocorre em termos *práticos*, isto é, objetivos. A práxis, como critério de verdade histórico-social, é aquilo que os homens efetivamente fizeram e fazem na vida social que, em si, é essencialmente prática. Logo, é a observação desse caráter ativo, objetivo. Por esse motivo, todo cuidado é pouco sobretudo quando temos em mente o risco da absolutização do critério de verdade em tela como potencial desvio praticista-pragmático e as dificuldades envolvidas nas ciências sociais. Devemos evitar, a todo custo, subordinar, por assim dizer, a segunda tese já aludida, segundo a qual é “na prática que o homem tem de provar a verdade” (Marx; Engels, 2007, p. 533), à décima primeira tese na qual podemos ler que os “filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras, o que importa é transformá-lo” (p. 535). Essa subordinação, que flerta perigosamente com variantes de praticismo, não é autorizada por nada na estrutura geral das legadas onze *Teses ad Feuerbach*. Ela obstrui a diferença específica da ciência, ela mesma como prática social munida daquelas

duas tarefas antes aludidas. Mesmo porque, como podemos ler no material da mesma época da redação dessas teses, “onde termina a especulação, na vida real, começa também, portanto, a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens. As fraseologias sobre a consciência acabam e o saber real tem de tomar o seu lugar” (Marx; Engels, 2007, p. 95). Não é possível abstrair esse impulso filosófico-científico de expor a “atividade prática”.

Mas os riscos envolvidos são por demais evidentes e precisam ser considerados. Tenhamos em mente aquelas duas vias do conhecimento a partir do trabalho para enfatizar o critério de verdade em seu âmbito. Destacamos, por um lado, a via pela qual os resultados do trabalho foram integrados ao conjunto do conhecimento, alargando a compreensão humana das coisas, e, por outro lado, aquela via em que o conhecimento ficou diretamente ligado à imediaticidade do trabalho. Revelamos, assim, o desenvolvimento heterogêneo da ciência em relação à sua “estrutura original”. Com isso, já diferenciamos a ciência como “continuidade superadora” em vista dessa estrutura, como ultrapassagem das aparências, dos aparentes paradoxos, das singularidades, em suma, da imediaticidade das exigências do trabalho para o qual importa essencialmente seus resultados correspondentes às finalidades postas, possibilitando a avaliação dos espelhamentos aproximadamente corretos ou falsos.

Nesse caso, “é a práxis que estabelece o critério absoluto da teoria” (Lukács, 2013, p. 94). Atividades mais complexas, já sistematizadas como as experiências, denotam diferenças importantes que demandam a reta compreensão desse critério para além da esfera imediata do trabalho. Na medida em que “toda experiência surge com vistas a uma generalização”, ela pode enriquecer o próprio plano do trabalho, pois permite “fazer um julgamento sobre o certo e o errado com a mesma clareza do trabalho e, além do mais, elabora esse julgamento num nível mais alto de generalização, aquele de uma concepção matematicamente formulável dos nexos quantitativos factuais que caracterizam esse complexo fenomênico” (p. 94). Nesses termos:

quando utilizamos esse resultado para aperfeiçoar o processo de trabalho, não parece de nenhum modo problemático tomar a práxis como critério da teoria. A questão se torna mais complicada quando se quer

Determinação social do pensamento econômico

utilizar o conhecimento assim obtido para ampliar o próprio conhecimento. Com efeito, nesse caso não se trata simplesmente de saber se um determinado e concreto nexos causal é apropriado para favorecer, no interior de uma constelação também concreta e determinada, um pôr teleológico [colocação de finalidade para a prática] determinado e concreto, mas também se quer obter uma ampliação e um aprofundamento etc. gerais do nosso conhecimento sobre a natureza em geral. Nesses casos, a mera compreensão matemática dos aspectos quantitativos de um nexos material não é mais suficiente; ao contrário, o fenômeno deve ser compreendido na peculiaridade real do seu ser material, e a sua essência, assim apreendida, deve ser posta em concordância com os outros modos de ser já adquiridos cientificamente. (Lukács, 2013, p. 94-95)

As questões decorrentes são bastante ramificadas. Para os propósitos aqui estabelecidos, basta reconhecer que a ciência se ocupa também do enriquecimento do próprio conhecimento que pode ou não ser direcionado ao aperfeiçoamento do trabalho, das aplicações industriais etc., ou mesmo às atividades sociais, a exemplo da já mencionada administração da economia capitalista. O que importa destacar é que a ciência não está delimitada aos resultados dessas aplicações. A continuidade exageradamente imposta, de maneira consciente ou não, entre trabalho e ciência guarda potencial do desvio facilmente reconhecido em que se rejeita toda preocupação com a natureza das coisas, suas propriedades, funcionamento e transformação, condenando-a ao reino da “metafísica”, e estabelecendo “como único critério de verdade científica a crescente aplicabilidade prática” (Lukács, 2013, p. 96), como ocorre em muitas tendências científicas como o “neopositivismo” e seus desdobramentos. Nisso se vê a diferença entre atividade científica e “manipulação prática dos nexos causais concretamente conhecidos” (p. 96). A subordinação da ciência a essa manipulação é notória no atual campo científico para além das ciências da natureza, incluindo obviamente a “*Economics*”. Não apenas é uma compreensão falsa dos problemas envolvidos, mas também é uma *falsidade socialmente necessária* com grande penetração uma vez que responde a necessidades sociais preponderantes historicamente delimitadas. Vemos isso, no que tem “maior peso”, com a “manipulação na economia [que] se tornou fator decisivo para a reprodução do capitalismo atual e, a partir desse centro, irradiou-se para todos os campos da práxis social” (p. 96-97). Assim se mostra o adequado cuidado com a absolutização da práxis como critério da teoria. Nesse ponto se apresenta a necessidade da “crítica

ontológica” já tantas vezes anunciada, na qualidade de exercitação corretiva dos posicionamentos científico-filosóficos diante do entendimento da realidade objetiva:

Se for verdade que esse critério [da prática] é válido para o próprio trabalho e – de modo parcial – nas experiências, também é verdade que, em casos mais complexos, deve-se empreender uma crítica ontológica consciente se não se quer comprometer a constituição fundamentalmente correta dessa função de critério da práxis. [...] a crítica ontológica que nasce dessa exigência deve ser incondicionalmente concreta, fundada na respectiva totalidade social e orientada para a totalidade social. [...]. As consequências espirituais do desenvolvimento desigual da sociedade são tão fortes e múltiplas que qualquer esquematismo no tratamento desse complexo de problemas só pode afastar ainda mais do ser [daquilo que é]. Por isso, a crítica ontológica deve orientar-se pelo conjunto diferenciado da sociedade – diferenciado concretamente em termos de classes – e pelas inter-relações dos tipos de comportamentos que daí derivam. Só desse modo se pode aplicar corretamente a função da práxis como critério da teoria, decisiva para qualquer desenvolvimento espiritual e para qualquer práxis social. (Lukács, 2013, p. 97-98)

Vemos com isso que a “crítica ontológica” é uma exigência diante da possibilidade de absolutização da práxis como critério de verdade. Recordemos que, para o materialismo aqui considerado, a vida social é “essencialmente prática” e que todos os “mistérios que conduzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática” (Marx; Engels, 2007, p. 533-535). Destaquemos a última tarefa, isto é, a “compreensão dessa prática”, a investigação daquilo que os homens efetivamente fazem, incluindo suas representações e teorias que podem ou não contrariar a práxis objetiva. Coloquemos, como já aludido, em primeiríssimo plano a necessária “ciência real, positiva, a exposição da atividade prática” (Marx; Engels, 2007, p. 95) antes referida.

É nesse sentido de maior alcance que devemos considerar a práxis como critério de verdade para a análise verificadora em termos práticos da correção dos enunciados referentes à prática, isto é, procedimento ativo e concreto de análise da correspondência dos espelhamentos de natureza filosófico-científicas que nutrem o próprio pensamento econômico. Trata-se, segundo nossos propósitos, da postura e procedimentais correspondentes à avaliação verificadora do grau de aproximação e correção dos espelhamentos intentados tais como estão objetivados no pensamento econômico enquanto forma de consciência

Determinação social do pensamento econômico

científica. A isso denominamos propriamente em síntese por *análise ontognosiológica*.

Essa análise está desigualmente formulada na tradição marxista. Isso decorre de questões históricas dessa tradição e das inclinações intelectuais dos formuladores mais importantes sobre o assunto em tela. Em geral, são tardias no século XX as preocupações declaradas em evidenciar os contornos da “crítica ontológica” e ocupadas em desenvolvê-los. São mais frequentadas por aqueles que, de uma forma ou de outra, possuem ligações mais fortes com a filosofia. Isso de modo algum significa que traços dessa “crítica” não possam ser identificados entre aqueles mais ligados à economia. Do mesmo modo, não quer dizer que naqueles não tenha sido evidenciada qualquer atenção às questões de ordem gnosiológica, mas é possível dizer que elas foram mais cultivadas pela ramificação econômica, por assim dizer.

Nos próprios materiais de Marx, a crítica ontológica e a crítica gnosiológica compareceram coerente e articuladamente sob a tutela da primeira, embora na história do marxismo tenha predominado a tendência de extração exclusivamente de parâmetros provenientes do terreno da teoria do conhecimento. A dificuldade em capturar, “fora dos preconceitos da moda”, que os enunciados de Marx são “afirmações puramente ontológicas” (Lukács, 2012, p. 281), decorreu, entre outras razões, da predominância da teoria do conhecimento, suas inclinações subjetivas e sua missão em afastar as preocupações ontológicas (Lukács, 2010, p. 33), afetando inclusive o destino do marxismo na insistente busca de complementação por meio de correntes em essência rivais, tais como o positivismo e o neokantismo.

Disso resulta ser decisiva a separação analítica da ontologia e da gnosiologia para tratar devidamente desses componentes relacionados e com a preponderância da primeira. Devemos, pois, analiticamente fragmentar a análise ontognosiológica com vistas a explicitar a “interação e síntese entre o procedimento de investigação filosófico (abstrativo-teórico) [ou crítica ontológica] e o científico (empírico-histórico) [ou crítica gnosiológica]” (Fortes, 2013, p. 260). Nesse compasso, é decisivo destacar o aspecto procedimental da investigação, diferenciando-o do procedimento expositivo referente às provas em que a demonstração assume o protagonismo uma vez concluída a própria investigação.

Considerando as questões apontadas nas discussões precedentes, sobretudo no capítulo dedicado à análise histórico-imanente, temos já resolvido que a crítica ontológica (e suas variações terminológicas vistas, como “crítica imanente”, “crítica radical” etc.) recai sobre coisas reais e ideais. Nossa atenção está voltada, via de regra, para a crítica ontológica das segundas na figura do pensamento econômico, isto é, sua avaliação como forma de consciência científica em sua diferença específica.

Não tem lugar no presente contexto para longas remissões. Nosso objetivo é caracterizar a crítica ontológica no que diz respeito às formações ideais. Inicialmente, como vimos na análise histórico-imanente, o adensamento analítico no itinerário de Marx foi encorpado tanto no sentido do caráter histórico quanto no da crítica. Chamamos a atenção para a revisão crítica da filosofia do direito de Hegel. Sinalizamos rapidamente os contornos gerais da crítica ontológica aos limites da filosofia especulativa, sobretudo no que diz respeito à relação de pressuposição objetiva entre estado e sociedade. Na filosofia especulativa essa relação aparecia invertida, estabelecendo o primeiro como o demiurgo da segunda quando, na realidade objetiva, passa-se o contrário, ainda que com reciprocidades.

É importante acrescentar a influência que Feuerbach teve nesse aspecto, a despeito das restrições de seu materialismo sensualista anti-histórico e ignorante quanto à atividade sensível, prática, dos homens (Marx; Engels, 2007). O ponto da influência em questão é precisamente a crítica de Feuerbach (1988) de 1842 endereçada à filosofia hegeliana ao estabelecer que a verdadeira tarefa da filosofia “é o conhecimento do *que é*. Pensar e conhecer as coisas e os seres *como são*” (p. 26). Nisso está implicado as limitações do idealismo objetivo que considera as coisas existentes como produtos do pensamento, isto é, na filosofia especulativa o “*pensamento é o ser*” (p. 30). Entretanto, a “verdadeira relação entre pensamento e ser é apenas esta: o *ser é o sujeito*, o *pensamento o predicado*. O pensamento provém do ser, mas não o ser do pensamento” (p. 31). A influência de Feuerbach tem caráter ontológico para a crítica que Marx desenvolveu com respeito à filosofia do direito de Hegel.

Nessa crítica de Marx está o “primeiro passo instaurador da crítica ontológica marxiana [...], o descarte da especulação”, mas “não

meramente como a colocação de um universo teórico de ponta à cabeça, ou a seleção de alguns de seus elementos”. Colocada coerentemente, a “crítica da especulação e das ideias em geral, por isso, só se pode completar quando seja feita precisamente a crítica do próprio ser, ou seja, uma crítica de natureza ontológica” (de Deus; Silva, 2022/2023, p. 204). No caso em tela, a filosofia especulativa perde de vista os homens reais como fundamento da existência do estado, pressupondo-o como existente em si mesmo, como causa de si próprio – o que é uma clara mistificação. As análises de Marx sugerem mesmo que essa ilusão não é produzida pela filosofia especulativa, mas que é algo decorrente da própria realidade da qual esta filosofia é prolongamento. Na especulação, uma aparência objetiva, produzida pelas próprias condições objetivas, ganhou uma expressão filosófica exuberante.

Análise de fundamento semelhante pode ser identificada em textos da mesma época. Em *Sobre a questão judaica* um aspecto importante da crítica ontológica recai sobre a falsa representação nutrida por Bauer sobre a relação entre religião e o estado. Marx (2010d) tomou o caso concreto dos Estados Unidos como forma estatal mais aperfeiçoada para demonstrar que não se trata da abolição da religião, mas de sua conversão em assunto privado. Esse ensejo serviu ao propósito de demonstrar que o estado se aperfeiçoa pela manutenção das contradições que constituem sua base, a exemplo das diferenças de propriedade privada, educação etc.

Adicionalmente, nas famosas *Glosas críticas* de 1844 há uma relação direta entre a economia e a política por via do pauperismo. Sempre tomando os casos concretos gerais, Marx (2010a) demonstrou que o modo de lidar com pauperismo na Alemanha não decorria, como sustentou Ruge, do caráter apolítico desse país. As maiores evidências de pauperismo entre os trabalhadores eram notórias na Inglaterra, país em que se desenvolveu as mesmas medidas de administração do pauperismo. A própria Inglaterra, aliás, despachou agentes a outros países com o propósito de identificar as respostas desenvolvidas diante da maela social com vistas a aperfeiçoar as respostas domésticas. Como Marx sugeriu, “na medida em que os estados se ocuparam com o pauperismo, restringiram-se às *medidas administrativas e beneficentes* ou retrocederam aquém da administração e da beneficência” (p. 38) por meio do emprego da violência direta, concluindo que, do ponto de vista de uma

razão política, não é possível alcançar a raiz do pauperismo dos trabalhadores no modo de organização da sociedade: “Quanto mais poderoso for o estado, ou seja, quanto mais *político* for um país, tanto menos estará inclinado a buscar no *princípio do estado*, ou seja, na *atual organização da sociedade*, da qual o estado é expressão ativa, autoconsciência e oficial, a razão das mazelas *sociais* e a compreender seu princípio *universal*. O entendimento *político* é entendimento *político* justamente porque pensa *dentro* dos limites da política” (p. 40). Sobressalte-se o confronto entre os enunciados de Ruge e a *coisa mesma*, a efetividade das respostas estatais ao pauperismo.

Em tais *Glosas* já são integralmente audíveis os temas mais diretos da economia política. Isso porque, nesse período, Marx já dedicava bastante tempo ao estudo do pensamento econômico. No texto inicial de 1844 sobre Mill, aparece a indicação de uma crítica ontológica segundo a qual a economia política teria órbita nas relações entre os homens, mas tais relações na forma “alienada”, reificada, como conexão entre proprietários em relações de regateio – constatação de amplo alcance, audível em materiais mais tardios como *O capital*:

A comunidade dos homens, ou a manifestação da natureza *humana*, cujo resultado mútuo é a vida da espécie, vida verdadeiramente humana – essa comunidade é apreendida pela economia política sob a forma do *intercâmbio* e do *comércio*. A *sociedade*, diz Destutt de Tracy, é uma “*série de trocas mútuas*”. É precisamente tal processo de integração mútua. A *sociedade*, diz Adam Smith, é uma *sociedade comercial*. Cada um dos seus membros é um *comerciante*. (Marx, 2010e, p. 217)

Isso revela que, desde as primeiras incursões de Marx ao pensamento econômico disponível, a crítica ontológica iluminava a tendência comum à economia política em tomar os resultados históricos, as formas historicamente determinadas e particulares, como fossem condições universais. Parece que, disse Marx, a “economia política *define* a forma *estranhada* das relações sociais como a forma *essencial* e *original* que corresponde à *natureza humana*” (Marx, 2010e, p. 217). O desaque a essa tendência foi reforçada por Marx ao longo dos anos. Os exemplos não faltam. Para citar alguns casos, consideremos *Trabalho assalariado e capital*, de 1849, no qual, entre outras coisas, ficou demarcado o caráter histórico que os instrumentos de trabalho assumem como capital sob específica relação capitalista de produção e não antes.

Determinação social do pensamento econômico

“Uma máquina jenny de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Ela se transforma em *capital* apenas sob certas relações” (Marx, 2010f, p. 211). Capital, portanto, não é uma categoria universal. Nos *Grundrisse*, dez anos mais tarde, a mesma crítica compareceu na indicação de que o indivíduo isolado aparece, para a economia política, “como ideal cuja existência estaria no passado. Não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história”, isto é, aparece como algo “posto pela natureza” (Marx, 2011b, p. 40). Ecoando os achados anteriores, Marx indicou que nessa ciência buscava-se eliminar a diferença essencial entre os diferentes modos de organização da vida econômica da sociedade para sustentar a “eternidade e a harmonia das relações sociais existentes” (p. 41), como no caso de igualar universalmente todo instrumento de trabalho e capital.

Retomando aqueles anos de 1844 e o itinerário de Marx à economia política, nosso autor ainda nutria planos de realizar uma maior investida sobre a filosofia hegeliana. A economia política apareceu, nessa ocasião, como algo temporariamente acessório. Considerando realizar o que havia sido prometido, a “crítica do direito e do estado sob a forma de uma crítica da filosofia *hegeliana* do direito”, Marx (2005, p. 237) avaliou ser necessário escrever “brochuras autônomas” para não misturar assuntos, como direito, moral, política etc. Planejou, ao final, apresentar “num trabalho específico, a conexão do todo, a relação das partes singulares e, finalmente, a crítica da elaboração especulativa daquele material” (p. 238). Na sequência explicou dois aspectos importantes. O primeiro, disse ele, “por essa razão, no presente escrito, a conexão da economia nacional [economia política] com o estado, o direito, a moral, a vida burguesa etc., apenas se encontra abordada na medida em que a própria economia nacional aborda *ex professo* esses assuntos” (p. 238). Não obstante o caráter aqui acessório, Marx sugeriu que os resultados investigativos “foram obtidos através de uma análise totalmente empírica, fundada num estudo crítico escrupuloso da economia nacional” (p. 238-239). O segundo aspecto é de fundamento e ajuda a iluminar o caráter “empírico” desse “estudo crítico” realizado sobre o pensamento econômico. Explicou ele que a “crítica da economia nacional [economia política], tal como a crítica positiva em geral, deve a sua verdadeira fundação às descobertas de *Feuerbach*” (p. 239). A crítica da economia política, por decorrência de um estudo rigoroso do

pensamento econômico, foi parametrizada pela “crítica positiva”, empiricamente informada, isto é, o conhecimento dado é confrontado com aquilo que efetivamente existe. Uma vez que a influência de Feuerbach foi declaradamente ontológica, como vimos, a crítica da economia política só pode ser também desse talhe. Trata-se da análise daquilo que efetivamente existe e de como é representado, ou melhor, análise do confronto entre esses dois planos.

Os exemplos desse procedimento são inúmeros. Cabe constatar, diante deles, que se trata de um esforço de avaliação que corrige as representações à luz da objetividade para além de suas camadas superficiais. A crítica ontológica, no caso, mostra-se como *exercício primariamente avaliativo* tendo por parâmetro essencial a realidade objetiva das coisas às quais certa formação ideal faz referência. Os enunciados interpostos sobre *aquilo que é* são medidos por seus próprios objetos, possibilitando a avaliação da correção das formações ideais, indo, necessariamente, além das camadas superficiais pelas quais a realidade se apresenta. Chama a atenção nesse ponto o caráter filosófico da investigação, isto é, seu corte abstrativo-teórico prioritário, mas não exclusivo. Partindo, de tal modo, da crítica da filosofia especulativa, Marx galgou progressivamente seu caminho para a crítica ontológica da economia política, isto é, o procedimento abstrativo-teórico jamais será abandonado; ao contrário, receberá altas cargas de intensificação. Da forma como deixou registrado no famoso *Prefácio* de 1859, a investida crítica à filosofia especulativa progressivamente resultou no achado decisivo segundo o qual:

Relações jurídicas, tais como formas de estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil” (*bürgerliche Gesellschaft*), seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; mas que a anatomia da sociedade burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*) deve ser procurada na Economia Política. (Marx, 1974, p. 135)

A análise empreendida por Marx ao longo dos anos permitiu a chegada ao enunciado geral do lugar das relações materiais diante das “relações jurídicas” no todo articulado que forma a sociedade no referido estágio histórico. O resultado é produto da exercitação, para usar um termo de Lukács (2013, p. 445), de uma “verificação ontológica” da

filosofia especulativa. Mas é igualmente importante sinalizar que tal verificação serviu de correção de rota dos próprios planos de Marx por evidenciar a necessária colocação da economia política como objeto prioritário para análise em vista do estudo da sociedade em tal estágio de desenvolvimento.

Não foi por acaso a constatação do lugar da mercadoria nessa sociedade como fator elementar. O procedimento analítico da mercadoria também não foi obtido como raio na escuridão. Para isso, basta acompanhar a operação do “*trabalho das abstrações*” na “análise das coisas”, conforme Chasin (2009, p. 232-253) deixou registrado. Embora não seja adequado no momento uma longa digressão a respeito, não se pode deixar de dizer que tal procedimento é rigorosamente fundado em uma verificação ontológica dos enunciados da economia política, isto é, uma verificação parametrizada pela determinação dos elementos relacionados que compõem a mercadoria como unidade.

Com efeito, o primeiro capítulo de *O capital* é a exposição da investigação uma vez terminada e não a investigação em si mesma. Mas há elementos importantes em sua exposição que jogam luz sobre o processo investigativo. Nesse sentido, a questão subjacente de partida é de natureza ontológica: o que é a mercadoria? O desenvolvimento da resposta possui arranque precisamente em um tipo de *análise decantadora* que coloca em primeiro plano os pressupostos mais essenciais: a “mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (Marx, 2013, p. 113). Como se sabe, ser valor de uso é condição primária da mercadoria, mas não condição suficiente. A análise global alcança o valor e o valor de troca como sua expressão, atinge a contradição interna da mercadoria e seu fetichismo que decorre da própria forma-mercadoria como coisa acabada e na qual não se reflete diretamente as relações sociais subjacentes. O ponto central é a constatação de que qualquer resposta adequada deve prioritariamente ter partida nessa dimensão essencial, no “antes de tudo”, no pressuposto objetivo sem o qual a mercadoria não seria possível.

Mas o resultado da análise integralizante, a unidade contraditória da mercadoria e seu fetichismo, serve de parâmetro avaliativo para o grau de aproximação realizado até então pela inteligência humana. Aristóteles, por exemplo, não pôde transpor a forma equivalente, não

porque lhe faltava genialidade, mas porque, no mundo grego antigo em que vigorava o “trabalho escravo e, por conseguinte, tinha como base natural a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho”, não estava colocada a possibilidade de decifração do “segredo da expressão do valor, a igualdade e equivalência de todos os trabalhos porque e na medida em que são trabalho humano em geral” (Marx, 2013, p. 136). Em síntese, o próprio objeto não estava objetivamente maturado ao ponto de possibilitar sua análise devida nas condições daquela Ática antiga. É um resultado a que se chega pela crítica ontológica da representação que Aristóteles pôde produzir.

A apreensão do valor como trabalho abstrato e sua grandeza como tempo de trabalho social demandou condições objetivas e subjetivas historicamente mais adequadas. Mesmo a economia política clássica, no entanto, encontrou restrições em suas aproximações científicas. Com a natureza da mercadoria em tela, Marx pôde avaliar que a “economia política analisou, mesmo que incompletamente, o valor e a grandeza de valor e revelou o conteúdo que se esconde nessas formas” (Marx, 2013, p. 154). Em nota, indicou certo aspecto dessa análise incompleta ao sugerir que, tangentemente “ao valor em geral, em nenhum lugar a economia política clássica diferencia expressa e claramente o trabalho tal como ele se expressa no valor do mesmo trabalho de sua expressão no valor de uso de seu produto” (p. 154). Marx foi mais longe na consideração ricardiana do valor em geral, demonstrando sua leitura problemática da posição de Destutt de Tracy que, no momento, não é importante para nossos fins. Importa reter que a economia política clássica não apenas produziu análise incompleta como também não pôde colocar a questão de saber: “por que esse conteúdo [que se esconde nas formas do valor e da grandeza de valor] assume aquela forma, e por que, portanto, o trabalho se representa no valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração temporal, na grandeza de valor do produto do trabalho?” (p. 154-155). Novamente em nota, Marx avaliou que:

Uma das insuficiências fundamentais da economia política clássica está no fato de ela nunca ter conseguido descobrir, a partir da análise da mercadoria e, mais especificamente, do valor das mercadorias, a forma do valor que o converte precisamente em valor de troca. Justamente em seus melhores representantes, como A. Smith e Ricardo, ela trata a forma de valor como algo totalmente indiferente ou exterior à natureza do próprio valor. A razão disso não está apenas em que a análise da grandeza do valor

Determinação social do pensamento econômico

absorve inteiramente sua atenção. Ela é mais profunda. A forma de valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, mas também mais geral do modo burguês de produção, que assim se caracteriza como um tipo particular de produção social e, ao mesmo tempo, um tipo histórico. Se tal forma é tomada pela forma natural eterna da produção social, também se perde de vista necessariamente a especificidade da forma de valor, e assim também da forma-mercadoria e, num estágio mais desenvolvido, da forma-dinheiro, da forma-capital etc. (Marx, 2013, p. 155)

A insuficiência decorre essencialmente da ignorância quanto ao caráter histórico-particular do modo de produção capitalista de mercadorias, isto é, de sua *diferença específica*, daquilo que ele é. Na economia política clássica, na figura de seus maiores protagonistas, portava-se uma apreensão naturalista desse modo de produção. O horizonte burguês é de afirmação de sua eternidade. Nessa direção, “Tais formas [do valor e da grandeza de valor], em cuja testa está escrito que elas pertencem a uma formação social em que o processo de produção domina os homens, e não os homens o processo de produção, são consideradas por sua consciência burguesa como uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo” (Marx, 2013, p. 155). A economia política move-se sobretudo por meio das formas acabadas, que por si mesmas não revelam seu conteúdo e natureza, isto é, uma relação social especificamente histórica de exploração econômica da força de trabalho. Como já foi dito anteriormente, “são justamente essas formas que constituem as categorias da economia burguesa. Trata-se de formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias” (p. 151). Em outros termos, a tendência principal presente no pensamento econômico em consideração é ser ludibriado pelo “fetichismo que se cola ao mundo das mercadorias ou pela aparência objetiva das determinações sociais do trabalho” (p. 157). Trata-se de uma limitação passível de ser superada tendo por condição a apreensão do modo capitalista de produção tal como é em seu caráter histórico-particular e, portanto, transitório. De tal maneira, “todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a mágica e a assombração que anuviam os produtos do trabalho na base da produção de mercadorias desaparecem imediatamente, tão longo nos refugiamos em outras formas de produção” (p. 151), visando a capturar a diferença específica das formas históricas particulares. Mas

para isso, a economia política teria que despir-se de si mesma para alcançar o conteúdo daquelas formas enigmáticas.

Vemos que a análise da mercadoria se mostra como “*analítica da reta prospecção do objeto*” (Chasin, 2009, p. 252). Essa abordagem parametrizou a verificação ontológica do grau de aproximação realizado pelo pensamento econômico na figura da economia política clássica, conforme os exemplos sugeridos, revelando o giro desse pensamento na órbita das formas acabadas e, portanto, mais superficiais. Há um grau de aproximação, no entanto, que representa os méritos científicos da economia política clássica em razão das condições históricas já discutidas, sobretudo se comparada à chamada “economia vulgar”. Há também espaço para o reconhecimento da “necessidade científica na história da economia” e insuficiência do método, na figura de Ricardo, que teve arranque na “determinação da magnitude do valor da mercadoria pelo tempo de trabalho” e que, com isso, “investiga se as demais condições e categorias econômicas contradizem essa determinação ou até onde a modificam”. Como completou Marx (1980-1985, p. 597) na sequência, a “insuficiência se revela no modo de apresentação (meramente formal) e, ademais, leva a resultados errôneos porque omite os necessários elos intermediários e procura de imediato provar a congruência entre as categorias econômicas”. Nesse último sentido, mesmo os métodos adotados se mostram objeto de inquirição ontológica, a exemplo do ponto de partida na grandeza do valor em que se perde de vista o ponto de partida material correto, como sugerem as primeiras linhas da introdução aos *Grundrisse*, isto é, a “produção dos indivíduos socialmente determinada” (Marx, 2011b, p. 39).

Cabe sublinhar duas consequências que ficaram entrevistas a partir das considerações precedentes e que podem ser trazidas à baila. Em primeiro lugar, ficou patente que estamos diante de um tipo de conhecimento das coisas reais e ideais. Vale mesmo dizer que ninguém precisa conhecer a relação de pressuposição objetiva entre valor de uso e valor de troca para realizar as operações econômicas diárias. Por isso, a natureza das análises precedentes não se confirma como um tipo de conhecimento destinado ao aperfeiçoamento dessas operações corriqueiras nas quais os agentes práticos estão imersos como peixes n’água e às quais tendencialmente o pensamento econômico tende a corresponder sem alcançar os conteúdos mais decisivos, mas para enriquecer

Determinação social do pensamento econômico

o estoque de conhecimentos sobre fatos tanto objetivos quanto doutrinários, sem mencionar as possibilidades que tais conhecimentos podem desencadear uma vez conhecidas as propriedades da mercadoria e as limitações do pensamento correspondente, as contradições internas dessas coisas, as relações sociais cristalizadas na forma reificada das coisas e as formas de consciência que expressam e potencialmente reforçam a reificação. Em segundo lugar, ficou também notório que a crítica ou verificação ontológica está em estreita dependência frente à análise histórico-imanente já por nós considerada. Por isso mesmo, quanto mais escavamos nas propriedades dessa avaliação em tela, mais perceberemos a relação com outros procedimentos necessários de partida. A indispensabilidade de outros elementos revela precisamente o caráter unitário do método materialista.

Antes de avançarmos em uma terceira consequência importante, cabe considerar rapidamente as marcas da crítica ontológica na tradição materialista. Como já sinalizado outras vezes, esse elemento da unidade do método em questão não é encontrado em todas as ramificações na história do marxismo. Apesar disso, há aspectos comuns que surgem com muita frequência e quase sempre dizem respeito aos fundamentos já aludidos. Obviamente que entre eles ganha destaque a posição geral de que constitui princípio orientador fundamental a investigação da “realidade como ela é” (Schaff, 1964, p. 27). A verificação da correspondência entre teoria e aquilo que é se dá nesses termos. As análises de Rubin, por exemplo, sobre as diferentes tendências da economia política comprovam essa linha da avaliação que estamos destacando. A consideração da teoria do valor em Smith é emblemática, uma vez que o autor russo assim advertiu:

A confusão conceitual de Smith resultou do fato de que, tendo falhado desde o início em compreender a natureza social do processo de “troca” de trabalho em uma economia mercantil, ele o confundiu com a “troca” de mercado, ou compra e venda de trabalho. Ele considerou o trabalho como uma *função social* igual ao trabalho que funciona como uma *mercadoria*. No entanto, se o trabalho atua como um artigo de compra e venda, pode realmente servir como medida de valor? (Rubin, 1974, p. 191)

O destaque da passagem recai sobre o confronto entre as proposições de Smith e a “natureza social do processo de troca”. Semelhante expediente pode ser destacado por todo conjunto de avaliações

que o autor russo empreendeu. De modo aproximado, Dobb realizou avaliações que podem ser consideradas sob a tutela de uma crítica ontológica. Apesar de muitas vezes dar considerável ênfase às novas teorias como reações às mais antigas, demarcou também a possibilidade de as discutir como “reflexo duma mudança de experiência humana e de problemas e conflitos implícitos na atividade social humana” (Dobb, 1977, p. 54). Com base nessa posição, obstruiu a já referida elaboração de Schumpeter que prevê a blindagem da “análise econômica” diante dos condicionantes históricos, uma vez que o autor austríaco, segundo Dobb (1977), pareceu desconsiderar a “teoria econômica como afirmação substancial sobre as relações reais da sociedade econômica” frente à qual pode ser estabelecido o “julgamento do seu grau de realismo” (p. 52). Nesses termos, o destaque é novamente o confronto da teoria com a realidade de referência enquanto ângulo de uma avaliação do grau de “realismo” envolvido, de seu *grau de aproximação* em nossos termos.

Vale mesmo insistir no ponto central de que tais enunciados científicos dizem respeito às “relações reais”, como sugeriu Dobb, gostem ou não seus protagonistas. Dito de uma maneira igualmente direta, a “verificação das leis e teorias da Economia Política exige, antes de mais nada, um confronto das categorias econômicas, que se manifestam nessas leis e teorias, com propriedades bem definidas do processo econômico concreto, ou seja, com atividades e relações econômicas determinadas” (Lange, 1963, p. 114). Isto é, a tarefa científica que implica o pensamento econômico está diretamente associada à existência concreta do movimento e das relações que caracterizam a vida econômica da sociedade. Por isso também, em referência aos ensinamentos de Lukács, cabe dizer que a “ciência lida com questões de ordem ontológica – questões que em última instância, queira ou não, remetem à natureza geral do ser – e responde a elas ontologicamente, indiferentemente de ter ou não consciência disto” (Fortes, 2013, p. 259). E o materialismo está devidamente equipado para atender à exigência científica de “verificar cada forma de consciência com base no ser social”, envolvendo uma “confrontação crítica com o próprio ser social ao deparar-se com esse complexo de representações profundamente arraigadas” (Lukács, 2013, p. 571). Em suma, trata-se de uma “crítica ontológica da respectiva ciência, de seu método e de seus resultados, confrontando-os com o próprio ser, em vez de “derivar” este abstrativamente das necessidades da

ciência” (Lukács, 2013, p. 456). Não é demais insistir que é a coisa de referência, as relações e nexos reais, que funciona como parâmetro avaliativo, que fornece o critério de avaliação.

Na trilha da enunciação científica sobre aquilo que é, necessariamente referindo-se às relações de pressuposição e às relações histórico-concretas entre os homens (suas relações reais antes referidas), podemos evocar à lembrança o território sempre em disputa entre representações teóricas divergentes. Uma das grandes e penetrantes questões é determinar o que é o “capitalismo”. As considerações de Dobb (1983), em *A evolução do capitalismo*, são instrutivas por resgatar as frequentemente visitadas linhas teóricas. Podemos, a partir de tais considerações, desdobrar mais do que o nosso autor inglês. Há, nesse sentido, a sustentação, no exemplo da chamada escola austríaca, de que capitalismo se refere a qualquer emprego de método para encurtar trabalho. É uma resposta de tendência à universalização radical. Há também em certa corrente a defesa de que se trata de um específico sistema em que ocorre a concorrência da pequena livre empresa sem intervenção estatal. Temos também a definição que sugere se tratar de uma organização da produção para um mercado distante, tendo o motivo do lucro como elemento presente. Frequentemente associada a essa definição, ocorre também o destaque de que capitalismo se faz presente sempre que ocorre algum grau de desenvolvimento da economia monetária, tendo por fundamento a contabilidade racional, como na tendência weberiana. Há também o destaque marxista para o qual não é outra coisa senão um determinado modo histórico de produção como rearticulação de coisas já existentes e de peculiaridades sobre uma nova base distintiva em que ocupa lugar essencial a subordinação do produtor direto a um capital para a *produção generalizada de mercadorias* por via da *exploração econômica do trabalho*. Trata-se essencialmente de uma forma histórico-particular das relações sociais de produção. É importante notar que essas posições podem ser ontologicamente verificadas. E vale, para isso, a observação de Mészáros (2004, p. 58) a respeito do fato de que, para amplos setores do campo científico, a aludida “exploração econômica do trabalho” passou a ser considerada como um mero “conceito ideológico”, claro que em acepção pejorativa, visando retirar a fundamentação científica dessa categoria, não obstante, de grande capacidade elucidativa das relações objetivas. A aproximação mais

depurada se encontra precisamente na apreensão dessa categoria definidora. E qualquer resposta, pois, que retire da mesa tal categoria paga alta tributação às tendências que obstruem o reto entendimento, mas igualmente não basta a sua introdução sem a consideração da diferença específica dessa *exploração econômica*, sua determinação histórica nos diferentes modos de produção comparados. Ao fundo, a questão a respeito da natureza do “capitalismo” repousa, como podemos ver, na delimitação do pressuposto fundamental ou pelo conjunto de pressupostos fundamentais ou ainda pelas propriedades caracterizadoras e distintivas. Cabe, assim, precisamente a crítica ontológica àquelas representações que desviam os olhos diante da realidade objetiva que as encara.

Retomando as consequências anteriormente indicadas, há uma terceira igualmente relevante e postergada para este momento por ganhar volume com as questões levantadas anteriormente. Aquelas considerações especificamente sublinhadas a respeito da análise da mercadoria apontaram a seta para as limitações marcantes decorrentes do caráter anti-histórico do pensamento econômico sob escrutínio, inclusive sendo este uma das causas mais essenciais das insuficiências analíticas dessa forma de consciência científica. Essa constatação, provocada pela crítica ontológica, nos desloca para o campo da história e, portanto, para o tipo de análise complementar na figura da crítica gnosiológica ou procedimento empírico-histórico anunciado. Não deixa de ser necessário sugerir, mais uma vez, que o caráter unitário do método devidamente reconhecido provoca essa constatação por sua vez reforçada pela própria irmandade entre crítica ontológica e crítica gnosiológica no tipo de análise que estamos desenvolvendo a partir dos seus traços identificados na tradição marxista.

O procedimento empírico-histórico não possui uma natureza distinta a ponto de ser outra coisa senão o confronto entre os enunciados e a realidade objetiva. No entanto, possui a diferença de dizer respeito muito mais às exigências imediatamente científicas do que filosóficas, jamais ignorando a irmandade fiscalizadora necessariamente envolvida entre filosofia e ciência. Dado que tais exigências possuem uma ancoragem mais diretamente empírica e histórica, os procedimentos ganham certa especificidade tendencialmente concreta e órbita em questões mais singulares a partir das quais a generalização filosófica se

Determinação social do pensamento econômico

torna possível e adequadamente ancorada de modo a não se perder nas abstrações sem lastro. Da mesma maneira, essa generalização possibilita à ciência não perder rumo entre as árvores singulares de tipos, formas, tamanhos e cores distintas, distraíndo-se na infinita coleção de fatos empíricos. Vale insistir, para evitar mal-entendidos que, na tradição materialista que expressa a via mais desenvolvida à obtenção do reto conhecimento, a análise econômica não se perde nos formalismos nem alça voos ao sabor dos ventos filosóficos. Ao contrário, busca “desenvolver as generalizações filosóficas a partir dos fatos verificados pela investigação e pelo método científicos, ou seja, a constante fundação ontológica das formulações tanto científicas quanto filosóficas”, estabelecendo a “unidade entre faticidade solidamente fundada e corajosa generalização filosófica” (Lukács, 2012, p. 321).

Por esse motivo fundamental, nunca é demasiado insistir que a avaliação integral por meio da análise ontognosiológica (como crítica ontológica e crítica gnosiológica, com predicação desta em relação àquela) jamais pode se contentar à verificação de meros fatos artificialmente isolados eventualmente relacionando-os com outros “territórios isolados de modo igualmente artificial (o direito, a sociologia etc.)” (Lukács, 2012, p. 291). Procedimento abstrativante este tal como ocorre, em geral, nas ciências parcelares instruídas pelas tradições intelectuais alternativas ao materialismo. Ao contrário, coerentemente fundamentada, “toda verificação de um fato e toda apreensão de um nexos, não são simplesmente fruto de uma elaboração crítica na perspectiva de uma correção factual imediata; ao contrário, partem daí para ir além, para investigar ininterruptamente toda factualidade na perspectiva do seu autêntico conteúdo de ser, de sua constituição ontológica” (p. 291-292). Dito de outra maneira, “em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e, com base nela, sopesa a realidade e o significado de cada fenômeno singular” (p. 295). Não obstante, é decisivo tornar claras as exigências verificadoras no plano da crítica gnosiológica, isto é, da correção ou falsidade, do grau de aproximação e realismo dos enunciados empírico-históricos uma vez que a crítica ontológica já foi, por sua vez, destacada.

De partida, devemos reconhecer que está em jogo, para a avaliação ou verificação desses enunciados, uma “base real da cientificidade

unicamente [fundamentada] nos próprios fatos e em suas conexões” (Lukács, 2012, p. 292). Trata-se de uma “abordagem universal de uma ciência ou de partes de sua exercitação [...] sempre correlacionando a formação teórica com a base social que a torna possível em sua verdade ou falsidade” (Chasin, 2009, p. 58). O exercício verificador deve ser apreendido sem preconceitos quanto aos tipos de expedientes operacionais necessários, uma vez que se constitui como um “complexo de todos os procedimentos aplicados para resolver o problema da verdade ou falsidade dos juízos de referência (proposições)” (Schaff, 1964, p. 25). Do ponto de vista dos instrumentos metodológicos, o materialismo é tão eclético quanto são os tipos de objetos reais existentes a serem perscrutados e as problemáticas potencialmente envolvidas. Em outras palavras, para o estudo da acumulação de capital, por exemplo, cabe a coleção de dados quantitativos correspondentes; para a investigação das condições de trabalho a partir dos próprios trabalhadores, cabe questionário aos respondentes pertinentes, e assim por diante. Tão importante quanto, devemos levar em conta a diferença entre os fatos sob observação. Por isso é necessário falar com cautela em termos de “tipos de verificação” tais como a “verificação direta e indireta”:

A primeira consiste em confrontar nossos julgamentos com a realidade através do testemunho da percepção sensível. O segundo baseia-se no testemunho do primeiro, mas com a diferença de que quando, por algum motivo, é impossível obter a verificação direta, procedemos primeiro a deduzir do juízo que queremos verificar, outro juízo sobre o qual a verificação é possível. Em ambos os casos, a verificação se baseia no seguinte: pela percepção sensível tomamos consciência de que algo é como é, e que o juízo verificado afirma ou não. Tanto na prática diária quanto na pesquisa, só se fala em julgamento se esse julgamento estiver de acordo com a realidade; no caso contrário fala-se de falsidade do juízo. A práxis humana total – incluindo a práxis da pesquisa científica – é caracterizada por uma atitude materialista elementar, e isso independentemente das visões filosóficas sustentadas por pessoas individuais. (Schaff, 1964, p. 27)

A maioria dos problemas científicos não são dados à verificação direta. Além disso, já conhecemos os perigos de uma aproximação exagerada entre trabalho e ciência e que são igualmente reconhecíveis quando a diferenciação entre vida cotidiana e ciência é demasiadamente estreita. Importa sublinhar que estamos nos referindo, com a passagem anterior, a uma “atitude materialista elementar” e não a uma

Determinação social do pensamento econômico

identidade homogeneizadora entre vida cotidiana e tarefa científica. Já tivemos oportunidade para destacar as semelhanças e a diferença específica entre trabalho e a tarefa científica de modo que a vida cotidiana, essencialmente prática, também guarda relação de semelhança e diferença em relação à atividade científica. De toda forma, vale também o registro acerca dos possíveis tipos de verificação.

Nesse sentido, e tendo todas as questões anteriores em mente, cabe considerar a diferenciação entre verificação histórica, estatística e prática como algo mais consistente para nossos propósitos. Como sugeriu Lange (1963, p. 298), a verificação da “verdade ou falsidade dos enunciados da Economia Política” pode ser “resolvida por meio de um confronto com a realidade, feito a partir da verificação histórica ou estatística; ou também de maneira direta, na prática, levando em conta a eficácia ou ineficácia da política econômica baseada nesses enunciados”. Em termos muito sucintos, já temos claro que o motor da análise é a “factualidade apanhada em seus complexos contra a qual são estabelecidos os textos que são analisados” (Chasin, 1988b, p. 45), factualidade apanhada em sua riqueza e estrutura imanentes. O caminho pela história, pelo historicamente dado, funciona “como uma espécie de critério de verdade objetivo. Rigorosamente falando: a constatação histórica é feita a partir de critérios objetivos de verdade e não de critérios subjetivos” (p. 45). Em termos mais específicos e diretamente relacionados ao pensamento econômico, podemos considerar que o:

processo da verificação histórica consiste em determinar exatamente os acontecimentos ou os processos históricos que podem perturbar a ação das leis econômicas, e a concluir daí se esses acontecimentos constituem uma explicação suficiente para a divergência verificada entre as afirmações da Economia Política e o desenvolvimento real do processo econômico. Se assim não suceder, temos de rejeitar essas afirmações como falsas. (Lange, 1963, p. 120)

Mas toda cautela necessária deve ser empregada, sobretudo quando a atenção está voltada para a análise do pensamento econômico desdobrado em longa duração. É decisivo ter em conta, nessa direção, que a “avaliação histórica da teoria e do seu desdobramento é fundamental para qualquer apreciação completa da própria teoria, se se considerar que esta é a relação (e implicações) das estruturas formais com a realidade, assim como a análise das estruturas formais *per se*” (Dobb,

1977, p. 52). A cautela necessária surge do fato de que a “avaliação e interpretação histórica da doutrina econômica tem consistido vulgarmente em examinar os problemas reais que as doutrinas particulares pretendiam esclarecer”. Dobb pontuou que isso pode se apresentar como ponto de partida, mas não é suficiente, no entanto. Indo além desse limite, ensinou que a:

interpretação histórica [...] precisa de ser concebida de um modo mais amplo, e em certo sentido menos literalmente. Neste aspecto, é bom ter em conta que o desdobramento e desenvolvimento do pensamento não deve ser concebido, por um lado, como uma série de respostas largamente descontinuas (ou estruturas para respostas) a problemas que são diferentes, em cada geração sucessiva, dos da geração precedente, nem, por outro lado, como elaboração linear dum conjunto básico de conceitos, por adaptação sucessiva destes a problemas decorrentes do contato com o mundo real. (Dobb, 1977, p. 52-53)

Essa avaliação histórica obedece, claro, a problemáticas de pesquisa diferentes. Estamos considerando aqui apenas uma caracterização geral. Nesse compasso, uma escavação do componente histórico fatalmente deve nos levar ao reconhecimento de procedimentos verificadores auxiliares. Mesmo porque, muitos enunciados possuem grau de concretude maior expresso como relações de diferentes tipos entre fatores, como correlações e causalidades.

Nesse sentido, parece ser importante, muito mais do que se tem reconhecido, o lineamento do próprio Marx a respeito da diferença de qualidade entre base econômica e superestrutura ideológica, especificamente no que se refere às possibilidades que guardam em termos de verificação científica em cada caso. No *Prefácio* autobiográfico de *Para a crítica da economia política*, de 1859, podemos estabelecer tal diferença:

Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas. (Marx, 1974, p. 136)

A propósito de esclarecer as transformações do “modo de produção da vida material” e do “processo em geral da vida social, político e espiritual” por decorrência da contradição historicamente

determinada entre as “forças produtivas materiais da sociedade” e as “relações de produção existentes” (p. 136), Marx também sugeriu, como podemos depreender da passagem, que as modificações ocorridas podem ser verificadas de modos distintos. No caso em tela, o elemento “material das condições econômicas de produção” pode receber uma “rigorosa verificação” tal como ocorre na “ciência natural”. Longe de uma equalização, que sabemos ser o oposto da “força das abstrações” já sugerida como adequada às formas econômicas, o essencial no ponto destacado é o tipo de verificação. Desse ângulo, temos em mente o exemplo da “verificação estatística” (Lange, 1963, p. 118), levando-se em conta todas as técnicas, das descritivas às mais sofisticadas.

E aqui temos presente certas proposições e reações românticas que vitimam a possibilidade da reta apreensão dos problemas científicos. De um lado, situam-se as proposituras científicas frequentemente apresentadas como únicas possíveis por via da axiomatização dos enunciados. Aqui nos referimos a uma espécie de racionalismo que sustenta a linguagem matemática como única forma de expressão verdadeiramente científica. O século XX e XXI testemunharam reações, ditas antipositivistas, deflagradas de tal sorte que pretenderam abandonar qualquer forma de linguagem matemática fazendo jus à pecha subjetivista; valeriam apenas os enunciados qualitativos, dessa forma. Colocada a questão de modo correto, não é possível admitir uma absolutização da matemática, encarando-a como a “chave última e definitiva de decifração dos fenômenos”, da maneira como “sucede com o neopositivismo” (Lukács, 2012, p. 50). Parafraseando Lukács, os fenômenos econômicos não devem receber “uma interpretação meramente matemática, sendo antes interpretados nos termos” da economia “com o auxílio da matemática” (p. 49). Por outro lado, recusar as aquisições instrumentais dos aparatos estatísticos e informáticos para auxiliar na verificação científica viceja de tendências céticas, relativistas e subjetivistas ampla e inoportunamente presentes no campo científico, sobretudo das ciências sociais.

De toda maneira, é decisivo ter em mente que a “verificação histórica e verificação estatística não se excluem mutuamente. Podem completar-se: a verificação estatística desempenha muitas vezes um papel auxiliar para a verificação histórica” (Lange, 1963, p. 123). Há muitos exemplos dessa colaboração. É instrutivo retomar no exemplo do

próprio Marx. Optamos por considerar um texto em que as aquisições investigativas mais essenciais sobre a economia política já estavam dadas. O texto, no caso se trata do já referido *Salário, preço e lucro*, de 1865, tem caráter de confronto direto da tese amplamente difundida e ecoada pelo socialista Weston nos debates do Congresso da Associação Internacional naquele ano, segundo a qual os “*preços das mercadorias são determinados ou regulados pelos salários*” (Marx, 1974, p. 77). Tratava-se de contexto de amplas sublevações grevistas de reivindicações salariais diante das quais tal tese sugeria suposta inconsequência do movimento, uma vez que o aumento dos salários provocaria o aumento dos preços das mercadorias prementes aos próprios trabalhadores. O aspecto mais decisivo para nós não são todas as assertivas, mas os claros expedientes sobretudo históricos e estatísticos – considerando o grau de desenvolvimento então da técnica – aos quais Marx recorreu para realizar o tipo de verificação em tela a partir da qual pôde, ao longo de sua exposição, demonstrar que tais ideias eram “teoricamente falsas e perigosas na prática” (p. 63).

Marx desenvolveu, em vista disso, indicações de que Weston repetia tal tese como dogma sem a necessária incursão prévia que sustentasse suas afirmações com as provas devidas. Ao invés de provar que aquela regulação do nível dos salários sobre os preços das mercadorias constituiria de fato uma lei do movimento da produção capitalista, apenas repetia haver esse nexo como fosse lei natural apoiada em mera afirmação. Chama a atenção na verificação exercitada por Marx precisamente o recurso aos elementos históricos e estatísticos combinados, visando o confronto da tese com a realidade objetiva de então – com a ressalva de que as estatísticas podiam esconder, como de fato esconderam em certo aspecto, movimentos objetivos importantes (Marx, 1974, p. 99). Não obstante a ressalva, um caso concreto que nosso autor retomou dizia respeito ao “aumento efetivo de salários operado na Grã-Bretanha de 1849 a 1859” por meio da “Leis das Dez Horas”. Não sendo uma coisa avulsa qualquer, mas

uma das maiores modificações econômicas que já presenciamos. Representou um aumento súbito e obrigatório de salários não em umas quantas indústrias locais, porém nos ramos industriais mais eminentes, por meio dos quais a Inglaterra domina os mercados do mundo. O dr. Ure, o prof. Senior e todos os demais porta-vozes oficiais da burguesia [*middle class*] no campo da economia *demonstram* [...] que aquilo era o dobre de

Determinação social do pensamento econômico

finados da indústria inglesa [...]. Mas qual foi, na realidade o resultado? Os salários em dinheiro dos operários fabris aumentaram, apesar de se haver reduzido a jornada de trabalho; cresceu consideravelmente o número de operários em atividade nas fábricas; baixaram constantemente os preços dos seus produtos; desenvolveram-se às mil maravilhas as forças produtivas do seu trabalho e se expandiram progressivamente, em proporções nunca vistas, os mercados para o seus artigos, [...] [forçando, diante disso, o reconhecimento público de que os] representantes oficiais da ciência econômica se haviam equivocado. (Marx, 1974, p. 69, 2010g, p. 110)

O aporte para essa análise foi adquirido, pelo menos em parte considerável, do então notório compilado *History of Prices*, de Thomas Tooke, que retratou a “história dos preços desde 1793 a 1856” (Marx, 1974, p. 70). Há também considerações de fundamento em “dados estatísticos” extraídos de John C. Morton sobre “*As Forças Empregadas na Agricultura*” (p. 71) para indicar o aumento dos salários no campo. Diante disso, Marx assim interditou aquela tese:

Segundo o ponto de vista do nosso amigo Weston, e em harmonia com a alta simultânea operada nos salários dos operários de fábrica, durante o período 1849/1859, os preços dos produtos agrícolas deveriam ter registrado um aumento enorme. Mas o que aconteceu realmente? [...] os preços médios do trigo, o produto agrícola mais importante da Inglaterra, baixaram [...]. Representa isto uma baixa de mais de 16 por cento no preço do trigo, em simultaneidade com um aumento médio de 40 por cento nos salários agrícolas. (Marx, 1974, p. 71)

Marx relembra, devemos repetir aqui, que essa tese ecoada por Weston, da regulação dos preços das mercadorias pelo nível dos salários, já havia sido enfrentada anteriormente. Devemos a Ricardo, disse ele, o “grande mérito de haver destruído até os fundamentos, com a sua obra sobre os *Princípios da Economia Política*, publicada em 1817, o velho erro, tão divulgado e gasto de que ‘os salários determinam os preços’”. Tratava-se, explicou nosso autor, de uma “falácia já rechaçada por Adam Smith e seus predecessores franceses na parte verdadeiramente científica de suas investigações, mas que, não obstante, eles reproduziram nos seus capítulos mais superficiais e de vulgarização” (p. 79).

Na sequência de seu confronto total diante da tese, negando, com base nas provas, que os salários determinam os preços, Marx (1974, p. 103) sugeriu haver outros expedientes que aumentaram as forças produtivas disponíveis ao capital, tais como os avanços técnico-científicos e ampliação da escala da produção, levados adiante para

“diminuir a procura de trabalho” e “criar excedente relativo” de trabalhadores, regulando, assim, os níveis dos salários no campo. Sugeriu também que, na verdade, “um aumento geral de salários determinaria uma diminuição da taxa geral do lucro, mas não afetaria os valores” (p. 95) das mercadorias em cuja órbita oscilavam de fato os preços de mercado.

Podemos nos contentar com essas poucas ilustrações visando a não tornar demasiadamente longa a consideração em tela. Mas vale adicionar, ainda que rapidamente, a possibilidade de avaliação prática, digamos assim, conforme discriminado por Lange anteriormente, ao lado da verificação histórica e estatística. Obviamente que há laços de mútuo apoio entre elas, sobretudo o aporte histórico e estatístico para a avaliação prática quanto aos resultados de políticas econômicas e outras medidas de mesmo talhe. Poderíamos considerar essa esfera de atividade estatal como “ciências camerais” (Marx, 2013, p. 84) ou cameralismo, dizendo respeito aos modos mais amplos de administração da economia capitalista por nós já referida. Trata-se da administração das políticas econômicas e das medidas correlatas ou ainda, mais abrangentemente, da aqui denominada administração política do capital. A designação, de fato, importa pouco diante de seu conteúdo. Claro que temos em mente aqui para avaliação as respostas práticas estatais diante dos problemas mais essenciais do modo de produção e não tanto aqueles tipicamente menores e superficiais dos quais se ocupam em grande medida administradores e politólogos.

Com efeito, no próprio material de Marx que estamos considerando está registrada a pressão dos trabalhadores para que ocorresse a “*limitação da jornada de trabalho*” já aludida por mediação da “*intervenção legislativa*” (Marx, 1974, p. 102). Poderíamos avaliar o grau de eficácia dessa medida conforme suas finalidades explícitas: equalizar em dez horas a jornada de trabalho em todo território inglês. Dados os elementos históricos disponíveis, inclusive considerados por Marx (2013, capítulo 8) em *O capital* para sublinhar o processo de exploração econômica do trabalho em uma jornada fixa (mais-valor relativo), é possível capturar a generalização da medida por toda a Inglaterra do período, com a atuante intervenção de médicos, de juristas e de muitos capitais individuais os quais, isoladamente, não teriam condições concorrenciais de limitar a jornada independentemente de suas contra-

partes. Nessa direção, a verificação prática retornaria como positiva a respeito da eficácia da medida que, a propósito de equalizar as diferentes jornadas, criou condições, diferentemente de suas declaradas pretensões, aos rápidos avanços técnico-científicos até então desconhecidos com vistas a explorar economicamente o trabalho dentro dos limites legais estabelecidos para um dia de trabalho normal.

Há outras sugestões passíveis de extração dos exemplos do próprio Marx ainda nesse mesmo diapasão. Temos em mente o exemplo já mencionado das medidas destinadas à administração do pauperismo, sobretudo nos países europeus de meados do século XIX, conforme tomado das referidas *Glosas críticas*. É interessante notar que a avaliação histórica, necessariamente presente na consideração feita por Marx, nos permite apontar a forma acabada das respostas estatais de administração do pauperismo e, por conseguinte, a sugestão quanto à verificação dos resultados práticos:

O significado universal que a Inglaterra *politizada* extraiu do pauperismo restringe-se a isto: no desdobramento do processo, apesar das medidas administrativas, o pauperismo foi tomando a forma de uma *instituição nacional*, tomando-se, em consequência, inevitavelmente em objeto de uma administração ramificada e bastante ampla, uma administração que, todavia, *não possui mais* a incumbência de sufocá-lo, mas de *discipliná-lo*, de perpetuá-lo. Essa administração desistiu de tentar estancar a fonte do pauperismo valendo-se de meios *positivos*; ela se restringe a cavar-lhe o túmulo, valendo-se da benevolência policial, toda vez que ele brota da superfície do país oficial. O estado inglês, longe de ir além das medidas administrativas e beneficentes, retrocedeu aquém delas. Ele se restringe a administrar *aquele* pauperismo que, de tão desesperado, deixa-se apanhar e jogar na prisão. (Marx, 2010a, p. 35)

Desenvolveu-se historicamente um aparato de administração do pauperismo por decorrência dos próprios processos de acumulação do capital. Esse aparato destinou-se à administração e não à superação dessa contradição entre a maior produção e a existência da pobreza que, por consequência, dá ensejo ao conflito distributivista em condições históricas particulares, conflito este mais epidérmico do que as causas profundas ancoradas na lógica interna do próprio modo de produção. É nessa superfície que orbita a razão política que instrui tais medidas de administração, como vimos anteriormente. A consideração de Marx sugere que tal modo de resposta à mazela social foi, até então, historicamente bem-sucedida, nos termos práticos, em disciplinar a força de

trabalho excedente por meio de métodos administrativos ou diretamente violentos. Poderíamos transpor essa avaliação para outros tempos e lugares com vistas à avaliação prática nos últimos 180 anos aproximadamente, mas transcenderia em muito aos nossos propósitos e condições atuais.

Temos oportunidade de fazer apenas alguma referência de modo indireto, com auxílio da “crítica ontológica” nos termos de Me-deiros (2013), conforme aludida anteriormente, destacando, porém, a verificação prática. Com efeito, o destaque recai, no presente momento, ao conteúdo mais direto da crítica às teorias do bem-estar social na figura do keynesianismo. Trata-se das respostas práticas desenvolvidas de diferentes modos que expressam o “aparato institucional e o conjunto de práticas subjacentes que caracterizam a tentativa de gerenciamento racional da sociedade capitalista” (p. 273) por meio de inúmeras medidas conhecidas e que, por isso, dispensam detalhamento. Tendo por palco, principalmente, as economias centrais no pós-segunda guerra, desdobrou-se uma “administração das condições de reprodução” em que se enfatiza a “capacidade de interferir decisivamente na trajetória da economia capitalista”, tendo em mente a acumulação de capital e a correspondente tendência de “piora relativa das condições de vida de um contingente cada vez mais amplo de trabalhadores” (p. 274). O conjunto de respostas que visavam interferir nessa tendência “não somente fez escassear o exército industrial de reserva nos países desenvolvidos, como – o que é tão ou mais importante – estabeleceu um piso relativamente alto para a barganha salarial (os cada vez mais amplos benefícios do sistema de seguridade) numa época em que os sindicatos encontravam-se fortes o suficiente para traduzir condições favoráveis em ganhos efetivos” (p. 274).

Esse contexto de prática bem-sucedida que se estendeu até os anos de 1970 confundiu todos os sentidos, como já chamamos a atenção anteriormente. Fez revoar os mais raros pássaros no raio de uma morna manhã de domingo. Considerando aqueles anos, a partir de 1955 sobretudo, afirmou-se inadvertidamente um “capitalismo de organização” que teria alcançado “a diminuição considerável e até mesmo o estancamento das crises sociais e políticas endógenas” (Goldmann, 1966/1978, p. 6-7). Registrou a história, entretanto, que nem aqueles benefícios anteriormente considerados foram extensíveis às e sentidos

Determinação social do pensamento econômico

nas economias subordinadas, como também demarcou Medeiros (2013, p. 276), nem que as medidas adotadas foram capazes de eliminar a tendência à crise que caracteriza imanentemente o modo de produção capitalista em si.

Mas a verificação prática dos resultados das medidas administrativas adotadas, em seu conjunto, revela que foram bem-sucedidas local e temporalmente, mostrando-se impotente do ponto de vista global e irresoluta diante contradições enfrentadas e que brotam do cerne da lógica que pretendeu administrar. Tratamos disso na análise da eficácia do pensamento econômico como ideologia. Aqui cabe tão somente sublinhar, a partir dos exemplos anteriores, certos aspectos associados à verificação prática das medidas econômicas conforme já presentes na tradição materialista desde Marx. Muitas outras possibilidades estão, obviamente, disponíveis aos interessados no assunto, como as retomadas medidas de controle inflacionário, a regulação dos salários pela política monetária com efeito sobre o nível de emprego, aquelas medidas que dizem respeito ao chamado “estado desenvolvimentista”, ao também denominado “estado empreendedor”, a corrente retomada das políticas industriais, em suma, há uma lista extensa de possibilidades.

Com essas considerações realizadas também não chegamos a explorar todas as questões envolvidas, tais como as verificações histórica, estatística e prática voltadas, por exemplo, especificamente aos enunciados de caráter preditivo nas ciências sociais, uma vez que esse caráter comparece com frequência nos debates desde pelo menos o início do século XX como definidores da própria ciência (Neurath, 1931/2020). Nem pudemos discutir a aderência e divergência do marxismo quanto aos debates da filosofia da ciência sobre os programas de pesquisa (Burawoy, 1990). Também não temos no momento oportunidade para explorar a problemática da verificação quando o assunto são as legalidades *tendenciais* do modo de produção capitalista que se efetivam ou não em determinadas circunstâncias, como a tendência na queda da taxa de lucro. Como ensinou Marx (2017), em meio a muitas forças convergentes, divergentes e contraditórias, certas legalidades histórico-particulares se efetivam apenas em condições propícias e, portanto, não têm funcionamento fatalista, linear ou mecânico. E isso apenas para citar alguns problemas centrais deixados de fora dadas as margens direcionadoras estabelecidas por nossos propósitos

fundamentais. Tendo por alvo certos aspectos essenciais envolvidos na análise ontognosiológica do pensamento econômico na qualidade de forma de consciência científica, várias questões obrigatoriamente foram abstraídas.

Mas não poderíamos ignorar completamente o problema das provas tal como consideramos na análise histórico-imanente. No presente momento, entretanto, o alvo são as provas vinculadas à análise ontognosiológica de conjunto.

Tal análise, mediada pelo confronto entre enunciados científicos e a realidade mesma, esteve até o momento deliberadamente limitada ao momento investigativo a respeito do pensamento econômico. As corretas relações de pressuposição objetiva e histórica, assim como o envolvido grau de correção, de aproximação, de realismo etc., conjuntam-se como resultantes, como vimos, da verificação de talhe ontológico e gnosiológico. Uma vez determinada, no caso, a falsidade dos nexos e aproximações a partir daquele confronto, isto é, o erro, o baixo grau de aproximação que obstrui o entendimento ao invés de devidamente facultá-lo, tem vez o papel expositivo das provas. É um momento também importante do conjunto da análise ontognosiológica, porquanto a coleção das evidências é colocada a serviço da demonstração dos resultados da avaliação realizada. Como escreveu Lukács (2012, p. 295), observando a questão do ângulo ontológico da análise em tela, a “função de crítica ontológica a algumas falsas representações [...] tem por meta despertar a consciência científica no intuito de restaurar no pensamento a realidade autêntica, existente em si”. Enfatizamos se tratar do momento expositivo precisamente por guardar a possibilidade de influir na “consciência científica” a partir da demonstração das provas da falsidade dos enunciados ou ao menos do problemático grau de aproximação obtido pelo pensamento econômico sob análise. Somente é possível produzir tal efeito após terminada a investigação que eventualmente tenha comprovado a incorreção dos espelhamentos avaliados.

Em outro contexto, Lukács também deixou entrever o momento expositivo das provas sob a rubrica, porém, da “crítica imanente” que já tematizamos como componente da análise histórico-imanente. Uma “verdadeira crítica”, escreveu ele, “precisa apresentar concretamente – no próprio material [...] – a falsidade [...], a distorção das questões [...] fundamentais, o aniquilamento de suas conquistas etc. [...]”.

Nesse sentido, a crítica imanente é um elemento legítimo e até indispensável para a exposição e o desmascaramento das tendências [...]”. Ficaram enfatizadas pelo autor as “necessidades de provas” tendo em mira a “exposição marxista” (Lukács, 2020, p. 11) do material analisado. Assim, é parte da análise ontognosiológica a demonstração das provas, evidenciando a qualidade dos espelhamentos “no próprio material”, servindo à exposição, à revelação e, por fim, desmascarando ao leitor e interlocutor as tendências problemáticas – a depender das questões de pesquisa enfrentadas. No mesmo diapasão, podemos apreender o papel da “crítica científica” por meio da qual busca-se “demonstrar a falsidade intrínseca da doutrina posta para análise” (Chasin, 1978, p. 72). Antes de demonstrar a falsidade, que obviamente não deve ser pressuposta de partida, é preciso descobri-la. Isto feito, sua demonstração firmemente ancorada nas provas obtidas via verificação ontológica (abstrativo-teórica) e gnosiológica (histórica, estatística e prática), não é, pois, de menor importância. Em suma, cabe, portanto, a apresentação das provas que confirmem as incorreções e insuficiências dos espelhamentos econômicos avaliados. É uma exigência de rigor do método materialista e que contrasta com a pouco trabalhosa alternativa comum de condenar vagamente tais espelhamentos como não “ontológicos”, “antidialéticos”, e outros expedientes de baixa estatura que dizem algo mais do analista do que do objeto escrutinado.

A demonstração das provas no momento expositivo guarda outra problemática de fundo que inevitavelmente devemos considerar. Uma vez que o momento expositivo demonstra a incorreção dos espelhamentos e os déficits científicos das aproximações realizadas, entram em jogo as condições históricas favoráveis ou desfavoráveis à avaliação das próprias provas por consortes e adversários no campo científico. E isso possui amplas repercussões que, por sua vez, nos remetem novamente às já referidas condições objetivas e subjetivas da objetividade científica.

Nessa direção, já vimos antes que “a objetividade científica é uma complexa resultante de produtivos influxos sócio-históricos” (Chasin, 2009, p. 117) com importantes implicações por necessariamente caracterizar as formações ideais, sobretudo aqui o pensamento econômico, como predicacões sociais portadas por indivíduos inseridos em condições históricas particulares. Isso sugeriu que a potência do

conhecimento, sempre aproximado, não é função exclusiva da vontade de indivíduos e grupos inclinados e intencionados à verdade – embora a aspiração de verdade e a necessidade social da verdade ligada a determinadas posições sociais não seja algo de menor importância –, mas também função das condições de possibilidade objetivas e subjetivas. Como também vimos, “a conjunção cognitiva ideal depende do encontro entre um sujeito plasmado em posição adequada à objetivação científica, ou seja, portador de ótica social em condição subjetiva de isenção, e de um objeto desenvolvido” (Chasin, 2009, p. 121). Portanto, o conhecimento aproximado, o espelhamento mais depurado da realidade é função de condições objetivas e subjetivas adequadas. E a própria história se encarrega de demonstrar episódios, dados inclusive à observação prática, em que o conhecimento das coisas não foi apenas possível como também necessário.

Tivemos a chance de considerar aquele critério de verdade na prática e pela prática, com as ressalvas importantes que evitam mal-entendidos. Retomando esse critério, é possível admitir que “ao estabelecer a prática como critério de verdade, impugna e destitui ao mesmo tempo o próprio estatuto da teoria do conhecimento como disciplina filosófica” (Chasin, 2009, p. 190-191) por recolocar a questão em seus termos objetivos. A questão cabível não é se o conhecimento é possível, mas quais são as condições sócio-históricas que o habilitaram ou o obstruíram. Em outras palavras, a possibilidade deve ser extraída dos casos concretos na história. Sendo os homens capazes de conhecer aproximadamente as coisas na realidade da vida cotidiana, também o foram cientificamente, esclarecendo essa própria vida, modificando-a em diferentes direções, não sem eventuais recuos e avanços combinados.

E aqui é possível inserir uma linha de continuidade da maior importância no raciocínio anterior: sendo capazes de conhecer, os homens também foram capazes de avaliar o grau de validade desse saber, sobretudo por mediação da confirmação ou não do conhecimento. Na vida cotidiana, o saber e sua avaliação são processos simultâneos, como destacamos com o plano do trabalho, simultaneidade dada pela imediatidade da práxis nesse cotidiano. A avaliação sobre a validade de um espelhamento, de seu grau de aproximação e correspondência, responde à avaliação do próprio rigor ontológico do saber extraído das coisas. Mas devemos considerar a ciência como “continuidade superadora”

Determinação social do pensamento econômico

nos termos já apresentados. O conhecimento obtido por via da práxis cotidiana pode ficar restrito ao plano da utilizabilidade, cuja avaliação corresponde aos resultados imediatos do processo de trabalho, e pode também ser desenvolvido de modo cada vez mais heterogêneo, enriquecendo o estoque de conhecimentos que pode ou não beneficiar aquele processo.

O ponto a ser destacado aqui é o desdobramento e desenvolvimento desigual dessa segunda via em relação à sua origem. Cabe reconhecer, pois, o contraste entre a imediatricidade dos resultados do processo de trabalho e, até dos experimentos isolados, como critério prático da validade teórica e a pretensão de ultrapassagem desse momento, visando a ampliação do próprio conhecimento, sendo necessário proceder, queiram ou não seus protagonistas, às questões de natureza ontológica que transcendem à imediatricidade dos resultados práticos, isto é, sobre a estrutura da realidade mesma por via do recurso abstrativo-teórico e empírico-histórico.

Retomando a posição do materialismo que ilumina as condições objetivas e subjetivas do conhecimento, é decisivo ter em mente que o espelhamento mais depurado da realidade é função de condições objetivas e subjetivas habilitadoras. É uma resultante do objeto desenvolvido e do sujeito em posição de isenção subjetiva, presença da necessidade de verdade nessa posição, do acaso etc. Assim, a validade obtida por via da verificação ontognosiológica tal como desenvolvida anteriormente, isto é, a retidão das relações de pressuposição objetiva, o grau de correspondência do espelhamento histórico, estatístico e prático, seu grau de aproximação, de realismo etc., também resultam dessas condições. Quer dizer, uma avaliação do próprio grau de correção do espelhamento também possui condições objetivas e subjetivas habilitadoras ou obstrutivas. Em suma, estamos diante de uma resultante extremamente complexa e que não respeita a simples vontade de qualquer indivíduo, agrupamentos, classes etc. Isso pode ser mais evidenciado pelo aprofundamento do contraste com o plano do trabalho.

Nesse último plano, com efeito, das necessidades postas e resultados imediatos, o cumprimento das finalidades já atua como critério principal, ainda que elementos e traços que envolvem as decisões possam ter caráter superficial, mágico etc. Dada a própria imediatricidade dos resultados, a avaliação do espelhamento é mais facilmente realizada

por um critério direto, imediato, muitas vezes dado aos sentidos. Nessa relação homem natureza (e não homem-homem), está preservada uma esfera de atos cognitivos menos provocados por interesses sociais. Como sugeriu Lukács:

é no trabalho, nos seus atos que transformam a causalidade espontânea em causalidade posta, justamente porque nele ainda temos exclusivamente uma inter-relação entre o homem e a natureza e não entre o homem e o homem ou entre o homem e a sociedade, que o puro caráter cognitivo dos atos está preservado de modo menos alterado que nos níveis superiores, nos quais é inevitável que os interesses sociais intervenham já no espelhamento dos fatos. (Lukács, 2013, p. 90)

Disso não decorre que a simples presença dos interesses seja por si um obstáculo, pois, essencialmente, não há intransitividade inerente entre “interesse e verdade” (Chasin, 2009, p. 103, Vaisman, 2010b, p. 62-63). A avaliação do espelhamento que demonstra a superioridade, por exemplo, de um método de trabalho, da melhor adequação de certa matéria-prima etc., encontra já nesse nível o caráter social dessa prática uma vez que envolve outros indivíduos e um processo de “convencimento” ou de “reconhecimento”, “aceitação”, “concordância”, a respeito daquelas provas de superioridade. Em outras palavras, a adoção de métodos de trabalho superiores já depende de indivíduos em condições de avaliação verificadora dessa superioridade. Já aqui temos a presença da comparação dos métodos por repetição e modificação dos atos e processos, do uso de diferentes matérias-primas, modos de aplicação de ingredientes etc., e os seus resultados assim obtidos, em suma, a presença imediata da *demonstração das provas*. Mesmo nesse nível já podemos antecipar a existência de obstáculos de todo tipo, incluindo aqueles de ordem religiosa, política, tradição etc. que eventualmente obstruem a possibilidade de reconhecimento da validade da superioridade etc. De toda forma, nesse plano do trabalho a práxis é o critério de verdade imediato da teoria e a unidade entre teoria e práxis também está dada mais imediatamente.

No plano das objetivações superiores da consciência, como a forma de consciência científica na figura do pensamento econômico em particular, a questão é mais embaraçada não apenas em razão de um progressivo desenvolvimento da teoria em relação ao campo da práxis, mas também à crescente entrada em jogo dos interesses sociais no

Determinação social do pensamento econômico

processo do espelhamento dos fatos. Aqui tem lugar o reconhecimento da necessidade social de verdade e a falsidade socialmente necessária nos casos históricos específicos. Basta ter em mente que muitas formações ideais têm eficácia real e, no entanto, podem atender a necessidades sociais de falsidade. Aqui ainda vale, no entanto, o critério da práxis, porém enriquecido com a análise ontognosiológica que pretende ultrapassar o plano da imediatez e está interessada não nos resultados dados imediatamente, mas no enriquecimento do conhecimento, como vimos.

De tal modo, não é possível se contentar com tais resultados imediatos como critério e nem estacionar em um nível superficial onde vive o pragmatismo empirista, suas variantes, além das tendências manipulativas que povoam o pensamento econômico. Caberia determinar não apenas se, diante da realidade posta, o pensamento econômico e suas ramificações como formas de consciência científica efetivamente reproduzem a realidade objetiva ou se apenas possibilitam a sua manipulação prática (claramente perceptível nos antes referidos modos de administração da economia), mas também determinar o grau de correção dessa reprodução por via da apresentação das provas pertinentes. Entretanto, aqui também encontramos o problema da passagem pelo “convencimento” a respeito dos achados das próprias verificações ontológica e gnosiológica realizadas, da demonstração das provas.

E, nesse ponto, fica muito evidente como a potência científica está imersa em problemática sócio-histórica da maior dificuldade em que a disputa científica frequente é seu componente interno, não devendo ser reduzida, como sugeriu Paulani (2012), à questão de “retórica” por meio da qual os economistas buscam convencer uns aos outros, abandonando-se a possibilidade da verdade objetiva. Isso porque deve haver condições objetivas e subjetivas não apenas propícias para haver um espelhamento aproximadamente correto da realidade, mas também indivíduos em condições de reconhecimento das conexões espelhadas, isto é, condições objetivas e subjetivas para a avaliação da validade de uma teoria, o que envolve igualmente o estágio de desenvolvimento dos métodos disponíveis, mas também a isenção subjetiva etc. Nos termos materialistas, isto é, nos quais temos *o objeto existente em si como o parâmetro único do ato de conhecer*, como sugeriu Lukács (2012, p. 135), a avaliação dos espelhamentos é função, parafraseando

Chasin (2009, p. 121), da conjunção cognitiva ideal do encontro entre um sujeito plasmado em posição adequada à *avaliação das provas* de uma objetivação científica, ou seja, portador de ótica social em condição subjetiva de isenção, e de um objeto desenvolvido ao qual tal objetivação científica fez referência.

Essa problemática tem claras peculiaridades dadas as características das ciências sociais. Sabemos que a gênese dessa área do conhecimento já traz consigo implicada a provocação dos interesses sociais, o fato de as ciências sociais já nascerem potencialmente ideologias, como vimos outras vezes neste livro, dada a dupla tarefa que as animam, isto é, estabelecer os fatos e influir na consciência social. Mesmo na presença dessa natureza das ciências sociais não se pode recuar diante de critérios objetivos de verdade, isto é, a avaliação da validade das teorias contrastantes deve ter necessariamente por parâmetro primário o objeto existente em si e a práxis cientificamente orientada e implicada no caso da avaliação dos espelhamentos da realidade desse objeto. Do contrário, não há alternativa ao desespero do relativismo.

Referências

- ANTI-CORN-LAW LEAGUE. **The three prize essays on agriculture and the corn law**. [S. l.]: J. Gadsby, 1842. Disponível em: <https://archive.org/embed/threeprizeessays333hope>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- APPELBAUM, B. **The economists' hour**: how the false prophets of free markets fractured our society. Nova York: Little, Brown and Company, 2019.
- ARIAS, A. T. **La génesis de la teoría económica contemporánea**. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2023.
- BICALHO, R. de A. **Elementos para uma análise categorial da objetividade/subjetividade em O capital (1867)**: um aporte teórico para os estudos organizacionais marxistas. 2014. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9PVK2W>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- BLAUG, M. Second thoughts on the Keynesian revolution. *History of Political Economy*, Durham, v. 23, n. 2, p. 171–192, 1991. DOI: 10.1215/00182702-23-2-171.
- BRENNER, R. **The economics of global turbulence**: the advanced capitalist economies from long boom to long downturn, 1945-2005. Londres: Verso, 2006.
- BUKHARIN, N. **The economic theory of the leisure class**. Nova York: International Publishers, 1927.
- BURAWOY, M. Marxism as science: Historical challenges and theoretical growth. *American Sociological Review*, v. 55, p. 775–793, 1990.
- CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.
- CHASIN, J. Método dialético. Aulas ministradas durante o curso de pós-graduação em Filosofia Política, promovido pelo Departamento de Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 1988a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/chasin/ano/mes/me-todo.htm>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- CHASIN, J. Superação do liberalismo. Aulas ministradas durante o curso de pós-graduação em Filosofia Política, promovido pelo Departamento de Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 1988b. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/chasin/1988/02/liberalismo.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- CHASIN, J. **Marx – Estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CURI, L. F. B. **Entre a história e a economia**: o pensamento econômico de Roberto Simonsen. São Paulo: Alameda Editorial, 2015.
- CURTY, C. A crítica da economia política como caminho para a história do pensamento econômico? Elementos sobre método e história do pensamento econômico na obra de Marx. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 25., 2020. **Anais** [...]. Niterói: Sociedade Brasileira de

- Economia Política, 2020.
- CURTY, C.; MALTA, M. Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. *In: MALTA, M. et al. (Org.). Controvérsias do pensamento econômico brasileiro: história, desenvolvimento e revolução.* Rio de Janeiro: Mórula, 2022.
- DE DEUS, L. G.; SILVA, G. de O. A crítica ontológica de Marx, 180 anos. **Verinotio**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 199–222, 2023. Disponível em: <https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/667>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- DOBB, M. **An introduction to economics.** Londres: The Camelot Press, 1932.
- DOBB, M. **Political economy and capitalism.** Londres: George Routledge & Sons, 1937.
- DOBB, M. **Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith.** Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- DOBB, M. **A evolução do capitalismo.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. *In: ENGELS, F. Textos filosóficos.* 3. ed. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1974.
- ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico.** São Paulo: Editora Global, 1984.
- ENGELS, F. Karl Marx, A contribution to the critique of political economy. *In: MARX, K.; ENGELS, F. Marx-Engels collected works.* v. 16. Londres: Lawrence & Wishart, 2010.
- ENGELS, F. **Anti-Dühring.** São Paulo: Boitempo, 2015.
- ENGELS, F. Prefácio. *In: MARX, K. O capital: livro III.* São Paulo: Boitempo, 2017.
- FEUERBACH, L. **Princípios da filosofia do futuro.** Lisboa: Edições 70, 1988.
- FLECK, A. de O. Mal-estar na filosofia nacional. Leitura estrutural: impasse e críticas. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 33, n. 67, p. 349–370, 2019.
- FORTES, R. V. **As novas vias da ontologia em György Lukács:** as bases ontológicas do conhecimento. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.
- FRIEDMAN, M. Neo-liberalism and its prospects. **Farmand**, Oslo, v. 17, p. 89–93, fev. 1951. Disponível em: <https://miltonfriedman.hoover.org/internal/media/dispatcher/214957/full>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- FRIEDMAN, M. **Dollars and deficits:** living with America's economic problems. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1968a.
- FRIEDMAN, M. The role of monetary policy. **The American Economic Review**, v. 58, n. 1, p. 1–17, 1968b. Disponível em: <https://www.aea-web.org/aer/top20/58.1.1-17.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- FRIEDMAN, M. **Capitalism and freedom:** fortieth anniversary edition. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.
- GANEM, A. A história do pensamento econômico brasileiro como questão. *In:*

- MALTA, M. M. (Org.). **Ecos do desenvolvimento**: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.
- GARRISON, R. W. Is Milton Friedman a Keynesian? *In*: SKOUSEN, M. (Ed.). **Dissent on Keynes**: a critical appraisal of Keynesian economics. Nova York: Praeger Publishers, 1992.
- GERSTLE, G. **The rise and fall of the neoliberal order**: America and the world in the free market era. Oxford: Oxford University Press, 2022.
- GOLDMANN, L. **Ciências humanas e filosofia**. São Paulo: DIFEL, 1978.
- GUEDES, L. T.; PAÇO CUNHA, E. Financiamento do capital fixo (1970-2012): dissolvendo o paradoxo aparente entre financeirização e autofinanciamento em contexto de queda da taxa de lucro. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 8, n. 1, p. 16–54, 2021. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/394>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- HARTMANN, N. **A filosofia do idealismo alemão**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1976.
- HOLMBERG, S.; SCHMITT, M. The Milton Friedman doctrine is wrong. Here's how to rethink the corporation. **Evonomics**, 9 jun. 2016. Disponível em: <https://evonomics.com/milton-friedman-doctrine-wrong-heres-rethink-corporation/>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- KEYNES, J. M. Economic possibilities for our grandchildren. *In*: KEYNES, J. M. **Essays in persuasion**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013a. (The collected writings of John Maynard Keynes, v. IX).
- KEYNES, J. M. The United States and the Keynes plan. *In*: KEYNES, J. M. **Internal war finance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013b. (The collected writings of John Maynard Keynes, v. XXII).
- KEYNES, J. M. **The general theory of employment, interest and money**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013c. (The collected writings of John Maynard Keynes, v. VII).
- LANGE, O. **Moderna economia política**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- LANGE, O. Note on ideology and tendencies in economic research. **International Social Science Journal**, v. 16, n. 4, p. 524–528, 1964. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000018656>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- LANGE, O. **Papers in economics and sociology**. Oxford: Pergamon Press, 1970.
- LIPSEY, R. G. Some legacies of Robbins' "An essay on the nature and significance of economic science." **Economica**, v. 76, p. 845–856, 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40268910>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- LUKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo?** São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.
- LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LUKÁCS, G. **Lenin**: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. São Paulo:

- Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. v. 1. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. v. 2. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, G. Marx e o problema da decadência ideológica. *In*: LUKÁCS, G. **Marx e Engels como historiadores da literatura**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MALTA, M. M. (Org.). **Ecos do desenvolvimento**: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.
- MALTA, M. M. de; CASTELO, R. Marx e a história do pensamento econômico: um debate sobre método e ideologia. *In*: GANEM, A.; FREITAS, F.; MALTA, M. M. de. (Org.). **Economia e filosofia**: controvérsias e tendências recentes. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.
- MANNHEIM, K. A sociologia do conhecimento. *In*: MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1968.
- MARX, K. Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Marx-Engels Werke**. Band 8. Berlim: Dietz Verlag Berlin, 1960.
- MARX, K. Zur Kritik der Politischen Ökonomie. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Marx-Engels Werke**. Band 13. Berlim: Dietz Verlag Berlin, 1961.
- MARX, K. **Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro**. Lisboa: Editorial Presença, 1972.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MARX, K. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. v. 1-3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980–1985.
- MARX, K. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).
- MARX, K. **Das Kapital**. Band 25. Berlim: Dietz Verlag, 1983.
- MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985a.
- MARX, K. Discurso sobre o problema do Livre Câmbio. *In*: MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985b.
- MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, K. Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano”. *In*: MARX, K. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- MARX, K. Economic manuscript of 1861-63. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Marx-Engels collected works**. v. 32. Londres: Lawrence & Wishart, 2010b.
- MARX, K. A contribution to the critique of political economy. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Marx-Engels collected works**. v. 32. Londres: Lawrence & Wishart, 2010c.
- MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010d.
- MARX, K. Comments on James Mill, *Éléments d'économie politique*. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Marx-Engels collected works**. v. 3. Londres: Lawrence & Wishart, 2010e.

- MARX, K. Wage labour and capital. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Marx-Engels collected works**. v. 3. Londres: Lawrence & Wishart, 2010f.
- MARX, K. Value, price and profit. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Marx-Engels collected works**. v. 20. Londres: Lawrence & Wishart, 2010g.
- MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- MARX, K. **O capital**: livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **Cadernos de Paris e Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARX, K. **O capital**: livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MATTICK, P. **Marx and Keynes**: the limits of the mixed economy. Boston: Porter Sargent Publisher, 1981. Disponível em: <https://archive.org/details/marxkeynes000ounse>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- MEDEIROS, J. L. **A economia diante do horror econômico**: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica. Niterói: Editora da UFF, 2013.
- MEEK, R. L. **Economics and ideology and other essays**. Londres: Chapman and Hall, 1967.
- MESQUITA, L. G. de. Uma metodologia para a análise do pensamento econômico a partir da Ontologia de Lukács: o caso do movimento marginalista. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 25., 2021. **Anais** [...]. Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2021. Disponível em: https://www.sep.org.br/mostrar.php?url=enep_teste/uploads/803_1615835947_MESQUITA_LG_Uma_metodologia_para_a_analise_do_pensamento_economico_pdf_ide.pdf. Acesso em: 02 ago. 2025.
- MÉSZÁROS, I. **The power of ideology**. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1989.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MÉSZÁROS, I. **Social structure and forms of consciousness**: the social determination of method. v. 1. Nova York: Monthly Review Press, 2010.
- MÉSZÁROS, I. **Social structure and forms of consciousness**: the social determination of method. v. 2. Nova York: Monthly Review Press, 2011.
- MILL, J. S. **Princípios de economia política**. v. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MITCHELL, W. C. **Types of economic theory**: from mercantilism to institutionalism. Ed. J. Dorfman. v. 2. Nova York: Augustus M. Kelley, 1949.
- MORAES NETO, B. **Século XX e trabalho industrial**: taylorismo/fordismo, ohnóismo e automação em debate. São Paulo: Xamã, 2003.
- NEURATH, O. Worldview and Marxism. **Sociologica**, v. 14, p. 243–248, 2020. DOI: 10.6092/ISSN.1971-8853/10823.
- PAÇO CUNHA, E. Problemas selecionados em determinação social do

- pensamento. **Verinotio**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 123–146, 2022/2023. Disponível em: <https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/663/599>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- PAÇO CUNHA, E. O problema da eficácia das formações ideais: o pensamento econômico como ideologia. **Verinotio**, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 01–23, 2024. Disponível em: <https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/725/711>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- PAÇO CUNHA, E.; GUEDES, L. T. A incongruência do taylorismo à indústria têxtil como sistema de máquinas no Brasil e nos Estados Unidos. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 663–692, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/110072>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- PANITCH, L.; GINDIN, S. **The making of global capitalism: the political economy of American empire**. Londres: Verso, 2013.
- PAULA, J. A. de. Apresentação. In: MARX, K. **Para a crítica da economia política**: manuscrito de 1861-1863. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- PAULA, J. A. de. **Capítulos de história do pensamento econômico do Brasil**. São Paulo: Hucitec Editora, 2021a.
- PAULA, J. A. de. **O capitalismo no Brasil**. São Paulo: Kottter Editorial, 2021b.
- PAULA, J. A. de; CERQUEIRA, H. E. A. da G.; ALBUQUERQUE, E. da M. Nações e estilos de economia política. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 357–374, 2007.
- PAULANI, L. M. Neoliberalismo e retórica: o capítulo brasileiro. In: GANEM, A.; FREITAS, F.; MALTA, M. M. de. (Org.). **Economia e filosofia: controvérsias e tendências recentes**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.
- REPAPIS, C. W. Stark, J. M. Keynes, and the Mercantilists. **Journal of History of Economic Thought**, v. 43, n. 1, 2021. DOI: 10.1017/S1053837219000683.
- ROBBINS, L. **An essay on the nature and significance of economic science**. 3. ed. Londres: Macmillan Press, 1984.
- ROBINSON, J. **Economic philosophy**. Londres: Routledge, 2021.
- ROLL, E. **A history of economic thought**. 4. ed. Londres: Faber and Faber, 1973.
- ROLL, E. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- RUBIN, I. **A history of economic thought**. Londres: Ink Links, 1979.
- RUBIN, I. I. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- SAMUELSON, P. A.; NORDHAUS, W. D. **Economics**. 16. ed. Nova York: McGraw Hill, 1998.
- SCHAFF, A. **La teoría de la verdad: en el materialismo y en el idealismo**. Buenos Aires: Editora Lautaro, 1964.
- SCHAFF, A. **História e verdade**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- SCHUMPETER, J. **Economic doctrine and method: an historical sketch**. Oxford: Oxford University Press, 1954.

- SCHUMPETER, J. A. The Communist Manifesto in Sociology and Economics. *Journal of Political Economy*, v. 57, n. 3, p. 199–212, 1949. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1826126>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- SCHUMPETER, J. A. **History of Economic Analysis**. Londres: Routledge, 2006. DOI: 10.4324/9780203983911.
- SLOBODIAN, Q. **Globalists: the end of empire and the birth of neoliberalism**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2018.
- STARK, W. The history of economics in its relation to social development. In: MANNHEIM, K. (Ed.). **International library of sociology and social reconstruction**. Londres: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., 1944.
- SUPRINYAK, C. E.; CUNHA, A. M. A história do pensamento econômico no Brasil: um panorama. In: COSENTINO, D. do V.; GAMBI, T. F. R. (Eds.). **História do pensamento econômico: pensamento econômico brasileiro**. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec Editora, 2019.
- TOLIPAN, R. Anotações sobre a história do pensamento econômico. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19720>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- VAISMAN, E. **A determinação marxiana da ideologia**. 1996. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.
- VAISMAN, E. A usina onto-societária do pensamento. *Ensaio Ad Hominem/Estudos e Edições Ad Hominem*, n. 1, t. I, Marxismo. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.
- VAISMAN, E. A usina onto-societária do pensamento. *Verinotio*, Belo Horizonte, n. 4, 2006. Disponível em: <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/27>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- VAISMAN, E. Althusser: ideologia e aparelhos de estado – Velhas e novas questões. *Projeto História*, São Paulo, n. 33, p. 247–269, 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2294>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. *Verinotio*, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, 2010a. Disponível em: <https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/100>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- VAISMAN, E. O significado dos Grundrisse e a filosofia. In: PAULA, J. A. de (Org.). **O ensaio geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010b.
- VAISMAN, E. O que é possível dizer sobre as relações entre filosofia e sociedade em pleno século XXI? *Verinotio*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 277–307, 2021. Disponível em: <https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/610>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- VAISMAN, E.; ALVES, A. J. L. Apresentação. In: CHASIN, J. **Marx – Estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- VAISMAN, E.; FORTES, R. V. Apresentação. In: LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- VAISMAN, E.; FORTES, R. V. Apresentação. In: LUKÁCS, G. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

- WAPSHOTT, N. **Keynes Hayek**: the clash that defined modern economics. Nova York: W. W. Norton, 2011.
- WEBER, M. **The protestant ethic and the spirit of capitalism**. Londres: George Allen & Unwin LTD, 1930.
- WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WEBER, M. **História geral da economia**. São Paulo: Centauro, 2006.

Este livro foi composto Georgia, fonte 10
em e impresso em papel polén 80g
na gráfica Fábrica de Livros.

Determinação social do pensamento econômico: *na unidade do método materialista*

Elcemir Paço Cunha

“O quadro geral não é dos mais favoráveis. Se na tradição marxista a explicitação da unidade do método restou pulverizada e pouco sistemática, fora dela prevaleceu a confusão e mal-entendidos de toda ordem [...]. A investigação quanto à unidade do método favorece o caminho diante dessas trilhas margeadas por lanças. Torná-la clara, acessível e desimpedida das complicações embaraçosas é precisamente a tarefa deste pequeno livro [...]. Em linhas gerais, pretende sistematizar os elementos essenciais que formam a unidade do método materialista a partir dos traços comuns presentes na tradição marxista representada por notórios protagonistas que estiveram, direta ou indiretamente, dedicados ao estudo do pensamento econômico.”

Verinotio
LIVROS

